

Luiz Antonio Araújo Gonçalves

A METAMORFOSE DAS FEIRAS NORDESTINAS: A inserção da confecção popular

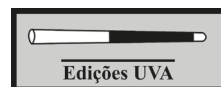


LUIZ ANTONIO ARAÚJO GONÇALVES

A METAMORFOSE DA
FEIRA NORDESTINA:
A INSERÇÃO DA CONFECÇÃO POPULAR

2019

Blucher



A metamorfose da feira nordestina: a inserção da confecção popular

© 2019 Luiz Antonio Araújo Gonçalves

Editora Edgard Blücher Ltda.



Av. da Universidade, 850 - Campus da Betânia - Sobral - CE
CEP 62040-370 - Telefone: (88) 3611.6613



Reitor

Fabianno Cavalcante de Carvalho

Vice-Reitora

Izabelle Mont'Alverne Napoleão Albuquerque

Diretora das Edições UVA

Maria Socorro de Araújo Dias

Conselho Editorial

Maria Socorro de Araújo Dias (Presidente), Alexandra Maria de Castro e Santos Araújo, Ana Iris Tomás Vasconcelos, Carlos Augusto Pereira dos Santos, Claudia Goulart de Abreu, Eneas Rei Leite, Francisco Helder Almeida Rodrigues, Israel Rocha Brandão, Izabelle Mont'Alverne Napoleão Albuquerque, Maria Adelane Monteiro da Silva, Maria Amélia Carneiro Bezerra, Maria José Araújo Souza, Maria Somália Sales Viana, Maristela Inês Osawa Vasconcelos, Raquel Oliveira dos Santos Fontinele, Renata Albuquerque Lima, Simone Ferreira Diniz, Tito Barros Leal de Ponte Medeiros, Virginia Célia Cavalcante de Holanda.

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar
04531-934 – São Paulo – SP – Brasil
Tel 55 11 3078-5366
contato@blucher.com.br
www.blucher.com.br

Segundo Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed.
do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa,
Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer
meios, sem autorização escrita da Editora.

Todos os direitos reservados pela Editora
Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Gonçalves, Luiz Antonio Araújo
A metamorfose da feira nordestina : a inserção da
confecção popular / Luiz Antonio Araújo Gonçalves.
-- São Paulo : Blucher/Edições UVA, 2019.
248 p.
Bibliografia
ISBN 978-85-8039-357-6 (e-book)
ISBN 978-85-8039-356-9 (impresso)

Open Access

1. Feiras livres - Brasil, Nordeste 2. Feiras livres - Brasil,
Nordeste - Mudança social 3. Cultura popular - Brasil,
Nordeste 4. Vestuário - Confecção I. Título

18-1828

CDD 381.180981

Índices para catálogo sistemático:
1. Feiras livres - Brasil, Nordeste

Aos meus pais, Luiz e Luiza Amélia, e às minhas irmãs, Celeste Augusta e Flávia;

À minha companheira, Jamille Barros, e à nossa Isabella Maria, promessa de Deus em nossas vidas.



● AGRADECIMENTOS

Pelos encontros e despedidas, idas e vindas, registros e lembranças nessa trajetória de pesquisa, agradeço a Deus pelo entendimento, sabedoria e perseverança para conclusão deste trabalho.

Tenho convicção de que esta pesquisa foi moldada pelo diálogo e partilha de visões de mundo debatidas em vários momentos, reuniões de trabalho e conversas informais, de modo que compartilho essa obra com muitas pessoas, profissionais e entidades que colaboraram em diferentes momentos da pesquisa.

Ao Laboratório de Estudos Urbanos e da Cidade – LEURC, núcleo de pesquisa da Universidade Estadual do Ceará – UECE, onde conseguimos desenvolver a reflexão teórica e o debate com os colegas e amigos, inserindo este trabalho no âmbito do Grupo de Pesquisa (CNPq): Mobilidades, metropolização e redes: perspectivas sobre o urbano no Ceará. Ao Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais – NEURB, da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA pelas atividades desenvolvidas junto ao Grupo de Estudos e Pesquisa (CNPq) em Planejamento Urbano e Regional – GEPPUR.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PROP-GEO, Universidade Estadual do Ceará – UECE.

Às entidades que representam os feirantes, cada uma, ao seu modo, lutando em defesa dos interesses desses trabalhadores. Agradeço, de modo particular, à Dona Vera e ao Mazinho, da Associação dos Feirantes de Serrinha/BA; à Diretoria da Associação dos Feirantes do Aprazível (AFA), nas pessoas de Carlos Alexandre de Matos e Francisco de Paula Neto (Chico Neto); ao Heron Moreira, da União dos Feirantes do Estado do Ceará, e à Maria Aparecida dos Santos Assunção (Cida), da União dos Feirantes, Sulanqueiros e Ambulantes de Caruaru (UFESULAC).

Agradeço, de modo especial, à Professora Zenilde Baima Amora, pessoa a quem tenho gratidão por apostar no trabalho e por enfrentar todos os desafios desta pesquisa. Meu reconhecimento e gratidão a essa pesquisadora, professora, orientadora, tutora, conselheira e amiga

A Professora Virgínia Célia Cavalcante de Holanda, pelo compromisso e seriedade somados à simplicidade e generosidade com que acolheu esta pesquisa, em diálogo constante, horizontal no trato do dia a dia.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo auxílio financeiro à realização da pesquisa por meio de edital contemplado.

Por fim, aos feirantes e às feirantes das diversas feiras da região Nordeste, homens e mulheres que trabalham dia após dia, superando desafios da labuta a cada nova feira trabalhada com perseverança, batalhando a cada dia pela sobrevivência, mostrando-nos a essência de um povo obstinado pelo trabalho e que, por meio deste, empreende transformações silenciosas no espaço, economia e cultura da região Nordeste do Brasil.

Você não encontra muita coisa sobre a maneira como as pessoas sem importância viveram esse dia: suas ocupações e preocupações, seus trabalhos e divertimentos.

Henri Lefebvre (1991)

Esta Elegia não canta o amor do Nordeste passado, que foi o domínio dos latifundiários e dos 'barões' do açúcar, Nordeste esse que se projeta agora num folclore que é, sob muitos aspectos, a glorificação de um passado de servidão. Esta Elegia canta o amor do futuro. Não esquece, porém que, ao cantar, esse futuro realiza-se pelo aprofundamento da exploração, nesse futuro imediato.

Francisco de Oliveira (1981)



PREFÁCIO

São correntes as leituras que apontam intensas e rápidas mudanças na Região Nordeste do Brasil, como produto de dinâmicas variadas e das mais recentes modalidades de integração nacional, aliadas à escala global. Daí a necessidade crescente de se acompanhar essas mudanças e, precisamente, de se entender seus efeitos socioespaciais.

Em grande parte, as abordagens enfatizam aspectos referentes às alterações nas relações de produção no campo, com a implementação do agronegócio, introdução de novos produtos agrícolas, expansão do parque industrial e aumento dos fluxos comerciais com o resto do País e o Exterior. Acrescentam-se, ainda, as implicações econômicas decorrentes do incremento à atividade turística e da expansão da urbanização, concentrando a população nas grandes e médias cidades, consoante o processo de metropolização, que conduz à manutenção das desigualdades sociais no meio urbano. No âmbito da indústria, sobressai-se a formação de polos dinâmicos na região, entre os quais convém mencionar o polo têxtil de confecções na Região Metropolitana de Fortaleza, com articulações regional e nacional e utilizando a base já existente desses tradicionais ramos de indústrias, como demonstrado por Araújo¹.

Nesse contexto de mudanças, são também evidenciadas permanências de velhas estruturas de ordem econômica, política e social, imbricadas aos novos eventos e, portanto, num movimento articulado e constituindo partes integrantes de uma totalidade. Assim, entre continuidades e discontinuidades, tão bem enfatizadas por Nascimento (2008), no prefácio à nova edição do livro de Marcel Bursztyń², intitulado *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*, e retomadas por esse autor, alguns eventos são marcantes e chamam a atenção dos estudiosos, como ocorre com o avanço da informalidade que aumenta em detrimento do trabalho formal.

¹ ARAUJO, Tania Bacelar de. *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Fase, 2000.

² BURSZTYN, Marcel. *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond/Fortaleza: BNB, 2008.

A informalização ascendeu como tendência, e, em setores tradicionais – como a confecção popular – afez relevo, sendo a feira livre uma das maneiras mais correntes de realização da mercadoria produzida por esse setor, porquanto expressão histórica e geográfica vinculada ao mercado e à cidade, mas que se altera com o avanço da urbanização e das consequências da inserção desses espaços no mundo globalizado. Estudos apontam que, desde 1980, no Brasil, a participação da força de trabalho em atividades capitalistas perdeu potência em detrimento de ocupações em setores mais informalizados. No Nordeste, não foi diferente, denotando, por sua vez, particularidades, tanto em relação a lugares quanto a setores econômicos, a exemplo da confecção popular, que passou a ser comercializada nas tradicionais feiras das cidades nordestinas.

De tal maneira, os mercados periódicos nessas cidades se mantêm, mas ganham outros formatos, instigando a curiosidade acadêmica de estudiosos como Luiz Antônio.

No desejo inquietante de explicação desse fenômeno, ele suscita hipóteses, estabelece parâmetros investigativos e se lança num trabalho minucioso de pesquisa, que resultou em um esforço de tese, ora convertido em livro.

O volume *Metamorfose da feira nordestina: a inserção da confecção popular* resulta da pesquisa doutoral de Luiz Antônio, defendida brilhantemente no Programa de Pós-Graduação em Geografia – PROP GEO, da Universidade Estadual do Ceará - UECE, em junho de 2016, e que acompanhamos, *pari passu*, na condição de orientadora. No percurso da tese, tivemos a oportunidade de compartilhar ideias, como é de praxe entre orientador e orientando, mas também de acompanhar, por várias vezes, a tarefa de campo nas três feiras pesquisadas e em três Estados do Nordeste (Ceará, Pernambuco e Bahia). Assim, ganhamos muito com este trabalho, não só na condição de orientadora, mas também pela satisfação que nos trouxe e pela excelente oportunidade de mais descobertas.

A publicação do compêndio em apreço soma-se a outros estudos concernentes às feiras livres no Nordeste, porém diferenciando-se, ao enfatizar, de modo peculiar, a “explosão” da confecção na feira nas últimas décadas. Desse modo, converte-se em uma oportuna contribuição às reflexões sobre essa temática, tanto no terreno da Geografia como na seara das Ciências Sociais em geral. Suas metamorfoses, mas também a permanência da feira, em meio a conflitos e resistências, forjando novas geografias, na expressão do autor, constituem a razão maior de ser desta investigação, na qual destacamos dois pontos essenciais.

O primeiro diz respeito aos caminhos da pesquisa, a escolha teórico-metodológica norteadora da investigação intelectual. A preocupação com o aspecto te-

órico, portanto, acompanhou o estudo de Luiz Antônio, ao dialogar com a teoria e com diversos autores, valendo-se do recurso da interdisciplinaridade e deixando claro que o arcabouço teórico de uma pesquisa só tem sentido quando voltado para a compreensão do real. O conceito de feira foi o ponto de partida do estudo, uma vez que essa modalidade secular de comércio se mantém como expressão espacial, porém redefinindo-se com o avanço da venda da confecção, suscitando reinterpretações. É na feira onde circulam os artigos produzidos, no caso, a confecção, que, para ser realizada (consumida), precisa ser distribuída. Com efeito, produção, distribuição, circulação e consumo não figuram como etapas estanques, independentes, mas pontificam como componentes de um mesmo processo. Essas fases se imbricam, interpenetram, como resta claro no texto.

O segundo ponto a destacar refere-se ao farto material empírico levantado pelo autor, por meio de pesquisa direta nas feiras e com os feirantes, percebendo-se, claramente, a articulação dessa etapa com a base teórica, o alicerce da pesquisa. Com suporte no material pesquisado, fica ainda mais clara a complexidade do fenômeno feira e mais evidentes as metamorfoses preconizadas. Na fala dos feirantes, é possível se perceber – e isso foi muito bem trabalhado no texto – as condições de reprodução desses trabalhadores. A escuta dos feirantes e as visitas às feiras foram fundamentais para que Luiz Antônio nos brindasse com novas descobertas que, muitas vezes, só um mergulho mais profundo na realidade proporciona.

Algumas dessas novidades merecem destaque. Mencionamos aqui a implicação espacial da feira e sua relação com a cidade que é intrínseca, uma vez que, se de um lado a feira comercializava tradicionalmente alimentos e alguns artigos industrializados, de outra parte, cidade e campo se complementam, estabelecem relações por meio da feira. As relações campo e cidade, contudo, não sucedem mais de igual maneira, em razão de vários fatores, já comentados, que interferem na dinâmica rural-urbana. As alterações e adaptações conduzem a novos dinamismos espaciais, pois as relações ocorrem, agora, entre cidades, ou seja, dos polos de confecção com os pontos de venda, as feiras, ensejando novas centralidades. Cabe, ainda, salientar no caminho metodológico do autor o recurso à cartografia, que, no trabalho, foi essencial para expressar a espacialização dos fluxos da confecção e o percurso dos compradores que se deslocam dos mais distantes pontos do Brasil para as três feiras pesquisadas, além do farto material iconográfico obtido por meio de documentos e/ou pesquisa direta.

Outro aspecto de destaque, na análise em apreço, é quanto à alteração no espaço econômico da feira, ou seja, à medida que a feira se “metamorfoseia”, assumindo a condição de mercado atacadista, surgem, em vários municípios da

Região, empreendimentos comerciais privados. Esses centros de moda, assim denominados, são criados essencialmente para esse fim, negando, de certo modo, a essência da feira, que é a ocupação do espaço público acoplado à lógica do espaço urbano.

Este livro reforça o compromisso de Luiz Antônio em divulgar os resultados de sua tese, contribuindo para a reflexão de um tema caro à Geografia. Ao mesmo tempo, abre perspectivas, ao concorrer para suscitar novas ideias que, com certeza, converter-se-ão em contribuições no campo da pesquisa geográfica e do entendimento da realidade, considerando, na devida conta, as condições de vida e de trabalho dos nordestinos.

Zenilde Baima Amora
Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PROPGEO,
da Universidade Estadual do Ceará - UECE

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. A FEIRA: ESPACIALIDADES E TEMPORALIDADES DE UMA MODALIDADE DE COMÉRCIO ANTIGA.....	25
2.1 A ORIGEM DAS FEIRAS E SUA RELAÇÃO COM O MERCADO E A CIDADE.....	26
2.2 A EXPRESSÃO CULTURAL DA FEIRA: BREVE ABORDAGEM.....	45
3. A FEIRA E SUAS MANIFESTAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO NORDESTE BRASILEIRO.....	53
3.1 A ATIVIDADE COMERCIAL E A FEIRA COMO EXPRESSÃO ECONÔMICA E CULTURAL DA REGIÃO NORDESTE.....	54
3.2 RESGATE DAS PRINCIPAIS FEIRAS NORDESTINAS: ORIGENS E DINÂMICA REGIONAL.....	66
3.2.1 A FEIRA DE CARUARU: CIDADE-BOCA DO SERTÃO PERNAMBUCANO.....	67
3.2.2 A FEIRA DE CAMPINA GRANDE, CIDADE-MERCADO DA BORBOREMA.....	72
3.2.3 A FEIRA DO CRATO, CIDADE-BOCA DE SERTÃO CEARENSE.....	80
3.2.4 A FEIRA DE FEIRA DE SANTANA, PORTAL DO SERTÃO BAIANO.....	84
3.2.5 A ANTIGA FEIRA DE ÁGUA DE MENINOS (FEIRA DE SÃO JOAQUIM) – SALVADOR/BA.....	88
4. AS FEIRAS DE CONFECÇÃO: APRAZÍVEL, EM SOBRAL, NO CEARÁ; CARUARU, EM PERNAMBUCO; E SERRINHA, NA BAHIA.....	97
4.1 A FEIRA DO APRAZÍVEL, SOBRAL/CE: EXTENSÃO GEOGRÁFICA DA PRODUÇÃO E COMÉRCIO DE CONFECÇÃO POPULAR DE FORTALEZA/CE.....	101
4.1.1 A FEIRA E O MERCADO NA CIDADE DE SOBRAL/CE.....	103
4.1.2 A FEIRA DE CONFECÇÃO DO DISTRITO DE APRAZÍVEL: OUTRA FEIRA, OUTRA DINÂMICA.....	108
4.1.3 OS FEIRANTES E A ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA FEIRA.....	117

4.2 A FEIRA DE CARUARU – A CENTRALIDADE DO ARRANJO PRODUTIVO DE CONFECÇÃO DO AGRESTE PERNAMBUCANO.....	123
4.2.1 O SURGIMENTO DA FEIRA DA SULANCA DE CARUARU	123
4.2.2 OS FEIRANTES DA “SULANCA”	127
4.3 A FEIRA DE SERRINHA/BA – A DIFUSÃO DO COMÉRCIO DA CONFECÇÃO NO SERTÃO BAIANO	131
4.3.1 A FEIRA DE SERRINHA E SUA LOCALIZAÇÃO	131
4.3.2 OS FEIRANTES – MERCADORES AMBULANTES DO SERTÃO	134
5. AS METAMORFOSES DA FEIRA: ELEMENTOS DA PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CIRCULAÇÃO E CONSUMO DA CONFECÇÃO POPULAR	141
5.1 A PRODUÇÃO QUE ABASTECE AS FEIRAS DE CONFECÇÃO.....	143
5.1.1 A CADEIA PRODUTIVA DA CONFECÇÃO	143
5.1.2 ORIGEM DA PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA CONFECÇÃO NAS FEIRAS	146
5.2 OS CIRCUITOS DAS FEIRAS DE CONFECÇÃO	162
5.3 AS TRANSFORMAÇÕES NO CONSUMO E O FLUXO DE COMPRADORES DA FEIRA.....	172
5.4 DAS FEIRAS AOS GALPÕES: DA DESCONSTRUÇÃO DA FEIRA LIVRE À CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE COMÉRCIO DE CONFECÇÃO POPULAR.	180
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	209
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	215

INTRODUÇÃO

*“Pode chegar, freguesia!”
Júlio Bernardo – Dias de Feira.*

Desde o momento em que decidimos pelo estudo das feiras de confecção e ao socializar e discutir o tema de nosso trabalho com amigos, professores, colegas de estudo e até mesmo interessados, constatávamos que este era um tema próximo às pessoas. Assim, quer fosse numa roda de conversa, quer quando da apresentação de algum trabalho em grupos de estudo, o assunto ganhava destaque por meio do relato de um amigo, um parente, um vizinho ou, ainda, um conhecido, que revelava, de algum modo, ter proximidade com a estrutura da produção, distribuição da confecção popular ou a dinâmica do comércio e consumo no espaço da feira.

Os relatos, de pronto, nos mostravam os espaços percorridos, as diversas ações exercidas conforme as distintas funções e tarefas (costureiras, modeladoras, cortadores, feirantes, vendedores, carregadores, montadores e sacoleiras), dentre vários outros detalhamentos que esperamos privilegiar no corpo deste texto. Nesses momentos, percebíamos a notoriedade que o trabalho tinha perante interesse das pessoas, pois tocava de algum modo à realidade vivida que era partilhada generosamente conosco. Isso evidenciava a feira como dimensão do espaço vivido por trabalhadores ocupados na atividade de produzir e comercializar confecção de modo autônomo. Nesse sentido, adotamos o comportamento de

acolher informalmente esses relatos dotados de grande riqueza, numa atitude tal qual feirante atento ao movimento de pessoas que circulam na feira, acolhendo cada uma com um simples dizer: “Pode chegar freguês! Pode chegar freguesa! Fique à vontade, posso ajudar?”.

Foi com suporte nessas experiências vividas e sob a reflexão teórica associada aos ensaios de pesquisa que já abordavam o tema da feira, em nossa dissertação de mestrado, que despertamos para novos pontos que nortearam a tese, ora exposta. Partimos da hipótese central de que há uma metamorfose das tradicionais feiras nordestinas no período contemporâneo, haja vista o aumento expresso do comércio da confecção popular nas feiras livres. Entendemos que essa dinâmica contemporânea da feira livre forja novas geografias no Nordeste brasileiro com a intensificação dos fluxos de comercialização, formação de centralidades e/ou a reafirmação de antigas, proporcionando uma opção para muitos trabalhadores autônomos e pequenos fabricantes comercializarem seus produtos.

Malgrado a relação conflituosa da feira com o espaço urbano, este, ao buscar enquadrar aquela em consonância com a norma urbana, encontra o embate de interesses, por vezes, entre os comerciantes fixos ou, ainda, pela ocupação do espaço público, pois essa configuração de comércio promove grande fluxo por várias ruas em áreas centrais, fazendo com que o espaço da feira seja questionado. Essa situação levou algumas cidades nordestinas à instalação de centros de comércio popular voltados exclusivamente para esse fim. Nosso foco de estudo, no entanto, primou pela feira livre, haja vista a essência desse tipo de comércio, caracterizado pelas vendas de rua, ou seja, o uso do espaço público urbano como condição de sobrevivência para grande parcela dos trabalhadores autônomos. Inferimos a ideia de que essa metamorfose da feira não está dissociada do processo de modernização que sucedeu por meio das mudanças na divisão territorial do trabalho no Nordeste brasileiro nas últimas décadas.

A feira livre passa, desde os anos 1970, por mudanças significativas quanto ao seu conteúdo, antes marcado pelo predomínio de mercadorias, provenientes de áreas rurais; e, também, pela inserção de artigos industrializados de baixo valor agregado, a exemplo dos utensílios domésticos feitos de material plástico que pouco a pouco passaram a predominar sobre o artesanato utilitário também característico das feiras tradicionais.

Compreende-se que o fenômeno de expansão do comércio de confecção nas feiras livres não é apenas local, mas tem abrangência regional. Desse modo, elegemos, como objeto de estudo, as feiras de Apazível, em Sobral, Ceará; de Caruaru, Pernambuco, e a feira de Serrinha, na cidade de mesmo nome, no

Estado da Bahia. A escolha dessas três feiras, todas situadas em distrito e cidades no interior da região Nordeste, justifica-se pela relevância e representatividade dessas formas de comércio, embora ocorridas em momentos distintos, atualmente, marcadas pela intensiva inserção de produtos da indústria da confecção de vestuário e acessórios.

Essas feiras foram por nós escolhidas considerando aspectos comuns entre elas, e, ao mesmo tempo, os distintos contextos em que foram formadas. Situam-se em três estados nordestinos (Ceará, Pernambuco e Bahia), permitindo uma análise regional. As feiras de Caruaru e Serrinha são tradicionais, ocorrem nas sedes de suas cidades e tiveram como origem o abastecimento local e regional, enquanto a feira de Aprazível é mais recente, pois data dos anos de 1990, e já surgiu em função da venda da confecção popular. Antes funcionava na Sede do Município de Sobral, transferindo-se para o mencionado Distrito, no final dessa mesma década.

Vale destacar o fato de que, inicialmente, tínhamos a intenção de pesquisar a feira de Feira de Santana/BA, em razão de ser esta uma cidade que se originou de uma feira de gado, porém, ao efetuarmos a primeira visita de campo, deparamos um contexto diferente daquele que havíamos pensado, pois a feira tradicional já não existia. Com o crescimento da cidade, a feira foi removida, ainda nos anos de 1970, para um Centro de Abastecimento, embora ainda haja no antigo local, na rua Sales Barbosa, ao lado do mercado tradicional da Cidade, um comércio de rua representativo, marcado pela grande quantidade de barracas de confecção. Em conversas com os comerciantes de confecção nessa rua do Centro de Feira de Santana, confirmamos a relevância da feira da Serrinha, cidade distante 70 quilômetros, haja vista que muitos comerciantes também comercializam ali. Em um curto tempo, uma típica feira de abastecimento regional se transformou, no decorrer do tempo de pesquisa, em uma feira especializada em barracas de confecção, tendo um papel relevante de centro distribuidor, atraindo feirantes e compradores que extrapolam os limites de sua região de entorno.

Uma realidade expressa para quem intenta trabalhar utilizando mais de um exemplo, como objeto de pesquisa, é a perspectiva de um trabalho comparativo. Haja vista, entretanto, a diversidade de feiras, e, ao nos voltarmos para o estudo de três casos, buscamos não nos prender apenas a uma análise comparativa, mas também revelar as particularidades e generalidades com amparo nos exemplos estudados. Optamos por uma escala geográfica de análise que, em determinado momento, se deteve sobre as particularidades das feiras de confecção e, noutras ocasiões, visamos às generalidades sobre a produção confeccionista e o papel

exercido no contexto do processo produtivo regional e suas articulações escalares com a economia, política e cultura global.

A pesquisa, ora apresentada, teve por objetivo geral o estudo das metamorfoses ocorrentes nas feiras nordestinas, com a explosão da comercialização de artigos de confecção na feira livre. Assim, procuramos apreender a essência dessas transformações na perspectiva da produção do espaço decorrente da relação entre produção, distribuição, comercialização e consumo da confecção popular. De modo mais específico, os objetivos foram: identificar os circuitos de produção, distribuição e comercialização das confecções vendidas nas feiras; detectar a área de abrangência e a atuação espacial das feiras em seu alcance espacial máximo e mínimo; estabelecer perfis socioeconômicos dos feirantes; apreender as modalidades de precarização do trabalho com a atividade de produção e comercialização da confecção na feira; detectar os modos de organização e funcionamento das feiras estudadas e seus conflitos com a norma urbana, ocasionados pelo fluxo de compradores, feirantes e mercadorias no ambiente da feira e, finalmente, detectar como as feiras estudadas se articulam com outras, constituindo redes.

Assim, quando pensamos o comércio da confecção popular na feira, entendemos que esta não basta em si, pois é preciso retomar o processo anterior, ou seja, a produção da confecção. Harvey, comentando os *Grundrisse* de Marx, ressalta que “[...] o capital só pode ser entendido como uma ‘unidade de produção e realização’ de valor e mais-valor.” Para o autor, isso quer dizer que se não podemos “[...] vender no mercado aquilo que foi produzido no processo de trabalho, então o trabalho incorporado mediante a produção não tem valor algum.” (HARVEY, 2014, p. 9).

A análise das feiras tem uma longa tradição nos estudos geográficos, embora mude o contexto em que esta se expressa e suas maneiras de apropriação. Por isso, é necessário explicar a complexidade das mudanças que ocorrem no espaço das feiras nordestinas no período atual. Entendemos que o potencial explicativo deste estudo ocorre pela capacidade de compreensão da realidade nordestina, no que tange ao contexto de reestruturação produtiva e intensa apropriação do trabalho precário na produção e comercialização da confecção popular. A lógica contraditória do capitalismo, que se reestrutura com a liberalização da força de trabalho do chão da fábrica, promove a ocorrência de uma produção difusa em pequenas unidades produtivas, seguida da comercialização que, por conseguinte, vão requerer novos espaços ou, ainda, recuperam *locus* de comércio tradicionais, no caso, a feira.

Do ponto de vista do método, e tratando das proposições teórico-metodológicas deste trabalho, clarificamos o caminho seguido na formulação da pesquisa. Para compreendermos mais profundamente a realidade exposta pela expressividade do comércio da confecção popular nas feiras nordestinas, apoiamos-nos no princípio da totalidade, entendendo não como a totalidade da realidade, haja vista que seria impossível, mas considerando-a como um todo orgânico, pois não se pode entender um só elemento sem que ele esteja relacionado ao todo (LÖWY, 2010). Assim, partindo, da compreensão de que “[...] não existem princípios eternos, nem verdades absolutas [...]” (p. 16), foi que procuramos relacionar a realidade da feira de confecção nordestina com a dinâmica e transformação da vida econômica, social e política no período atual.

Com o objetivo de darmos conta de nossas proposições, partimos de uma reconstituição conceitual e histórica da feira como instituição, entendendo que esta elaboração pode revelar ou ocultar elementos importantes, e isso depende, é claro, do referencial teórico escolhido para reafirmar a hipótese de trabalho. Lançamos mão também de outros pressupostos teóricos para embasar nossa análise da dinâmica e estrutura das feiras, como concreção, ou seja, como concreto pensado em suas múltiplas determinações. Nesse sentido, o método se encaminhou pela abordagem do Materialismo Histórico Dialético. Como salienta Netto (2011), entretanto, procuramos nos esquivar das orientações que criam deformações no pensamento marxiano, a exemplo da predominância do fator econômico como determinante em relação a outros componentes como o social e o cultural. Esse autor, referenciando-se na discussão teórica marxiana, nos adverte para a noção de que o conhecimento teórico é “[...] o conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva.” (NETTO, 2011, p. 20). Foi assim que pensamos teorizar nosso objeto – a feira de confecção. Lefebvre (2008, p. 36) também nos adverte para o fato de que existem “[...] vários métodos, várias abordagens no que concerne ao espaço, e isso a diferentes níveis, de reflexão, de recorte da realidade objetiva”. Haja vista a diversidade de abordagens de análise do espaço da feira, reafirmamos a opção pelo método há pouco exposto, sem negar outras possibilidades de olhar e abordar a feira livre.

A apreensão do fenômeno que pretendemos estudar, ou seja, o nosso objeto de pesquisa, foi sendo constituído à medida que nos aproximávamos da realidade e entrávamos em contato com ela, pois, como anota Carlos (2001, p. 8), “Somente a vivência na área de pesquisa, o entendimento do cotidiano das pessoas que aí vivem, seus anseios e angústias, permitem ao pesquisador vislumbrar as outras

dimensões do fenômeno estudado”. Foi desse modo que ganhamos a rua, indo para o meio da feira, em trabalhos de campo, observando o movimento de feirantes e compradores, passando por corredores de barracas repletos de cabides expositores de roupas ou, ainda, por entre manequins vestidos, enfileirados ou pendurados nas barracas, rodopiando mediante os esbarrões dos transeuntes. Desse modo, fomos ao encontro dos feirantes, carregadores, vendedores e sacoleiros. Por meio de tal ação, intentamos nos apropriar do universo da feira, da dimensão do trabalho, das práticas cotidianas, desgastes, corrosões, falas, do tempo tomado para a produção e venda de confecção na barraca, dos deslocamentos de feira em feira, de cidade em cidade. Nesse sentido, acompanhamos os percursos realizados pelos feirantes, ou seja, de uma cidade a outra, estando a cada dia em um lugar diferente e observando, a cada momento, a montagem das barracas, que ocorre sempre nas madrugadas, a arrumação das mercadorias, dos expositores, o estendimento das lonas coloridas para proteger as mercadorias do sol e da chuva. Esse acompanhamento também visou ao final das feiras, registrar o rito de desmontar a estrutura das barracas, dobrar a lona, recolher, conferir e reembalar as mercadorias em fardos, pondo-os, novamente, a caminho para outra cidade, outro público. O acompanhamento desses percursos nos deu a dimensão dos espaços vividos por essas pessoas que labutam todos os dias para sobreviver do comércio na feira.

Compondo a metodologia de pesquisa, foram aplicados 30 questionários em cada uma das feiras estudadas. Seguiu-se a distribuição aleatória das barracas de comércio de confecção, usando como critério as seguintes tipologias de confecção vendida: 1. Modinha; 2. *Jeans*; 3. Moda íntima; 4. Cama e mesa; e 5. Moda infantil. Como parte de nossa empreitada metodológica, lançamos mão da aplicação de entrevistas com feirantes e representantes de associações de feirantes, além de representantes do Poder Público Municipal e de várias entidades (SEBRAE/CE, SEBRAE/BA, SEBRAE/PE, Associação Comercial e Empresarial de Caruaru – ACIC etc.). Destacamos o fato de que as entrevistas com os feirantes tiveram como objetivo principal destacar trajetórias de vida, tendo em vista a possibilidade de captar, detalhadamente, as dinâmicas econômica e social, bem como no sentido de dar voz a esses sujeitos com amparo em suas trajetórias inseridas em âmbitos maiores.

No começo da pesquisa, eram grandes as inquietações sobre a natureza e escolha da escala de trabalho, ou mesmo sobre os sujeitos a serem abordados, em decorrência da heterogeneidade do fenômeno feira. Os trabalhos e pesquisas de campo foram realizados, de 2012 a 2015, em municípios dos Estados do Ceará,

Pernambuco, Paraíba e Bahia. No Ceará, foram realizadas visitas às cidades de Sobral, Frecheirinha, Várzea Alegre, Juazeiro do Norte, Pacajus, Horizonte, Cascavel, Caucaia e Maracanaú. Já em Pernambuco, efetuamos trabalhos de campo nas cidades de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru. Na Paraíba, as visitas ocorreram nas feiras e mercado de Campina Grande. Na Bahia, os trabalhos de campo foram empreendidos nas cidades de Salvador, Feira de Santana e Serrinha.

A primeira ida a campo ocorreu no Estado de Pernambuco, no final do primeiro ano de doutorado (novembro/2012). A necessidade de maior aproximação com o objeto de pesquisa, ou seja, das feiras de confecção que ocorriam naquele Estado nos motivou a percorrer as cidades de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru, no agreste pernambucano. Essa tarefa constou de uma visita exploratória e visou a conhecermos a estrutura e a dinâmica de funcionamento do polo de confecção do agreste pernambucano, em específico, do equipamento Moda Center Santa Cruz, na cidade de Santa Cruz do Capibaribe/PE, do equipamento Parque das Feiras, na cidade de Toritama/PE, e da Feira da Sulanca, parte integrante da Feira de Caruaru, na cidade de Caruaru/PE. O percurso realizado nos levou a algumas constatações. Uma delas foi comprovar que, nas feiras livres que ocorriam nas cidades por onde passamos, havia quase sempre uma parte representativa de barracas comercializando confecções. Outra verificação foi que as feiras atraem grande quantidade de pessoas, tornando-se um atrativo para a cidade. E foi em razão do grande fluxo que essas cidades retiraram os feirantes da rua abrigando-os em galpões construídos, dando solução a diversos conflitos de normas urbanas, estes, porém, permanecem sob outras proporções.

Após a primeira viagem, sem contar deslocamentos anteriores a Apazível, pela maior proximidade com Fortaleza/CE, foi organizado um cronograma de campo no período de 2013 a 2015. Durante esses três anos, realizamos outras viagens a Serrinha, Caruaru e Apazível.

Organizamos o segundo trabalho de campo para a cidade de Feira de Santana, pela sua importância como uma centralidade no interior nordestino. Neste, podemos verificar *in loco* que a tradicional feira de Feira de Santana havia sido deslocada da área central da Cidade, conforme já relatado. Foi quando descobrimos a importância da feira de Serrinha como tradicional para sua região de entorno. Ao fazermos a primeira visita a Serrinha, constatamos a expressão da produção agrícola da região no espaço da feira, porém já havendo uma quantidade significativa de barracas de confecção, chamando atenção como recorte de estudo, o que nos fez voltar outras vezes para a realização da pesquisa empírica.

Muitas vezes, aproveitamos uma mesma viagem para realizar trabalho de campo, tanto em Caruaru quanto em Serrinha, perfazendo grandes trajetos rodoviários do sertão baiano para o agreste pernambucano.

Salientamos que as pesquisas de campo nas cidades de Caruaru e Serrinha foram mais demoradas, não só por serem mais distantes, exigindo mais tempo de observação e captura de dados e informações daquela realidade, mas, também, por configurarem feiras situadas em centros urbanos, diferentemente da feira de Arazil, situada no distrito, sem maior complexidade urbana, à margem de uma rodovia, conforme detalharemos no corpo deste texto.

No ano de 2014, realizamos as entrevistas, algumas das quais foram acordadas em viagens anteriores, mas também por meio de contatos estabelecidos com representantes de associações de feirantes, de entidades de classe e do Poder Público Municipal. As viagens nesse ano também tiveram por objetivo a realização de entrevistas com os feirantes. As últimas viagens de campo foram realizadas no ano de 2015, com o objetivo de aplicação dos questionários e de complementação dos dados.

O trabalho de pesquisa contou com o auxílio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq mediante aprovação de projeto em chamadas públicas. Contamos também com o apoio institucional e direto da Universidade Estadual do Ceará – UECE, por meio da disponibilização de veículo para realização de trabalho de campo no Ceará e em Pernambuco. Destacamos o fato de que as visitas, algumas vezes, foram realizadas juntamente com nossa orientadora e, outras vezes, a co-orientadora, que se disponibilizaram a viajar conosco, quando possível, com recursos da universidade, outras com recursos próprios, percorrendo o interior das feiras, fazendo observações e dialogando conosco.

Para a elaboração dos capítulos iniciais, recorreremos a várias fontes de consulta, dentre as quais, documentos históricos, alguns em língua estrangeira, a exemplo do *Dictionnaire Analytique, Historique, Étymologique, Critique et Interprétatif de la Coutume de Normandie*, do século XVIII, com suporte nos meios eletrônicos, o que nos possibilitou acessar esses documentos, sem os quais teria sido difícil o acesso a tais fontes tão ricas e caras à discussão sobre a feira medieval.

Essa obra está organizada em cinco capítulos que compreende esta introdução e quatro capítulos analíticos e as conclusões finais. Além do corpo do trabalho propriamente dito, trazemos as referências bibliográficas.

O segundo capítulo é de natureza introdutória e trata do estado da arte, na qual recobramos a noção de feira, mercado e relação com a cidade. Os conceitos

expressos, com base nos autores consultados, foram basilares na compreensão dos elementos que caracterizam a feira como conceito. No capítulo três, abordamos a feira e suas manifestações socioespaciais no Nordeste brasileiro, destacando-a como expressão econômica e cultural na formação socioespacial nacional e nordestina do País. O capítulo quatro cuida mais especificamente, das três feiras (Caruaru, Apazível e Serrinha), objeto de nosso estudo, descrevendo a dinâmica atual e os indícios das transformações em curso.

Já o quinto capítulo, de caráter conclusivo, evidencia o que estamos afirmando como metamorfose com amparo na produção, distribuição, circulação e consumo da confecção popular que retoma a instituição feira como espaço de comércio, porém desconstituindo a feira do espaço público e pondo em seu lugar centros de comércio popular em espaços privativos. As considerações finais sintetizam o resultado de nossas reflexões, fruto da pesquisa fundamentada no arcabouço teórico pensado e da expressão empírica da feira.



A FEIRA

ESPACIALIDADES E TEMPORALIDADES DE UMA MODALIDADE DE COMÉRCIO ANTIGA

“Estas cidades são ‘mais mercados do que cidades’, ou melhor, mais feiras do que cidades, mas, cidades ou mercados, mercados ou cidades, feiras ou cidades, cidades ou feiras, é tudo a mesma coisa [...]”
(BRAUDEL, 1997, p. 461)

Este capítulo tem caráter introdutório e constitui uma recuperação, embora sucinta, dos estudos sobre a feira como fenômeno histórico e geográfico vinculado ao mercado e à cidade. Evidentemente é um estado da arte, elaborado com esteio em algumas obras, de Aristóteles (2011); Bakhtin (1987), Benevolo (1997); Braudel (1987, 1997, 1998), Burke (2010), Dobb (1976), Engels (1986), Huberman (2010); Le Goff (1989, 1992, 1998), Marx (1996, 2007), Mumford (1998), Pirenne (1965,1971), Thomas (1993) e Weber (1967).

Na busca de elementos explicativos necessários à condução de uma base conceitual, perfilhamos como metodologia do capítulo a prática interdisciplinar no campo das Ciências Sociais. Embora os autores considerados cuidem de realidades europeias, sobretudo, de temporalidades muito distantes, indo do Período Antigo à transição do modo de produção feudalista para o capitalista, é possível detectar aspectos comuns concernentes às representações da feira no passado e sua realidade atual. Assim, ao verificarmos as configurações atuais, percebemos que nelas estão contidas estruturas e modalidades passadas, em um jogo dialético entre expressões globais e experiências locais mais particularizadas.

Com base nesse entendimento, fomos estabelecendo um alicerce conceitual concernente às noções de feira, mercado e cidade. Iniciamos este capítulo com

a análise da relação entre as feiras e o mercado na constituição do urbano, para, em seguida, adentrarmos o recorte que compreende a expressão econômica e cultural das feiras livres no Nordeste brasileiro e, posteriormente, a convergência da explosão do comércio de confecções nesses formatos tradicionais de comércio como são as feiras nordestinas.

2.1 A ORIGEM DAS FEIRAS E SUA RELAÇÃO COM O MERCADO E A CIDADE

A feira, como uma conformação de comércio, tem origem na Idade Média, especificamente, no período do renascimento do comércio, com o aumento da circulação de mercadorias entre as cidades e o campo. Referindo-se às feiras, Pirenne (1965) as considera como um dos fatos de maior relevância na organização da economia da Idade Média, existindo em vários países e tendo grande expressão até o final do século XIII. As feiras abundavam “[...] nos diferentes lugares, os mesmos caracteres, de modo que podem ser consideradas como um fenômeno internacional inerente às condições mesmas da sociedade europeia. A época do seu apogeu foi a do comércio errante” (PIRENNE, 1965, p. 103).

A concentração demográfica e a aglomeração comercial formaram historicamente as cidades medievais¹. Como aduzem Netto e Braz (2006), o desenvolvimento do comércio provocou mudanças profundas na estrutura feudal, com destaque, principalmente, para a figura dos comerciantes e mercadores, grandes concentradores do capital mercantil. De outro modo, o desenvolvimento da atividade comercial em regiões mais afastadas estimulou “[...] o surgimento de *idades*, num original movimento urbanizador, pois é nas cidades que os núcleos das redes comerciais se localizarão (Veneza, Colônia, Bruges, Londres)” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 70).

Se recuarmos ao Período Antigo, ou seja, à organização da *Pólis*, à Cidade-Estado, vamos constatar a importância do comércio, como assinala Benevolo (1997), na constituição das cidades helênicas. Naquele período, não só as relações civis, mas também as comerciais já eram realizadas nos espaços ao ar livre, na *Ágora*, que também era uma praça de mercado, ao servir à mesma função, ou seja, à troca tanto de informações e decisões quanto de produtos

¹ Lewis Mumford (1998, p. 343) acentua que um dos sinais que apontou para o final da Idade Média foi quando “A religião cedeu lugar ao comércio, a ‘fé’, ao ‘crédito’”. Corroborando, ainda, essa asserção, Jacques Le Goff ensina ser a cidade medieval um centro econômico, uma aglomeração cujo centro principal é o mercado em vez da catedral. Para ele, uma das características imprescindíveis da mudança da cidade medieval foi a “[...] distinção entre grandes mercadores que se dedicam ao comércio a longa distância e pequenos comerciantes” (1989, p. 172).

a serem comercializados ou permutados. A *Pólis* constituía o espaço comum onde se manifestava a liberdade coletiva, embora existisse a liberdade individual (BENÉVOLO, 1997).

A subsistência na cidade, ou seja, a obtenção de alimentos, ocorria no primeiro momento de maneira diversa, de modo que a “[...] vida nômade, a pilhagem, a pesca, a caça: são esses os meios empregados por todos esses povos para obter a subsistência, buscando-a no que lhes oferece a natureza, sem as trocas nem o comércio” (ARISTÓTELES, 2011, p. 66).

A necessidade de trocas fez surgir outras feições de comércio no momento em que a *arte de aquisição de bens* para prover o necessário confrontou a *arte da riqueza*, que não conhecia limites. Desse modo, as coisas, os objetos, passam a ter dois usos: o primeiro é o próprio emprego para o qual foi feito e o segundo é destinado a fim impróprio, ou seja, para ser permutado. Isso ocorreu, segundo Aristóteles, “[...] em razão de alguns homens possuírem mais e outros menos as coisas que são necessárias à vida” (p. 68). Das primeiras associações ou cidades que viviam de gêneros diferentes de vida, sobretudo, da aquisição de alimentos, surgiram sociedades mais desenvolvidas que passaram a ter o formato de comércio “[...] em que se compra para revender mais caro” (ARISTÓTELES, 2011, p. 69). Esse novo ramo na ciência da riqueza tornou-se mais complexo, à medida que:

[...] os homens, pela experiência, aprenderam onde se deviam buscar os objetos e de que maneira se podia daí obter maior lucro. O objetivo principal dessa nova forma de adquirir riqueza é investigar a maneira de a obter em grande quantidade, e é propriamente aquela que produz a opulência e as grandes fortunas. (ARISTÓTELES, 2011, p. 69).

Para Marx (1996), o objeto, ao tornar-se mercadoria, adquire duas condições: o valor de uso e o valor de troca². A mercadoria realiza-se como valor de troca na passagem da produção para o consumidor final, obtendo-se aí o lucro. Essa é a base da atividade de muitos feirantes e sacoleiros que se deslocam para as feiras de confecção a fim de comprar mercadorias em maior quantidade no atacado a preços mais baixos, para revender mais caro em seus sítios de origem. Detalharemos, todavia, essa situação nos capítulos seguintes deste trabalho.

² De acordo com Karl Marx, na sociedade capitalista, os objetos, ao assumirem o aspecto de mercadoria, são vistos por duplo aspecto. O primeiro refere-se ao valor de uso, que é sua utilidade, ou seja, o uso do objeto em si; todavia, esse objeto também porta um valor de troca que aparece “[...] como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço” (MARX, 1996, p. 166).

O surgimento das feiras, conforme alvitra Souza, ocorreu em virtude da produção de excedentes³ entre os produtores e pela necessidade de troca de produtos “[...] a princípio inter-grupos, sem a exigência de um lugar [...]. A existência das feiras foi uma solicitação natural de um ambiente que congregasse todos os produtos que estivessem disponíveis para outrem;” (SOUSA, 2004, p. 199).

Engels (1986) contribui para o debate sobre a Lei do Valor, contida no terceiro livro de “*O Capital*” de Karl Marx, acrescentando que, nos primórdios da sociedade, os produtos eram consumidos por seus produtores que se organizavam em comunidades assemelhadas às comunistas. A troca do excedente com outros grupos estrangeiros contribuiu para a transformação de produtos em mercadorias, haja vista que, antes, eram apenas trocadas entre comunidades individuais. Isso também concorreu para a dissolução das comunidades em grupos familiares, sendo os chefes de famílias responsáveis pelas trocas. Eram, sobretudo, camponeses que trabalhavam a terra, com a ajuda da família, suprindo suas necessidades e trocando o excedente de sua produção. Na perspectiva de Engels, naquele momento, a família bastava em si mesma, ocupando-se na agricultura e pecuária, transformando produtos em artigos próprios para o consumo, conforme relata o autor: “[...] às vezes faz ela mesma [a família] a farinha com o moinho de mão, coze o pão, fia, tingue, tece o linho e a lã, curte o couro, levanta e conserta construções de madeira, fabrica ferramentas e utensílios e não raro forja e faz obras de marcenaria” (ENGELS, 1986, p. 326).

Engels ressalta, todavia, o fato de que o camponês da Idade Média dominava as maneiras de produzir, sabendo exatamente o tempo de trabalho exigido para a produção dos objetos que trocava. Assim ocorria com o ferreiro, o alfaiate, o sapateiro e com aqueles camponeses que faziam roupas e sapatos. Para ele, era com base no trabalho, ou seja, no tempo de trabalho empregado na produção ou na elaboração de um produto, que se estabeleciam as medidas quantitativas de grandezas de troca. O mesmo se aplicava às permutas de produtos entre camponeses e artesãos citadinos, pois elas ocorriam diretamente, ou seja, “[...] sem mediação do comerciante, nos dias de feira nas cidades, quando o camponês vende seus produtos e faz compras. Também aí, não só o camponês conhece as condições de trabalho do artesão, mas também este as do camponês” (ENGELS, 1986, p. 326).

³ Tratando do excedente, Netto e Braz (2006) assinalam que o surgimento do excedente da produção nas comunidades primitivas decorria, naquele momento, do aumento da produtividade do trabalho que permite a prosperidade dessas comunidades e também a acumulação dos produtos do seu trabalho. Com isso, ocorreu maior divisão do trabalho, inclusive, do especializado (artesanato), produzindo bens que “[...] não sendo utilizados no autoconsumo da comunidade, destinam-se à troca com outras comunidades – está nascendo a *mercadoria* e, com ela, as primeiras formas de troca (comércio)” (p. 57).

Segundo Le Goff, a atuação das ordens religiosas nas cidades da Idade Média, principalmente, desde o século XIII, favoreceu a aglomeração, não só de religiosos, mas também de outras pessoas que os alimentavam. “A feira e o mercado da Idade Média ofereciam as mesmas ocasiões de trocas e de oportunidades de modernização” (LE GOFF, 1998, p. 33).

Segundo o *Dictionnaire Analytique, Historique, Étymologique, Critique et Interprétatif de la Coutume de Normandie*, o termo *Foire*⁴, designa :

[...] Marché où tous étrangers ont droit de vendre, & auquel font attachés certains privileges, foit pour les marchandises, foit pour les perfonnes qui les apportent dans le lieu où le marché fe tient.

Dans les onzième & douzième siècles, les Seigneurs donnoient en fief les loges des foires. (BRUFFEL, ch. I, p. 42).

Les foires ne pouvoient être ouvertes que dans les Bourgs ou Villes, & par permission du Roi, ou des Seigneurs auxquels le Roi en avoit accordé le droit.

Le domicile que l'étranger choitfoit dans un Bourg pour le temps de la foire, étoit fon véritable domicile. Il étoit tenu de répondre pour toutes actions personnelles & de fon commerce devant le Juge du lieu où étoit sa résidence actuelle. L'Ordonnance de 1673 a confervé cet ufage. Tous leurs procès devoient être infruits fommairement & promptement. Le délai pour paroître devant le Juge & de faire rendre Sentence, n'étoit que d'une marée à une autre: ch. 8, Leg Burg. Trait. Anglo-Norm. t. a. Chaque étalant dans les foire payoit un droit ou au Roi, ou au Seigneur. & ce droit étoit proportionné à l'étendue ou à la commodité de l'étal ou loge qu'il occupoit. Ibid ch. 40.

Avant l'ouverture de la foire, on en proclamait la paix; pacem mundine: c'est-à dire tes privileges dont tous les commerçants y jouiroient. Le principal de ces privileges, étoit que celui qui s'y établroit ne pouvoit y être arrêté par Justice, si ce n'étoit pour trouble caufé dans foire, ou parce qu'il étoit banni du Royaume comme traître ou homicide. Ibid, ch, 91.

Les fabricants n'étoient pas admis dans les foires; on ne pouvoit y expofer en vente que des marchandises fabriquées; ainfi les teinturiers, les cordonniers, les bouchers ne pouvoient y faire aucun ouvrage de leur profession. Ibid. 99.

La plupart de ces réglemens s'observent encore à l'égard des foires de cette province. Les Receveurs des droits de marché s'étoient arrogé le double droit fur les étaux ou marchandises en temps de foire. L'article VII de la Déclaration du Roi, du 12 Mars 1752, a reprime cet abus.

Quoique les foires cessent pendant quelques années, le droit n'en est pas pour cela éteint: Arrêt de Decembre 1661; Bafnage, Article 24 de la Coutume. Suivant cet Article, les Bas-Justiciers qui ont droit de foire, ont aussi la connoissance des mesures de boire & de bled, s'ils les trouvent fausses en leurs fiefs, avant que la Justice Royale y ait mis la main. [sic] (HOUARD, 1780, p. 578)⁵.

⁴ A definição histórica de feira, em virtude da importância que ela teve na Idade Média, está registrada em inúmeros documentos históricos. Utilizamos uma bibliografia de língua francesa para definir feira, haja vista a riqueza de registros nessa língua estrangeira.

⁵ “Mercado onde todos os estrangeiros têm o direito de vender e ao qual estão ligados certos

Conforme aponta o verbete, a feira era um mercado onde todos, estrangeiros ou não, tinham o direito de vender. Alguns detinham certos privilégios seja pelo tipo de mercadoria ou em função das pessoas que levavam essas mercadorias para o lugar onde eram comercializadas. Esses *lieux de commerce*, retratados nos séculos XI e XII, eram divididos em *loges*, ou seja, compartimentos, tendas ou lojas, e dados em confiança pelo Rei para a realização das feiras. Estas, entretanto, não poderiam funcionar nos burgos ou cidades sem a autorização do rei ou dos senhores donos das terras e detentores das leis locais.

A organização da feira, todavia, passava pelo estabelecimento de regras, marcadas pela necessidade de o comerciante fixar domicílio durante o tempo da feira, sendo de sua responsabilidade os atos pessoais e comerciais ali cometidos e que eram submetidos a um juiz local. Além de terem a obrigação de pagamento pelo direito de estarem naquela feira, o pagamento desse direito era proporcional à extensão, conveniência e espaço ocupado na feira.

Por um lado, as regras para o comércio na feira não admitiam a participação de fabricantes, muito menos de mercadorias manufaturadas. Os tintureiros, sapateiros e açougueiros eram, assim, impedidos de exercer sua profissão no espaço da feira. Por outro lado, embora grande parte desses regramentos fosse

privilégios, tanto para mercadorias quanto para pessoas que as trazem para o lugar onde está o mercado. Nos séculos XI e XII, os Senhores davam em confiança os alojamentos das feiras, c.I., p. 42. [...]. As feiras só podiam ser abertas em vilarejos e cidades com a permissão do Rei, ou dos Senhores aos quais o Rei tinha dado esse direito. O domicílio que o estrangeiro escolhia no Vilarejo durante o período da feira, era seu verdadeiro domicílio. Ele era responsável por responder por todas as ações pessoais e do seu comércio diante do Juiz do lugar onde ele residia atualmente. O Decreto de 1673 conservou esta prática. Todos os seus processos eram para ser instruídos formalmente e prontamente. O prazo para comparecer perante o Juiz para prestar esclarecimentos era apenas de uma maré para outra: c. 8 Leg. Burg. Trait. Anglo-Norm. t. a. Cada um estando na feira pagava um direito ao Rei ou ao Senhor. E este era proporcional a extensão ou a conveniência da banca ou do alojamento que ele ocupava. Ibidem c. 40. Antes da abertura da feira, era proclamada a paz; *pacem mundince*: isto é, os privilégios de que todos os comerciantes deveriam aproveitar. O principal desses privilégios era que aquele que se instalava não podia ser parado pela justiça, exceto os problemas causados nas feiras, ou porque eles eram banidos do reinado como traidores ou homicidas. Ibidem, c. 91. Os fabricantes não eram admitidos nas feiras; eles só podiam expor à venda as mercadorias fabricadas; assim como tintureiros, sapateiros, açougueiros que não podiam fazer qualquer trabalho da sua área. Ibidem 99. A maioria desses regulamentos pode ser observada ainda nas feiras desta província. Os coletores dos direitos no mercado concediam esse duplo direito de acordo com as bancas ou as mercadorias no tempo da feira. O Artigo VII da declaração real de 12 de Março de 1752 reprimiu esse abuso. Mesmo que as feiras tenham parado durante vários anos, a lei sobre ela não perdia efeito [...]" (HOUARD, 1780, p. 578).

observada, os beneficiários do direito de comercializar foram, com o passar do tempo, apropriando-se desse duplo direito de usar seu ofício e comercializar mercadorias ao mesmo tempo na feira. Essa dupla prática, todavia, não deixava de ser reprimida pela autoridade maior, no caso, o rei. Além disso, se por acaso a feira deixasse de ocorrer por algum tempo, o direito de comercialização não se extinguiu. O principal privilégio do comerciante, uma vez estabelecido na feira, era o direito de “paz”, isto é, de comercializar sem ser importunado pela justiça, com exceção daqueles que causavam desordens ou que tivessem sido banidos do reino por traição ou homicídio.

Na obra *As cidades da Idade Média*, Pirenne (1971) aponta a dinâmica das feiras e mercados já nas *cidades fortalezas* revestidas do poder episcopal nos séculos IX e X⁶. Nas cidades sedes dos bispados quase sempre havia um “[...] mercado semanal, onde os camponeses dos arredores traziam os seus produtos; algumas vezes, mesmo, realizava-se uma feira anual (*annualis mercatus*). Nas entradas da cidade recebia-se o imposto, sobretudo o que entrava ou saía” (p. 55). Conforme podemos verificar na descrição do autor, no que se refere à periodicidade, os mercados tinham uma ocorrência semanal e a função de abastecimento da população da cidade. O mercado servia também como um ponto de concentração/aglomeração e comércio da produção camponesa. Já a feira, em contraposição, tinha o caráter ocasional de modo a ocorrer uma ou duas vezes por ano. O que era produzido e comercializado era taxado na entrada das cidades.

O crescimento da cidade comercial, de acordo com Mumford (1998), sucedeu de modo lento e enfrentou obstáculos impostos pela estrutura e costumes da cidade medieval. Para ele, o grande ato realizado pelo capitalismo foi “[...] introduzir os costumes da praça de mercado, de maneira universal, em todos os cantos da cidade: nenhuma parte dela ficava imune à mudança, se esta pudesse ser conseguida em troca de um lucro” (p. 446). Essa mudança ocorreu com a implantação de outra modalidade de comércio, ou seja, daquele à longa distância que se desenvolveu fora dos domínios e regulamentos das guildas, com a atuação de corretores⁷ que passaram a atuar em transações no mercado em grosso.

⁶ O autor conclui que o período referente à Época Carolíngia, ou seja, do reinado de Carlos Magno (742-814), “[...] não conheceu cidades, nem no sentido social, nem no sentido econômico ou jurídico desta palavra. As cidades antigas e os burgos não foram senão praças fortes e sedes de administração” (PIRENNE, 1971, p. 63).

⁷ Os “corretores”, segundo Pirenne (1965, p. 222), eram “[...] agentes comerciais, às vezes artífices abastados a quem os progressos do crédito, da especulação e da circulação abrem uma carreira”.

Pirenne (1965) destaca o fato de que o apogeu das feiras ocorreu numa época marcada pelo comércio errante. O autor salienta, então, o papel do mercador, que surgiu no primeiro momento, de modo improvisado, sendo aquele servo responsável pela compra e venda de produtos excedentes ou de escassez nos latifúndios senhoriais. De início, não se caracterizava como atividade comercial, muito menos profissional, porém, o declínio do comércio e da vida urbana nas cidades no século VIII conduziu ao surgimento do comércio errante e com isso à “[...] existência errante dos mercadores e os riscos de toda espécie a que estavam expostos, em uma época em que o saque constituía um dos meios de existência da pequena nobreza, impeliram-nos a procurar desde logo proteção no interior das muralhas [...]” (PIRENNE, 1965, p. 47). Desse modo, o mercador, tanto no comércio marítimo quanto no terrestre, era aquele que fazia tudo pessoalmente, desde o embarque das mercadorias para vender até a compra de cargas na viagem de regresso a serem encaminhadas para seus lugares de destino (PIRENNE, 1965, p. 102).

Braudel (1987) estabelece algumas classificações sobre os agentes envolvidos no mundo do mercado e das trocas, dentre os quais podemos listar o *artesão itinerante* que, segundo ele, é aquele que “[...] vai de burgo em burgo oferecer seus modestos serviços de reempalhador de cadeiras ou de limpar chaminés” (p. 16). *O camponês* era aquele sujeito que comercializava regularmente sua colheita na feira e lá mesmo comprava ferramentas ou vestuário, dentre outros produtos necessários para satisfazer às suas necessidades. Era também aquele “[...] que só vai ao burgo para vender algumas mercadorias miúdas, ovos, uma galinha, a fim de obter algumas moedas necessárias ao pagamento de seus impostos ou à compra de uma relha de charrua [...]” (p. 16). Já *o camelô* comercializa nas ruas e *o mascate*, “[...] percorre o interior oferecendo mercadorias em pequenas quantidades, estão do lado da vida de trocas, do lado do cálculo, do dever e haver, por modestas que sejam suas trocas e seus cálculos” (p. 16). Entrementes, *o lojista* é um comerciante que “[...] ou vende o que fabrica e, nesse caso, é um artesão-lojista; ou vende o que outros produziram e está, por conseguinte, no estágio dos mercadores ou comerciantes” (p. 16). O fato de sua loja estar quase sempre aberta caracterizava uma vantagem de comércio/troca contínua em relação ao mercado que, apesar de ter uma ocorrência semanal, era realizado somente uma ou duas vezes por semana. Aqueles mercadores, porém, que se lançavam ao comércio de longa distância em feiras alcançavam outros lugares e outro público de consumidores.

Peter Burke (2010) chama atenção para a figura do mascate que atua como um agente, um vendedor ambulante. Segundo esse autor, o mascate foi definido

pelo inglês como “[...] um vendedor ambulante que numa sacola ou cesta comprida (que na maior parte do tempo ele carrega aberta e na sua frente, pendurada no pescoço) tem almanaques, livros de notícias ou outras coisas insignificantes para vender.” (p. 244). Burke remonta à prática que muitos comerciantes de feira e artistas tinham de se deslocar por várias cidades e/ou feiras, pois:

Os artistas de entretenimentos, assim como os latoeiros ambulantes e mascates, viajavam de lugar em lugar. Era mais fácil mudar o público do que mudar o repertório, e para mudar o público eles tinham de **viajar de cidade em cidade, ou de feira em feira**, parando nas aldeias que existissem pelo caminho (2010, p. 136).

As cidades e os burgos passaram a ser lugares de trânsito e de parada para os mercadores e suas mercadorias, de modo que o “[...] espaço que cidades e burgos ofereciam a esses adventícios, cada vez mais numerosos e estorvantes, enquanto a circulação se tornava mais intensa, já não bastou para contê-los. Tiveram que se estabelecer nos arredores da cidade [...]”, nascendo, assim, as primeiras aglomerações mercantis ao lado das cidades eclesiásticas ou das fortalezas feudais (PIRENNE, 1965, p. 48).

Jack Thomas (1993) exprime, em sua obra, *Le temps des foires*, uma ilustração, portanto, uma pintura, que tem por título *Le marché de Saint-Gaudens*. Exprime como funcionava o mercado na Idade Média. Nela, vemos justamente a aglomeração de pessoas situadas fora dos muros da cidade, realizando o comércio de produtos a céu aberto. Seu modo, entretanto, nos remete ao de uma feira, do livre comércio de produtos, levando-nos a cogitar em que, naquele período, a feira e mercado eram coisas semelhantes. Na ilustração, estas formatações de comércio estão situadas ao largo dos muros da cidade, de modo que parece não pertencer à estrutura urbana.

Para Thomas, as feiras e mercados são “[...] *des manifestations du commerce périodique; une forme de commerce très ancienne, précédant, sans doute, le commerce permanent des boutiques et des magasins urbains.*”⁸ (THOMAS, 1993, p. 364). Reforçando o exposto, as feiras e mercados podem ser entendidos como manifestações de um comércio periódico que antecedeu às de perfil de comércio permanente no espaço urbano com estabelecimento de comércios, a exemplo das boutiques e lojas. Thomas (1993) destaca, ainda, a contradição nos estudos dedicados às feiras e mercados, visto que, para alguns estudiosos, as feiras são manifestações de urbanidade, enquanto para outros elas pertencem mais ao mundo rural. Entendemos, contudo, que essa contradição é aparente, pois as feiras e os mercados são pontos de contato entre os mundos urbano e rural.

⁸ “Manifestações do comércio periódico; uma forma de comércio muito antiga, precedendo, sem dúvidas, o comércio permanente de boutiques e de lojas urbanas.”

Já Fernand Braudel destaca o mercado e seu papel para a cidade, pois nos mercados semanais e diários, os cidadãos, todas as manhãs, se abasteciam de gêneros alimentícios. As feiras, da mesma maneira, eram abastecidas por camponeses que vinham dos arredores das cidades, trazendo grandes quantidades de produtos agrícolas (legumes, frutas, flores, peixes, presuntos, salsichas etc.).

Para esse autor, entretanto, parece não haver grandes diferenças entre a feira e o mercado, tanto nas cidades orientais quanto nas ocidentais, pois ele acentua que, em muitos casos, as cidades são “[...] ‘mais mercados do que cidades’, ou melhor, mais feiras do que cidades, mas, cidades ou mercados, mercados ou cidades, feiras ou cidades, cidades ou feiras, é tudo a mesma coisa [...]” (BRAUDEL, 1997, p. 461). Portanto, para o autor citado, o que está em foco não é a aparência, o feitiço, mas sua essência, que é constituída pelos movimentos de concentração e dispersão promovidos pelo comércio nas cidades, em suas feiras e mercados.

Essa relação entre mercado e cidade também aparece em Max Weber (2009), quando ele assinala que:

Toda cidade no sentido aqui adotado da palavra é ‘localidade de mercado’, isto é, tem um mercado local como centro econômico do povoado, mercado no qual em virtude da existente especialização da produção econômica, também a população não urbana satisfaz suas necessidades de produtos industriais ou artigos mercantis ou de ambos, e, como é natural, também os próprios moradores da cidade trocam entre si os produtos especiais e satisfazem as necessidades de consumo de suas economias. (p. 409).

O que viria, porém, a ser um mercado? O que o aproxima à cidade, fazendo com que, para alguns autores, essas noções e/ou realidades se confundam? Polanyi (2000, p. 76) considera o mercado “[...] um local de encontro para a finalidade da permuta ou da compra e venda”, e faz uma distinção entre os mercados locais e aqueles direcionados para o comércio de longa distância. Para ele, o florescimento das feiras europeias constituiu “[...] um exemplo de um tipo definido de mercado produzido pelo comércio de longa distância” (p. 81). Já o mercado local é aquele espaço marcado pelas relações de vizinhança, de grande importância para a vida comunitária. O mercado local típico é aquele no qual:

[...] as donas de casa vão comprar algumas de suas necessidades domésticas diárias e nos quais os agricultores de cereais ou verduras, assim como os artesãos locais, oferecem seus artigos à venda, revelam uma impressionante indiferença quanto a tempo e lugar. Reuniões desse tipo são não só bastante generalizadas nas sociedades primitivas como também permanecem praticamente imutáveis até meados do século XVIII nos países mais adiantados da Europa Ocidental. Elas constituem um acessório da existência local e diferem muito pouco, quer façam parte da vida tribal centro-africana, quer de uma *citê* da França merovíngia, ou de uma aldeia escocesa da época de Adam Smith. O que é verdadeiro em relação à aldeia é também verdadeiro em relação à cidade. (POLANYI, 2000, p. 83).

Ele assinala, ainda, que “[...] os mercados se desenvolveram naturalmente em todos os lugares onde os transportadores tinham que parar, nos vaus, portos marítimos, cabeceiras de rios ou onde as rotas das expedições se encontravam” (POLANYI, 2000, p. 83). Para ele, todavia, a separação entre o comércio local e o de longa distância foi fundamental para a instituição dos centros urbanos medievais.

Foi, no entanto, em Pirenne (1965), que pudemos apreender a distinção entre feiras e mercados. Para esse historiador, havia clara distinção entre o papel desempenhado pelas feiras e o dos mercados locais, porquanto os mercados tinham o objetivo de abastecer de alimentos a população local, com funcionamento durante a semana, atuando num raio limitado e sendo uma atividade de comércio restrita ao varejo. Já as feiras são definidas por Pirenne como lugares de reuniões periódicas dos mercadores profissionais. “[...] são centros de intercâmbios e, principalmente, de intercâmbios em grande escala, que se esforçam em trazer até eles, fora de toda consideração local, o maior número possível de homens e produtos” (p. 104). As feiras, assim, reuniam grande número de pessoas que negociavam um volume numeroso de produtos, atuando no raio de ação de uma região ou país e tinham uma ocorrência periódica, ou seja, em média, duas vezes por ano. As feiras, assim, atuavam em escalas maiores e, mesmo existindo em localidades distintas, traziam consigo essas mesmas características (PIRENNE, 1965).

Huberman também faz a distinção entre mercado e feira, ao assinalar que, ao contrário dos pequenos mercados locais que negociavam, em geral, produtos agrícolas, as feiras do século XII ao XV “[...] eram imensas, e negociavam mercadorias por atacado, que provinham de todos os pontos do mundo conhecido” (2010, p. 18). Para o autor, a feira atuava como um centro distribuidor onde os mercadores, diferentemente dos pequenos revendedores e artesãos locais, comercializavam mercadorias vindas de várias partes do mundo.

Interessante é ressaltar, ainda, o entendimento de Le Goff, referindo-se às atividades comerciais nas cidades, ao enfatizar que elas se manifestavam “[...] a princípio, nas feiras e nos mercados, seguindo toda uma hierarquia que vai do simples mercado (às vezes chamado feira) à grande feira internacional, passando por feiras de irradiação local ou regional” (1992, p. 68).

Sobre a dinâmica e organização das feiras, ou seja, seu funcionamento, Braudel (1987, p. 17) exprime que elas ocorriam somente durante alguns dias, com intervalos, retornando sempre aos mesmos lugares. Nas feiras, entretanto, por mais que não houvesse restrições “[...] aos pequenos vendedores e aos comerciantes medíocres, [...]”, nas suas palavras, funcionavam como bolsas sob o domínio de grandes comerciantes que vendiam no atacado. Marc Bloch (1982)

ressalta que os tecidos cumpriram um importante papel na expansão econômica europeia na Idade Média, haja vista que “[...] os centros de fabrico de tecidos se espalharam um pouco por toda a parte – se ouvia o ruído dos teares e o bater dos pisões, eles trabalhavam mais aos serviços dos mercados exóticos, praticamente, do que do consumo interno” (p. 91).

Para Le Goff, o comércio do mercado parece ser responsável pelo abastecimento de gêneros, ao ponto de haver vários mercados para cada tipo de mercadoria, a exemplo do *quartier des Halles*, em Paris, conhecido como bairro dos mercados, no centro econômico da Capital Francesa, no final do século XIII que concentrava o mercado dos peixes, dos legumes, das carnes, do trigo, do queijo etc. Já as grandes feiras se destacavam pelo comércio de mercadorias, sobretudo, a feira alojada que compreendia o:

[...] grande mercado de tecidos, onde vendem por atacado fabricantes de Ypres, Gand, Douai, Tournai, Valenciennes, Chalons, Aubenton, Troves, Chimay, Huy, Namur, Saint-Quentin, Avesnes, Abbeville, Lyon, Malines, Provins, Paris, Beaune, Rouen, Beauvais e Lille, o mercado da pelaria e o mercado dos cambistas. O comércio dos tecidos, sobretudo de lã, ocupava ali o primeiro lugar. A feira ‘reunia vendedores de tecidos vindos dos centros industriais da Europa do Norte e do Noroeste e compradores originários dos países situados a leste e a sudeste do reino de França’ (LE GOFF, 1992, p. 70).

Davide (2010) noticia o fato de que, ainda na alta Idade Média, as propriedades rurais, sozinhas, não tinham como prover todas as suas necessidades, de modo que o excedente da produção era trocado e comercializado em feiras e mercados locais. A Feira de *Saint-Denis*, conforme o autor citado, era uma das mais importantes no comércio de produtos agrícolas. Surgiu em 635, funcionando sempre no mês de outubro nos arredores de Paris. Posteriormente, em 775, aflorou a feira de São Mateus, sendo que esta ocorria, todos os anos, porém, somente no mês de fevereiro (p. 250).

Ainda sobre a feira de *Saint-Denis*, comenta Pirenne que ela remontava à Época Merovíngia, e, apesar de ter atravessado o período agrícola da Idade Medieval, não inspirou o surgimento de outras. Com exceção dessa feira, as outras surgem com o renascimento do comércio⁹, sendo as mais antigas aquelas

⁹ Segundo Pirenne, o renascimento do comércio na Europa pode ser representado pela força de dois grandes movimentos comerciais que ocorreram em meados do século XI nas porções periféricas, isto é, de modo mais específico, no mar Mediterrâneo Ocidental e no Adriático, bem como no Báltico e no mar do Norte. O autor destaca aí o papel exercido pela navegação marítima, bem antes das rotas comerciais continentais, como fomentadora do comércio que atingia cidades mais distantes. Nesse contexto, o autor ressalta, como exemplo, o progresso econômico das cidades de Veneza e Gênova que se destacavam como importantes praças de comércio impulsionadas pela navegação marítima (PIRENNE, 1965).

que datam do século XI. Por volta do século XII, o número de feiras já era grande e continuou aumentando no século XIII (PIRENNE, 1965). Embora o autor denote que as feiras se estabeleceram naturalmente nos caminhos e rotas comerciais, ele retoma a situação, asseverando que a importância da feira “[...] não depende do lugar onde se estabelece, e isto se compreende facilmente, pois a feira é só um lugar de reuniões periódicas para uma afastada clientela e sua frequência não está relacionada com a maior ou menor densidade da população local” (p. 105).

Trazendo a reflexão do autor para o momento atual e, sobretudo, para nosso objeto de estudo, as feiras de confecção, poderemos verificar nos capítulos posteriores deste trabalho que, em parte, algumas delas e/ou empreendimentos que incorporaram vários elementos característicos das feiras tradicionais, se estabeleceram justamente às margens de rodovias, sejam elas intermunicipais, interestaduais e até inter-regionais, conformando verdadeiros caminhos comerciais para sacoleiros e revendedores de confecção. Nesse sentido, a situação geográfica de algumas feiras ou empreendimentos, diferentemente das feiras tradicionais que têm intenso vínculo com o lugar, tiveram funcionamento e frequência condicionados às demandas do público vindo de fora, e menos em função da população local. Em alguns casos, o surgimento da feira de confecção ocorreu pela oportunidade de se estabelecer um novo entreposto situado entre o local de origem da produção confeccionista e o mercado consumidor.

Entre as feiras do período referenciado há pouco, Le Goff destaca a de *Champagne*, em virtude da sua situação geográfica, reafirmando a cidade como um encontro de encruzilhadas; sua duração; o papel dos senhores protetores, ou, ainda, da proteção senhorial das feiras; a organização dos próprios mercadores e o papel comercial das mercadorias, com o comércio de tecidos ocupando o primeiro lugar. (LE GOFF, 1992). Quanto à distribuição geográfica das feiras, Pirenne (1965) atenta para o fato de que as mais ativas estavam agrupadas na grande rota comercial que ia da Itália e da Provença até a costa de Flandres.

São as famosas ‘feiras de Champanha e de Brie’, que se realizam uma após outra, em todo o decorrer do ano. Vinha primeiramente, em janeiro, a de Lagny-sur-Marne, e na terça-feira que precedia a quaresma, a de Bar; em maio, a primeira feira de Provins, chamada de São Quiriácio; em junho, a ‘feira quente’ de Troyes; em setembro, a segunda feira de Provins ou de Sto. Ayoul; finalmente, em outubro, para fechar o ciclo, a ‘feira fria’ de Troyes. No século XII, cada uma dessas assembleias prolongava-se por seis semanas, aproximadamente, e não deixava entre si mais do que o intervalo indispensável ao transporte das mercadorias. [...] **A prosperidade dessas feiras deve-se sem dúvida, às vantagens de sua situação.** (PIRENNE, 1965, p. 106, grifo nosso).

Le Goff (2007), ao ressaltar o êxito da Europa no século XIII, o divide em quatro campos: o crescimento urbano, a renovação do comércio e da promoção dos mercadores, o saber e a difusão de novos religiosos. O primeiro deles, o crescimento urbano, considerando o século XIII, é personificado nas cidades, isto é, na imposição de uma Europa Urbana contraposta à Europa Rural da Alta Idade Média. Foi desde as cidades que ocorreu a mistura de população, a afirmação de novas instituições e o surgimento de centros econômicos e intelectuais. Ainda para o autor, a noção de cidade medieval era a de que,

[...] mesmo se ela continua no mesmo lugar de uma cidade antiga, muda profundamente de figura e, mais ainda, de função. [...]. As cidades antigas não eram os centros de consumo muito importantes que se tornaram na Idade Média, mas elas são também centro de troca por causa da urbanização dos mercados e das feiras. A cidade medieval é policêntrica, mas o mercado é em geral o seu centro mais visível e mais importante (LE GOFF, 2007, p. 144).

Assim e apesar de a cidade medieval já ter o caráter policêntrico, o mercado era o ponto central de destaque para o comércio e o consumo. Esse é um ponto importante levantado pelo autor, que é a urbanização dos mercados e feiras, além do papel da produção nessas cidades que ficava por conta das oficinas de ofícios e lojas de artesãos (corporações).

As feiras, entretanto, entraram em decadência, conforme referencia Pirenne (1965), a exemplo da feira de *Champagne*, que teve início no século XIV. A causa principal disso, para ele, foi “[...] sem dúvida, a substituição do comércio errante por hábitos comerciais sedentários [...]” (p. 109). Isso ocorreu *pari passu* ao progresso das navegações diretas de importantes portos italianos, de Flandres e da Inglaterra. Outro fator citado pelo autor foi a ocorrência de guerras, a exemplo da Guerra dos Cem Anos, que retirou clientes que vinham da parte setentrional¹⁰, arruinando aquele tradicional centro de negócios que atraía mercadores de todas as partes da Europa (PIRENNE, 1965).

Corroboramos, entretanto, o entendimento de Le Goff, quando ele reassignala o comércio, ou seja, a troca como uma das funções essenciais da cidade contemporânea, pois, ante a “[...] desruralização da cidade no século XIX, desindustrialização no século XX, a cidade contemporânea perdura, contudo, na sua essência. E sua essência está em outro lugar, na função da troca” (1998, p. 33). Na contextura de hoje, há vários exemplos de cidades cuja economia entrou em

¹⁰ Conforme destaca Pirenne (1965, p. 162), a indústria têxtil das cidades do norte da França foi bastante ativa durante o auge das feiras de Champanha. Com o seu declínio, deslocou-se para o comércio de Flandres e Brabante.

declínio em virtude da desinstalação de plantas industriais, restando à população do lugar dedicar-se a outro ramo de atividade, como o comércio.

No que se refere à existência de feiras fora do Continente europeu, Corrêa (2011) atenta para os relevantes estudos empreendidos por G. William Skinner sobre os mercados periódicos chineses¹¹, em específico, da região de *Szechwan*, nos anos 1950. Esse autor menciona, ainda, outros estudos realizados por Stine, Frölich, Smith e Bromley, Symansky e Good sobre os mercados periódicos asiáticos (Coreia do Sul), os mercados africanos e também os latino-americanos.

Conforme Braudel (1998) assinala, as questões relativas a produção, troca e consumo são elementares a todos os povos, de modo a estabelecerem regras básicas que ultrapassem fronteiras. Sendo assim, é possível encontrar mais semelhanças do que diferenças, ao se reportar às feiras de outras porções do mundo. É o caso dos mercados do Islã (Bagdá, Cairo, Istambul, dentre outros), onde é possível identificar condições análogas aos mercados europeus. O próprio autor resume isso, acentuando que:

[...] todas as características do mercado europeu estão aí: o camponês que vem à cidade com a preocupação de obter dinheiro necessário ao imposto e que mal atravessa o mercado. O revendedor ativo, esperto e que, apesar das proibições, se adianta ao vendedor rural; a animação e o atrativo social do mercado, [...] (p. 96).

Entre os mercados superpovoados, ruas especializadas dos *suks*, também era possível encontrar mercados de gêneros elementares, onde se podia encontrar o trigo, a cevada, os ovos, a seda crua etc. Não obstante, havia grandes feiras que serviam de ponto de encontro de caravanas e também atendiam ao calendário das grandes peregrinações. A periodicidade das feiras ou sua sazonalidade pode ser observada quando o autor cuida das grandes reuniões mercantis que se realizavam nas cidades do Cairo e Alexandria. Ali, “[...] a peregrinação a Meca é a maior feira do Islã”, e “[...] as feiras dependem das estações de navegação no Mediterrâneo e no Mar Vermelho, correspondendo ainda ao calendário emaranhado das peregrinações e das caravanas” (BRAUDEL, 1998, p. 106).

No caso das feiras do Oriente e Extremo-Oriente, eram as monções que regulavam as viagens ou dos mercadores viajantes pelo Oceano Índico, ou ditando o tempo da feira, sua extensão, duração e volume de mercadorias comercializadas. Na Índia, as feiras eram “[...] um traço forte, onipresente, que se incorpora

¹¹ De acordo com Skinner (2002), a mudança do sistema tradicional promovida pela transformação de uma sociedade tradicionalmente agrária em uma moderna sociedade industrial provocou alterações na estrutura social, na distribuição e padronização dos mercados rurais com a introdução do progresso com a modernização.

na vida de todos os dias e o espetáculo nem sequer impressiona os viajantes, de tal forma é natural” (BRAUDEL, 1998, p. 107).

Já na China, as feiras situadas em aldeias eram algo raro. Elas funcionavam mais nas vilas. Em geral, ocorriam duas vezes por semana, tendo um calendário para evitar sobreposição com o dia de feiras em outras vilas ou, ainda, da cidade a qual dependia. A feira dava o ritmo à vida da aldeia, mobilizava trabalhadores (mascates, transportadores, varejistas, artesãos) que faziam um calendário de circulação permanente de feira em feira, cidade em cidade, vila em vila até retomarem o começo (BRAUDEL, 1998).

A relação de comércio na cidade, todavia, seguia a hierarquia dos mercados chineses apontada por Skinner. Enquanto as feiras estavam para a vila, os mercados estavam para as cidades. Braudel (1998, p. 97) expõe que a “[...] cidade é o elemento que começa a ser francamente alheio à economia local, que sai do seu âmbito restrito e se vincula ao grande movimento do mundo, [...]”. Já a vila, segundo o autor, se caracterizava por uma feira e isso, no século XVIII, valia tanto para a China quanto a França. Enquanto “As vilas estão dentro da sociedade, da cultura, da economia camponesas; as cidades saem dela” (BRAUDEL, 1998, p. 97). Ao nosso ver, o autor contrapõe-se, não absolutamente contrário, à tese de Le Goff, quando este aponta que a essência da cidade é a troca, ou melhor dizendo, da urbanização das cidades pelo comércio. Haja vista que muitas cidades europeias surgiram do comércio de feiras e mercados, produziram um efeito multiplicador de cidades, porém, no caso oriental, a feira atendeu ao contexto local das vilas e aldeias, sempre submetida a uma hierarquia mais rígida de zonas de mercado. O que uniu os mercados e feiras orientais e ocidentais, contudo, foi o estabelecimento do comércio de longa distância, de captura de mercados com as companhias marítimo-comerciais (BRAUDEL, 1998).

No Continente Americano, Mott (1976) chama nossa atenção para as semelhanças de organização e estrutura das feiras e mercados nos países latino-americanos, classificando-os em dois tipos. O primeiro diz respeito aos mercados pré-hispânicos¹², ou seja, daqueles países colonizados por espanhóis e que já possuíam praças de mercado anteriormente à chegada do invasor europeu. Já no segundo tipo ele conclui que as feiras “[...] constituíam uma inovação que era desconhecida da população nativa” (p. 82).

No caso brasileiro, Prado Júnior (1981) assinala que muitos índios que já praticavam a agricultura encontraram “[...] no abastecimento dos colonos

¹² Segundo Mott (1976, p. 81), quando “[...] Hernán Cortez chegou à cidade de Tenochtitlán, a capital do Império Asteca, encontrou aí um mercado que se realizava diariamente e que, segundo os cronistas, congregava por volta de 60.000 comerciantes”.

brancos um meio de obter os objetos e mercadorias que tanto prezavam. Muitos deles foram fixando-se em torno dos núcleos coloniais e adotando uma vida sedentária” (p. 42).

Relativamente à instituição de feiras no Brasil-Colônia, Mott relata que o primeiro registro dessa atividade ocorreu na Colônia por volta de 1548, entre as ordens regimentais de Dom João III ao primeiro Governador Geral do Brasil, Tomé de Sousa¹³. O Rei português ordenou que “[...] nas ditas vilas e povoações (da Bahia) se faça em um dia de cada semana, ou mais, se vos parecerem necessários, feira a que os gentios possam vir vender o que tiverem e quiserem, e comprar o que houverem mister [...]” (AHU, 1548, p. 4 apud MOTT, 1976, p. 84).

Mott questiona, entretanto, o sentido da criação da feira como uma instituição econômica sofisticada na Bahia, que era ainda naquele momento pouco povoada e cujos nativos mantinham uma economia de subsistência e sistema espontâneo de trocas, desconhecendo práticas de comércio como a feira. Para ele, a instalação das feiras no Brasil, pela Monarquia portuguesa, visou “[...] muito mais provocar a concentração de mercadorias nativas a serem exportadas para a Metrópole, do que a satisfação das necessidades de subsistência imediata dos habitantes dos pequenos núcleos populacionais [...]” (1976, p. 84). Essa ação propunha repetir o que ocorria nas feiras angolanas que reuniam os produtos nativos para exportação para a Europa.

Embora houvesse uma ordem para a criação de feiras, o mesmo autor acredita que sua aplicação não foi imediata, pois, ainda em 1677, a comunicação entre Portugal e sua colônia continha mensagem determinando a criação de feiras para o comércio entre os gentios. A despeito disso, acentua que não há documentos que comprovem a criação da primeira feira no Brasil com exatidão, mas é provável que “[...] a primeira, senão uma das primeiras feiras a serem instituídas na colônia foi a de **Capoame**, situada na parte norte do Recôncavo Baiano” (MOTT, 1976, p. 85, grifo nosso).

O historiador americanista Robert C. Smith (2010), ao realizar estudos com base na coleção de desenhos de edifícios, mapas, plantas e vistas de povoações

¹³ Conforme Boris Fausto (1995), a decisão de criar um governo geral para uma melhor organização administrativa da Colônia ocorreu num momento em que a Coroa Portuguesa tinha indícios da crise com os negócios das Índias. Nesse sentido, o autor enfatiza que, no “[...] mesmo ano em que Tomé de Sousa foi enviado ao Brasil como primeiro governador geral (1549), fechou-se o entreposto comercial português de Flandres, por ser deficitário” (p. 46). Vale ressaltar que esta cidade, no passado, constituía-se num dos pontos principais da rota de comerciantes europeus, conforme vimos anteriormente neste trabalho.

coloniais do Arquivo Histórico Colonial Português, encontrou seis peças de grande relevância para a arquitetura baiana, dentre as quais a vista da Vila de Abrantes. Verificou que ela se refere a uma antiga aldeia de índios. “É a Aldeia do Espírito Santo, hoje município de Abrantes, uma das quatro primeiras povoações estabelecidas pelos padres da Companhia de Jesus no Brasil para catequizar os nativos [...] principiada em 1558, nove anos após a fundação da própria Bahia, [...]” (SMITH, 2010, p. 57). A planta dessa vila foi elaborada por volta de 1792, durante a visita de inspeção de Domingos Alves Branco Moniz Barreto, representante da Coroa Portuguesa. Ele, assim, descreve os índios da vila: “Os Índios que achei nesta Villa he gente muito dada ao trabalho da lavoira, sendo a sua principal força a plantação da mandioca, de que fazem a melhor farinha para seu sustento, e o muito que lhes sobra a reputação na cidade” (SMITH, 2010, p. 59). Os índios da vila também se dedicavam à plantação de algodão e ao serviço de fabricação de telhas, tijolos e louças de uso doméstico. A vila era um ponto de ligação da Sede da Capitania, no litoral, com outras povoações e aldeias sertão adentro. Os registros destacam a feira de gado como uma referência espacial de suma importância no abastecimento das vilas e cidades da Bahia. “Dos quatro ângulos partem as diversas estradas que ligavam a antiga Aldeia do Espírito Santo com o resto da Bahia: (H) ‘Estrada que vae ter a **Capoame** e á **Feira do gado**, que vem dos sertões, para fornecimento da cidade’” (SMITH, 2010, p. 60, grifo nosso).

Mott (1976) esclarece como funcionava o pequeno comércio no contexto da organização socioeconômica colonial. Diferentemente do grande comércio, formado pelas lojas de mercadores que negociavam (exportando e importando) produtos diretamente com a Metrópole, o pequeno comércio dedicava-se à venda dos produtos das roças que vinham para as vilas e cidades. O autor assim sintetiza: “[...] de um lado, o comércio estabelecido das lojas dos mercadores, de outro, a venda ao ar livre na praça. Os primeiros manipulando mercadorias importadas, coisas mais caras e nobres, o segundo, especializando-se nos frutos da terra” (p. 87).

Ainda segundo Mott (1976) havia, no século XVIII, dois tipos de feira:

A feira-mercado, realizando-se todos os sábados, com uma área de dominância mais restrita, destinada, sobretudo, ao abastecimento alimentar da população circunvizinha e a *feira-franca*, anual ou bi-anual, reunindo compradores e vendedores especialistas provenientes de regiões mais distantes, que comerciavam certos bens regionais, como o gado, por exemplo. Cumpre notar que, atualmente no Brasil, não mais existem estas feiras francas de antanho (p. 89).

Cabe ressaltar que, desde a metade do século XVIII, com o advento da Revolução Industrial, a produção de objetos tomou duas direções: uma com a produção de peças exclusivas (artesanais) para os consumidores de maior poder aquisitivo e a outra com a produção de artigos utilitários (industriais) produzidos em série e destinados à população de menor poder aquisitivo. A industrialização trouxe, como consequência para o artesão, a perda do domínio sobre o processo produtivo, promovendo os produtos industrializados que passam a substituir daqueles feitos artesanalmente.

Consequentemente, houve um distanciamento dos ofícios e a perda do valor do trabalho do artesão¹⁴ pela produção da máquina, passando, por vezes, de criador a copiadador do produto industrial. O artesão, contudo, passou a agregar o valor artesanal àquele objeto feito com apuro e que, embora tenha irregularidades, estas tornam cada peça única. O artesão passou a ser sinal de resistência ao capitalismo e à produção seriada da indústria (SENNET, 2009).

Refletindo sobre a função primordial das feiras e mercados como espaço, por excelência, do comércio da produção agrícola, Thomas (1993) ressalta que, já de longa data, a feira acolhia outros produtos, no primeiro momento, artesanais e, posteriormente, industrializados.

Vendre et acheter des denrées agricoles est certainement une des fonctions primordiales des foires et des marches, mais on aurait tort de s'arrêter là. Leur place dans l'économie ancienne embrasse des champs d'activité bien plus vastes. Au Moyen Age, les foires de Champagne canalisait une partie significative des produits manufacturés de l'époque; les grandes foires de la Renaissance, celles de Lyon et de Genève, par exemple, ont joué un rôle tout à fait analogue. Il en est de même des foires de l'époque moderne – Beaucaire, Guibray, Bordeaux – où les produits textiles constituent la majeure partie du chiffre d'affaires. Les foires et marches que nous étudions sont bien plus modestes et bien plus orientées vers la production agricole. Cependant, ils continuent à accueillir des producteurs artisanaux et industriels, toujours nombreux dans les campagnes françaises avant le triomphe de la Révolution industrielle (THOMAS, 1993, p. 153)¹⁵.

¹⁴ A expressão “habilidade artesanal”, segundo Richard Sennet (2009), pode levar a um entendimento de que este foi extinto com o surgimento da sociedade industrial, o que para o autor é falso, pois a habilidade artesanal designa “[...] um impulso humano básico e permanente, o desejo de um trabalho benfeito por si mesmo. Abrange um espectro muito mais amplo que o trabalho derivado de habilidades manuais” (p. 19).

¹⁵ “Compra e venda de mercadorias agrícolas é certamente uma das principais funções das feiras e dos mercados, mas seria errado parar por aí. Seu lugar na economia antiga engloba campos de atividade bem mais vastos. Na Idade Média, as feiras de Champagne canalizavam uma parte significativa dos produtos manufaturados da época; as grandes feiras renascentistas, com as de Lyon e Genebra, por exemplo, tiveram um papel bastante semelhante. É a mesma feira da era

Retomando as colocações de Thomas (1993) sobre as feiras na Europa, verificamos sua intensiva manutenção do século XIX. Referindo-se a Toulouse, na França, ele afirma que *“Les échanges de denrées agricoles sont certainement au coeur de l’économie des foires et marches. Si le XIX^e siècle marque l’apogée du commerce périodique dans la région toulousaine, c’est grâce à une production agricole plus forte [...]”* (p. 153)¹⁶. O destaque é, portanto, para os produtos agrícolas regionais. Quanto aos artigos manufaturados, este autor pondera que os tecidos não foram os únicos produtos da indústria a serem comercializados nas feiras e mercados. *“Les textiles ne sont pas l’unique objet d’industrie et de commerce surtout après la Revolution. Des spécialités artisanales se développent dans maints villages, la production trouvant ses débouchés dans les foires et marches de la region.”* (p. 166)¹⁷.

Fabriquetas no interior das vilas faziam produtos de várias matérias-primas (madeira, tricô, lã, argila, palha etc.) que eram vendidos nos mercados locais, inclusive, em pequenos mercados especializados, a exemplo da região francesa de *Montréjeau*, cuja produção local era especializada na tricotagem de meias de lã. *“A Montréjeau, l’importance de ce commerce se signale par l’existence d’une place aux Tricots où ont lieu les transactions. Dans le même canton, on trouve trace d’autres petits marchés spécialisés dans la laine et son travail.”* (THOMAS, 1993, p. 166)¹⁸.

Segundo Marx e Engels (2007), a manufatura tornou-se “[...] um refúgio dos camponeses contra as corporações que os excluía ou remuneravam mal, do mesmo modo que anteriormente as cidades dominadas pelas corporações haviam servido de refúgio contra a nobreza rural que os oprimia” (p. 56). Esperamos mostrar, no decorrer deste trabalho, que a manufatura outra vez revelou ser um refúgio para camponeses sertanejos contra a escassez de recursos naturais, a

moderna – Beaucaire, Guibray, Bordeaux –, onde os produtos têxteis constituem a maior parte das vendas. As feiras e mercados que estamos estudando são muito mais modestas e mais orientadas para a produção agrícola. No entanto, eles continuam a acolher os produtos artesanais e industriais, sempre numerosos no interior da França antes do triunfo da Revolução Industrial.”.

¹⁶ “O comércio de produtos agrícolas é certamente o coração da economia das feiras e dos mercados. Se o século XIX marca o clímax do comércio periódico na região de Toulouse, é graças a uma produção agrícola mais forte [...]”

¹⁷ “Os produtos têxteis não eram os únicos objetos da indústria e de comércio antes da Revolução [Industrial]. As especialidades artesanais se desenvolvem em várias cidades. A produção encontra-se nos boxes nas feiras e mercados da região.”

¹⁸ “Em Montréjeau, a importância deste comércio é marcado pela existência de um lugar para o tricô onde aconteciam as operações. No mesmo lugar, pode-se encontrar vestígios de outros pequenos mercados especializados na lã e no seu trabalho.”

concentração fundiária, o patriarcalismo enraizado na sociedade nordestina e a exploração do trabalho em postos e funções com salários rebaixados, o que não exclui outras lógicas contraditórias, como a exploração do trabalhador pelo trabalhador sob a égide do empreendedorismo. De modo mais específico, podemos apontar que a pequena produção confeccionista também se tornou refúgio para o agricultor que trocou a enxada pela máquina de costura. Isso não deixa de ser parte de processo de modernização capitalista e de uma nova divisão territorial do trabalho que novamente submete a massa de trabalhadores do campo aos novos ditames do capital, todavia, agora operando sobre a lógica da acumulação flexível, que promove a exploração do trabalho na produção confeccionista de maneira difusa, em facções e microunidades produtivas dotadas de maquinário (máquinas de costuras) com tecnologia atualizada tanto na cidade quanto no campo. Acreditamos, assim, que a produção difusa teve grande repercussão no aumento de barracas de confecção nas feiras-livres estudadas, conforme veremos nos próximos capítulos.

2.2 A EXPRESSÃO CULTURAL DA FEIRA: BREVE ABORDAGEM

Intentando estabelecer aqui outro eixo de reflexão sobre as feiras, em paralelo à óptica histórico-econômica, nos apoiamos em autores como Burke (2010), Bakhtin (1987) e Canclini (1983), que destacam aspectos da cultura e da política também encontrados nas feiras. Alguns autores ressaltam a relação da feira com a festa, com a cultura popular, enfim um espaço transposto ao econômico. Burke (2010), referindo-se às feiras italianas, acentua que os dias de mercado e de feiras eram organizados para coincidir com as festas religiosas e assim durarem mais dias.

A feira era programada de modo a coincidir com uma grande festa: a festa de Ascensão, em Veneza (com uma feira de quinze dias), a festa de Santo Antônio, em Pádua (outra feira de quinze dias), e assim por diante. Nas feiras, os camponeses teriam a oportunidade de comprar livretos ou figuras de cerâmica que, de outra forma, talvez nunca chegassem a ver. O que requer aqui maior destaque são os aspectos não econômicos dessa instituição. As feiras não eram apenas locais para o comércio de cavalos ou carneiros e a contratação de empregados, mas também, como nos países menos desenvolvidos de hoje, locais onde os jovens se encontravam sem ficarem sob a supervisão da família, e onde todos podiam assistir aos artistas ambulantes, dançar ou ouvir as últimas novidades (BURKE, 2010, p. 156).

Mikhail Bakhtin (1987) é outro autor que, ao se referir à cultura popular na Idade Média e no Renascimento, alude à relação entre a feira e a festa, destacando o papel da praça pública como espaço de alegria e liberdade em relação à ordem estabelecida. Aí havia contraposição do espaço oficial, em relação à ordem, com

o espaço de atuação do povo, tendo em vista que os períodos de feiras coincidiam com os dias de festa que duravam muito tempo. A praça pública parecia ser o *locus* da liberdade, e a feira era favorecida com um espaço à parte ao largo da ordem, onde a expressão popular parecia se realizar por completo, principalmente, nos dias de festa e de feira.

A cultura popular não oficial dispunha na Idade Média e ainda durante o Renascimento de um **território próprio**: a praça pública, e de uma **data própria**: os **dias de festa e de feira**. Essa praça entregue à festa, já o dissemos várias vezes, constituía um segundo mundo especial no interior do mundo oficial da Idade Média. Um tipo especial de comunicação humana dominava então: **o comércio livre e familiar** (BAKHTIN, 1987, p. 133, grifo nosso).

Com amparo no autor, podemos reafirmar a praça pública como o território próprio das festas e das feiras – espaço e tempo do comércio livre. Ressaltamos aqui o contexto vivido pelo escritor francês François Rebelais e seu profundo conhecimento do “chão da feira”, iniciado, ainda jovem, na famosa feira francesa de *Fontenay-le-Comte*. Essa feira, conhecida em todo o Território Francês, era realizada três vezes por ano e reunia grande quantidade de comerciantes e compradores originados não somente da França, mas também de países vizinhos, em grande parte, de alemães. O autor assim define o público já numeroso que afluía para essa feira: “Pequenos vendedores ambulantes, ciganos, diferentes elementos desclassificados [...]” (BAKHTIN, 1987, p. 133).

Assim como François Rebelais teve a oportunidade de observar e de prestar atenção na vida das feiras das cidades francesas como *Fontenay-le-Comte*, *Poitou*, *Montmorillon*, *Saint-Maixent*, *Poitiers*, no século XVIII, também buscamos, guardados os devidos distanciamentos, nesses três anos de pesquisa doutoral, acompanhar as feiras de Caruaru/PE, Apazível-Sobral/CE e Serriinha/BA, verificando aspectos concernentes à ordem cultural e política. Embora não tenha sido esse o nosso objeto de estudo específico, eles não passaram despercebidos. A maneira encontrada de fazer isso foi por meio das visitas de observação, algumas programadas e outras espontâneas, esperando sempre pela surpresa do encontro com as pessoas, com os sujeitos, também em trânsito, que se deslocavam para essas feiras; enfim, os feirantes, sacoleiros, lojistas, dentre outros. Tivemos a oportunidade de deparar esses sujeitos em várias oportunidades, as quais buscaremos detalhar nas seções seguintes.

A feira da cidade de *Lyon* é outro exemplo clássico da imbricação feira/festa. Consoante anota Bakhtin (1987), essa feira, que se estendia por 15 dias, era realizada quatro vezes por ano, totalizando dois meses inteiros durante um ano, destacando Lyon como uma cidade que conhecia a vida de feira, sendo esta um termômetro da cidade e de sua dinâmica.

Bakhtin (1987) destaca, ainda, nesse sentido, o caráter observador de Rabelais, dos aspectos da vida de rua, da liberdade de expressão e da proximidade quase confusa entre os sujeitos da praça pública, dos vendedores de produtos da medicina popular aos promotores da arte popular. “É isso que explica que o comediante das ruas e o comerciante de drogas fossem, às vezes, uma única e mesma pessoa” (p. 137-138). Ressalta, ainda, o estilo típico dos charlatães de feira e camelôs.

A feira também era o lugar da venda de obras literárias de vários gêneros. Bakhtin reporta-se às publicações que eram vendidas na feira de *Lyon* e que só perdiam para a feira de *Frankfurt*, na Alemanha. Ele estabelece, portanto, uma ligação entre François Rabelais e a feira de *Lyon*, por conta da venda dessas publicações, sobretudo de “Prognósticos” e “Almanaques”, que eram tipos de obras muito ligadas ao chão de feira, naquele momento. E, ainda, muitos editores publicavam “[...] seus livros ‘na ocasião da feira (da primavera, do outono e do inverno) [...]’, e, dessa maneira, a feira de *Lyon* acabava determinando o calendário das publicações na França (p. 135-136).

Outro aspecto cultural também destacado pelos autores no estudo da cultura popular, a exemplo dos já citados por Bakhtin, diz respeito ao vocabulário, às falas, jargões na praça pública, onde acontecia a feira. Por meio do jogo livre, brincalhão, do estilo de comércio que fugia das normas rígidas, foi que o discurso dos camelôs, charlatães, criou uma atmosfera especial na praça. Isso permitiu que as charlatanices da feira sempre escapassem dos imperativos hierárquicos e convenções, gozando dos privilégios da rua. Por fim, na análise de Bakhtin, o vocabulário grotesco da praça pública é um universo margeado entre os louvores e as injúrias e que “[...] estava orientado para o mundo e para cada fenômeno desse mundo em estado de perpétua metamorfose, de passagem de noite a dia, de inverno a primavera, do velho ao novo, da morte ao nascimento” (1987, p. 138). Conforme aponta o autor, o caráter ambivalente das linguagens familiares salpicadas de louvores e injúrias residia

[...] na idéia de um mundo em estado de perpétuo inacabamento, que morre e nasce simultaneamente, um mundo bicorporal. A figura de dupla tonalidade que reúne os louvores e as injúrias esforça-se por apreender o próprio instante da mudança, a própria passagem do antigo ao novo, da morte ao nascimento. Essa imagem coroa e destrona ao mesmo tempo. Durante a evolução da sociedade em classes, essa concepção de mundo só podia expressar-se na cultura não-oficial, pois ela não tinha direito de cidadania na cultura das classes dominantes, onde os louvores e as injúrias estavam, nitidamente delimitados e imóveis, na medida em que o princípio da hierarquia imutável, onde o superior e o inferior não se misturam jamais, estava na base da cultura oficial. Por outro lado, ela se presta perfeitamente ao da cultura popular na praça pública. (BAKHTIN, 1987, p. 143).

Hoje em dia, podemos destacar essa dinâmica do que foi expresso, debatido e vendido na feira, em consonância com a cultura popular, de modo a inferirmos que a confecção popular, do jeito como é produzida e comercializada, se insere também nesse âmbito. Na medida em que temos uma sociedade cada vez mais urbanizada, a feira também passa por tais mudanças, não somente como adequação ou atualização, mas também como inacabamento, ou, ainda, como perpétua metamorfose. De modo prático, vemos que, nas feiras de confecção, o traje ou modelo da atriz principal da novela de TV, de maior audiência, pode estar da noite para o dia nas bancas da feira que se atualiza, se reinventa quase que cotidianamente, como poderemos confirmar um pouco mais à frente.

Bakhtin (1987), fazendo menção à obra *Pantagruel*, de François Rabelais, destaca o estilo da praça pública marcada por tons vulgares. Segundo ele, ouvia-se “[...] o ‘grito’ do vendedor de feira, do charlatão, do mercador de drogas miraculosas, do vendedor de livros de quatro centavos, ouvimos enfim as imprecações grosseiras que se sucedem aos reclames irônicos e os louvores [...]” (p. 144). No Prólogo de *Gargantua*, segundo livro de Rabelais, o vocabulário da praça pública permanece como elemento essencial desse volume em que as injúrias e elogios continuam imbricados na linguagem familiar da praça pública, marcada por elogios injuriosos e injúrias elogiosas, consoante anota o citado autor:

Todo o Prólogo, do começo ao fim, é construído como uma conversação familiar do mesmo vendedor de feira com o seu público aglomerado em volta do tablado. Reencontramos sem cessar fórmulas como ‘não teríeis dado por isso uma casca de cebola [...] ao abrir esta caixa teríeis encontrado dentro [...] meus bons discípulos, e alguns outros loucos desocupados [...] abristes alguma vez uma garrafa?’ etc. O tom familiar e vulgar de todas essas interpelações aos ouvintes é perfeitamente evidente. A sequência do Prólogo está salpicada de injúrias diretas dirigidas dessa vez a terceiros: ‘parasita’, ‘malsinado’, ‘crápula’, ‘casmurro’ (BAKHTIN, 1987, p. 145).

Contrapondo-se às injúrias, os elogios aparecem nos reclames e pregões¹⁹ dos mercadores e vendedores de feira, a exemplo de expressões como: “[...] ‘O odor de vinho, oh, quão mais apetitoso, risonho, atraente, celestial e

¹⁹ Bakhtin (1987) destaca que os pregões são “[...] os reclames que os mercadores da capital gritam em alta voz, dando-lhe uma forma rimada e rítmica; cada ‘pregão’ particular é uma quadra destinada a propor uma mercadoria e a louvar-lhe as qualidades” (p. 156). Antes da língua nacional ser a da grande literatura, da ciência e da ideologia, ela fora a “[...] do folclore, da praça pública, da rua, do mercado, dos pequenos vendedores, dos ‘pregões de Paris’ [...]”. (p. 157). Segundo o autor, o papel dos “pregões de Paris” era de grande relevância nas praças públicas e nas ruas, pois esses “[...] zumbiam literalmente com os mais variados apelos. Cada mercadoria (alimentos, bebidas ou vestimentas) possuía o seu próprio vocabulário, a sua melodia, a sua entonação, isto é, a figura verbal e musical” (p. 157).

delicioso que o do azeite!’ ‘[...] esses bons livros de alto teor de gordura’”. Segundo Bakhtin, o primeiro exemplo refere-se ao reclame dos mercadores na praça pública ou na rua. Já no segundo exemplo, a expressão ‘alto teor de gordura’ era aplicada como o qualificativo às aves e à carne de primeira qualidade (1987, p. 147).

Com relação às tradições, Eric Hobsbawm (2008a, p. 9) assinala que, por vezes, estas “[...] que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não inventadas”. Para o autor, a tradição inventada pode ser entendida como

[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita e abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWM, 2008a, p. 9).

Um estudo da feira tradicional ou da tradição da feira nordestina implicaria a análise das permanências das práticas de comércio e produtos simbólicos que perduram nas feiras e, desse modo, incorreríamos num sério risco de fuga da realidade das feiras hoje.

Muitas vezes, vemos no senso comum a visão da cultura popular como algo puro que não pode ser tocado pela Modernidade, muito menos pelo desenvolvimento capitalista. Como disse Canclini (1983), são pensados como resíduos de modos de produção pré-capitalistas. Em geral, é o que verificamos quando se fala na feira nordestina e logo passamos a idealizar, muitas vezes, de modo sentimental, uma feira dotada de produtos que se repetem como símbolos “tradicionalistas” que não podem faltar naquele espaço de comércio. Nesse sentido, a feira ainda está situada no passado e, na medida em que não é mais vivenciada pelos sujeitos, tende a não coincidir com a feira de hoje.

Canclini (1983, p.11) indaga sobre o que é a cultura popular: “[...] criação espontânea do povo, a sua memória convertida em mercadoria ou o espetáculo exótico de uma situação de atraso que a indústria vem reduzindo a uma curiosidade turística?”. Não podemos prescindir da ideia de que a feira dos dias atuais reflete a dinâmica do seu espaço e tempo e, como uma manifestação da cultura popular, é uma criação espontânea do povo. Muitas vezes, a memória da feira é convertida em tradição cristalizada no tempo e no espaço e reduzida a ponto turístico, onde se adquirem os produtos da terra e/ou regionais. Não obstante, concordamos com Canclini, no sentido de que a feira absorve as ideologias dominantes e as contradições das classes oprimidas.

A feira de confecção, desse modo, passa a descaracterizar o que há de puro, no que se refere às manifestações da cultura popular e sua memória, que em algum momento passa a ser preservada de modo sentimental na lembrança afetiva dos sujeitos que dela fizeram parte. Não é raro vermos tentativas de salvaguardar a feira como tradição, principalmente, dos produtos feitos artesanalmente.

Conforme exprime Hobsbawm (2008a, p. 10), “O objetivo e a característica das ‘tradições’, inclusive das inventadas, é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição”. Segundo o *Dicionário de Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, a feira é “[...] um lugar público, não raro descoberto, onde se expõem e vendem mercadorias” (2010). O ato, assim, perpetua a feira de produtos do campo, do abastecimento, que, em geral, é montada e desmontada ao lado do mercado ou no largo da igreja, guardando ainda suas reminiscências com um passado da formação territorial do Brasil e da região Nordeste. Existem várias denominações para o termo feira, sejam eles: feira de gado, feira de mangaio, feira de artesanato, feira de troca, feira livre, feirão, feirinha etc.

Canclini (1983, p. 12) nos orienta no sentido de que é preciso abandonar a visão do artesanato como uma coleção de objetos e da cultura popular como um conjunto de tradições. Para o autor, a cultura deve se entendida como “[...] um instrumento voltado para a compreensão, reprodução e transformação do sistema social, através do qual é elaborada e construída a hegemonia de cada classe”. Ele compreende as culturas das classes populares como “[...] resultado de uma apropriação desigual do capital cultural, a elaboração específica das suas condições de vida e a interação conflituosa com os setores hegemônicos” (p. 12). Mas quem são as classes populares? São somente os trabalhadores iletrados?

Nestor Garcia Canclini (1983) nos adverte e acentua que “[...] quase não existem mais feiras e mercados exclusivamente regionais, onde apenas são negociados os bens de uma região pequena entre os próprios produtores, em postos de venda controlados por eles mesmos” (p. 94). Segundo ele, os mercados locais acabaram se transformaram em pontos de articulação da “[...] economia camponesa com o sistema capitalista nacional e internacional” (p. 94). Diferentemente da maneira de operar dos supermercados, para ele, o mercado popular age de modo diverso, funcionando em “[...] espaços abertos e ruidosos, frequentemente em praças, favorece as relações interpessoais múltiplas e costuma interromper o trânsito ou misturar-se com ele” (p. 96). Para o antropólogo portenho, a denominação popular aparece como o “[...] outro nome do primitivo: um obstáculo a ser suprimido ou um novo rótulo pertencente a mercadorias capazes de ampliar

as vendas a consumidores descontentes com a produção em série” (p. 11). Essas visões das classes populares, sua instrução e universo de atuação, contrastam com as frequentes mudanças da modernização capitalista. Nesse sentido, recebem o rótulo da tradição de maneira quase imutável, como anota Hobsbawm: “É o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social que torna a ‘invenção da tradição’[...]” (HOBBSAWM, 2008a, p. 10).

Outro ponto expresso por Canclini se refere à dimensão do popular como um novo rótulo, sobretudo, para as mercadorias artesanais capazes de se inserirem como estratégia de mercado ante a produção industrial (em série). Quando olhamos, contudo, para a expansão do comércio da confecção nas feiras livres nordestinas, entendemos que esse popular ocorre justamente por atingir um público cada vez maior. A confecção é popular, justamente, por ser mais barata em virtude da produção em série. A confecção torna-se um produto popular e, por isso, defendemos a ideia de que há uma nova dinâmica marcada por outra tipologia de feira, que estamos denominando de feira de confecção popular.

A redefinição do que seja cultura popular hoje perpassa por estudos e pesquisas que privilegiam a produção, a circulação e o consumo (CANCLINI, 1983). No caso da feira, podemos asseverar que passado e presente se mesclam, à medida que o produto que se vendia na feira tradicional é o mesmo vendido hoje. A feira passou, todavia, a ofertar uma grande quantidade de barracas de comércio de confecção, que nos remete às relações estabelecidas, permitindo a criação/produção confeccionista numa facção, sua distribuição nos espaços da feira e o consumo por parcela da população que vai à feira para comprar roupas. Vejamos no próximo capítulo a representatividade da feira no Nordeste brasileiro e suas manifestações socioespaciais.



CAPÍTULO 3

A FEIRA E SUAS MANIFESTAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO NORDESTE BRASILEIRO

*Fumo de rolo, arreio de cangalha
Eu tenho pra vender, quem quer comprar
Bolo de milho, broa e cocada
Eu tenho pra vender, quem quer comprar
Pé de moleque, alecrim, canela
Moleque sai daqui me deixa trabalhar
E Zé sai correndo pra feira de pássaros
E foi passo-voando pra todo lugar.*

Feira de Mangaio (1979) – Glorinha Gadelha e Sivuca

As feiras sempre tiveram grande importância na dinâmica socioespacial da região Nordeste¹ do Brasil. Em princípio, atreladas, sobretudo, ao importante papel da pecuária, destacando-se nesse sentido as feiras de gado que deram, ao mesmo tempo, origem a vilas e cidades. O papel desempenhado pela pecuária no sertão nordestino fomentou o aparecimento da feira, que foi se ampliando de modo a tornar essa modalidade de comércio muito popular no Nordeste. As feiras tiveram grande importância nos núcleos urbanos de povoamento na região, de modo que várias cidades se originaram com elas. Essa acessão é reforçada

¹ Francisco de Oliveira (1981, p. 32) assinala que o reconhecimento da “região” Nordeste passou por mutações ao longo da história econômica e social nacional. Segundo o autor, o Nordeste como região “[...] somente é reconhecível a partir de meados do século XIX, e, sobretudo, neste século. Há, pois, na história regional e nacional, vários ‘nordestes’. Reconhecia-se, no período da Colônia, ‘regiões’ dentro do que hoje é o Nordeste, com amplitudes muito mais restritas [...]”.

por Ab'Saber (2003), quando ele ressalta que várias cidades² do interior nordestino cresceram pela importância do comércio e movimentação de suas feiras, abastecidas pelas áreas de brejo. Em seguida, com a incorporação de produtos da agricultura e do artesanato e, posteriormente, com a venda de produtos da indústria, as feiras foram assumindo outras feições, sempre atreladas, porém, a dinâmica urbana e regional.

Neste capítulo, cuidamos dos aspectos relativos a essa dimensão econômica e também abordamos os aspectos culturais da feira. Fica evidente a necessidade de um aprofundamento das questões relativas à dimensão cultural que, no nosso sentir, não se restringe apenas ao econômico. Por tal pretexto, enfocamos o cultural e o vivido, mesmo não sendo este o objeto principal da tese sob relação.

3.1 A ATIVIDADE COMERCIAL E A FEIRA COMO EXPRESSÃO ECONÔMICA E CULTURAL DA REGIÃO NORDESTE

Para entender melhor o papel da feira na economia urbana brasileira e nordestina, em particular, começamos do Período Colonial, remetendo-nos a Caio Prado Júnior (1981), que caracteriza a economia brasileira nessa fase como dividida em duas atividades produtivas: a economia de exportação e a economia acessória de subsistência. A primeira, marcada pela grande lavoura, teve como produto principal o açúcar, gênero produzido e exportado em larga escala com a finalidade de abastecer o comércio europeu. Já a economia de subsistência envolvia outras espécies de organização, mas, em geral, funcionava em pequenas unidades produtivas de gêneros de consumo, cujo objetivo era fornecer meios de subsistência para a parcela da população que trabalhava nas grandes culturas exportadoras.

A ação monopolizada do plantio de cana-de-açúcar e suas condições de maior rentabilidade, relegavam aos pequenos produtores autônomos o papel de abastecimento dos núcleos de povoamento colonial. A falta de alimentos era sentida, principalmente, nos centros urbanos coloniais que, para satisfazerem suas necessidades alimentares, apelavam para os produtos de subsistência da cultura indígena, com destaque para a produção da mandioca e de seus subprodutos, em particular, a farinha. “Este gênero será a base da alimentação vegetal da colônia,

² “Cidades como Campina Grande, Feira de Santana, Mossoró, **Caruaru**, Crato, **Sobral**, Garanhuns, entre outras, possuem uma expressão regional consolidada pelo número e pela qualificação de suas funções: no campo do comércio, na movimentação de suas feiras [...]” (AB’SÁBER, 2003, p. 93, grifo nosso).

e cultivar-se-á em toda parte. Depois da mandioca vem o milho, cujo valor é acrescido pelo fato de tratar-se de excelente forragem animal. O arroz e o feijão seguem nesta lista” (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 43).

No que se refere ainda ao setor de subsistência, cabe destacar o fato de que a pecuária também integrava as atividades acessórias à grande lavoura, tendo a função de abastecimento da população. A carne bovina foi, assim, um dos “[...] gêneros fundamentais do consumo colonial. Mas a pecuária, apesar da importância relativa que atinge, e do grande papel que representa na colonização e ocupação de novos territórios, é assim mesmo uma atividade nitidamente secundária e acessória” (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 44). Vale lembrar que Caio Prado se refere ao contexto nacional, pois, para a realidade dos sertões, sobretudo, o cearense, a pecuária teve grande relevância na ocupação, economia e cultura desses espaços.

Oliveira (1981), entretanto, considera que a pecuária não teve grande expressão para a economia colonial, sendo, para ele, mais uma “[...] forma de desdobramento marginal, da atividade econômica principal [...]” (OLIVEIRA, 1981, p. 45), no caso, a cana-de-açúcar. O mencionado autor chega até mesmo a comparar a economia pecuária dos sertões às atividades extrativas, dado o caráter extensivo, de não apropriação das terras pelas fazendas de criação. O contato dessa atividade com o capital mercantil ocorria somente por intermédio da “região do açúcar”. Aí todas as forças e recursos eram dedicados a produzir a cana e fabricar o açúcar. A monocultura exclusiva da cana-de-açúcar, todavia, recriava maneiras de acumulação primitiva, mesclando “[...] a atividade de produção do açúcar e as chamadas ‘culturas de subsistência’ [...]” (p. 46). Essa economia semicamponesa, formada nas franjas da “região açucareira”, tinha o objetivo de abastecê-la de gêneros alimentícios, produzindo a própria subsistência (OLIVEIRA, 1981).

Essa subordinação às grandes lavouras de cana-de-açúcar promoveu várias contingências e restrições dessa atividade no Período Colonial, sobretudo, relativamente à sua localização. A pecuária foi impelida para o interior do País, ou seja, para os sertões³, compreendendo-se aqui as condições históricas, geográficas e fisiográficas que o termo encerra. A atividade criatória teve grande peso na

³ Moraes (2003, p. 3) realiza uma discussão conceitual sobre o sertão pela perspectiva da Ciência Geográfica. De modo sintético, ele nos explica que esse conceito é “[...] comumente concebido como um espaço para a expansão, como o objeto de um movimento expansionista que busca incorporar aquele novo espaço, assim denominado, a fluxos econômicos ou a uma órbita de poder que lhe escapa naquele momento”.

formação de feiras de gado, bem como no provimento de carne para a população dos núcleos urbanos, conforme comentaremos mais adiante.

Caio Prado Junior relata que, apesar das condições ambientais adversas, as fazendas de gado se dispersaram e se multiplicaram com rapidez, em decorrência, em parte, da facilidade com que se estabeleciam, em geral, às margens de rios (às ribeiras), mas também pela demanda de carne nos núcleos urbanos litorâneos. Os centros de irradiação das fazendas de gado ocorreram desde os Estados da Bahia e de Pernambuco, sendo que, do primeiro,

[...] elas se espalham sobretudo para o norte e noroeste em direção do rio São Francisco, que já é alcançado em seu curso médio no correr do séc. XVII. De Pernambuco, o movimento também segue uma direção norte e noroeste, indo ocupar o interior dos atuais Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Um núcleo secundário que também deu origem a um certo movimento expansionista de fazendas de gado é o Maranhão [...] (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 45).

Apesar de grande parte dos produtos manufaturados consumidos no período colonial ser importada do mercado externo, havia também uma produção local (olaria, metalurgia, curtumes, fiação, têxtil, ourivesaria etc.) que, embora não fosse significativa, atendia às necessidades de moradores mais afastados dos centros mais populosos (PRADO JÚNIOR, 1981).

A manufatura de pano e vestuário ficava a cargo de escravos mais hábeis ou de mulheres donas de casa que, “[...] embora obscura e passando à primeira vista despercebida, tem seu papel na vida da colônia, pois completa essa autonomia dos grandes centros rurais [...] e que representa traço tão característico e importante da vida econômica e social da colônia” (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 106).

Talvez a existência de várias peças utilitárias, dentre as quais o vestuário na feira livre, advenha, de um lado, dessa familiaridade das populações rurais com as atividades autônomas, dos ofícios, dos artesãos ambulantes que ofereciam produtos e serviços de porta em porta, conforme aponta Caio Prado Júnior. De outro lado, a tradição das costuras no Nordeste, talvez, esteja ligada à máquina de costura como utensílio doméstico destinado às mulheres – donas de casa direcionadas para as artes do saber-fazer (costurar, bordar, tecer) e, por conseguinte, tornou-se uma habilidade reaproveitada no período atual, gerando maior autonomia na produção da confecção popular, comercializada nas feiras.

Do mesmo modo, Reis Filho (1968) assinala que, no século XVIII (referindo-se ao Recife de 1703), em virtude da falta de condições para atuar nos negócios da importação e exportação, o pequeno comércio se desenvolveu na cidade, voltado para a preparação e distribuição de gêneros alimentícios. As feiras são

citadas como sendo humildes e de índios, convivendo com outras feições de comércio (quitandas, padarias, tavernas e ambulantes). O autor acrescenta que “[...] era nas feiras que se realizava o comércio regular de produtos agrícolas, mas sobretudo o do pescado” (p. 55). Reportando-se a Salvador, destaca que as antigas feiras situavam-se tanto na cidade baixa, junto à praia, quanto na cidade alta, na praça principal. Sampaio (1949) detalha melhor a localização e funcionamento dessas feiras:

‘Por facilitar o mercado consentia-se que a feira se realizasse a beira-mar, na Praia dos Pescadores, visinha da ermida da Conceição, onde abicavam as canôas vindas de toda parte’ e ‘na praça da cidade, em face da Camara e das casas do governador, e em torno do pelourinho, que de começo ahi se assentou, fazia-se ao mesmo tempo outra feira’ [...]. ‘Mais tarde mudou-se a feira para o Terreiro de Jesus, onde a Camara mandou fazer uns cobertos’ (SAMPAIO, 1949 apud REIS FILHO, 1968, p. 55).

Nas feiras de Salvador, eram vendidos produtos “da terra” entre os quais a famosa farinha de mandioca, milho, feijão, raízes comestíveis, frutas variadas, animais vivos, peixes e mariscos. (SAMPAIO, 1949 apud REIS FILHO, 1968, p. 55). Dois aspectos chamam a atenção nas observações dos autores, além do caráter urbano da feira. Primeiro, a localização à beira-mar e, segundo, a oferta de produtos como a farinha de mandioca e a tapioca feita da goma, matéria-prima proveniente desse produto, além de frutas regionais, milho, feijão, portanto, produtos da agricultura de subsistência.

Richard Graham (2013, p. 29), reportando-se também à cidade de *São Salvador da Bahia de Todos os Santos*, assinala que, em 1780, os moradores da cidade “[...] recebiam a maior parte dos alimentos, à exceção da carne, por barco.”. O autor chama atenção para a conformação de Salvador em “cidade baixa” e “cidade alta” que se dava por meio de um penhasco que “[...] servia para dividi-la socialmente, numa organização do espaço urbano que lembra outras cidades portuguesas mundo afora” (p. 31). A cidade “baixa” é, assim, descrita:

Canoas e barcos eram puxados para a praia a fim de descarregar alimentos trazidos através da baía. Um intenso comércio de escravos africanos transformava a cidade baixa num grande mercado de escravos. Armazéns do cais com molhes serviam para a exportação de açúcar, tabaco, café, algodão e couros, e para o manejo de grandes fardos e barris de mercadorias que chegavam da Europa e até da Índia, com tecidos, ferramentas, especiarias, vinho, azeite de oliva e bacalhau salgado. Fregueses encontravam fornecedores de suprimentos tanto para navios como para engenhos de açúcar, além de lojas de ferragens, relojoeiros, armarinhos, lojas de brinquedos e escritórios de seguradoras — tudo na cidade baixa. Era um lugar de azáfama e falatório (GRAHAM, 2013, p.31-32).

A cidade alta era dotada de ruas largas e nela circulavam vendedoras de rua, em geral, escravas, que buscavam “[...] fregueses por conta própria e fixavam seus preços, e geralmente até viviam com independência. Entregavam certa quantia em dinheiro para seus senhores em intervalos regulares, e ficavam com o que sobrava [...]” (GRAHAM, 2013, p. 46).

Segundo Reis Filho (1968) citando Thales de Azevedo, era muito frequente a venda de comida⁴, incluindo-se doces, nas ruas de Salvador. Em geral, esse comércio era praticado pelas escravas que vendiam “[...] meúdos, carne cozida e frutas” (p. 56), tudo isso a mando dos seus senhores que ficavam com os lucros das vendas.

As relações escravistas nas ruas de Salvador, no século XIX, conforme aponta Soares (1994), caracterizavam-se pelo sistema de ganho com o comércio ambulante de rua, realizado, principalmente, por negras escravas ou libertas. As ganhadeiras⁵, como eram denominadas, tinham que entregar aos seus donos “[...] uma quantia previamente estabelecida, a depender de um contrato informal acertado entre as partes. O que excedesse o valor combinado era apropriado pela escrava, que podia acumular para a compra de sua liberdade ou gastar no seu dia a dia” (SOARES, 1994, p. 49). A autora observa, ainda, que a maioria das negras libertas dedicava-se ao pequeno comércio e, por isso, raramente estavam ocupadas no serviço doméstico. A maior parte tinha a ocupação de *quitandeira* ou *mercandêja*, não obstante houvesse aquelas que se ocupavam como domésticas, costureiras, lavadeiras, roceiras, dentre outras. Elas comercializavam, sobretudo, produtos alimentícios como “[...] hortaliças, verduras, peixes, frutas, comida pronta, fazendas e louças. Embora não formassem um grupo homogêneo, as vendadeiras conseguiram mais facilmente integrar-se no pequeno comércio urbano [...]” (SOARES, 1994, p. 53).

A astúcia para o comércio era atribuída à experiência que muitas negras escravas já traziam de seus países de origem, haja vista o fato de que em países africanos, o pequeno comércio era uma tarefa essencialmente feminina. Foi assim que as ganhadeiras obtiveram o monopólio dos produtos alimentícios na cidade de Salvador, no século XVIII, principalmente do comércio de pescado

⁴ Para Henrique S. Carneiro (2005, p. 72), os costumes alimentares de uma civilização, de um povo, podem revelar “[...] desde a sua eficiência produtiva e reprodutiva, na obtenção, conservação e transporte dos gêneros de primeira necessidade e os de luxo, até a natureza de suas representações políticas, religiosas e estéticas.”

⁵ Para detalhes sobre a atividade das escravas de ganho, conferir o segundo capítulo da dissertação de Soares (1994) sobre o papel da mulher negra na Bahia, no século XIX.

e de frutas. Elas, além “[...] de circularem com tabuleiros, gamelas e cestas habilmente equilibradas sobre as cabeças, [...] ocupavam ruas e praças da cidade destinadas ao mercado público e feiras livres, onde vendiam de quase tudo” (SOARES, 1994, p. 56). Posteriormente, com a destinação de tabuleiros fixos na área urbana para o comércio varejista, vários pontos de venda de negras ganhadeiras se espalharam pela cidade em pontos de grande valor pela intensa movimentação comercial, a exemplo da praça do comércio.

Seja trabalhando como ambulantes seja em pontos fixos, em geral, o produto que as ganhadeiras mais vendiam nas ruas: “[...] era, sobretudo, comida, e em segundo plano tecidos e miudezas” (SOARES, 1994, p. 59). Os pontos de venda fixos, geralmente, eram formados com a montagem de esteiras ao longo dos passeios. A autora denomina as pequenas vendas e barracas de *quitandas*, e ali eram ofertados “[...] ‘peixes, carne mal assada a que dão o nome de moqueca, toucinho, baleia no tempo da pesca, hortaliças etc.’ [...]” (VILHENA, 1969, p. 93 apud SOARES, 1994, p. 59). Com relação aos tabuleiros, estes “[...] podiam ser fixos em pontos das ruas ou carregados na cabeça, eram oferecidos outros tantos produtos e utensílios [...]” (SOARES, 1994, p. 59). Quanto às *vendedeiras de comida nas ruas*, estas:

Podiam também improvisar cozinhas, onde colocavam pratos prontos e quentes, preparados à base de farinha de mandioca, feijão, carne seca, aluá, frutas, verduras, alimentos feitos com miúdos de boi, cujo processamento doméstico se baseava em técnicas da culinária indígena e africana. Não era incomum encontrar, junto às barracas de comidas, negros sentados, fazendo suas refeições em meio a muita conversa e goles de cachaça. (SOARES, 1994, p. 58).

Bacelar (2013), referindo-se ao comércio de alimentos em Salvador, no final do século XVIII, corrobora a noção de quitanda descrita por Soares, acentuando o uso das feiras livres para o comércio de comida. Esse autor aponta pelo menos três locais na cidade de Salvador onde as quitandas se instalavam. A primeira delas estava “[...] localizada na Praia; a outra, que ‘indecentemente’ estava no Terreiro de Jesus, fora transferida para uma rua chamada Nova, com poucas casas, e as que o Senado mandou edificar, por serem tão pequenas, as quitandeiras não quiseram alugar” (p. 298). A terceira quitanda localizava-se “[...] nas Portas de São Bento, onde o Senado mandou fazer outras cabanas, que, por serem ‘espaçosas, quase nunca ficam por alugar’” (p. 298). Interessante é observar com essa citação que, já no século XVIII, as feiras ou quitandas demandavam a ocupação de áreas favoráveis a uma maior circulação de pessoas e já eram submetidas à ação do poder público da época.

Quanto à apropriação desse comércio, Mott (1976, p. 87) relata que havia uma divisão étnica entre o “[...] comércio estabelecido, privilégio dos portugueses e luso-brasileiros e o comércio ambulante, manipulado por gentes de cor [...]”. Nesse sentido, o autor aponta uma série de documentos (alvarás, decretos etc.) que cerceavam ou proibiam o exercício do comércio entre negros e mulatos, embora nas cidades houvesse uma tolerância maior com o comércio ambulante realizado por negros. Mais à frente esse autor ressalta que “[...] sem as negras vendedeiras das ruas, seria praticamente inviável viver no Rio de Janeiro, Salvador e Recife, especialmente durante os séculos XVIII e XIX” (p. 100).

Debret (1835) aponta onde se encontravam esses sujeitos na cidade do Rio de Janeiro. Segundo ele, estavam nas praias, nos pontos de desembarque, nas grandes ruas e locais públicos, perto das oficinas de trabalho. Nesses espaços, podia-se encontrar “[...] *les negros de ganho* (commissionnaires publics), *les pedreiros* (maçons), *les carpenteiros* (charpentiers), *les marinheiros* (rameurs des petites embarcations), *et les quitandeiras* (négresses revendeuses de fruits et de légumes)” (DEBRET, 1835, p. 49).

Os negros escravos ou libertos comercializavam como vendedores ambulantes uma grande diversidade de produtos (cestos, carvão, capim, leite, limão, palmito, aves etc.). Dentre esses produtos, destacavam-se os alimentos preparados como o angou (angu), pandelós, atacaça, sonhos, manóé, aloá, dentre outros (DEBRET, 1835). Debret comenta, todavia, que o comércio de pandeló era bastante rentável em razão do grande consumo. Em geral, as negras vendedoras de pandeló saíam da casa de seus senhores por volta das seis horas da manhã, retornando às dez. Descansavam até às duas horas da tarde e daí iam até as seis e meia da noite (DEBRET, 1835).

Retornando o assunto para o Nordeste brasileiro, não se tem de fato uma data ou um período de criação da feira como se tem no Rio de Janeiro, pois, nesse caso, eram mais feiras urbanas. No Nordeste do País, conforme já foi comentado, as primeiras feiras estiveram atreladas inicialmente ao papel da pecuária nesta região. Cardoso e Maia (2007) reforçam tal asserção, assinalando a importância do gado e, por conseguinte, a feira no processo de ocupação territorial e fixação da população região Nordeste.

Outros autores, como Barbosa Leite, também destacam a importância da feira para a vida sertaneja. Em seu artigo intitulado *Feiras do sertão nordestino*, de 1975, ele reforça a relevância da feira não só pela concentração de várias atividades, comercialização de produtos, mas também como elemento de aproximação de lugares distantes, áreas rurais, marcadas pela precariedade dos meios de

transporte (LEITE, 1975). Podemos apreender, com amparo nesse autor, que as feiras foram fomentadoras de centralidades, não obstante as difíceis condições dos meios de circulação da época.

As cidades nordestinas, sobretudo aquelas no interior, são marcadas pelas feiras estabelecidas de longa data. Cardoso (1965) já evidenciava a centralidade exercida por Caruaru como cidade comercial e centro regional em relação a cidades menores em sua área de influência. Se antes o lugar serviu à função básica de troca dos produtos da lavoura e de criação, tanto das zonas de brejo quanto do sertão, isso pouco a pouco foi se transformando, ao ponto de, já naquele momento, contar com mercadorias vindas não somente da capital, Recife, como também de outros mercados brasileiros, bem como de indústrias locais que abasteciam as lojas comerciais e também a feira (p. 611).

Milton Santos (1956) ressalta o papel exercido pela cidade de Jequié sobre sua área de influência no interior baiano, referindo-se aos anos 1950. O autor destaca a cidade como a quinta maior da Bahia em população. Um fato que conferiu importância a Jequié foi, sem dúvida, a rodovia Rio-Bahia, que passa pela cidade. Essa vantagem, na opinião do autor, trouxe grande progresso àquela localidade, em função do fluxo promovido pela rodovia, além de equipamentos urbanos que davam novos ares à cidade que se diferenciava do contexto do sertão baiano como tradicional pouso de mascates.

A cidade de Jequié foi descrita por Santos (1956) como portadora de boa estrutura urbana, comércio próspero e movimento ativo dos transportes. Esse autor reportava-se à abrangência regional de Jequié, formada por paisagens distintas de uma “[...] zona semi-árida, onde se cria gado e se sofre de seca e a zona úmida onde se planta cacau e chove todo o ano” (p. 71). Apesar de limitar sua análise à zona cacauzeira, o autor demonstrava o papel de capital regional exercido por Jequié naquele momento.

Roberto Lobato Corrêa, um dos geógrafos brasileiros que mais contribuiu com os estudos sobre a rede urbana e localidades centrais, define as feiras como mercados periódicos, que são

[...] aqueles núcleos de povoamento, pequenos, via de regra, que periodicamente se transformam em localidades centrais: uma ou duas vezes por semana, de cinco em cinco dias [...] Fora dos períodos de intenso movimento comercial esses núcleos voltam a ser pacatos núcleos rurais, com a maior parte da população engajada em atividades primárias (2011, p. 50).

As feiras são definidas, assim, como uma modalidade de comércio marcada pela periodicidade, ocorrendo, em geral, nos núcleos urbanos. No Nordeste do

Brasil, elas são denominadas de mercados periódicos por Corrêa (2011) que as destaca como “[...] componentes fundamentais da rede de localidades centrais, coexistindo com outros componentes de localização fixa” (p. 66). Historicamente, desempenharam papel importante na vida de relações de pequenas e médias cidades interioranas ao estabelecerem um elo entre o rural e o urbano, expressando perfis de relação entre cidade e campo.

As feiras, apesar de se caracterizarem pela comercialização de produtos agrícolas tradicionais, sobretudo a farinha de mandioca, o feijão, e também o milho, a rapadura, a carne-de-sol (salgada), que por muito tempo constituíram os principais alimentos na dieta⁶ dos nordestinos, foram pouco a pouco incorporando artigos e utensílios artesanais, alguns deles feitos no campo. Posteriormente, foi a vez dos produtos industrializados de baixo custo, a exemplo de utensílios domésticos de alumínio e plástico, como painéis, bacias, baldes, copos, xícaras, jarras etc. Em meio à dinâmica da feira, ocorriam os períodos de seca que inibiam a atividade agrícola, afetando a oferta de produtos alimentícios nas feiras e, também, nos mercados e armazéns das cidades nordestinas.

Em síntese, ao mesmo tempo em que esses mercados periódicos comercializavam artigos e utensílios feitos artesanalmente, alguns deles produzidos no campo e outros industrializados, como já citamos, torna-se difícil, como assinala Issler (1967, p. 37), “[...] distinguir até que ponto a feira depende da cidade ou a cidade depende da feira [...] para muitas cidades nordestinas é através da feira que se exerce a função comercial.”

Amora e Costa (2007, p. 361), reportando-se às cidades médias cearenses, ainda no período agrário-exportador, destacam que o afastamento de Fortaleza em relação a essas cidades favorecia “[...] o deslocamento da população do entorno para esses núcleos, *locus* de comercialização da produção regional. Nas feiras e em outros estabelecimentos, os produtos regionais eram vendidos e adquiriam-se bens produzidos em outras áreas”. Já para Sulamita Vieira (1980), a “feira típica” é resultado da relação campo/cidade, e, embora comercialize a produção do campo, o feirante necessita de outros produtos que são adquiridos na cidade.

⁶ Com o levantamento das distintas áreas alimentares do Brasil, Josué de Castro realizou um estudo nos anos de 1940, em que elaborou uma “geografia da fome”, isto é, das carências alimentares de cada região. No que se refere à região Nordeste, o autor concebeu duas áreas alimentares: a do Nordeste açucareiro, cuja dieta alimentar básica era marcada pelo consumo de charque, feijão, aipim e farinha de mandioca, e a área do sertão nordestino, cujos hábitos alimentares eram marcados pelo consumo de quatro alimentos básicos: milho, feijão, carne e rapadura (CASTRO, 2001).

No que se refere à ocupação das feiras nos espaços urbanos, convém salientar que elas têm como principal característica o comércio de rua situado, em geral, nas áreas centrais, onde barracas são instaladas para abrigar os produtos comercializados. Em muitos casos, a dinâmica da cidade e a da feira fundem-se dada a importância dessa modalidade de comércio na constituição do lugar e das práticas espaciais cotidianas. A grande concentração e o fluxo de pessoas e mercadorias transformam a fisionomia das cidades sertanejas, alterando o ritmo da vida citadina (CARDOSO, 1975). Desse modo, a feira constitui uma centralidade, reunindo a comercialização da produção regional, atraindo pessoas do campo, de núcleos urbanos menores e de pequenas localidades.

Além dos espaços ocupados pela feira na cidade, há ainda o comércio de rua realizado por vendedores ambulantes, que podem ou não estar no espaço da feira. Resende (2007), baseado na obra de Freyre, ressalta que, dentre os sujeitos apresentados pela narrativa do sociólogo pernambucano, os vendedores ambulantes e o antigo mascate são figuras que marcam historicamente a paisagem recifense. Essa é uma situação símile a outras cidades nordestinas e brasileiras em geral.

A expansão do comércio ambulante nas áreas centrais das cidades nordestinas, ensejando conflitos com a norma urbana, levou os poderes públicos à definição de espaços exclusivos para a atividade autônoma, agrupando, assim, num só lugar, grande parte desses trabalhadores que antes perambulavam pela cidade.

Desse modo, uma nova geografia é tecida pelo comércio ambulante nas cidades nordestinas com o surgimento de “camelódromos” ou, ainda, de estruturas adaptadas à venda de mercadorias diversas, não obstante a permanência ainda de grande número de vendedores ambulantes, sobretudo nas áreas centrais e turísticas das cidades nordestinas. Esses ambulantes em número cada vez mais crescente transformam as ruas das urbes em locais de trabalho.

Resende (2007) estimou em 8.000 o número de ambulantes nas ruas do centro expandido do Recife, sendo que, deste total, cerca de 6.000 eram cadastrados pela Prefeitura, que já havia realizado nos anos 1990 um projeto de revitalização e ordenamento do comércio informal do centro dessa cidade, culminando na construção do edifício denominado Calçadão dos Mascates⁷. Outro

⁷ Segundo Costa (2004), o Calçadão dos Mascates foi um equipamento inaugurado em 1994. A estrutura era composta de seis módulos/edificações construídas no canteiro central da Avenida Dantas Barreto, no bairro São José. Esse “camelódromo” tinha capacidade de receber 1.400 vendedores ambulantes.

“camelódromo” concebido e executado para abrigar o comércio ambulante foi o *Shopping Popular Santa Rita*⁸ nas imediações do Cais de Santa Rita. Esses locais, todavia, se mostraram insuficientes para equacionar a problemática do comércio de rua na Capital pernambucana, de modo que os ambulantes os abandonaram, retornando às ruas.

Outro exemplo da construção de “camelódromos” foi a ação de ordenamento do comércio ambulante na área central de Fortaleza, ocorrida nos anos de 1990, com a construção do Centro de Comerciantes Ambulantes⁹ que, posteriormente, recebeu o nome de Centro de Pequenos Negócios do Vendedor Ambulante, mas que ficou conhecido popularmente como “Beco da Poeira”. Mencionado centro está localizado na área central de Fortaleza, nas imediações de equipamentos importantes, como o Teatro José Alencar. O Beco da Poeira no centro de Fortaleza reafirma, de certo modo, o que Silva (1992) já expunha sobre a conversão do centro tradicional em centro da periferia, salientando, ainda, que as praças do centro, antes destinadas ao lazer da burguesia, transformaram-se “[...] em terminais de transporte coletivo (Praças José de Alencar, Castro Carreira, Lagoinha, Coração de Jesus) ou em mercados informais onde domina o comércio ambulante (Praças do Ferreira, Parque da Criança e General Tibúrcio)” (SILVA, 1992, p. 46).

Em meados dos anos 1990 e ao longo dos anos 2000, o comércio de confecção popular, antes restrito ao Beco da Poeira, se espalhou pelas várias praças do Centro de Fortaleza com um universo cada vez maior de trabalhadores ambulantes. No contexto dessa expansão, destacou-se a aglomeração de pequenos fabricantes de confecção e vendedores ambulantes na Praça Dom Pedro II, em frente a Catedral Metropolitana de Fortaleza. O crescimento do número de vendedores ambulantes de confecção na Praça da Sé e imediações chamou a atenção de vários pesquisadores¹⁰ no sentido de compreender a dinâmica socioespacial e formação/produção dos territórios naquela área.

Retomando o tema da feira, propriamente dita, Cardoso e Maia (2007, p. 526) reafirmam que “[...] ainda é bastante comum às cidades do interior do Nordeste

⁸ Matéria do *Jornal do Comércio*, de 04/04/2013, mostrava o estado de abandono e degradação do *Shopping Popular Santa Rita* que aguardava por ações de revitalização da área. A circunstância de degradação e insegurança era apontada como motivos para o afastamento dos clientes que optavam por fazerem suas compras no Mercado São José.

⁹ Para mais esclarecimentos, ver Dantas (2014), em seu trabalho sobre a ação do Estado no disciplinamento da ocupação do espaço público de Fortaleza nos anos de 1970 e 1990.

¹⁰ Conferir os trabalhos de Gonçalves (2009, 2014), Mendonça; Gonçalves (2011), Santos; Silva; Silva (2011), Silva (2013), Santos (2014); Sousa (2015), Mendonça (2015).

terem a sua feira semanal ocorrendo aos sábados, domingos ou segundas-feiras, para onde convergem grande número de população rural de localidades menores [...]”. Marcel Bursztyn (2008) ao relatar seu reencontro com o sertão nordestino, em 2008, assim se expressa: “Nem tudo de novo é positivo e nem tudo o que permanece deve ser considerado como atraso ou obstáculo” (p. 21). O que há de novo e o que há de velho na feira? A feira nordestina, como se exprime hoje, é diferente das feiras do passado?

Para Santos (2008a, p. 202), o sítio é “[...] responsável por inúmeras circunstâncias da vida e da evolução urbanas, bem como da paisagem propriamente dita. Depende da história, uma vez que sua escolha se prende, geralmente, à função inicial, isto é, à atividade que fez nascer o organismo urbano.”. Pensar a feira nordestina contemporânea, sobretudo, o fenômeno de expansão das feiras de confecção no Nordeste, nos conduz a uma reflexão necessária sobre a formação dos lugares onde essas se desenvolveram, ou seja, das atividades que as fizeram surgir em dados lugares.

Santos (2008b) assinala, ainda, que as “[...] especializações do território, do ponto de vista da produção material, assim criadas, são a raiz das complementaridades regionais: há uma nova geografia regional que se desenha, na base da nova divisão territorial do trabalho que se impõe” (p. 44). Entendemos que as dinâmicas contemporâneas, porém, chegam a esses lugares com uma força verticalizada e se impõem sobre as práticas ditas tradicionais. Essa força vertical vai adaptando as práticas cotidianas, amolecendo os costumes mais enrijecidos.

É nesse sentido que intentamos evidenciar, neste capítulo, a formação das feiras nordestinas no passado e presente para, ao longo do trabalho, revelar as metamorfoses da feira nordestina no período atual. A feira livre, muitas vezes, é vista como algo atrasado, ambiente de desorganização. No caso da feira de Caruaru, esta foi retirada das ruas do Centro para uma área denominada Parque 18 de Maio, do outro lado do rio Ipojuca. Para Miranda (2009, p. 75), “[...] a falta de espaço para expansão, os engarrafamentos e a falta de infraestrutura levaram à discussão de como se daria a melhor maneira de requalificar a feira livre e trazer de volta aqueles que desistiram de comprar nesses locais”. A cidade cresceu e se expandiu, passando em muito a margem do rio, de modo que o poder público local e setores da sociedade caruaruense discutem, no período atual, a retirada de parte da feira que comercializa produtos da confecção conforme trataremos em outra seção desse trabalho.

No caso de Feira de Santana, a feira central também foi retirada do Centro nos anos de 1970. Já com relação à cidade de Sobral, a feira mais recente, de

comércio de confecção, foi deslocada para o Distrito de Aprazível. De maneira geral, a feira parece, assim, um obstáculo a ser suprimido da paisagem urbana da cidade.

Tendo em vista apreender a feira contemporânea, procedemos a um exercício metodológico de aproximação com o objeto de pesquisa, retomando o histórico de constituição das principais feiras nordestinas. Assim, nos debruçamos na apreciação das feiras consideradas de maior representatividade econômica e cultural, buscando analisar sua origem e o papel que tiveram e ainda têm na dinâmica regional. Para isso, optamos por analisar as feiras de Caruaru/PE, de Campina Grande/PB, do Crato/CE, de Feira de Santana/BA e a antiga feira de Água de Meninos, também conhecida como feira de São Joaquim, situada na cidade de Salvador/BA.

3.2 RESGATE DAS PRINCIPAIS FEIRAS NORDESTINAS: ORIGENS E DINÂMICA REGIONAL

Conforme já comentado, as feiras tiveram grande importância na economia, sociedade e cultura do Nordeste do Brasil desde o seu passado colonial, inicialmente com as feiras de gado e posteriormente com a incorporação de produtos da agricultura, do artesanato e, mais recentemente, da indústria. Elas contribuíram, como já assinalado, para a formação de vários núcleos de povoamento que se tornaram importantes centros urbanos. Marcantes na paisagem das cidades nordestinas, as feiras fazem parte também da nossa formação cultural, sendo motivação não somente para pesquisas do gênero da que estamos realizando, mas também para a música, as artes plásticas e para o cinema. Isso porque, muito mais do que um evento econômico, expressa o modo de viver do povo nordestino. Apesar de o trabalho estar inserido na Ciência Geográfica, portanto, no campo das Ciências Humanas e Sociais, entendemos que esses saberes dialogam e, por isso, os incorporamos como maneira de enriquecimento e ampliação do conhecimento sobre esse fenômeno.

As feiras nordestinas características das cidades do sertão e do agreste muito contribuíram para a formação de centralidades importantes. Podemos citar as feiras de Caruaru, em Pernambuco, do Crato, no Ceará, de Campina Grande, na Paraíba, de Feira de Santana, no sertão baiano, além da feira de Água de Meninos (São Joaquim), na capital, Salvador/BA. Embora ciente da necessidade de comentários mais aprofundados e da ampliação do conjunto de feiras que não foram aqui estudadas, procedemos a uma breve caracterização daquelas que

consideramos as mais significativas na região Nordeste, destacando-se, dentre outros aspectos, a situação geográfica, história e dinâmica regional.

3.2.1 A Feira de Caruaru: cidade-boca do sertão pernambucano

Embora a feira de Caruaru componha nosso objeto empírico de análise e seja dada a ela tratamento específico ao longo do trabalho, sentimos a necessidade de abordá-la neste item, que se reporta às feiras nordestinas mais significativas, privilegiando aspectos que a caracterizaram historicamente como uma das mais simbólicas do Nordeste. Segundo descreve a certidão que registra a Feira como bem cultural no livro de registro dos lugares do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN:

A Feira de Caruaru surgiu numa fazenda, situada num dos caminhos do gado entre o sertão e a zona canavieira, onde pousavam vaqueiros, tropeiros e mascates. No final do século XVIII, ali se construiu a capela de N^a Sr.^a da Conceição, ampliando a convergência social e fortalecendo as relações de trocas comerciais em torno do lugar. Assim, a feira cresceu juntamente com a cidade e foi um dos principais motores do seu desenvolvimento social e econômico. A Feira de Caruaru é um lugar de memória e de continuidade de saberes, fazeres, produtos e expressões artísticas tradicionais que continuam vivos no comércio de gado e dos produtos de couro, nos brinquedos reciclados, nas figuras de barro inventadas por Mestre Vitalino, nas redes de tear, nos utensílios de flandres, no cordel, nas gomas e farinhas de mandioca, nas ervas e raízes medicinais. Sem sua dinâmica e o mercado que a Feira proporciona, esses saberes e fazeres já teriam desaparecido. [...]. A Feira de Caruaru são muitas feiras, que podem se transformar ou desaparecer em função das transformações da própria sociedade e da própria cultura. É um lugar de referência viva da história e da cultura do agreste pernambucano, e, de modo mais geral, da cultura nordestina e por isto constitui o Patrimônio Cultural do Brasil (BRASIL, 2007).

Situada na cidade pernambucana de Caruaru, a feira é expressão das atividades regionais, rurais e urbanas, convergindo para si grande variedade de mercadorias e pessoas oriundas de localidades próximas e distantes. Cardoso (1975), referindo-se a essa feira nos anos 1970, destaca o grande fluxo de mercadorias que para ali convergia, de modo a transformar a fisionomia urbana. Era grande a quantidade de pessoas, mercadorias e veículos provocando várias repercussões no cotidiano e ritmo da cidade, podendo-se visualizar a imensidão da feira com a existência de pessoas e barracas marcando a paisagem urbana.

O Município de Caruaru situa-se na Mesorregião do Agreste de Pernambuco, na Microrregião do Vale do Rio Ipojuca, considerada zona de transição entre a Mata úmida e o Sertão semiárido. A situação geográfica de Caruaru lhe conferiu o título de cidade-boca do sertão. Esse município conta com uma população estimada de 351.686 habitantes (IBGE, 2016) e a cidade dista 136

quilômetros do Recife, capital do Estado, tendo como acesso principal a Rodovia BR-232, cuja duração da viagem entre as duas cidades é de duas horas.

A feira surgiu antes da cidade de Caruaru, pois o local onde se situou essa urbe era um caminho de transporte de gado do sertão para o litoral. Com o passar do tempo, a localidade, que era uma fazenda, começou a servir de entreposto para viajantes (tangerinos, tropeiros, mascates etc.), desenvolvendo-se aí um comércio de gêneros que deu início à feira (IPHAN, 2006).

Ao longo dos anos, a feira de Caruaru foi crescendo ao ponto de ser conhecida em todo o Nordeste, criando fama e servindo de inspiração para a música popular e a literatura de cordel, que chamavam a atenção para a diversidade dos produtos ali vendidos. A feira constituiu espaço de manifestação da arte popular, haja vista que nela ocorriam apresentações de violeiros, cantadores e cordelistas que, ao mesmo tempo, a utilizava como fonte de inspiração. Nos anos de 1950, a feira ficou famosa com a composição “A Feira de Caruaru”, letra e música de Onildo Almeida e interpretada por Luiz Gonzaga, que ficou conhecido em todo o Brasil como o “Rei do Baião”. A música fez grande sucesso na época e ainda hoje é cantada por velhas e novas gerações, quando se fala da feira. A letra da música remete à riqueza e à dinâmica da feira, expressas em estrofes como: “A feira de Caruaru/ Faz gosto a gente ver/ De tudo que há no mundo/ Nela tem prá vender”, reforçando o que afirmávamos antes sobre a riqueza cultural da feira.

A letra da música “Feira de Caruaru” destacava essa grande variedade de produtos regionais como constatamos na continuidade da letra a seguir: “[...] Na Feira de Caruaru/ Tem massa de mandioca/ Batata assada/ Tem ovo cru/ Banana, laranja e manga/ Batata doce, queijo e caju/ Cenoura, jabuticaba, Guiné, galinha, Pato e peru/ Tem bode, carneiro e porco, se duvidar inté cururu”. A expressão da venda de frutas e legumes descrita por Onildo Oliveira revela uma feira de abastecimento de gêneros alimentícios que eram provenientes, sobretudo, do campo e comercializava, ainda, outros produtos: “[...] Tem cesto, balaio, corda/ Tamanco, greia, tem boi tatu/ Tem fumo, tem tabaqueiro/ Tem tudo e chifre/ De boi zebu/ Caneco, arcoviteiro/ Peneira boa/ Mel de urucu/ Tem carça de arvorada/ Qué pra matuto/ Não andar nu [...]”. Cabe destacar que o vestuário aparece na descrição de Onildo Oliveira, todavia direcionado para à população rural, que naquela época era formada por agricultores, no entanto, demonstrava a relação cidade-campo, na qual a feira assumia o papel de abastecedora dos grupos sociais residentes nas cidades. Já a roupa vendida na feira era destinada à população do campo, ou seja, os matutos. O burburinho de pessoas e da quantidade de produtos expostos, indica uma feira cujas práticas eram mais espontâneas sem a necessidade de ordenamento ou demarcação de espaços, à maneira que vemos atualmente.

A arte popular nordestina passou também a figurar na feira por meio da comercialização de objetos de cerâmica figurativa. A feira de Caruaru ficou também famosa pela venda de obras de artesãos como Vitalino Pereira dos Santos, conhecido como Mestre Vitalino. A produção e a comercialização desses produtos na feira foram registradas pelo fotógrafo Pierre Verger nos anos de 1940. As peças de cerâmica figurativa¹¹ de Mestre Vitalino, a nosso ver, representam o universo do campo marcado pela figura do boi, cenas da vida sertaneja, manifestações artísticas e do folclore regional. Atualmente, as obras de Vitalino e de outros mestres-artesãos podem ser vistas em espaços museológicos, conforme ilustra na figura 1.

Figura 1 – Cerâmica figurativa do boi feita pelo Mestre Vitalino e exposta no Museu do Barro, Caruaru/PE.



Créditos: Mestre Vitalino, s/d. Museu do Barro – Caruaru/PE.

Fonte: Foto do autor, 2015.

Enquanto Mestre Vitalino expressava em suas obras a vida sertaneja (a pega do boi, um homem tirando o leite da vaca), os fatos da seca (os retirantes) e também manifestações artísticas (os violeiros), e os ofícios e profissões a exemplo do dentista e o veterinário, outros artistas populares da região

¹¹ A cerâmica figurativa que Mestre Vitalino comercializava na feira pode ser admirada em catálogos de exposições temporárias ou no acervo de museus de arte popular brasileira, a exemplo da figura do boi, já comentada, que era uma marca própria de Vitalino. Hoje está exposta no Museu do Barro em Caruaru/PE ao lado de obras de outros artistas populares, a exemplo de Mestre Galdino, cujas obras retratam santos e seres imaginados na cabeça desse artista. Para detalhamento conferir: **Arte do barro e o olhar da arte: Vitalino e Verger**. [exposição]. 5 jun. a 30 ago. 2009. Instituto Cultural Banco Real.

retrataram mulheres trabalhando no ofício da costura (Figuras 2 e 3). Essas manifestações culturais nos levam a considerar a relação já estabelecida no passado entre o vestuário e a feira, embora estejamos estudando esse fenômeno na contemporaneidade.

Quanto à localização da feira, vale destacar que, a princípio, ela se desenvolveu no centro da cidade, na rua 15 de Novembro, em frente à capela Nossa Senhora da Conceição. Com o passar do tempo, ela foi crescendo, tomando as ruas intermediárias e impedindo o movimento de pessoas e carros nessa área onde se desenvolveu o comércio da cidade.

O crescimento da feira provocou uma série de conflitos com a norma urbana, pois houve um grande aumento do número de bancas, de feirantes, alterando, consubstancialmente, o espaço da feira e, conseqüentemente, ensejando problemas de ordenamento. Foi quando a feira foi deslocada¹² do centro para outra área da cidade, o “Parque 18 de maio”, não muito distante dali, do outro lado do rio Ipojuca.

Em razão da grande quantidade de barracas e de mercadorias comercializadas, a feira foi subdividida em outras feiras setoriais, ou seja, a feira livre (de frutas e verduras, raízes, ervas medicinais, flores, plantas ornamentais etc.), a feira dos importados (denominada de feira do Paraguai), a feira do artesanato e a feira da Sulanca, todas essas funcionando no Parque 18 de Maio, porém algumas em dias diferenciados (IPHAN, 2006).

Figura 2 - A costureira na cerâmica figurativa exposta no Museu do Barro, Caruaru/PE.



Fonte: Foto do autor, 2015.

¹² A última feira realizada no centro da cidade foi no dia 16 de maio de 1992. “Às seis horas do dia 17 de maio, os feirantes caminharam com seus produtos de trabalho com destino ao Parque 18 de Maio [...]” (IPHAN, 2006, p. 38).

Figura 3 – A costureira na cerâmica figurativa da artesã Terezinha Gonzaga, no Alto do Moura, em Caruaru/PE.



Fonte: Foto do autor, 2015.

Nosso destaque é para a feira da Sulanca que surgiu em 1984, ainda no centro da cidade, e é considerada a maior feira livre de confecção do País, em razão do importante comércio da confecção e também pela quantidade de mão de obra ocupada. Conforme dados da Prefeitura Municipal de Caruaru – PMC, referentes a 2011, a feira tinha 12 mil barracas dedicadas à venda de confecção, onde também eram comercializados calçados e acessórios. O mesmo documento indicava uma movimentação financeira de R\$ 40 milhões/mês, ocupando cerca de 76 mil pessoas. Da confecção vendida, cerca de 21,6% eram produzidos em Caruaru/PE, 43,3% em Toritama/PE, 16,5%, em Santa Cruz do Capibaribe/PE e os 18,6% restantes eram produzidos em outros municípios vizinhos (PMC, 2011).

Cabe salientar que, em meio aos trabalhos de campo realizados na feira de Caruaru, vários relatos de feirantes destacavam a queda das vendas, em decorrência da crise econômica, bem como dos anos seguidos de estiagem hídrica na região. Pudemos verificar, também, na área do terreno da antiga FUNDAC, situado na rua Ruy Limeira Rosal, onde ocorre parte da feira, que houve uma redução do número de barracas de feirantes.

Desse modo, a feira da Sulanca somou-se à feira tradicional de Caruaru que, segundo Gomes (2002), tinha 160 anos. A citada autora acrescenta que o termo Sulanca surgiu da aglutinação das palavras Sul e Helanca, em referência aos retalhos desse tipo de tecido que eram trazidos do Sul e Sudeste do Brasil, em específico, de fábricas paulistas, para servirem como matéria-prima para as confecções de fundo de quintal. A Sulanca teria também o sentido de uma “[...] confecção de menor qualidade, voltada para a população de baixa renda.”

(GOMES, 2002, p. 142). A oferta de retalhos de tecidos, provenientes das fábricas do Sul e Sudeste, deram início à produção de confecção. Parte desses retalhos servia como matéria-prima na fabricação de tapetes e colchas que eram vendidos na feira. Então, surgiram outros tipos de confecção conforme trataremos no capítulo quatro.

Dada a importância da feira para a economia e cultura regionais, esta passou por um processo de reconhecimento, de modo que em 20 de dezembro de 2006 foi conferido à feira de Caruaru o título de Patrimônio Cultural do Brasil, conforme consta na certidão expedida pelo IPHAN, em 8 de fevereiro de 2007.

3.2.2 A feira de Campina Grande, cidade-mercado da Borborema

Assim como Caruaru, a cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba, tem uma feira considerada dentre as mais afamadas do Nordeste brasileiro. A cidade de Campina Grande está situada no planalto da Borborema e está distante 121 quilômetros da Capital do Estado, João Pessoa. Em 2010, possuía uma população de 385.213 habitantes, sendo que a população estimada em 2016 foi de 407.754 habitantes, portanto um acréscimo populacional de 5% nesse intervalo de tempo (IBGE, 2010a; 2016).

Elpídio de Almeida (1957), reportando-se à história de Campina Grande, destaca, além da situação topográfica privilegiada, a importância dessa feira. A localização da feira em Campina Grande representava a demonstração do poder político local, de modo que ocorrendo “[...] a mudança de gabinete, sem demora se procurava em Campina Grande transferir o local da feira. O lugar da sua realização constituía assim um indicador público do domínio partidário” (ALMEIDA, 1957, p. 269). O revezamento entre Partido Liberal e Conservador, do final da Monarquia ao início da República, fez com que o local de realização da feira mudasse por várias vezes da praça municipal, em frente ao velho mercado de Baltazar Luna (Liberal), para a praça da independência em frente ao mercado novo de Alexandrino Cavalcante (Conservador).

Outro fato histórico associado à feira de Campina Grande, ainda no Império, foi a Revolta do Quebra-Quilos. Ocorrido em 14 de novembro de 1874, o movimento popular contestava a aplicação da Lei nº 1.157, de 26 de junho de 1862, que substituiu o Sistema de Pesos e Medidas usados no Império pelo Sistema Métrico Francês, em específico, as medidas lineares, de superfície, capacidade e peso. Conforme exprimia o artigo 2º, § 1º: “O systema metrico substituirá gradualmente o actual systema de pesos e medidas em todo o Imperio, de modo que em dez anos cesse inteiramente o uso legal dos antigos pesos e medidas” (BRASIL,

1862). Mencionada lei estabeleceu também que as escolas de instrução primária realizassem o ensino do novo sistema métrico nas lições de Aritmética, em comparativo com o sistema de pesos e medidas vigentes naquele momento. Por fim, a referida lei estabelecia pena de prisão de até um mês e multa de 100\$000 réis para aqueles que a infringissem.

Essa lei repercutiu, evidentemente, estendendo-se à dinâmica da feira de Campina Grande em virtude dos pesos e medidas que passaram a ser adotados para a compra e venda dos produtos e gêneros na feira. Ainda segundo Joffily (1977)¹³, os matutos¹³, como eram chamados os trabalhadores do campo, estavam mais acostumados a “[...] lidar com cuias, covados e arrobas, em vez de litros, metros e quilos. A exigência de novos pesos e medidas foi o fator desencadeante da revolta tomando por isso o nome de Quebra-Quilo” (p. 379).

O geógrafo Pierre Monbeig caracteriza a cidade de Campina Grande, no final dos anos 1940, como uma típica *cidade-mercado*. Situada na zona do “brejo”, na chapada da Borborema, era para o mercado dessa cidade que o sertanejo levava a mandioca, o algodão, carnes e cordas para serem comercializadas. O homem do brejo, como também eram denominados os pequenos agricultores, também para lá se dirigiam com intuito de vender o milho, as frutas, a cana, a aguardente, madeira e até móveis (MONBEIG, 1948).

O mesmo autor observou que a existência de estradas e a chegada da via férrea, em 1907, trouxeram novas indústrias de fiação do algodão, fazendo dessa cidade não somente “[...] um mercado local, mas um centro regional em contacto direto com a capital do Nordeste, Recife” (MONBEIG, 1948, p. 470). A cidade de Campina Grande, a exemplo de outros núcleos urbanos do interior do Nordeste, foi um importante centro coletor e distribuidor da produção algodoeira do sertão paraibano no início de século XX¹⁴. Boris Fausto (1995) observa que o algodão era uma cultura que já vinha desde o período colonial no Norte e, posteriormente, Nordeste do país, estava concentrado nos Estados do Maranhão, Pernambuco,

¹³ Ainda segundo Joffily (1976, p. 79), cada povoação ou vila “[...] tinha o seu dia de feira, de modo a não prejudicar as feiras das localidades vizinhas. Os matutos saíam dos seus roçados à noite, levando suas cargas de gêneros os mais diversos, desde o milho e o feijão até as gaiolas de passarinho e carnes de caça salgadas; de madrugada já estavam no pátio das feiras, desamarrando as cangalhas, enquanto os meninos dormiam sobre os sacos e as mulheres iam rezar nas igrejas ou capelas, surgindo as conversas e espalhando-se as notícias, divulgadas pelos mercadores de farinha ou de rapadura, que dispunham de tropas de animais organizadas para correr várias feiras”.

¹⁴ O Estado da Paraíba chegou a ser o maior exportador de algodão da América nos anos de 1920, perdendo esse posto no início dos anos de 1930.

Alagoas e Paraíba. De acordo com o autor, o cultivo do algodão ocorria por meio da produção de “[...] pequenos e médios lavradores em combinação com culturas de alimentos para a própria subsistência e para venda nos mercados locais” (p. 238-239).

O algodão chegava à cidade de Campina Grande em tropas de animais de carga, havendo empresas que se encarregavam de comprar o algodão produzido, a exemplo do armazém da firma Demósthene Barbosa & Cia, enquanto outras empresas faziam a prensagem e enfardamento do algodão para exportação.

Nos anos de 1920, a cidade de Campina Grande era o segundo maior exportador de algodão do Mundo. A cidade recebia a produção de algodão de região, de modo que os fardos de algodão eram guardados em armazéns que estavam concentrados na antiga rua do algodão. Em virtude, porém, da grande quantidade da matéria-prima, o número de armazéns se tornava insuficiente, fazendo com que os fardos fossem empilhados no meio da antiga praça do algodão aguardando ali para seguir de trem até Recife e João Pessoa de onde era exportado para a Inglaterra (ANÚARIO, 1982).

O Almanaque de Campina Grande, publicado unicamente nos anos de 1932¹⁵ e 1933, registrava a existência de três fábricas¹⁶ de tecido e fiação em Campina Grande. Segundo as informações que constam na exposição permanente do Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande, a primeira fábrica a se instalar na cidade foi a Fábrica de Tecelagem e Fiação Marques de Almeida. Inaugurada em 1925, fabricava fios de juta que eram exportados para a Inglaterra e também tecia a tela para o enfardamento do algodão. Outra fábrica que surgiu nesse período foi a S. A. Indústria Têxtil de Campina Grande, instalada no bairro Bodocongó, ao oeste do centro da cidade de Campina Grande.

Além dos armazéns de algodão, a cidade já contava, naquele momento, com 16 comércios de fazendas a retalho, 12 alfaiatarias, três *ateliers* e duas agências de comércio de máquinas de costura (VILLAR, 1932). A existência desses estabelecimentos de comércio sugere que o modo de vestir-se, naquele tempo, passava pela regra social de encomendar a feitura de trajes personalizados, a exemplo do trabalho das alfaiatarias ou, ainda, com a aquisição de peças de

¹⁵ A primeira edição do já citado Almanaque registrava a ocorrência de 14 armazéns de compra de algodão e de outros dez estabelecimentos de armazenamento dessa matéria-prima (VILLAR, 1932).

¹⁶ Constavam nos registros do Almanaque de Campina Grande para o ano de 1934 três fábricas de tecelagem e fiação: S. A. Indústria de Campina Grande, Marques de Almeida e Cia. e Ulysses Silva e Cia. (VILLAR, 1933).

fazenda importadas em lojas especializadas do ramo para encomendar roupas em *ateliers* de costura. Quanto aos mais despossuídos, cabia a habilidade das costuras caseiras para vestir a família, de modo que aquelas mais pobres faziam suas roupas de tecidos mais grosseiros ou de menor qualidade, a exemplo dos tecidos de chita popularmente conhecido no comércio de feira pelas cores fortes e motivos florais.

Com a valiosa contribuição do Prof. Antônio Albuquerque Costa, podemos compreender melhor as origens e dinâmica socioespacial da cidade e da feira de Campina Grande. Segundo ele, a feira teve várias localizações desde sua origem, ocorrendo, até os anos de 1940, nas ruas do centro da cidade, especificamente, nas ruas Maciel Pinheiro e Venâncio Neiva, na confluência com a rua Cardoso Vieira.

Com o projeto de modernização da cidade, a feira foi retirada, em 1941, para uma área que naquele momento constituía os arrebaldes, onde se construiu também um mercado. Ali, a feira se expandiu ganhando importância na vida econômica e social de Campina Grande (COSTA, 2003). Nos anos de 1950 e 1960, era grande o número de barracas que se aglomerava no entorno do mercado central, estendendo-se por várias ruas próximas, tendo a carne e farinha como os principais produtos comercializados.

A feira ocorria nas quartas e sábados, isso até os anos de 1970. Nos dias atuais, ela funciona todos os dias, nas ruas no entorno do mercado, sendo que em razão do grande movimento da feira aos sábados registra-se também maior número de barracas montadas. Algumas barracas de madeira, entretanto, permanecem montadas nas ruas, comercializando produtos nos demais dias da semana.

A feira central, como é conhecida por todos na cidade, compreende uma área que ocupa cerca de oito ruas no entorno do Grande Mercado que está no centro da feira. Apesar do grande número de bancas de madeira disposto nas ruas, há, ainda, boa quantidade de estabelecimentos comerciais varejistas e armazéns de comércio atacadista que funcionam naquele entorno. Conforme podemos verificar, existe certa especialização das ruas da feira em relação aos produtos comercializados, muito embora possamos encontrar uma diversidade de produtos em todas as ruas percorridas e, ainda, existem outras feiras distribuídas pelos bairros, a exemplo da feira da Prata que também reúne grande número de feirantes e compradores aos domingos.

Na feira atual, predomina o comércio de hortifrutigranjeiros, sendo dividida por tipologias de mercadorias. Além desses produtos, são comercializados também flores, cerâmicas e peixes de maneira setORIZADA, chegando até a parte interna do mercado onde ficam concentrados os boxes de carnes e miúdos. Assim, as

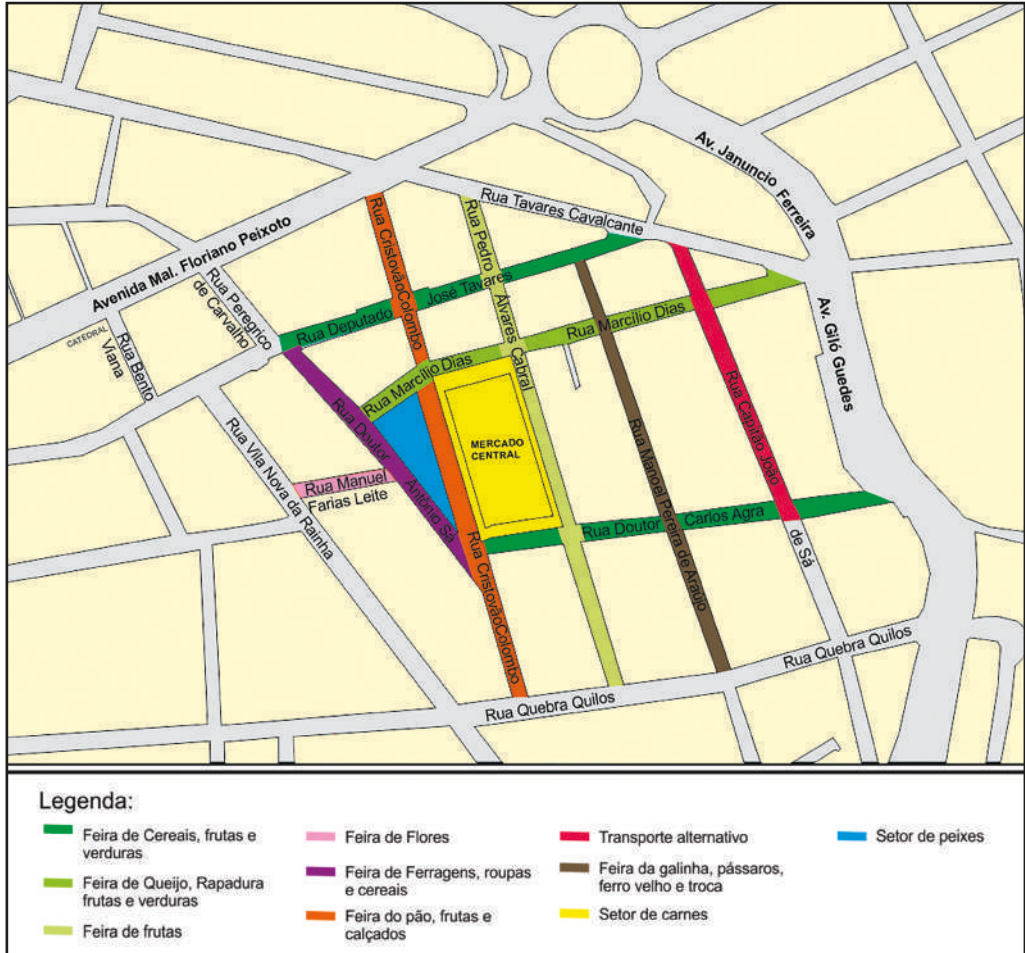
barracas de cereais, frutas e verduras podem ser encontradas, em sua maioria, nas ruas Deputado José Tavares, rua Doutor Carlos Agra e rua Marcílio Dias; as barracas de queijo e rapadura se concentram na rua Pedro Alvares Cabral; as de flores e arranjos florais são encontradas em toda a extensão da rua Manuel Farias Leite, findando na histórica rua Vila Nova da Rainha; o setor de ferragens, roupas e calçados está na rua Doutor Antônio Sá (Figura 4).

Conforme Costa (2003, p. 103) demarca, a feira de Campina Grande “[...] acompanhou toda a história da cidade, adaptando-se ao advento dos diversos meios que se sucederam. Conservando elementos dos meios pretéritos, ao mesmo tempo em que absorvia as modernidades dos meios emergentes”. A cidade passou por um processo de requalificação das ruas do centro, de modo a retirar o comércio ambulante e, com essa intervenção urbana, foram criados dois centros destinados a abrigar o comércio ambulante, denominados Áreas de Comércio Ambulante – ARCAS. Desse modo, foram criadas a ARCA Titão e ARCA Catedral, ambas situadas na avenida Marechal Floriano Peixoto, porém em pontos distintos dessa via.

Características marcantes da feira central contemporânea são a ocupação e a fixação dos boxes no meio da rua, indo contra o seu caráter temporário e periódico da feira tradicional. Encontraram-se bancas com piso sobre a via pública e com porta de correr. Embora o comércio da confecção tenha maior concentração na rua Doutor Antônio Sá, outras barracas surgem ao longo das ruas de modo mais improvisado, em meio a outras de frutas e legumes, encontraram-se, por exemplo, barracas de moda íntima.

Antes mesmo de se chegar à rodoviária de Campina Grande, ainda na BR-230, podemos visualizar *outdoors* de indústrias de confecção de Santa Cruz do Capibaribe/PE anunciando coleções de roupas da estação, provavelmente direcionadas aos feirantes e lojistas que comercializam esses produtos na cidade.

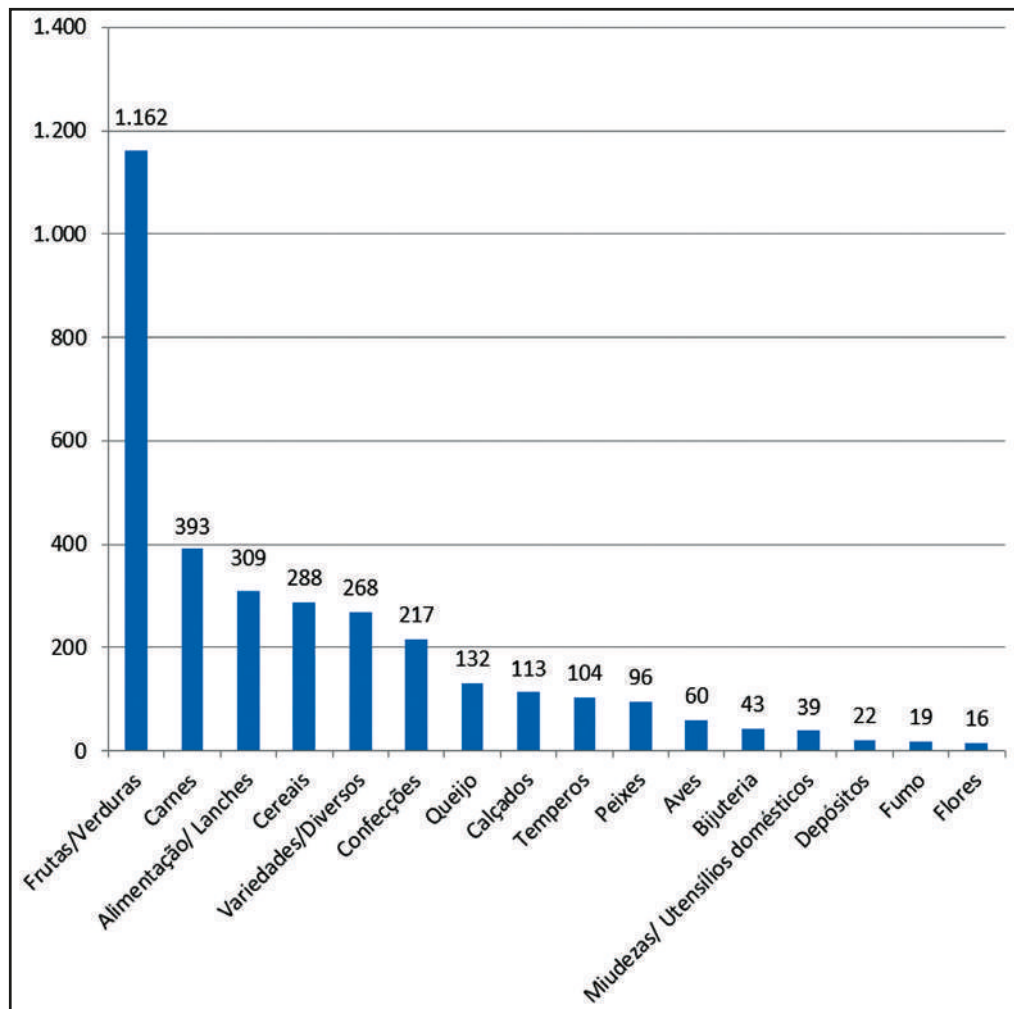
Figura 4 – Distribuição das barracas, pelo tipo de mercadoria, nas ruas do entorno do mercado.



Fonte: Prefeitura Municipal de Campina Grande/ Gerência de Mercados, Feiras e Cemitérios (2010).
Organização dos dados e ilustração do autor.

Observamos dentre o quantitativo de barracas da feira, um número significativo de barracas de confecção, de acordo com o gráfico 1, estando concentradas mais nas ruas Rua Dr. Antonio de Sá e Rua Marcílio Dias. Conforme dados de 2010, a confecção totalizava um número de 217 barracas, entretanto, em relação ao universo de cerca de 3.287 barracas, o setor de comércio de confecção representava apenas 6,6% do total de barracas, o que nos ajuda a afirmar a Feira Central de Campina Grande ainda como uma feira de abastecimento de gêneros alimentícios. Há que destacar a grande quantidade de barracas de frutas/verduras dentre a diversidade de produtos comercializados a exemplo do setor dedicado ao comércio de flores na feira.

Gráfico 1 - Número de pontos comerciais da Feira Central de Campina Grande, por tipo de mercadoria (2010).



Fonte: Prefeitura Municipal de Campina Grande/ Gerência de Mercados, Feiras e Cemitérios (2010).

No início dos anos 1980, foram construídos calçadões nas ruas centrais do comércio de Campina Grande, especificamente, nas ruas Cardoso Vieira, Sete de Setembro, Venâncio Neiva e Maciel Pinheiro. Estes visavam a melhoria da locomoção das pessoas na área de maior movimento do comércio varejista. Esses calçadões, todavia, com o tempo, foram sendo ocupados por vendedores ambulantes, de modo que a grande quantidade de bancas passou a dificultar a circulação de pessoas naqueles passeios. Apesar das reclamações dos estabelecimentos comerciais situados nessa área, não houve uma ação de ordenamento por parte da Prefeitura Municipal naquele ano, de sorte que, no final do ano de 1982, era possível adquirir uma infinidade de produtos nessas bancas de camelôs, pois ali

[...] vendia-se de panela, bijuterias, adornos para o lar, frutas dos mais variados tipos como abacaxi, mamão, coco verde, manga, goiaba e laranja, bolsas de viagem, jarros e quadros, cintos, pratos e copos, miudezas de todos os tipos, garrafas térmicas, cartões de natal, sorvetes e picolés, toalhas de banho, **confeções em malha** e até marrecos (ANUÁRIO DE CAMPINA GRANDE, 1982, p. 18, grifo nosso).

O grande número de vendedores ambulantes justificava-se pela elevação do desemprego na cidade naquele período, mas também em função da vantagem do comércio ambulante ante o rebaixamento salarial, haja vista que a venda ambulante era “[...] mais rendosa do que o salário mínimo pago por alguns comerciantes e industriais” (ANUÁRIO DE CAMPINA GRANDE, 1982, p. 18).

Beatriz Pontes (2006), analisando as mudanças do processo produtivo capitalista e suas repercussões sobre as cidades médias nordestinas, observa que Feira de Santana, Caruaru e também Campina Grande emergiram no cenário nordestino como tecnopolos¹⁷ em virtude das “[...] transformações ocorridas nas suas economias com o advento da reestruturação produtiva, das mudanças no processo de trabalho e em face das novas tecnologias que nelas se estabeleceram” (p. 337). Para ela, embora esse processo modernizador tivesse reformulado os quadros produtivos no espaço urbano dessas cidades, abrangendo atividades modernas com vínculos externos, não houve a absorção da comunidade residente nas atividades internas. De acordo, ainda, com Pontes, “[...] não foi possível ignorar o desemprego em tais centros, bem como o aumento de suas periferias empobrecidas e problemáticas” (p. 337).

Não obstante a grandeza da feira de Campina Grande e a inserção nela do comércio de confecção, outro espaço constituiu referência quando se trata do comércio de confecção popular nessa cidade, como é o caso do *Shopping* Centro Edson Diniz, um prédio composto por 375 boxes, que recebeu camelôs que antes estavam em bancas montadas nas ruas centrais de Campina Grande (ruas Maciel Pinheiro, Cardoso Vieira, Venâncio Neiva e Monsenhor Sales) acompanhando

¹⁷ Santos Filho (2007, p. 147) assevera que a cidade de Campina Grande formou um tecnopolo constituído por “[...] um conjunto de IES e técnico, centros de P&D e uma centena de EBT’s que exportam seus produtos e serviços para EUA, Canadá, Europa, América do Sul e alguns países da Ásia.”. Todavia, esse *território-rede da tecnologia* tem enfrentado alguns reveses, pois, segundo o autor, o resultado da inovação de produtos e processos favoreceu “apenas” ao capital transnacional. Outros fatores como a falta de recursos que via de regra necessita do maior aporte do Estado, a concentração dos “sistemas de engenharia” na região Sudeste, sobretudo, no eixo São Paulo-Campinas e o direcionamento da política econômica empreendida pelas últimas gestões municipais que deram privilégio à promoção da atividade turística (Turismo de Eventos) levaram o autor à constatação do notável “esvaziamento do Tecnopolo Campina Grande/PB”.

uma tendência das cidades nordestinas voltadas para o comércio da confecção, ou seja, a criação de espaços exclusivos para esse fim.

Em entrevista com o administrador do *Shopping* Centro Edson Diniz, ele nos informou que a confecção comercializada nesse centro de comércio popular em grande parte vinha do agreste pernambucano, conforme podemos constatar em sua fala: “A confecção daqui é toda de Santa Cruz do Capibaribe. Alguns viajam de tempos e tempos para trazer uma mercadoria diferenciada de São Paulo, mas isso é o mínimo, acho que não tem mais de três lojas aqui que faça isso”.

3.2.3 A feira do Crato, cidade-boca de sertão cearense

No Ceará, o destaque é para a feira do Crato, na região do Cariri, que, como escreveu Petrone em sua obra de 1955, intitulada: *Crato, “Capital” da região do Cariri*, foi responsável pela vida econômica e a dinâmica dessa região. Embora as feiras fossem comuns em todas as cidades da região, a do Crato foi a que mais se destacou. O Crato tinha primazia em relação às demais cidades do vale do Cariri (Missão Velha, Caririçu, Juazeiro do Norte, Barbalha, Jardim e Brejo Santo), além de manter relações comerciais com municípios dos Estados do Piauí, Pernambuco e Paraíba. Por esse motivo, ela era considerada como a capital do Cariri (ALVES, 1946).

O Crato está situado na Microrregião Sul do Estado do Ceará e foi elevado à categoria de cidade em 1853, não obstante, já era vila em 1764 e freguesia de Nossa Senhora da Penha, em 1768. Martins Filho e Girão (1966) destacam que a principal riqueza econômica do Município, nos anos 1960, era a agricultura, cuja maior importância era conferida à cultura da cana-de-açúcar, utilizada nos engenhos para a fabricação de açúcar, aguardente e rapadura. No croqui da feira do Crato, apresentado por Petrone, no qual estão representadas as mercadorias comercializadas na feira, podemos notar a distribuição, em rua, de oito produtos vendidos na feira (farinha, calçados, rapadura, redes, miudezas, raízes e pássaros).

O croqui, além de nos conceder uma dimensão da distribuição desses produtos pelas ruas do Crato em dia de feira, nos indica, primeiro: a existência marcante dos produtos agrícolas, como a farinha, as frutas e, também, a rapadura, fabricada de cana-de-açúcar, produto de destaque na região do Cariri, resultante da atividade agrícola local. Em segundo lugar, aparecem as miudezas e calçados, denotando que, naquele momento, já se identificava a venda de produtos fabricados, quer sejam artesanalmente quer sejam industrializados.

Menezes (1918) reporta-se à feira do Crato como sendo marcada pelo grande fluxo de consumidores que ocupavam as ruas nos dias em que ela acontecia

e pela diversidade de produtos vendidos, segundo ele, característicos da fértil região do Cariri. Enfatizou ainda o seu alcance para os municípios vizinhos e outros estados da Federação. A longa – e necessária – citação que se segue retrata com riqueza de detalhes a diversidade de produtos vendidos na feira do Crato, inclusive com suas origens.

Uma nota característica é a feira, exposição dos produtos locais e dos municípios circunvizinhos e Estados limítrofes, Piauí, Pernambuco e Paraíba. Realiza-se sempre a céu aberto, às segundas-feiras formando uma cruz dupla que estende os seus braços pelas ruas da Califórnia, do Comércio e do Fogo. A sua frequência é calculada de 6 a 7.000 pessoas. Os principais produtos expostos são: rapaduras (as mais procuradas pela boa qualidade fabricam-se nos sítios Bebida Nova, Francisco Gomes, Lameiro, S. Vicente), farinha de mandioca (da serra do Araripe e de todo o município), alfeins batidos (doce feito de mel bem grosso e batido frio), tijolinhos de açúcar e casca de laranja, doces de bananas, goiaba e buriti; cereais, aguardente (principais do sítio Batateira, Lameiro, Lagôa Encantada, S. Bento, Engenho do Meio, S. Gonçalo e Cruz), fumo, sal, tapioca, artefactos de couro: chinelos, botas, selins, etc.; queijos de diversas procedências, borracha de maniçoba e mangaba, café das encostas do Araripe, cordas de fibras vegetais, gado vacum, cavalariço, caprino, lanígero, etc.; facas e punhais (já em pequena escala).

Nos bons tempos, de muita chuva, a rapadura e os cereais são cotados a preços reduzidos: uma rapadura (800 a 1.000 grammas) vende-se de 40 a 100 réis, a farinha de 20 a 60 réis o litro, o milho de 20 a 40 réis, feijão a 100 réis, carne sem osso \$800 o kilo-gramma.

De Dezembro a Abril aparecem varias qualidades de saborosas fructas sylvestres, taes como o piqui nutriente e de sabor agradável, mangaba, maracujá peroba e de capoeira, ariticum, marmelada, araçá, Muricy, cajuhy, etc. Tudo isto vem da Serra do Araripe (MENEZES, 1918, p. 161-162).

O exposto nos leva a crer na expressão que a feira do Crato tinha em relação à região, sobretudo, pelo comércio de produtos agrícolas característicos do vale do Cariri, sobressaindo-se a produção da cana-de-açúcar, matéria-prima da rapadura, alimento componente da dieta do nordestino por muito tempo. Outros produtos vendidos eram o arroz, a farinha, o milho, o feijão, a mamona e o algodão, que abasteciam a população das zonas urbanas e rurais. Em geral, eram comercializados no meio da rua em sacas e baús, de modo espontâneo e sem equipamentos de proteção e expostos ao sol e à chuva. O dia de feira alterava o ritmo da cidade, transformando-a num grande mercado. As ruas e praças eram ocupadas por vendedores e compradores, levando Petrone a usar a expressão “*formigam de gente*”, referindo-se ao admirável movimento de pessoas na feira (PETRONE, 1955, p. 53).

Guilherme Studart (1888) comenta, em artigo que descreve o Município de Barbalha em 1888, que havia uma rivalidade entre a feira de Barbalha e a

do Crato e, referindo-se à primeira, acentua que “[...] sua feira rivaliza com a do Crato, é a segunda do Cariry, porque o commercio de fazendas em grosso e a retalho tem para ella attrahido a atenção de muitos pontos, ate das províncias limítrofes” (p. 12). Nos períodos de seca, a população sertaneja recorria à feira do Crato para o abastecimento de gêneros, visto que o vale do Cariri se apresentava como um refúgio para todos os que sofriam com os períodos de estiagem prolongada.

Conforme já mencionado – mas cabe ainda reforçar – a feira do Crato tinha destacado papel regional. Essa cidade, assim como Caruaru, foi denominada cidade-boca de sertão (PETRONE, 1955). De acordo com o eminente geógrafo da USP, ela não era apenas a sede de uma das mais movimentadas feiras da região, mas também

[...] e principalmente, um importante centro de comércio de mamona e rapadura, sendo esta distribuída pelo alto Sertão pernambucano, oeste paraibano, sul do Piauí, além de inúmeros mercados cearenses. Por outro lado, usufrue das vantagens de uma verdadeira ‘boca de sertão’, sendo ponto terminal da R.V.C. (PETRONE, 1955, p. 45, grifo nosso).

Ainda no que se refere à leitura de Petrone, destacam-se os aspectos relativos ao transporte das mercadorias comercializadas na feira, que eram transportadas primeiro em tropas de burros e depois em caminhões mistos. Os “mistos” tiveram importância fundamental no transporte de pessoas e distribuição de mercadorias que saíam do Crato para várias cidades do Nordeste, principalmente, do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco (PETRONE, 1955). O “misto” é descrito por Issler (1964) como um caminhão com duas funções: o transporte de passageiros e o transporte de cargas. Nesse tipo de veículo, a “[...] cabine ou ‘boléia’ é modificada, dando lugar a três ou quatro filas de bancos, cada um recebendo cinco ou seis passageiros. Esta improvisação ocupa metade do comprimento do veículo. O restante da carroçaria recebe a carga” (ISSLER, 1964, p. 133).

Os mistos partiam de uma localidade, que era sede de atividades ou mesmo um centro regional, e faziam linhas que percorriam grandes distâncias, apanhando outros passageiros¹⁸ já à espera na beira da estrada. O destino dos mistos, conforme relata o autor, estava indicado numa “[...] *tabuleta de madeira, pintada a capricho* fixada no alto do pára-brisas do carro, que indicava os pontos

¹⁸ Em um desses percursos feito de caminhão misto, Bernardo Issler deparou um desses passageiros típicos, “[...] foi João das Latas (assim o chamávamos). Creio que vinha do Bacabal, no Maranhão e ai para o Crato, no Ceará. Seis sacos de latas vazias de marmelada, já usadas, constituíam sua bagagem. Como tinha negócios a fazer no Ceará, juntara as latas para vendê-las e assim ‘salvaria’ os gastos da viagem [...]” (ISSLER, 1964, p. 133).

de partida e de chegada” (ISSLER, 1964, p. 133). A distribuição dessas linhas cobria praticamente toda a região Nordeste. Petrone (1955), todavia, apontava a ocorrência de pelo menos cinco “linhas” regulares que saíam da cidade do Crato e faziam vários itinerários usuais¹⁹.

A feira do Crato ainda atua como um centro distribuidor varejista de gêneros, cuja área de abrangência carece de uma pesquisa específica. Embora se registre uma prática intensiva do comércio de confecção popular nessa feira, ela não foi foco do nosso trabalho. Do ponto de vista das atividades agrícolas, a feira ainda comercializa o piqui, fruto muito apreciado na região. A rapadura foi perdendo importância na feira, haja vista o declínio da produção canavieira na região do Cariri em razão do fechamento dos engenhos que forneciam esse produto.

Vários engenhos da região, que no passado foram grandes produtores e distribuidores de rapaduras, fecharam, e os que restaram têm grandes dificuldades em se manter como atividade viável. Foi o que podemos verificar na fala de um dono de engenho do Distrito de Arajara, no Município de Barbalha: “Eu acho que uma das coisas foi a concorrência das fábricas de doces, né. Bolacha, chocolate e doce, acho que a concorrência vinda de outros estados, [...] e aí o pior, a rapadura vai perdendo, o preço vai caindo até se tornar inviável a produção [...]”. Constatou-se em pesquisa de campo que as áreas antes ocupadas com a plantação da cana-de-açúcar têm sido ocupadas por outras culturas ou perderam a condição de terras agrícolas, sendo transformadas em loteamentos, principalmente aqueles que margeiam os perímetros urbanos.

Atualmente, a feira do Crato não tem a mesma importância do passado, entretanto, se manteve a tradição da feira livre mais voltada ao abastecimento da população local. Essa feira não constou como nosso objeto principal de estudo, razão por que não temos elementos para discorrer sobre sua dinâmica no momento atual e provável inserção da confecção popular, conquanto haja indícios

¹⁹ Os itinerários apontados por Petrone eram: 1 – Crato – Araripe – Fronteira – Picos (para Teresina) – Oeiras – Floriano (sopas e caminhões). 2 – Crato – Juazeiro do Norte – Caririáçu – Lavras – Icó – Russas – Pacajus – Fortaleza (caminhões). 3 – Crato – Juazeiro do Norte – Caririáçu – Lavras – Cajazeiras – Souzas – Pombal (Triângulo) – Catolé do Rocha – Brejo da Cruz – Caicó – Jardim do Seridó – Acari – Currais Novos – Santa Cruz – Macaíba – Natal (‘mixtos’). 4 – Idêntico na anterior até Caicó – Jardim do Seridó – Parelhas – Barra – Joazeirinho – Soledade – Campina Grande (para João Pessoa e Recife) Mixtos. 5. Idêntico ao anterior até Pombal – Patos – Barra – Joazeirinho – Campina Grande (‘sôpas e caminhões’). 6. Crato – Juazeiro do Norte – Barbalha – Missão Velha – Milagres – Já í – Salgueiro – Paranamirim – Petrolina (para São Paulo) (‘sôpas’ até Salgueiro, caminhões e ônibus) (PETRONE, 1955, p. 49).

desse fato. Vale salientar que o Crato é sede de uma grande feira agropecuária que não remete à feira livre tradicional, mas é realizada como um grande evento denominado ExpoCrato, bem diferente da feira do passado. A expoCrato é uma grande feira agropecuária que reúne criadores e compradores de animais bovinos, equinos etc., e, nos últimos anos, atraiu milhares de pessoas durante uma semana, sempre no mês de julho, quando também promove eventos artísticos e culturais que atraem um grande e diverso público não só da região, mas também de outros municípios cearenses e de outros estados brasileiros.

3.2.4 A feira de Feira de Santana, portal do sertão baiano

A cidade de Feira de Santana, na Bahia, também surgiu como ponto de encontro e aglomeração de tropas de viajantes que traziam o gado do sertão para ali ser comercializado. O comércio do gado naquela localidade deu origem à feira e, com o desenvolvimento do comércio local, aflorou a vila de Feira de Santana dos Olhos D'Água, que ascendeu à condição de cidade de Feira de Santana em 1873.

Situada entre a Zona da Mata e o Sertão Baiano, a uma distância de 117 quilômetros da capital, Salvador, Feira de Santana se consolidou como importante praça de comércio localizada no entroncamento de importantes rodovias que fazem a ligação do Sul/Sudeste do País com a região Nordeste (BR's 116, 101, 324). Hoje, Feira de Santana é uma cidade média baiana, com população estimada de 622.639 habitantes (IBGE, 2016). Talvez a distância da Capital tenha forjado a centralidade da cidade, tendo sido institucionalizada, em 2011, como cidade principal de uma região metropolitana composta por seis municípios²⁰.

Segundo Almeida (2002, p. 253), a origem da cidade de Feira de Santana ocorreu no início do século XVIII com a compra e desmembramento da Fazenda Santana dos Olhos D'Água, da localidade de São José dos Itapororocas, hoje Distrito de Maria Quitéria. A propriedade, que media cerca de seis quilômetros de comprimento (Norte/Sul) e três quilômetros de largura (Leste/Oeste) pertencia ao casal, descendente de português, Tenente Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandão. Após a compra da propriedade, o casal resolveu doar 100 braças, em quadra, de suas terras para a construção da capela consagra-

²⁰ A Lei Complementar Nº 35, de 06 de julho de 2011, instituiu a Região Metropolitana de Feira de Santana, sendo composta pelo agrupamento dos Municípios de Feira de Santana, Amélia Rodrigues, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, São Gonçalo dos Campos e Tanquinho.

da a São Domingos e Sant'Ana no topônimo denominado Alto da Boa Vista. Conforme relata o autor:

O sítio, em redor da capela, tornou-se ponto de convergência e repouso para transeuntes, tropeiros e boiadeiros que ali pernoitavam e no outro dia, bem cedinho, rumavam em direção aos portos da Cachoeira e Santo Amaro. [...]. Com o vai e vem dos viajantes, criou-se de maneira espontânea um pequeno comércio de quase tudo que, com o passar dos anos foi se desenvolvendo a ponto de se tornar a Feira conhecida (ALMEIDA, 2002, p. 253).

A feira teve início com o surgimento do povoado, em 1819, e se consolidou com o crescimento daquela pequena aglomeração para vila, criada em 1833, tornando-se cidade em 1873. O pequeno povoado de casas se estabeleceu como ponto de troca e comércio de viajantes, vindo a crescer de tal maneira que auferiu *status* de uma grande feira livre, esparramando-se pelas ruas, becos e praças da cidade, cujo nome era feira em alusão à santa padroeira, Nossa Senhora de Sant'Ana.

O historiador americanista Richard Graham (2013), especializado em História do Brasil e da América Latina, assinala que: “Em 1824, Feira de Santana sediava uma feira, realizada todas as terças-feiras, que atraía de 3 mil a 4 mil pessoas. Era, sem dúvida, a mais importante da província, e em 1855 ainda abastecia a cidade de gado ‘em grande escala’” (p. 174).

Conforme aponta Prado Júnior (1981), as fazendas de gado do Piauí foram de grande importância por fornecer carne para todo o Nordeste. Segundo ele, “[...] a maior parte do gado consumido na Bahia provém delas, embora tivesse de percorrer para alcançar seu mercado cerca de mil e mais quilômetros de caminho” (p. 45).

Ainda de acordo com esse autor, as condições desfavoráveis forçaram maior dispersão das fazendas de gado que se multiplicaram por vastas áreas, cheias de vácuos e rala ocupação. A Bahia e Pernambuco se constituíram como centros de irradiação, sendo que no caso da primeira, as fazendas de gado se espalharam para norte e noroeste em direção ao rio São Francisco, alcançado em seu médio curso no correr do século XVII. De Pernambuco, o movimento alcançou o interior dos atuais Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Outro movimento de expansão das fazendas de gado ocorreu no Maranhão. Em suma, a expansão da criação de gado no sertão do que hoje chamamos de Nordeste deveu-se, segundo o autor, pela necessidade de abastecimento de carne do litoral açucareiro (PRADO JÚNIOR, 1981).

A importância do comércio tradicional do gado em pé na cidade de Feira de Santana pode ser percebida por meio da letra da música *Feira de Gado*,

composição de Luiz Gonzaga e Zé Dantas, datada de 1954. Em meio aos aboios e toadas dos vaqueiros conduzindo a boiada, Gonzaga faz menção justamente à cidade de Feira de Santana como destino final para o comércio de gado.

Poppino (1968, p. 170) atenta para o fato que, em 1950, a feira de gado de Feira de Santana destacava-se como a mais importante do gênero na região Nordeste. Sua fama de feira tradicional já se estendia pelo País, tanto que, em esfera nacional, somente a feira de gado de Três Corações, em Minas Gerais²¹, lhe era superior (POPPINO, 1968). Outras feiras locais rivalizavam em *tamanho e colorido* com a feira de Feira de Santana. O autor faz menção a outras feiras concorrentes, como as de Quixadá e Baturité, no Ceará, e a feira de Campina Grande, na Paraíba.

Prosseguindo em sua leitura, Poppino (1968) nos relata que vários produtos, além do gado em pé, eram ofertados, primeiramente, na feira. “Com exceção do fumo, do algodão e do sisal, os demais produtos agrícolas cultivados em Feira de Santana vendiam-se na feira semanal. Até mesmo o feijão, a farinha e o milho eram oferecidos primeiramente à venda, a retalho, na feira” (p. 186). Percebe-se pelo exposto que a feira semanal tinha um caráter distribuidor da produção agrícola local. Dedicava-se, contudo, ao comércio no varejo, com produtos comercializados a granel, a frente ao mercado municipal na confluência da avenida Getúlio Vargas com a rua Sales Barbosa.

A gigantesca feira, na fala de Oscar de Almeida, que tinha início ao largo do mercado e se alastrava pelas ruas, praças e becos da cidade, foi retirada das ruas centrais e realocada no centro de abastecimento construído, em área próxima, acolhendo todos os gêneros alimentícios e produtores da região. O antigo mercado foi transformado em um mercado de arte, no início dos anos 2000, recebendo o nome de Mercado de Arte Professor Dival Pitombo, e, atualmente, é composto de boxes de comércio de artesanatos e comidas regionais.

Vários fatores concorreram para a decadência da feira de gado de Feira de Santana. Segundo Poppino (1968), um deles foi a instalação de currais em forma de U, reduzindo o número do gado em pé vendido no campo solto nos limites da cidade. Araújo (2005), com base em entrevista realizada em 2004 com remanescentes da antiga feira, aponta os motivos para a retirada da feira do centro da cidade e a sua transferência para o Centro de Abastecimento:

²¹ Para detalhes sobre a formação, auge e crise da feira de gado de Três Corações/MG, considerada como importante centro de abastecimento e distribuição de carne verde, consultar o trabalho de Saes e Rosa (2013).

O Centro de Abastecimento surge da grande preocupação em retirar a feira livre do centro da cidade, ligado ao discurso da necessidade de uma reorganização do espaço urbano, constantemente ocupado por esta atividade. Além das segundas-feiras destinadas à mesma, os outros dias da semana também ficavam comprometidos por conta da movimentação dos feirantes. Já na quinta-feira à tarde começavam a mobilizar o centro da cidade, instalando suas barracas para a feira de sábado. Estas já ficavam prontas para a feira de segunda-feira, só sendo desarmadas a partir de terça-feira pela manhã, assim, o centro da cidade só ficava desocupado entre a terça-feira à tarde e a quinta-feira pela manhã (p. 49).

A princesa do Sertão, como a cidade é chamada carinhosamente, buscou por ares de modernidade nos anos de 1960/70. Isso levou os agentes políticos a discutirem o papel da feira para a cidade de Feira. A expansão urbana de Feira de Santana – liberação do espaço público ocupado pela feira para o fluxo de veículos, justificado pela centralidade dessa cidade como entroncamento rodoviário de ligação entre o Sudeste e Nordeste brasileiro – legitimou a retirada da feira nos anos de 1970.

A área central de Feira de Santana parece, ainda, guardar remanescentes da antiga feira livre que ocorria na avenida Getúlio Vargas, nas imediações do Mercado Municipal, hoje, Mercado de Artes. Embora não haja uma feira no sentido tradicional da palavra, a dinâmica desse modo de comercializar na rua permaneceu ali, justamente, com a predominância do comércio de rua de frutas e verduras bem como da confecção popular expressa nas alamedas entorno do antigo mercado. O comércio ambulante da rua Sales Barbosa, não obstante a grande quantidade de vendedores de confecção, concentra várias outras bancas de produtos acessórios (óculos esportivos, relógios, aparelhos eletrônicos etc.) que podem ser vistos em outras áreas da cidade.

Além das feiras, do centro de abastecimento e do comércio ambulante nas ruas de Feira de Santana, outro espaço que marca o comércio popular da cidade é o assim denominado *Shopping* Popular Feiraguay. Esse espaço caracteriza-se pelo comércio de produtos importados que, no início dos anos 1990, vinham do Paraguai, porém, atualmente, a maioria é originária da China. Os produtos comercializados são, sobretudo, eletroeletrônicos, além de calçados e roupas, cópias de marcas famosas. Em trabalho de campo, também, constatamos a existência de bancas de comércio de confecção popular nesse espaço de comércio, porém em número reduzido.

“A feira de Feira não existe mais”. Foi o que apreendemos da fala saudosa de uma moradora da cidade. Apesar disso, não há como falar que a cidade ainda não viva a memória da feira central. Ela ocorre nas práticas espaciais dos seus cidadãos, no grande número de barracas e vendedores ambulantes de frutas, hortaliças e cereais espalhados pelas ruas centrais de Feira de Santana.

Foi, justamente, em virtude da grande concentração de vendedores ambulantes na área central da cidade que a Prefeitura Municipal de Feira de Santana – PMFS lançou o Projeto “Pacto de Feira”, em 25 de fevereiro de 2013. Trata-se de um projeto de requalificação que visa ao ordenamento, disciplinamento das vias públicas e reestruturação do centro comercial da cidade.

Nesse sentido, várias ações têm sido empreendidas a fim de reduzir a aglomeração do comércio ambulante nas calçadas do centro. Uma dessas ações foi a reunião de vendedores de frutas e verduras em galpões denominados Feira Verde. Outra ação em curso é o projeto de construção do Centro Comercial Popular de Feira de Santana que visa abrigar os camelôs situados nas vias públicas no centro da cidade. Esse centro de comércio popular está sendo construído em um terreno, ao lado do Centro de Abastecimento, e prevê a construção de três pavimentos com cerca de 1.800 boxes padronizados (5 m²). A execução do projeto previu um gasto de cerca de 50 milhões de reais, sendo resultado de Parceria Público-Privada. O empreendimento será administrado por um consórcio de quatro empresas que venceu a licitação pública. O equipamento pretende trazer dignidade para o comerciante ambulante, entretanto, essa ação não pode ser isolada, necessitando do apoio constante dos órgãos do poder público municipal para que seja exitoso, senão, será mais um camelódromo construído para confinar os vendedores ambulantes do restante da cidade.

3.2.5 A antiga feira de Água de Meninos (feira de São Joaquim) – Salvador/BA

A cidade de Salvador, conforme vimos, foi marcada, desde o período colonial, pelo comércio de alimentos em suas ruas e praças, em geral, por quitandas e feiras populares que ocupavam o espaço da rua, tornando-os espaços populares do comércio tradicional de gêneros alimentícios que servem à mesa dos baianos. Vasconcelos Maia já destacava, nos anos de 1950, o fato de que aqueles que iam à Bahia não poderiam deixar de visitar as feiras do povo. Ele cita várias delas – Mercado Modelo, Largo dois de julho, Curtume, Sete Portas, Porto da Lenha – porém, de todas essas, a feira de Água de Meninos era a mais típica, ou seja, a mais representativa da cultura baiana. Ela se localizava, conforme orienta o autor, “[...] na cidade-baixa, meio do caminho entre o Elevador Lacerda e a Igreja do Bonfim, antes da Estação Ferroviária de Calçada, esparrama-se à beira-mar, ao pé da Igreja do Pilar, debaixo de várias ladeiras baianas [...]” (MAIA, 1955, p. 2).

Milton Santos (2008c) analisando as funções do Centro de Salvador, destacava que a feira de Água de Meninos era “[...] a mais importante da cidade;

espécie de feira grossista, é um verdadeiro entreposto em relação às demais feiras urbanas” (p. 87). Carybé, artista plástico argentino que se radicou em Salvador, com seu traço de grande sensibilidade, registrou magistralmente a cultura baiana. Em suas obras, há vários registros feitos tanto em desenhos quanto em telas do movimento, formas, cores e sujeitos da feira Água de Meninos, a exemplo dos trabalhadores descarregando produtos dos saveiros que aportavam na Baía de Todos os Santos.

No reparo dessa feira, Carybé (2014) nos ajuda a descrevê-la. Uma feira que beirava o mar em um “[...] amontoado inverossímil de barracas, divididas por becos, ruelas e passadiços, formigando de gente, de saveiros, de jegues, frutas, legumes, jabá, cestas e tamancos, camarão seco e raladores de coco, fifós, cana e farinha de guerra” (p. 5). Maia (1955) também nos descreve como era a paisagem da feira:

De longe, é só um ajuntamento de barco, barraca, mercadoria e gente, é um cheiro agudo de mangue e maresia. [...] a feira é de quem chega, uma vila pitoresca e também, triste é confessar, uma vila suja, de chão batido, lamacenta se chove, poeirenta se faz verão, detritos apodrecendo pelos cantos. (p. 2).

Pela descrição desse autor, é possível atestar o caráter precário da aglomeração da feira, em geral, dotado de pouca infraestrutura, sem pavimento, desprovido de limpeza sistemática, localizado em uma área pouco privilegiada da Baía de Todos os Santos; uma feira situada à beira-mar, exposta à maresia e ao odor do mangue. Aquela feira era uma aglomeração de barracas que comercializavam mercadorias diversas vindas de cidades, vilas e arraiais do interior do Recôncavo Baiano, cujo transporte principal era o saveiro. O modo popular de comércio na feira e seus personagens típicos também podem ser percebidos na descrição de Maia (1955):

Uma variedade sem conta de tipos humanos, comprando ou vendendo, navega diariamente nas ruelas estreitas, entre as barraquinhas feitas de taboa, cobertas de lona desbotada. Brancos, pretos e amarelos, mulatos, sararás, caboclos, gazos e cabo-verdes, de todos os sexos e idades, de classe média e proletária, encontram-se, falam, pechincham, discutem, numa algazarra de várias línguas onde impera um português bem brasileiro, vibrante de gíria local (p. 2).

Essa mesma profusão de pessoas, barracas e mercadorias diversas pode ser notada na representação da feira expressa nos quadros pintados por Carybé. Esse artista também registrou em suas obras outros sujeitos inscritos no movimento da feira. Entre as barracas montadas, vendedores comercializam seus produtos em pequenos molhos, dispostos em esteiras no chão da feira, tropas de animais

carregadas de mercadorias, vendedores que carregavam a mercadoria na mão, vendedores de aves, de peixes, de frutas, verduras e temperos; barracas de ferragens, de cerâmicas – tanto utilitárias quanto figurativas –, negras preparando seu fogareiro e tabuleiros, carregadores que passam equilibrando cestos de frutas ou verduras na cabeça, uma diversidade representada pelo colorido dos produtos expostos do lado de fora da barraca.

Uma variedade de temperos e comidas regionais era encontrada na feira, a exemplo da erva-cidreira, jenipapo, gengibre, azeite de dendê, pimenta malaguetta e cocos. Estes são ingredientes certos no preparo do vatapá, efó, caruru, xinxin de galinha, que, juntamente ao feijão e arroz, farinha, carne de sol, rapadura e cachaça, completavam as refeições mais baratas feitas nas barracas-restaurantes da feira. As panelas e tabuleiros das negras vendedoras ofertavam o mingau de tapioca, quindins, acarajés, abarás, pamonhas, acaçás, cocada-puxa, doces, milho assado, umbu, carambola, sapoti e amendoim torrado ou cozido. No espaço da feira, também podiam ser encontradas “[...] *barracas de fazendas, de artigos de armarinho* e couro, de ervas medicinais e ferragens, de gaiolas para passarinhos e papagaios, exposições permanentes da rica cestaria nativa” (MAIA, 1955, p. 3, destaque nosso). Embora a feira fosse predominantemente de comércio de produtos de abastecimento, lá era possível encontrar fazendas e aviamento para as costuras das donas de casa que, assim, cosiam vestes para toda a família.

As obras de Carybé são marcadas pelo destaque do artista para a temática baiana, sobretudo, do universo religioso africano e os costumes da cultura baiana. Conforme acentua o jornalista Roberto Midlej (2014), com uma simplicidade no traço e grande poder de síntese e simplificação, Carybé privilegiou as figuras humanas e locais do dia a dia. Dessa maneira, homens, mulheres e crianças apareciam em suas criações, no conteúdo dos seus desenhos, quadros, gravuras e esculturas. Dentre esses lugares elegidos pelo artista, destacam-se várias pinturas das feiras do sertão e do litoral. Carybé tratou, em específico, de registrar a dinâmica e ambiente da feira de Água de Meninos, feira histórica localizada na cidade baixa de Salvador que, segundo ele, era composta de:

Cerâmica de todo o recôncavo. De todos os feitos e para todos os usos. Como os depósitos de inflamáveis invadiram o território da feira, um areal alvo onde se comia, à noite, sarapatel e mocotó, onde se amava, se dormia ou se ouviam histórias do mar ao pé dos saveiros – areal que deu nome aos famosos capitães de areia – pois bem, como os depósitos de inflamáveis invadiram seu território, a feira invadiu a rua. Começa do lado de fora entre as palmeiras reais. Mercam-se ali panelas de alumínio, bacias, canecos e bules. Banha de jibóia para reumatismo, canela de ema para a asma e folhas, cascas e paus para curar de tudo. Quase sempre há uma barraca onde se exhibe

‘o homem-fera’ ou ‘a mulher-macaco’, bancas de ferro-velho e algum cego tirando cantigas.

Na principal rua, a rua que atravessa a feira, mal se pode passar de tanto povo, carroças, caminhões, jegues encangalhados, vendedores, camelôs, balaios. Para andar com sossego relativo é preciso passar às estreitas ruas entre barracas: ali o espetáculo humano é inesgotável, as mulheres do carimã peneirando a puba, sumidas no cone de sombra de seus enormes chapelões, quando mercam deixam ver seu riso tão branco como os cubinhos de goma que estão oferecendo. Há barracas especializadas em passarinhos onde esvoaçam campeões do canto e da cor, às vezes algum macaco enriquece a fauna, e, um pouco avacalhado com a cor das cuiúbas e dos sofrês, se movimenta amarrado pelo meio fazendo caretas e obscenidades para regozijo da molecada.

Há montanhas de cachos de banana, de laranja, de pinhas, de limas e cana-de-açúcar, pois é aí que se abastecem os vendedores ambulantes, os hotéis, restaurantes e as famílias pobres. Hercúleos carregadores descarregam os saveiros, entram na água até o umbigo e voltam carregados com tijolos, carvão, balaios imensos de jiló, porcos, capoeiras de galinhas d’angola ou feixes de caibros. Numa técnica toda especial, passam a carga a outro e este a outro mais, conforme a distância entre o saveiro e o depósito.

No setor de carnes verdes há um personagem sinistro, é o homem que tira miolos e língua das cabeças de boi. Com seu cepo de jaqueira e seu grande machado, este carrasco proletário destrincha as cabeças esfoladas onde os grandes olhos esbugalhados parecem perguntar ondes está rodeado de mandíbulas e ossos e descarrega suas machadadas com a mesma precisão que seu velho antepassado inglês, o encarregado de decapitar Ana Bolena.

Em Água de Meninos se concentra a produção do Recôncavo. Chegam as mercadorias de Santo Amaro, Nazaré das Farinhas, Cachoeira, São Francisco do Conde e outras cidades, estivadas na barriga chata dos saveiros, que esperam banzos, adernados, que os livrem desse peso todo.

O mal da feira é o cheiro espesso a maresia, o barro se chove ou a poeira se faz sol. Mas o colorido e a vida compensam e um gole de cachaça com arruda de um dos inúmeros botequins nos limpa a goela e o coração, fazendo-os esquecer o cheiro de mangue na maré de vazante, o pó e a inchaca das capoeiras de galinha (CARYBÉ, 2014, p. 5).

Ataíde (2008, p. 1) revela-nos que essa feira, bem como outros comércios ali existentes, decorre da construção do Porto de Salvador. Chegavam ali dezenas de barcos a vela, trazendo mercadorias do Recôncavo, que iam de cerâmica a artesanato, fazendo da feira um grande centro abastecedor da cidade de Salvador. O fato relatado por Carybé, entretanto, da ocupação do espaço da feira pelos depósitos de inflamáveis aponta o período de conflito da feira com os projetos modernizadores do espaço urbano soteropolitano. Talvez tenha sido o primeiro registro do confronto dos feirantes com os interesses do poder público e seus programas de modernização e reestruturação urbana.

Nesse sentido, a feira também foi pano de fundo na composição do universo de algumas obras do escritor baiano Jorge Amado²². A feira de Água de Meninos é apresentada na novela *A morte e a morte de Quincas Berro D'água* como um ponto de encontro para a prática de rodas de capoeira. Nesse ínterim, o autor nos aponta os personagens comuns que compunham a paisagem da cidade baixa e da feira.

A roda, em frente à rampa dos saveiros, na feira noturna de Água dos Meninos aos sábados, nas Sete Portas, nas exibições de capoeira na estrada da Liberdade, era quase sempre numerosa: marítimos, pequenos comerciantes do Mercado, babalaôs, capoeiristas, malandros participavam das longas conversas, das aventuras, das movimentadas partidas de baralho, das pescarias sob a lua, das farras na zona. (AMADO, 2012, p. 55).

A feira ainda aparece como ponto de referência no desenvolvimento do trecho de anúncio da morte de Quincas Berro D'água entre seus companheiros Curió, Negro Pastinha e Cabo Martim.

Estava ele [Cabo Martim] exercendo suas habilidades na feira de Água dos Meninos, ao baralho. Ao fazê-lo com tanta simplicidade, concorria para a alegria espiritual de alguns choferes de marinete e caminhão, colaborava na educação de dois molecotes que iniciavam seu aprendizado prático da vida e ajudavam uns quantos feirantes a gastar os lucros obtidos nas vendas do dia. Realizava assim obra das mais louváveis. Não se explica, por consequência, que um dos feirantes não parecesse entusiasta de seu virtuosismo ao bancar, rosnando entre dentes que 'tanta sorte fedia a bandalheira'. [...]

A voz do Negro Pastinha chegava estrangulada:

– Morreu o pai da gente...

– Jesus Cristo ou o governador? – perguntou um dos molecotes com vocação de piadista. A mão do negro o suspendeu no ar, atirou-o no chão.

Todos compreenderam que o assunto era sério, Curió levantou a garrafa, disse:

– Berro D'água morreu!

²² A feira Água de Meninos surge mais uma vez no romance *Mar Morto*, acreditamos que muito por sua proximidade e trajetos símiles com os trabalhadores da beira do cais que, assim, cruzam os caminhos dos velhos marinheiros, dos mestres de saveiros, dos pretos, malandros e canoeiros, ou seja, a tradição dos saveiristas. Por fim, a feira torna-se uma opção de sobrevivência para o personagem Rodolfo, que abandona o saveiro deixado pelo pai e vai viver da venda no mercado e na feira de Água dos Meninos. Já no romance *Tieta do Agreste*, é a feira do interior que aparece como uma referência para quem vai e de quem vem na cidade de Santana do Agreste. Como disse o autor, “A Feira de Agreste é uma festa semanal”. O desenlace do enredo, em vários trechos da obra, se passa na feira que é realizada na praça do mercado (praça Coronel Francisco Trindade), estendendo-se pelas ruas vizinhas. O dia de movimento na feira é o sábado, apesar do acanhado comércio nas lojas contadas, conforme descreve o autor. Apesar disso, a feira viveu momentos de festa com a ida de Tieta à feira de Santana do Agreste. Nesse momento, outras tonalidades e cheiros abundam na feira pelas mãos do autor com os montes de frutas comercializadas: goiabas, mangas, araçás, cajus, jenipapos, mangabas, cajás, cajaranas, umbus, pitangas e jacas.

Caiu o baralho da mão de Martim. O feirante malicioso viu confirmarem-se suas piores suspeitas: ases e damas, cartas do banqueiro, espalharam-se em quantidade. Mas também até ele chegara o nome de Quincas, resolveu não discutir. Cabo Martim requisitava a garrafa de Curió, acabou de esvaziá-la, atirou-a fora com desprezo. Olhou longamente a feira, os caminhões e marinetes na rua, as canoas no mar, a gente indo e vindo. Teve a sensação de um vazio súbito, não ouvia sequer os pássaros nas gaiolas próximas, na barraca de um feirante. (AMADO, 2012, p. 58-60).

Fazer a feira era um costume da cidade, mas com os dois pés assentados no interior, ligados, principalmente, pelo Recôncavo. A feira se massificou pela oportunidade de ocupação de parcela da população sem emprego e também pela possibilidade de abastecimento com aquisição de mercadorias de preços acessíveis, principalmente, no final de feira, momento em que os valores dos produtos eram mais baratos.

A resistência dos feirantes à retirada da feira Água de Meninos tomou tamanha proporção de modo que virou palco e argumento do filme *A Grande Feira*, de 1961, com direção de Roberto Pires, tendo como produtor executivo Glauber Rocha. O filme tinha um tom contestador, de denúncia da tentativa do poder público de extinguir a feira que estava situada às margens da Baía de Todos os Santos e formava diariamente uma grande aglomeração de compradores, feirantes e mercadorias que chegavam nos saveiros para abastecer a feira de toda sorte de gêneros alimentícios. A grande questão que o longa-metragem de 94 minutos expunha era o conflito entre feirantes e a especulação da área da feira pelo capital internacional, especificamente, por empresas petrolíferas que queriam obter aquela área para a instalação de depósitos de combustíveis.

As cenas do filme revelam vários aspectos de uma feira rural que, apesar de estar disposta na cidade, ainda mantinha, por exemplo, o transporte dos produtos com animais de carga e carroças. Além disso, a feira guardava um estereótipo social como lugar de cabarés, jogatinas (jogo do bicho), zona de cais e de marginais. As barracas da feira tinham o aspecto de pequenas habitações fixas, não necessitando do trabalho diário de montagem e desmontagem. Observa-se também que a exposição das mercadorias ocupava a parte de fora da barraca, nas alamedas de passagem conforme se pode verificar no filme. A retirada da feira desalojaria aproximadamente 4.000 feirantes para que houvesse a ampliação da estrutura do porto de Salvador.

O filme já levantava, naquele momento, o debate sobre a função da feira e sua relação com a cidade. O personagem do Marinheiro Ronny, também conhecido por Sueco, conforme Carvalho (2002) descreve, era um marinheiro que havia perdido seu navio e acabara se envolvendo com a prostituta Maria da Feira

– companheira do ladrão Chico Diabo. Sueco, por já ter estado em vários países como marinheiro, compara as feiras de Salvador e de Hong Kong. Para ele, era tudo a mesma coisa.

O papel histórico de abastecimento da população e sua relação conflituosa com a visão modernizadora da cidade são revelados nas falas dos personagens Ricardo, Filósofo e Neco – o Líder do sindicato, respectivamente, discutindo a proposta de retirada dos feirantes em um bar da feira:

(Timeline - 05:26)

R – O problema não é somente nosso, mas é de todos nós. Vocês já souberam que vão acabar com a feira.

F – É o progresso meu amigo. É o progresso. Infelizmente vamos ter que nos mudar.

R – Não, mas eu não vou mudar daqui não.

F – Não depende de você. Concorde ou não, o progresso virá.

[...]

(Timeline - 09:41)

F – Temos que andar de acordo. A cidade precisa de nós para comer e nós precisamos dela para viver.

R – Para os diabos com a cidade, como se ela pensasse em alguém.

N – Não se esqueça que você mora nela moço. Talvez ela é que não se orgulhe muito de você. [...] (A GRANDE..., 1961).

O filme expõe o anúncio de extinção da feira que chega aos feirantes com base no discurso do “progresso” como algo fatídico, atingindo a todos de alguma maneira, a quem caberia apenas adequar-se aos ditames. A visão de modernização travestida pela alcunha progressiva questiona o sentido dessa forma de comércio tradicional na cidade, mas levanta ainda o debate sobre a função da feira e sua relação com a cidade. Não obstante, a resistência dos feirantes à saída da feira para outro terreno é registrada pela mobilização do sindicato, cujo papel e poder de atuação são postos em dúvida. Isso sugere outras medidas, como o uso da força para resistir às ações do poder público em desocupar o espaço da feira. Em uma reunião informal do grupo de feirantes, Neco – líder do sindicato – indaga ao personagem Chico Diabo sobre sua intenção de tocar fogo na feira. Na fala de Chico, é uma mensagem aguda, uma medida extrema que revelava a real ameaça de explosão dos tanques de combustíveis próximos à feira.

N – E desde quando o senhor tem autoridade pra resolver o problema dos feirantes e muito menos com fogo?

CD – Isso é cá comigo. Eu vou tocar fogo nessa droga você goste ou não.

[...]

CD – O pessoal de lá *sempre achou que essa feira era o intestino da cidade?! Pois bem, a barriga tá suja?! Vou dá um purgante para valer. É fogo, fogo em tudo!*

(A GRANDE, 1961, 01:09:38, grifo nosso).

Carvalho (2002) explana que, na visão dos seus realizadores, o filme *A Grande Feira* era uma “crônica amarga” de Salvador. A feira era um pano de fundo para ampliar a discussão sobre as condições de vida e opressão do povo brasileiro. A mesma autora comenta que, para Glauber Rocha, essa opressão do povo, como ato maior de denúncia, era apresentada “[...] logo em sua primeira sequência pelo poeta popular Cuíca de Santo Amaro ao anunciar que ‘a feira de Água de Meninos vai acabar...engolida pelos tubarões’” (Carvalho, 2002, p. 132). O empenho dos feirantes na luta pela permanência da feira perpassa três posicionamentos defendidos pelos personagens: “Neco defende a luta por vias negociadas, o Filósofo aceita o seu fim como consequência natural do progresso, enquanto Ricardo está entre aqueles que não aceitam passivamente a mudança” (CARVALHO, 2002. p. 133).

Não obstante as intenções em retirar os feirantes, o filme expõe a ação do governo de promover o uso da feira como maravilha primitiva e exótica da cultura baiana para a divulgação turística como mostra o uso da “parte bela” da feira representada pelas barracas de cerâmica como pano de fundo para a pose de mulheres, representando a classe média baiana. No desenrolar da cena, entretanto, o dono da barraca é afrontado com a ordem para que saísse do seu ponto de venda para que a sessão de fotografia fosse realizada.

O movimento de resistência em mudar o lugar da feira e a ação contra grupos econômicos aparece na película pela luta dos feirantes contra os ditos “tubarões”, em faixas e cartazes na assembleia de feirantes que prometia lutar pela sua permanência. Isso reafirma a asserção de Carybé referente à invasão do território da feira pelos tanques de óleo do porto de Salvador, levando os feirantes a invadirem a rua.

“A feira guarda as pessoas que por ela anda”, assim, dizia um personagem no filme; e entre barracas de madeira, vendas de cestos de fibra, becos estreitos, afora a entrada central, a feira representava um risco em caso de incêndio. Esta era a intenção do personagem Chico Diabo, que tenta ao final do filme tocar fogo na feira com uma banana de dinamite entre os tanques de combustíveis.

Em distintos momentos, a arte inspira a vida ou a vida imita a arte. Não podendo fazer essa afirmação para o filme *A Grande Feira*, lançado em 1961, que revelava o momento de tensão social e denúncia das condições de vida da população, ocorreu, todavia, na tarde de sábado de 5 de setembro de 1964, um incêndio na feira que destruiu quase a totalidade das barracas. Os jornais da época²³ apontavam para o ato criminoso ocorrido na feira de Água de Meninos.

²³ O incêndio da feira de Água de Meninos foi pauta do jornal *A Tarde* de 08 de setembro de 1964.

O Estado brasileiro já estava submetido ao regime ditatorial civil-militar desde março de 1964. A feira Água de Meninos resiste até os dias atuais, como forma e conteúdo na paisagem urbana de Salvador, porém, com a denominação de feira de São Joaquim.

CAPÍTULO 4

AS FEIRAS DE CONFECÇÃO APRAZÍVEL, EM SOBRAL, NO CEARÁ; CARUARU, EM PERNAMBUCO; E SERRINHA, NA BAHIA

*Olha aqui, eu tenho moda!
Olha aqui, eu tenho moda!
Olha só freguesa,
É quinze reais qualquer modelo;
Bora moça, tem calça, tem bermuda,
tem blusa, tem short, tem saia.*

Pregão do Vendedor da feira de Serrinha/BA

Ao refletirmos acerca das modalidades de comércio nas cidades, ao longo da história, verificamos que as feiras e os mercados são modos seculares que permanecem até os dias de hoje no espaço urbano. Pintaudi (2006a, p. 81), em seu estudo sobre as transformações dos mercados públicos, salienta que as “[...] formas espaciais (estrutura e função incluídas) têm uma duração no tempo e o seu movimento requer permanente reinterpretação.” Foi nesse sentido que buscamos refletir sobre o porquê das feiras livres permanecerem até hoje nas cidades, mesmo diante de formas modernas de comércio, a exemplo dos *shoppings centers*.

Entendemos que a permanência das feiras livres até o presente momento como formatos de comércio urbano que suscitem releituras e reinterpretações que não podem ser postas de lado, pois, como veremos no corpo deste capítulo, as feiras livres, em específico, as de confecção, desencadeiam um grande fluxo de mercadorias, pessoas e capitais em várias cidades nordestinas, como demonstraremos com o estudo das três selecionadas como recorte desse trabalho, seja: a

feira de distrito de Aprazível, em Sobral, no noroeste do Ceará; a de Caruaru, no agreste pernambucano, e a de Serrinha, na Bahia.

Acolhemos, assim, a orientação de Pintaudi quando assinala que o uso do método histórico pode nos conduzir à análise das dimensões espaciais e sua gênese, sem perder de vista, a definição atribuída a esta forma espacial de comércio por uma sociedade a cada momento da história. Para essa autora, os mercados públicos compuseram “[...] uma das primeiras formas que marcam a separação homem/natureza, ou seja, do momento em que o homem deixa de produzir sua própria existência, anunciando outros ritmos para o tempo/espaço social, através da troca de produtos” (PINTAUDI, 2006a, p. 81). Segundo a autora, as metamorfoses do mercado público e sua relação com o espaço urbano são reveladas por meio da adaptação às variadas lógicas racionalizadoras do espaço social atual.

Transpondo essa reflexão para a feira livre, conforme vimos no capítulo anterior, ela teve gênese no comércio errante, muitas vezes livre das regras locais ou submetidas às normas especiais (isenções de impostos) distintas das praticadas pelo comércio local. A feira teve também um papel fundamental no desenvolvimento das cidades comerciais, sobretudo, na Idade Média, estabelecendo redes de comércio que tinham as grandes feiras como centros distribuidores. Estas, tamanha a grandeza e importância, ficaram conhecidas pela alcunha das cidades que as acolhiam, a exemplo da feira de *Lyon* ou de *Champagne*. As feiras atravessaram os séculos, a transição do regime feudal ao do capital, adequando-se à nova lógica como importantes centros de câmbio de moedas e de crédito entre mercadores e compradores de mercadorias. As feiras transpassaram mares, ganharam outros continentes. Entraram em declínio com o surgimento das bolsas e a substituição do fluxo comercial contínuo no lugar do intermitente. O progresso dos meios de transporte e infraestruturas de apoio permitiram maior eficiência das redes de distribuição de mercadorias.

No contexto da formação social brasileira¹, a feira foi marcada pelos modos de ocupação e produção dominante no período colonial, isto é, a produção de açúcar para exportação. A feira, no período colonial, destacou-se, principalmente, pelo comércio do gado criado no sertão, longe do plantio de cana, destinado ao abastecimento das regiões monocultoras. Posteriormente, a feira agregou junto a si a produção do campo, das pequenas propriedades, visando ao abasteci-

¹ Para Santos (2004, p. 236), é por meio de “[...] cada Formação Social que se cria e recria, em permanência, uma ordem espacial de objetos que é paralela à ordem econômica, à ordem social, à ordem política, todas essas ordens atribuindo um valor próprio particular, às coisas, aos homens e às ações promanando dela.”.

mento dos núcleos urbanos. Vários desses núcleos tiveram origem no comércio da feira de gado.

A feira, a exemplo do mercado, teve que se adaptar às racionalidades da urbanização da sociedade, pondo à prova sua razão de ser no espaço urbano. A indagação poderia ser a seguinte: para que serve a feira livre? Qual é o papel desempenhado por ela hoje? Com o desenvolvimento de outros espaços dedicados ao comércio, como as lojas de departamento, os centros comerciais e, mais recentemente, a chegada de *shopping centers*, o papel reservado às feiras e mercados parece ter se restringido ao abastecimento de alimentos, e isso também é objeto da concorrência dos grandes centros atacadistas e redes de supermercados. Assim, o que restou para a feira livre? Diante das modernas formas de comércio, as feiras se mantiveram e prosperaram em setores tradicionais e marginais da economia urbana².

Conforme mencionado no capítulo anterior, quando Gilberto Freyre tomava nota dos pregões dos vendedores ambulantes das feiras e mercados do Recife, ele ressaltava as falas e dizeres dos vendedores de pitomba, de macaxeira, de mungunzá, de bolo e caldo de cana que, no geral, eram produtos que remetiam ao universo do campo.

Em nossas pesquisas, observamos que as feiras não perderam essa característica da típica agitação que os feirantes fazem para atrair compradores, usando do colorido das barracas sortidas ou da sonoridade dos dizeres dos pregões. Como divisamos, porém, na fala de um vendedor na feira de Serrinha/BA, estes não ressaltavam somente a doçura das frutas, mas anunciavam outros produtos, dizendo: “*Olha aqui, eu tenho moda! [...] É quinze reais qualquer modelo; Bora moça, tem calça, tem bermuda, tem blusa, tem short, tem saia*”. Ao nosso ver, esse fato é revelador de outro momento histórico vivido nos espaços das feiras-livres dedicados ao comércio de confecção. Esse é o “leitmotiv” que conduz para o encadeamento dos capítulos.

No contexto urbano marcado pelo desemprego decorrente da modernização capitalista, a inserção crescente do comércio da confecção popular na feira tra-

² Verificamos isso em nossa dissertação de mestrado, quando estudamos a feira de artesanato da avenida Beira-Mar em Fortaleza/CE, no final da primeira década do século XXI. Essa foi criada por artesãos que comercializam suas peças de artesanato nas calçadas em frente aos primeiros hotéis que se estabeleceram na orla marítima de Fortaleza no final dos anos de 1970. A feira de artesanato foi aumentando à medida que a atividade turística foi se expandindo na Capital. Essa feira dedicada ao comércio de artesanato, todavia, no momento da pesquisa, já contava com um número significativo de vendedores de confecção. Dos 100 questionários aplicados na feira, em 2009, a maioria era de artesãos, correspondendo a 43%, 22% eram de vendedores de artesanato, outros tipos de mercadorias (5%), enquanto 30% eram de vendedores de confecção (GONÇALVES, 2009).

dicional surge como adaptação criativa à dinâmica contemporânea que agrega novos elementos à feira nordestina. Acreditamos que ela se metamorfoseia, muitas vezes, tende à mudança de configuração, estrutura e periodicidade para permanecer atual. Isso, todavia, não ocorre sem conflitos e resistências.

Buscamos comprovar, por meio dos recortes estudados, que essa expansão do comércio de confecção popular nas feiras livres do Nordeste brasileiro não se restringiu somente àquelas situadas nas capitais nordestinas, mas também se difundiu por inúmeras cidades médias e pequenas no interior dessa região, ensejando novas geografias, outros fluxos em feiras antes dedicadas apenas ao comércio de subsistência.

Novas feiras foram criadas dedicadas, exclusivamente, ao comércio de confecção, por isso estamos nos apropriando da expressão Feira de Confecção, haja vista a influência que a confecção popularmente produzida tem em formar novas aglomerações de comércio no formato de feiras. Estas passaram a influenciar, sobremaneira, a dinâmica socioespacial de várias aglomerações urbanas, dinamizando fluxos de pessoas, capitais e mercadorias, o mercado de trabalho, fazendo com que espaços, pouco permeados pelo capital comercial, uma vez submetidos a essa lógica, passassem por mudanças a submeter, mesmo que em parte, à sua lógica.

De modo geral, as feiras contemporâneas guardam as mesmas características das feiras medievais, sobretudo, quanto à periodicidade e à maneira de ocupação temporária do espaço público, com bancas de madeiras ou, mais recentemente, com barracas montadas com estruturas de ferro tubular onde as mercadorias são expostas. Em alguns casos, essa inserção do comércio da confecção ocorreu com a adaptação de feiras. Foi o que observamos nas feiras estudadas, nas quais muitas bancas que comercializavam gêneros alimentícios ou artesanato foram sendo substituídas, pouco a pouco, por bancas de comércio de confecção popular. A produção confeccionista, marcada, sobretudo, por pequenos agentes produtores autônomos ou microempresas, fações, impulsionou o comércio da confecção popular nas feiras, todavia, buscaremos aprofundar esse e outros aspectos nos capítulos seguintes.

Intentaremos, neste capítulo, melhor caracterizar a figura do feirante no universo das três feiras estudadas e suas trajetórias de vida. De outro modo, buscamos apreender a dinâmica das feiras estudadas, principalmente, no que se refere aos aspectos de organização e funcionamento no que tange às relações de trabalho e à comercialização dos produtos. Primamos, ainda, por identificar o papel exercido pelos sujeitos envolvidos quanto à posição que ocupam no circuito da feira, identificando, de modo específico, as atividades desenvolvidas, origem e situação. Pas-

samos, a seguir, à caracterização das três feiras relacionadas para estudo, iniciando por aquela considerada como uma das maiores feiras de confecção do interior do Estado do Ceará, a feira de confecção do Distrito de Aprazível, no Município de Sobral. Em seguida, tratamos da feira da Sulanca, em Caruaru, uma das principais feiras de comercialização de roupas do polo de confecção do agreste pernambucano, finalizando com a de Serrinha, no sertão da Bahia.

4.1 A FEIRA DO APRAZÍVEL, SOBRAL/CE: EXTENSÃO GEOGRÁFICA DA PRODUÇÃO E COMÉRCIO DE CONFECÇÃO POPULAR DE FORTALEZA/CE

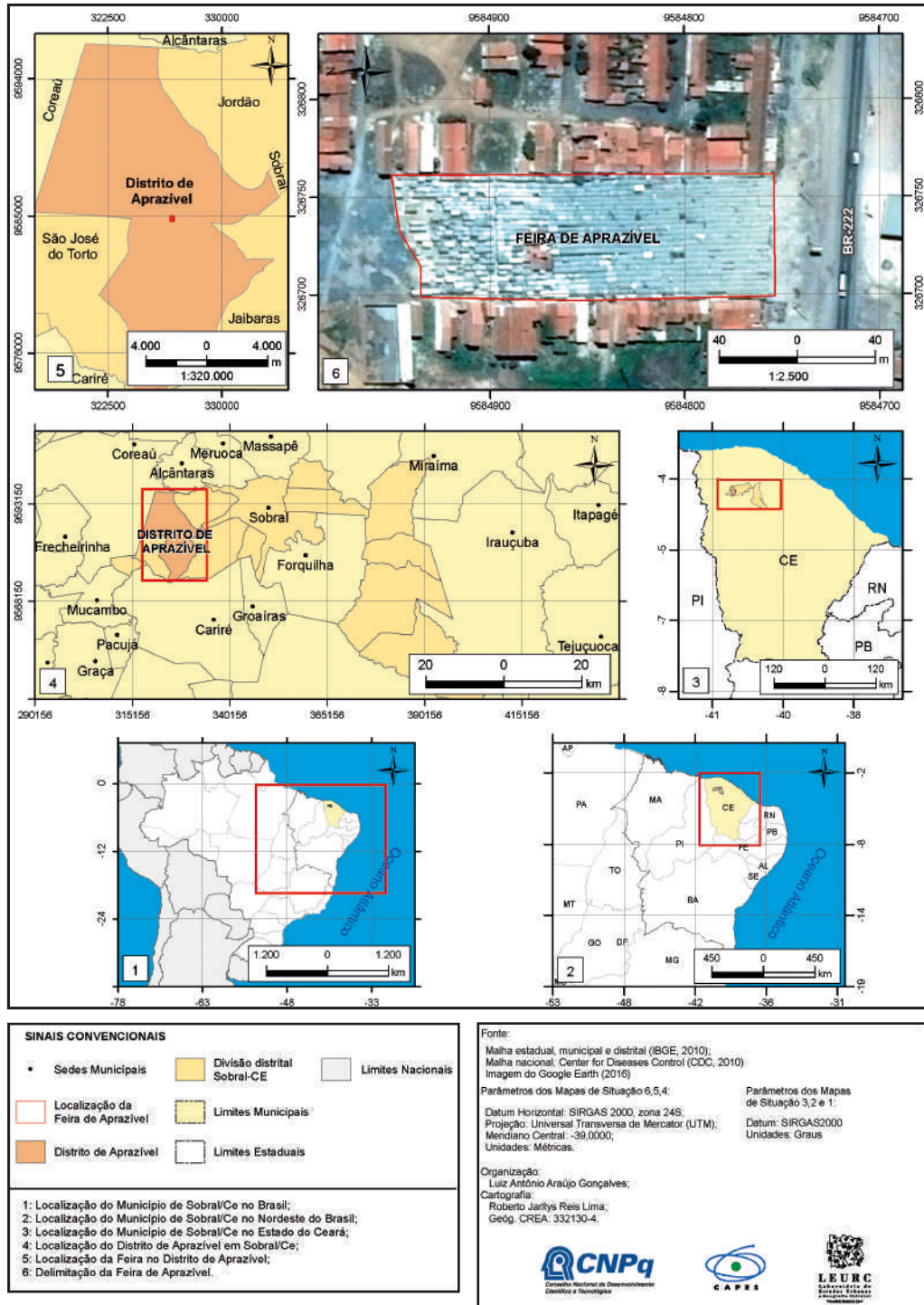
A feira do Aprazível está localizada no Distrito de mesmo nome, situado a cerca de 20 quilômetros do Distrito-Sede do Município de Sobral, no Ceará, conforme a figura 5 a seguir. Embora a cidade seja denominada carinhosamente como a “Princesa do Norte”, o Município de Sobral compõe a mesorregião noroeste cearense e, de modo particular, a microrregião de Sobral, estando localizado a uma distância de 232 quilômetros de Fortaleza, contando com 13 distritos³. A população do Município é de 188.233 habitantes, e a de Aprazível, situado em sua porção oeste, tem uma população de 2.996 habitantes (IBGE, 2010c). A população do Município estimada para o ano de 2016 foi de 203.682 habitantes (IBGE, 2016). Criado em 1998, este Distrito encontra-se em um entroncamento de duas rodovias estaduais e uma federal (CE-364, CE-253 e BR-222). A feira de confecção localiza-se, justamente, às margens da rodovia BR-222⁴ e destaca-se por ser uma das mais movimentadas do interior do Estado e vem modificando a dinâmica daquele distrito.

O comércio de confecção popular dessa feira ocorria, entretanto, na Sede do Município de Sobral, mais especificamente, na praça de Cuba, antes denominada de praça da Meruoca. Trataremos a seguir, de modo breve, da origem e tradição comercial de Sobral, destacando os espaços de comércio, ou seja, a feira e o mercado, para, em seguida, apontarmos o contexto que levou a feira de confecção para o Distrito de Aprazível.

³ A divisão distrital do Município de Sobral/CE: Sobral (1772), Caracará (1933), Jordão (1935), Patriarca (1938), Aracatiçu (1843), Taperuaba (1943), Jaibaras (1951), Rafael Arruda (1957), Bonfim (1963), Caioca (1964), São José do Torto (1989), Aprazível (1998), Patos (2003). (IPECE, 2012).

⁴ Referida rodovia tem sentido Leste-Oeste, ligando vários municípios e estados da região Nordeste com os da região Norte do País e vice-versa. A rodovia tem início em Fortaleza, passando por cidades como Sobral, Frecheirinha e Tianguá, ainda, no Ceará, até chegar a Piripiri, no Estado do Piauí. Desta cidade até Chapadinha, no Maranhão, ela passa por trechos intermitentes, coincidindo com várias rodovias estaduais (PI-117, MA-034, MA-234). De Chapadinha/MA, segue por trecho pavimentado até a cidade de Marabá, no Pará. Daí em diante, a BR-222 tem trecho planejado de interligação com a BR-158 que termina em Altamira/PA (DNIT, 2013a; 2013b; 2013c).

Figura 5 - Mapa de localização da feira de confecção do Distrito de Aprazível, Sobral/CE.



4.1.1 A feira e o mercado na cidade de Sobral/CE

O Município de Sobral originou-se, de acordo com Martins Filho e Girão (1966), da povoação formada da fazenda Caiçara, erigindo-se a Vila Distinta e Real de Sobral em 5 de julho de 1773, sendo elevada à categoria de cidade pela “[...] Lei nº 229, de 12 de janeiro de 1841, com o título de Fidelíssima Cidade de Januária do Acaraú, nome que a Lei nº 244, de 25 de outubro de 1842, extinguiu, restabelecendo a anterior denominação de Sobral” (p. 504).

De acordo com Dom José Tupinambá da Frota⁵, o núcleo da povoação se formou sem alinhamento nem praças. Havia uma manifestação da Câmara para dar solução à tortuosidade e irregularidade das ruas e casas construídas. Com o tempo, algumas edificações foram sendo demolidas, as casas foram numeradas e as ruas, becos e travessas receberam denominações, conforme segue a citação: “Na sessão de 19 de outubro de 1842, a Câmara resolveu a numeração e denominação das ruas, becos e travessas da cidade” (FROTA, 1974, p. 447).

Havia uma inquietação pelo ordenamento das ruas e o embelezamento da cidade, algo perseguido pelos sujeitos ilustres na segunda metade do século XIX. Dentre as ações de alinhamento das ruas, abertura de becos e travessas, Frota (1974) nos relata a construção de uma praça idealizada pelo Capitão Ângelo José Ribeiro Duarte. Em sessão ordinária da Câmara Municipal de Sobral, ocorrida em 10 de outubro de 1884, ele solicitava a concessão para o estabelecimento de uma praça acima de sua propriedade. A resposta da Câmara Municipal veio somente em 17 de janeiro de 1885 com o parecer da comissão nomeada para o caso:

A comissão nomeada em sessão de 10 de novembro de 1884 para dar seu parecer acerca de hua requisição do Capitão Angelo José Ribeiro Duarte, afim de se crear hua praça na rua do Rosário onde o mesmo está edificando, apresentou o seu parecer a respeito da criação da Praça no fundo do Rosário, estrada da Serra, ao depois de ter observado os estados da linha de muitas ruas que se dirigem aquele lugar hé de opinião que se forme hua praça [...] devendo a Praça ter 523 palmos entre hua e outra, que hé o espaço vazio que existe: dar-se-há 300 palmos de largo para frente e dos quarteirões que se findarão formando outros dois, o que tudo se mostra pela planta juncta a este parecer.

A Praça denominar-se-há Praça da Meruoca [...] a Comissão espera hé que a Câmara dê providências para não se levantar mais casas sem respeito hua das outras como está acontecendo e que não se consinta reaparecerem as casas já edificadas que posam servir de obstáculo à formação da mesma praça e que as casas de novo edificadas sejam todas esquadriadas. Tudo isto que a Comissão lembra já se acha determinado por posturas e somente exige a observação delas [...] [sic] (FROTA, 1974, p.450-451, grifo nosso).

⁵ Primeiro Bispo de Sobral, eclesiástico de grande influência em Sobral.

A Praça da Meruoca, renomeada posteriormente, de Praça General Tibúrcio, será retomada mais adiante, dada sua importância no contexto do surgimento da feira de confecção do Distrito de Aprazível. No que se refere ao desenvolvimento das atividades comerciais em Sobral, no entanto, Frota (1974) nos relata que o primeiro mercado da cidade foi construído de modo muito rudimentar, provavelmente associado ao comércio do gado⁶, haja vista sua localização próxima ao curral do açougue e da rua da Gangorra⁷. O segundo mercado foi edificado em fevereiro de 1821 em uma praça que passou a ser denominada de Praça do Mercado. No dia 28 do mesmo mês e ano, a Câmara Municipal decretava dez posturas para quem tencionasse comercializar no novo mercado:

- 1º Que do dia 5 de Março em diante deve haver somente no Mercado Público toda a compra e venda de mantimentos e gêneros do paiz.
- 2º Permitta-se nelle também a venda de líquidos e ainda de bebidas espirituosas, guardada nesta a moderação à tranquilidade publica.
- 3º Nenhum ronceiro ou outro qualquer vendedor, tendo de vender os seus mantimentos, legumes ou pescado, **poderá fazê-lo senão no dito Mercado**, aonde dirigirá os seus carros e cargas em direitura, sem que dê logar a ser-lhe convocada a venda por travessia, a qual é proibida em toda a sua extensão, quer da parte do vendedor, quer da do atravessador: Bem entendido, que se não compreendem neste artigo as cargas que cada um manda vir para o consumo de sua casa e sustento da sua família.
- 4º Deverão **os vendedores, donos dos mantimentos de todas as qualidades entrar na Praça e expor ao povo a venda franca** do que tiverem a vender pelos preços que lhe fizerem conta.
- 5º Não poderão, caso não achem extração ao que têm a vender, levantar a venda ao povo, enquanto não tiverem assim estado três horas ao menos.
- 6º **Findas ditas três horas, para benefício da agricultura e povo lhes é permitido vender pelas ruas** ou a quem quizerem; devendo porém para assim praticar, obter primeiro bilhete de licença do Almotacé, escrita pelo Escrivão de que este lhe levará um vintém, quer de muitas quer de poucas cargas, contanto que sejam de um só dono: sem o qual é prohibida dita venda pelas ruas ou a quem quizer.
- 7º Contemplando este Concelho os commodos que experimentão os lavradores e mais pessoas na mesma Praça, em que se gastou tão utilmente grande somma de dinheiro, e há falta de rendimentos do Concelho, devendo-se conciliar por todos os modos o interesse publico com o particular: Ordena mais o mesmo Senado o seguinte – De cada carro que conduzir à praça gêneros e mantimentos do seu consumo, **pagar-se-ão oitenta reis, e de cada uma carga de cavalo, vinte reis.**

⁶ A cidade de Sobral tem origem com o ciclo do gado e, conseqüentemente, do comércio do couro e da carne salgada (charqueada). No final do século XIX, a atividade criatória juntou-se ao cultivo do algodão, formando assim o binômio gado-algodão. Sobral tornou-se, assim um centro coletor de produtos vindos do sertão e das serras do oeste cearense (HOLANDA, 2000, p. 36).

⁷ Frota (1974, p. 455) relata que essa rua era “[...] assim chamada por haver naquele sítio uma gangorra para prender gado.”

- 8º Haverá no Mercado huma pessoa capaz, que a Camara eleger para cobrador; e observar-se-há nesta cobrança a maneira seguinte – O Juiz Almotacé nomeará de seus officiaes semanalmente, hum, o qual será obrigado a estar na Praça. Este hirá dar entrada a todos os Carreiros, e condutores de carga; ele os lançará em hum quaderno com seos nomes, quantias, e qualidades de mantimentos. Depois hirão pagar ao Cobrador, que fará igual assento; e no fim da Semana, cada hum levará e receberá o que tiver produzido; e dará contagem à Camara de qualquer duvida, ou inconveniência para ser providenciada; devendo ao mesmo tempo o juiz Almotacé ter toda a vigilância nisto; podendo fazer todos os exames, e indagações afim de obter-se a exatidão; e como tanto o official, como cobrador ficarão onerados nesta cobrança, concede este Senado a cada hum deles cinco por cento da cobrança liquida, que lhes poderão ser entregues pelo Procurador; quando veja que procedem com lisura e atividade eloquente.
- 9º Os regatoens não poderão por meios directos ou indirectos atravessar mantimentos, nem tão bem aumentar escandalosamente os seus preços.
- 10º Toda e qualquer pessoa que contrariar por qualquer forma o determinado nas presentes Posturas, incorrerá nas penas de trinta dias de cadêa e seis mil reis de condenação para as despesas do Concelho. Os Juizes Almotacés ficão responsáveis por seu inteiro, activo e zeloso cumprimento’ (FROTA, 1974, p. 455-457, grifo nosso).

Conforme podemos verificar na citação anterior, com a construção do novo mercado, a Câmara Municipal logo tratou de regulamentar o comércio, estabelecendo horários, controles e onerações. Assim, o comércio de mantimentos e gêneros, como legumes e pescados, só poderia ser realizado num só lugar – a Praça do Mercado – para onde deveriam ser direcionadas todas as cargas de animais e carros que vinham da zona rural.

Tendo em vista a acomodação dos vendedores no espaço da Praça do Mercado, o Conselho Municipal estabeleceu a cobrança pela ocupação daquele espaço. Dessa maneira, para cada carro de transporte de gêneros e/ou de mantimentos, era cobrado o valor de 80 réis e de 20 réis para cada cavalo carregado. Um cobrador era nomeado pelo Conselho Municipal para fazer essa cobrança semanal na praça, sendo remunerado com 5% da arrecadação líquida das cobranças. Ao mesmo tempo, o Conselho não permitia o aumento exorbitante do preço dos alimentos, muito menos a ação de atravessadores na Praça do Mercado.

A Praça do Mercado foi uma referência espacial para o comércio da cidade. Armazéns de estivas, dentre outros estabelecimentos comerciais, faziam anúncios, nos jornais da época, usando a Praça do Mercado como ponto de localização para seus clientes. De outro modo, a feira era tomada como ponto de referência no caso de mudança de ponto comercial, com anúncios de comerciantes informando aos seus clientes da mudança do seu estabelecimento.

Apesar de não haver em Frota (1974) uma menção mais clara e incisiva sobre a ocorrência de uma feira na cidade de Sobral, entendemos que o comércio de gêneros e mantimentos por vendedores que vinham da zona rural para o

comércio a céu aberto na Praça do Mercado constituía aí uma feira livre⁸. Esta se estendia ao longo da Praça do Mercado, conforme o acervo iconográfico do Museu Diocesano Dom José, em Sobral, que mostra a aglomeração de pessoas e animais de cargas na Praça do Mercado, em 1905.

O Mercado Público edificado na Praça foi demolido na gestão do então prefeito Vicente Antenor Ferreira Gomes, nos anos 1940. A justificativa deu-se pelo anseio de embelezamento daquela praça. Para isso, a construção de outro mercado público foi iniciada em 1937, no bairro Junco, nas proximidades do Cemitério Público São José, não obstante a oposição de quase todos os negociantes que estavam instalados ao redor daquele prédio (FROTA, 1974, p. 458). O “Novo” Mercado Público de Sobral foi inaugurado em 03 de março de 1940, onde ainda hoje permanece como um ponto de referência central (Figura 6) de compras⁹ e abastecimento da população da cidade e região de influência de Sobral.

Passado mais de um século, justamente na Praça da Meruoca¹⁰, teve início uma feira livre nos anos 1990 (1994-95). Segundo o relato dos feirantes com quem podemos conversar, a feira se originou de pequenos fabricantes e feirantes que vinham de Fortaleza uma ou duas vezes por semana para comercializar a confecção fabricada na Capital cearense e também (como extensão) em outras feiras de cidades da região noroeste do Estado, a exemplo das feiras do Ipu, São Benedito, Tianguá, Viçosa do Ceará, dentre outras.

A feira de comércio de confecção popular, que se iniciou na Praça da Meruoca, viu crescer o número de barracas e feirantes com o passar dos anos, causando incômodo ao setor lojista (CDL), que pressionou o poder público pela sua retirada da área central da cidade de Sobral. Foi, todavia, nesse contexto que teve origem a atual feira de confecção de Aprazível.

⁸ Em trabalho de campo realizado em Sobral, buscamos, em conversas informais com pessoas idosas sentadas no Beco do Cotovelo, afamado local de encontro das pessoas da cidade, algum registro oral na memória coletiva sobre a existência de uma feira livre na cidade de Sobral. Vários senhores, recorrendo às suas lembranças, relataram desconhecer a existência de outra feira livre que não fosse a de confecção da Praça da Meruoca, a não ser a presença de vendedores de rua que comercializavam frutas e verduras em frente ao mercado. Segundo eles, estes sujeitos também foram impedidos de trabalhar ali pela Prefeitura; todavia, lembravam-se de uma “feira de roupas” que ficava na Praça da Meruoca, rebatizada de Praça de Cuba na gestão do prefeito Cid Ferreira Gomes (Gestão 2000-2004).

⁹ O escritor Lustosa da Costa (2011, p. 186), em suas crônicas sobre Sobral para O Entardecer, declara sua predileção pelos ambientes da feira e do mercado. Em um de seus retornos a Sobral, relata sua passagem pelo Mercado Público, percorrendo os balcões de carne, peixes, frutas, verduras e gêneros. Naquele dia, o motivo de sua visita foi as rapaduras e cajus.

¹⁰ Segundo o relato dos moradores mais antigos com quem pudemos conversar no Beco do Cotovelo, a Praça da Meruoca recebia esse nome devido ser aquela praça o ponto de concentração dos carros que faziam o transporte de passageiros e cargas entre Sobral e o Município de vizinho de Meruoca.

Figura 6 – Mercado Central de Sobral/CE



Fonte: Próprio autor, 2015.

Os feirantes que antes estavam na Praça da Meruoca foram removidos nos anos 2000 com a reforma desse logradouro. Parte deles foi realocada no Mercado Central, isto é, aqueles que eram originários de Sobral, enquanto outra parte ocupou por um curto período a praça do Centro de Convenções. Os feirantes transferidos para o Mercado Central foram instalados em boxes padronizados localizados no primeiro pavimento desse prédio.

Com a retirada da feira de confecção da Praça da Meruoca, a Prefeitura Municipal de Sobral, por meio da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Econômico – STDE, passou a desenvolver vários projetos, como parte integrante do Programa Trabalho Pleno nas áreas de: Artesanato, Beleza, Empreendedor Itinerante – EI, Confecção e Circuito de Feira nos bairros e distritos. Dentre estes, os dois últimos projetos chamam a atenção, tendo em vista que o penúltimo tem como público-alvo os confeccionistas autônomos, grupos produtivos de confecção (formais e informais) e empresas formalizadas, tanto na Sede quanto nos Distritos. Segundo informações constantes no *site* da STDE, o projeto Confecção tem como objetivo a organização tecnológica, gerencial de empreendimentos, com foco na geração de emprego e renda por meio do alcance de padrões de competitividade. Já o segundo projeto que visa à formação de um circuito de feiras nos bairros e distritos, criado em 2003, com a parceria do SEBRAE local, teve como objetivo a comercialização de produtos e serviços dos micro e pequenos empreendedores, profissionais autônomos e artesãos.

4.1.2 A feira de confecção do Distrito de Aprazível: outra feira, outra dinâmica

Torna-se difícil falar da feira de Aprazível sem nos remetermos à cidade de Sobral e às intervenções decorrentes do ordenamento urbano nesta cidade, o que envolveu o enquadramento das feiras e mercados. Segundo Parente (2015), em virtude “[...] das inúmeras reclamações, o sindicato dos lojistas, que julgara a feira prejudicial ao comércio local, conseguiu transferi-la da sede do município, Sobral, para o Distrito de Aprazível em julho de 2001,” (p. 32). A princípio, houve certa indecisão quanto à escolha do local para aqueles feirantes não beneficiados com um boxe no mercado, porém, a reclamação dos lojistas e as intervenções urbanísticas na Praça da Meruoca contribuíram para que se buscassem outras áreas fora da Sede do Município, principalmente, para os feirantes vindos de fora.

Após algumas indicações, por parte de feirantes e lideranças locais, de localidades próximas para a instalação da feira de confecção, a escolha recaiu sobre o Distrito de Aprazível, localidade com situação geográfica favorável em razão do entroncamento rodoviário, já comentado, viabilizador dos fluxos como um ponto intermediário de Fortaleza com o mercado consumidor dos estados das regiões Norte-Nordeste, constituindo, assim, uma nova centralidade do comércio da confecção.

A feira se instalou fora dos limites da Sede de Sobral e do maior rigor das normas urbanas. Isso nos permite fazer algumas analogias com as antigas feiras medievais que se instalavam fora dos muros da cidade, por serem feiras realizadas por mercadores “estrangeiros”. No caso de Aprazível, como trataremos oportunamente, grande parte dos feirantes também é originária de outros municípios. Na pesquisa de campo, nos deparamos com vários sujeitos que empreendiam esse trabalho, passando por várias cidades que não a sua de origem, comercializando seus produtos e reafirmando o caráter do comércio errante, mascate.

Parente (2015), tratando da feira de Aprazível, destaca o fato de que, nos anos 1960-70, a feira que havia nesse Distrito e que ocorria aos domingos, era formada por agricultores e pequenos pecuaristas da região. Esta deixou de existir dando lugar à outra que surgiu nos anos de 1980 nas proximidades da BR-222. Eram feiras bem diferentes da atual, haja vista que estavam voltadas ao comércio de abastecimento de produtos agrícolas, não tendo, portanto, grande relação com a feira de confecção atual.

Os conflitos relacionados ao crescimento do número de feirantes, a pressão gerada pela adequação à norma urbana e a concorrência do comércio de

confecção popular na feira, frente a outros estabelecimentos do setor do comércio, fizeram com que esta fosse transferida para o Distrito de Aprazível. Este não tinha muita expressão, a não ser o fato de ser um entroncamento rodoviário e, mesmo assim, mais afastado da Sede do Município. Segundo informações dos feirantes, a feira de confecção foi transferida para Aprazível, em 2001, com 376 feirantes. Ali, os feirantes se organizaram e criaram a Associação dos Feirantes do Aprazível – AFA.

No início, a feira funcionava às segundas-feiras, passando, posteriormente, a funcionar aos domingos. Seu funcionamento, atualmente, ocorre nas sextas-feiras, começando sempre nas madrugadas e terminando por volta das dez horas da manhã. Podemos afirmar que a feira de Aprazível se tornou uma das maiores feiras de confecção do interior do Estado do Ceará, contando com média de 700 feirantes.

Conforme conversa informal com o ex-gerente de Feira e Mercados de Sobral, ele nos informou que, do ponto de vista administrativo, essa Gerência foi transferida da Secretaria de Conservação e Serviços Públicos para a Secretaria de Tecnologia e Desenvolvimento Econômico (STDE). Tal ação pode ser justificada pela relevância e dinâmica ensejadas pela feira de confecção. Ele nos falou, ainda, que, no período atual, a cidade de Sobral não possui feiras livres¹¹ em outros bairros da cidade, tendo apenas o Mercado Central como referência para o abastecimento de gêneros.

A feira de Aprazível também está, de certo modo, articulada com outras feiras de confecção que ocorrem na região Noroeste do Estado, formando assim uma rede de feiras que acontecem em distintos dias da semana. Constatamos no decorrer da pesquisa que um comboio de dez ônibus alugados pela AFA sai de Fortaleza na quarta-feira, tendo como primeiro destino a feira de confecção localizada no Município de São Benedito, no planalto da Ibiapaba. Na madrugada da quarta para quinta-feira, ocorre a feira na Sede do Município de São Benedito.

A feira de São Benedito ocorre na Praça do Santuário de São Francisco, no quadrilátero entre as ruas Abdoral Rodrigues, a leste, Rua Capitão Carapeba, ao oeste, Rua Antônio Avelino ao sul e rua Eleazar Gomes. Os ônibus estacionam nas ruas próximas da Praça do Santuário nas frias madrugadas de quarta para quinta-feira. Os fardos de confecção são desembarcados dos ônibus e transportados por carregadores em carrinhos, juntamente com outros acessórios da barraca, a exemplo de manequins, expositores, lona para coberta, dentre outros. Nesse momento – de montagem da feira – os carregadores, figuras quase anônimas,

¹¹ Relatou, também, que a antiga feira livre situava-se nas imediações do mercado no começo da rua Domingos Olímpio, mas não há mais registro da ocorrência de uma feira ali.

exercem importante papel de distribuição dos fardos de confecção, juntamente com os montadores das barracas (Figura 7). Em geral, utilizam carrinhos de carga para levar as mercadorias desembarcadas dos ônibus, passando pelas ruas até chegar às barracas. Estas, ao serem montadas, vão dando fisionomia à feira em meio à escuridão da noite de modo que, ao amanhecer, a feira já está completamente montada (Figura 8).

Figura 7 – Montagem das barracas na Praça da Igreja de São Francisco - São Benedito/CE.



Fonte: Próprio autor, 2013.

Figura 8 – Barracas montadas no entorno da Igreja de São Francisco - São Benedito/CE.



Fonte: Próprio autor, 2013.

Para a organização da feira, são cobradas duas taxas aos feirantes. A primeira, no valor de R\$ 10,00 (em 2013), refere-se à ocupação do espaço no largo da igreja de São Francisco e é encaminhada à Ordem Franciscana. Já a segunda taxa é referente à cobrança do aluguel e montagem da barraca.

A feira de confecção de São Benedito é encerrada por volta das 11 horas da quinta-feira. Então, começa outro trabalho para recontagem dos produtos de confecção e embalagem em fardos, juntamente com os manequins expositores. A barraca é desmontada com a retirada da lona, das esteiras e desmonte das estruturas de ferro da barraca.

Na quinta-feira, após o meio dia, os ônibus com as mercadorias e os feirantes descem o planalto da Ibiapaba com destino à cidade de Ipu. O tempo de desmonte das barracas, embarque dos fardos de mercadorias e transporte de ônibus até a cidade de Ipu é o necessário para a montagem de outra feira, nesta cidade situada no sopé da Ibiapaba. O deslocamento leva o tempo necessário para que os feirantes consigam montar as barracas, organizar as mercadorias ao final da tarde e atenderem ao grande número de pessoas que visitam a feira de confecção de Ipu. Esta feira, antes, ocorria nas ruas do centro da cidade, sendo transferida em 2010 para o clube Grêmio Recreativo Ipuense¹² (Figuras 9 e 10), em razão de vários impasses e reclamações da população referentes aos incômodos que a feira trazia.

¹² O *Diário do Nordeste* de 22/01/2010 publicou matéria em seu caderno regional com o seguinte título: “Feira de Ipu se realizará em clube”. Segundo a matéria, a feira de confecção antes era realizada na praça principal da cidade, acarretando uma série de dificuldades, como a alteração do trânsito nos dias de feira, a falta de infraestrutura para feirantes e compradores, bem como o acúmulo de lixo nas ruas. A mudança da feira, entretanto, dividiu a opinião dos feirantes, pois, para uns, a feira deveria continuar na praça devido ser um lugar central para todos. Já para outros feirantes, a transferência da feira para o Grêmio Recreativo Ipuense traria mais conforto com a infraestrutura de sanitários, praça de alimentação e serviços de iluminação, limpeza pública e segurança. Segundo a matéria, o espaço do clube contava com cerca de 18 banheiros e estacionamento com capacidade para 100 ônibus, todavia ficava mais afastado da área central da cidade e tinha deficiências de vias de acesso. A questão do pagamento de taxas pela ocupação do solo também foi uma pauta considerada para mudança do local da feira, haja vista que, segundo a fala do secretário de Desenvolvimento Econômico da época, Sr. Antônio Cicero Jerônimo, o prefeito Sávio Pontes havia liberado a realização da feira por cinco semanas sem o pagamento de tributos ao Município. Entendemos que essa medida foi usada para atrair mais feirantes para o novo local. Com a vinda da feira para o Grêmio Recreativo Ipuense, esta passou a ter a capacidade de montagem de 1.100 barracas. Ainda segundo a matéria do referido jornal, um grupo de 100 feirantes descontentes com a decisão de mudança do local da feira, havia decidido montar suas barracas na cidade vizinha de Varjota. Importante é ressaltar que a feira de confecção de Ipu também é organizada pela Associação dos Feirantes de Apuzável – AFA.

Figura 9 – A feira de confecção do Ipu/CE e a escarpa do planalto da Ibiapaba, em segundo plano.



Fonte: Próprio autor, 2013.

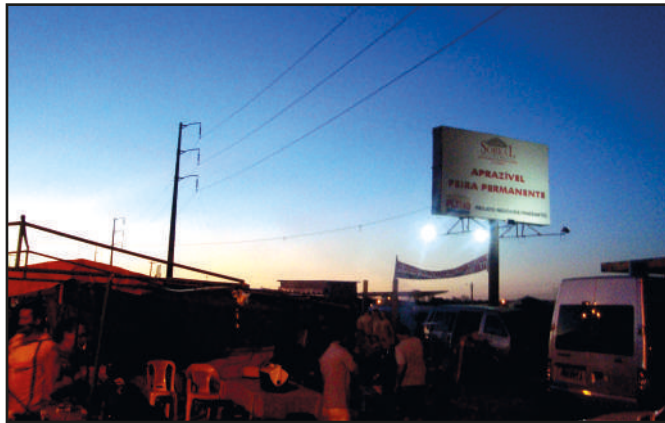
Figura 10 – Barracas montadas perto ao palco do Grêmio Recreativo Ipuense.



Fonte: Próprio autor, 2013.

A feira de Ipu é encerrada por volta das 22 horas. A desmontagem das barracas e o embarque dos fardos de mercadorias no comboio de ônibus do grupo de feirantes termina tarde da noite, de modo que muitos feirantes chegam ao Distrito de Aprazível para ali pernoitar já quase de madrugada para, em poucas horas, estarem de pé para mais uma feira, a terceira em dois dias. A feira de Aprazível (Figuras 11 e 12) é a mais representativa da rede de feiras de confecção do noroeste cearense, visto que atrai mais feirantes e compradores de municípios próximos, de outros estados e até de outras regiões, como podemos verificar nos capítulos seguintes.

Figura 11 – Feira de confecção do Aprazível, ainda de madrugada.



Fonte: Próprio autor, 2012.

Figura 12 – Vista frontal da feira de confecção do Aprazível - Sobral/CE.



Fonte: Próprio autor, 2014.

Além dos ônibus, é também expressivo o fluxo de “vans” que fazem o transporte coletivo e também de carros particulares. Ainda de madrugada, chegam veículos de várias localidades, municípios próximos, e também de outros estados. Do mesmo modo, vários carros (*Topics, Sprinter etc.*) fazem rotas de vários municípios e distritos para Aprazível em dia de feira.

Por volta das dez horas da manhã, a feira de confecções de Aprazível vai diminuindo o ritmo e o Distrito retornando ao seu cotidiano pacato, que durará até o próximo dia de feira, estabelecendo-se, com efeito, uma paisagem contrastante como podemos visualizar nas figuras 13 e 14. Isso reafirma a característica da periodicidade dos *mercados periódicos* apontada por Corrêa (2011) e que existe na feira de Aprazível.

Figura 13 - Fluxo de feirantes e compradores no dia de feira em Aprazível, Sobral/CE.



Fonte: Próprio autor, 2015.

Figura 14 - Corredores e barracas vazias em dias da semana.



Fonte: Próprio autor, 2015.

Na rede de feiras de confecção, ainda estão incluídas duas feiras: a do Distrito de Deserto, em Itapipoca/CE e a feira da rua José Avelino em Fortaleza/CE que acontece aos domingos, finalizando esse circuito. Na sexta-feira, encerrada a feira do Aprazível, os feirantes formam grupos, tomando direções diversas. Uma parte deles se desloca para outras cidades do Planalto da Ibiapaba para estarem no sábado nas feiras livres de Tianguá e Viçosa do Ceará, enquanto que outra parcela dos feirantes se dirige para o Distrito de Deserto, situado no Município de Itapipoca/CE, às margens da rodovia estadual CE-354.

A montagem das barracas tem início no dia anterior, na tarde de sexta-feira. Às 16 horas, já podemos ver praticamente todas as barracas montadas e enfileiradas na praça da capela de São João Batista e ruas adjacentes (Figura 15). No sábado, a feira vira um labirinto de roupas expostas em manequins e cabides

pendurados nas barracas, atraindo grande número de compradores das localidades e municípios próximos (Figura 16).

O Distrito é pacato, sem maiores movimentações, a não ser da rodovia e da linha férrea que cruza a estrada justamente na via de acesso ao Distrito. Essa feira, a exemplo das outras já mencionadas, comercializa, sobretudo, confecção popular e, portanto, contribui para a economia local. Segundo o relato de um morador do Distrito, “A feira movimenta o lugar, deixa ganho para o lugar. O Distrito na semana é um buraco, a feira deixa uma ganhozim pra cá”.

Figura 15 – Barracas montadas em frente à capela Distrito de Deserto, Itapipoca/CE.



Fonte: Próprio autor, 2013.

Figura 16 – Barracas com roupas - Distrito de Deserto, Itapipoca/CE.



Fonte: Próprio autor, 2013.

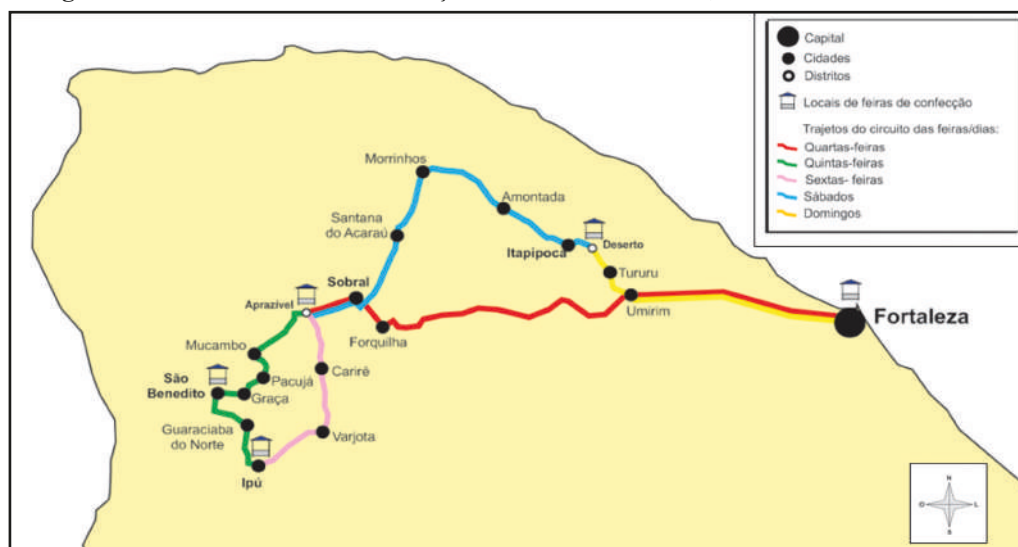
O depoimento nos aponta a importância da feira de Deserto na dinamização da economia do Distrito, que atrai compradores de vários municípios do litoral oeste e vale do rio Curu, a exemplo dos Municípios de Amontada, Bela Cruz, Miraíma, Umirim, Tururu, São Luis do Curu, Pentecoste, Uruburetama, Itapajé,

Trairi, Paraipaba e São Gonçalo do Amarante. Por volta de cinco horas, já podemos observar o grande fluxo de camionetas que fazem o deslocamento de pessoas de vilas e lugarejos para aquele Distrito, durante toda a manhã do sábado, quase sempre congestionando o fluxo de veículos na rodovia estadual. Aqui podemos reafirmar que a feira é um grande evento, conforme podemos comprovar em conversa com o motorista de uma camioneta (D-20) que fazia o percurso Umirim-Deserto, cuja distância era de 38 quilômetros, custando R\$ 3,00 (três reais) a passagem.

Podemos afirmar que essas camionetas são versões mais contemporâneas dos antigos caminhões mistos que faziam no passado o transporte de pessoas e mercadorias dos lugarejos, vilas e distritos, tendo a feira como ponto de parada e desembarque de pessoas. Constatamos, também, nas visitas de campo, vários veículos particulares com placas referentes aos municípios supracitados que se encontravam estacionados no entorno da feira. Era grande também o fluxo de veículos de transporte alternativo (*Vans, Sprinters*) que faziam o transporte de passageiros de municípios vizinhos para a feira. Mesmo, porém, considerando o predomínio do comércio da confecção, identificamos, em meio a grande profusão de barracas dessa mercadoria, agricultores comercializando sua pequena produção: uma ave de criação, um punhado de maxixe, um jerimum.

O ponto final dessa rede de feiras em circuito, conforme podemos visualizar na figura 17, ocorre em Fortaleza, em específico, no Centro dessa cidade, com a feira da rua José Avelino. Esta funciona nas proximidades do Mercado Central de Fortaleza, na madrugada do sábado para o domingo, assunto esse que será abordado em momento mais oportuno deste trabalho.

Figura 17 – Rede de feiras de confecção do Noroeste cearense, em razão dos dias de feira



Fonte: Próprio Autor, 2015.

Retomando a principal feira desse circuito, objeto de nosso maior interesse, enfocamos o seu funcionamento e os feirantes nelas envolvidos. Salientamos que, em certos momentos, a feira de Aprazível nos faz lembrar o papel que mercadores tinham no Período Medieval, quando se deslocavam de cidade em cidade, de lugarejo em lugarejo, para comercializar, na feira, mercadorias como tecidos. Esse circuito intenso e desgastante realizado pelos feirantes percorrendo mais de 750 quilômetros e a cada dia numa cidade diferente nos leva a indagar: quem são esses feirantes? Qual é o perfil da feira? Como se organizam? O que motiva a saírem de Fortaleza para realizar feiras nos municípios do interior do Estado? O que justifica a realização de tantas feiras em tão pouco tempo? É o que esperamos revelar a seguir.

4.1.3 Os feirantes e a organização e funcionamento da feira

Na perspectiva de Corrêa (1997, p. 279), as *interações espaciais* “[...] constituem um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico”. A feira, nesse sentido, passa novamente a ser valorizada em sua dimensão espacial, sobretudo, pela capacidade de escoar a produção da confecção de pequenas unidades produtivas (facções). A feira assume um componente espacial na distribuição, circulação e consumo, que não tem como premissa a fixação/imobilização no espaço, mas se utiliza, justamente, da territorialização, da ação multiescalar, das articulações espaciais mediante um ponto de fixação temporária ao espaço. De outro modo, as redes tendem a ser requeridas nesse processo, com vistas a articular os circuitos da produção e distribuição aos circuitos da circulação e consumo. Importante é ressaltar, ainda, o perfil e a trajetória dos feirantes que fazem parte da feira. Cabe precisar, entretanto, como se define essa categoria de trabalhador.

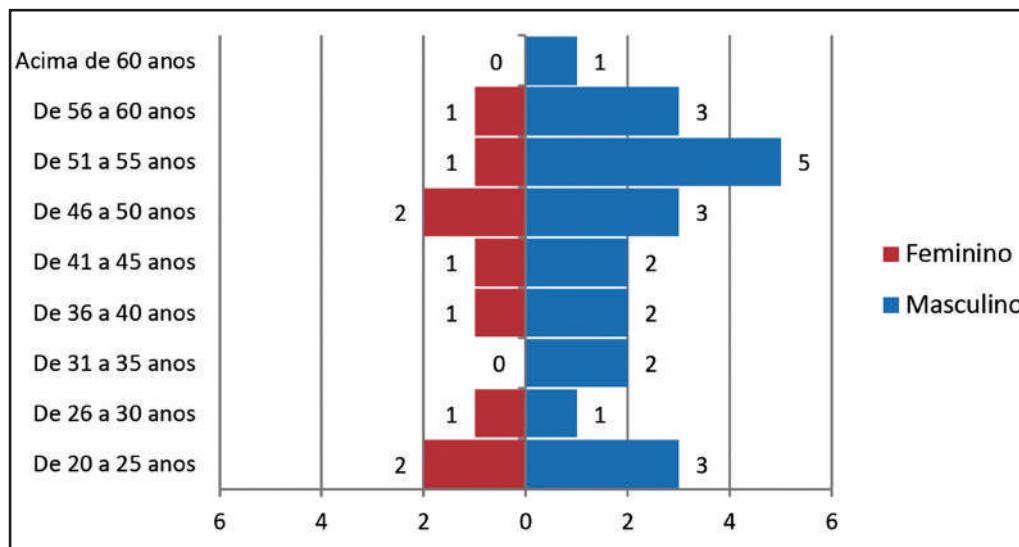
Uma noção sintética do que seja o feirante no contexto contemporâneo é dada por Sá (2011, p. 247), em seu estudo sobre os feirantes de alimentação na feira de Caruaru. Para ele, os feirantes são “[...] aquelas pessoas que realizam e mantém negócios no espaço da feira”. Mott (1975) estabelece uma distinção dos feirantes em duas categorias: produtores e revendedores. A primeira refere-se aos feirantes que produzem a mercadoria vendida na feira, enquanto a segunda categoria abrange os feirantes que apenas revendem os produtos. Assim, para ele, o feirante é “[...] toda e qualquer pessoa, produtor ou revendedor, homem ou mulher, adulto ou criança, que esteja vendendo algum bem ou mercadoria na feira” (p. 92).

Para traçar um perfil dos feirantes lançamos mão de alguns indicadores listados nos questionários aplicados na feira de Aprazível, que totalizaram 30 formulários. Eles começaram a ser aplicados nas primeiras horas do dia da

feira, quando ela começava a se instalar. Os questionários foram divididos pelas cinco tipologias de confecção mais representativas da feira, ou seja, Modinha, Moda *Jeans*, Moda Íntima, Moda Infantil e Cama, Mesa e Banho. Foram aplicados seis questionários por tipo de mercadoria, de modo a se ter um olhar mais apurado sobre as particularidades das tipologias de confecção que são vendidas nas feiras.

De um modo geral, a feira de confecção de Apazível é formada por pequenos fabricantes confeccionistas que apresentam, em sua barraca, uma ou duas tipologias de confecção. Os feirantes são compostos, em sua maioria, por homens na faixa etária de 50 a 60 anos, predominando como estado civil o de casado. Os feirantes na faixa etária de 46 a 60 anos representam a metade dos respondentes. Isso nos mostra a quantidade de pessoas com idade mais avançada que estão ocupadas no comércio de feira (Gráfico 2). Reafirma essa condição o relato de um feirante: “A gente chega aos 40 anos, aí as empresas coloca [sic] pra fora. Onde a gente vai arranjar ocupação é vendendo roupa na feira”.

Gráfico 2 – Feirante por faixa etária e razão de sexo – Apazível, Sobral/CE.



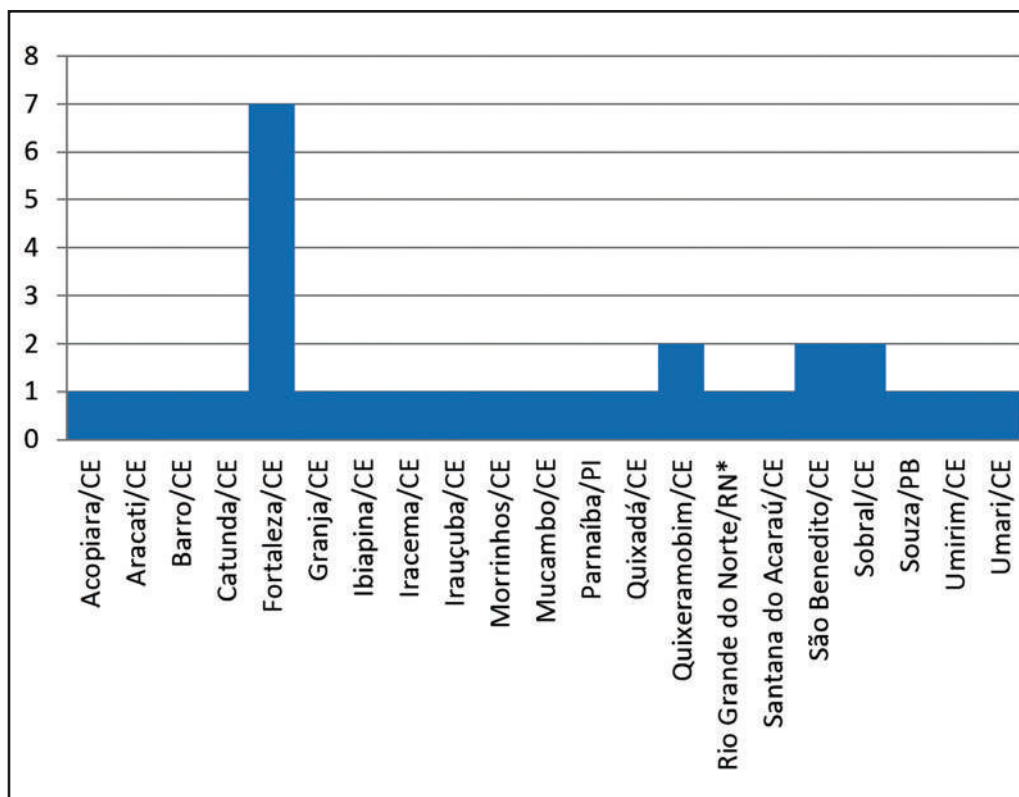
Fonte: Pesquisa direta (2015).

Atentamos também para o número de homens e mulheres de 20 a 30 anos que trabalham na feira, entre solteiros e casados, bem como, para aqueles de 31 a 40 anos, que constituem um segmento de trabalhador que já começa a ter dificuldade na obtenção de trabalho. Nesse sentido, o discurso do empreendedor

passa a compor a atmosfera da feira como elemento motivador para aqueles que dela retiram o sustento de cada dia.

De acordo com o Gráfico 3, podemos verificar a diversidade de municípios de onde são originários os feirantes, o que indica haver mobilidade de trabalhadores que passam a atuar na feira, o que reforça o papel desta na absorção de trabalhadores provenientes de vários municípios cearenses e de outras unidades da federação.

Gráfico 3 - Município onde nasceu o feirante de Aparaízel, Sobral/CE.



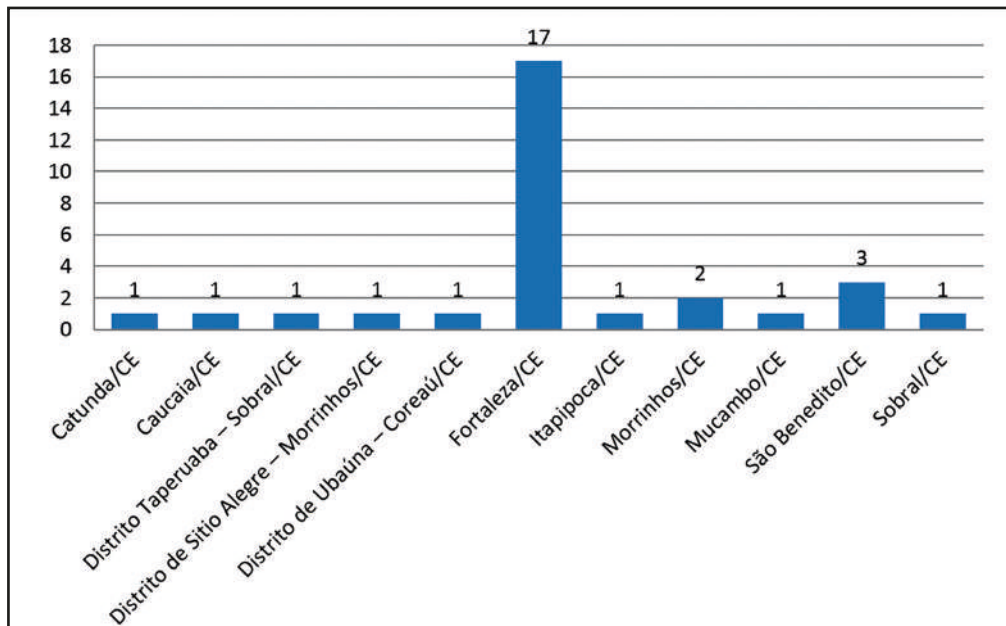
* Não identificou o município.

Fonte: Pesquisa direta (2015).

De um lado, podemos inferir que são pessoas originárias de municípios localizados em quase todas as sub-regiões do Estado do Ceará, mas com um destaque para a Capital, Fortaleza, com 23,5%. Por outro lado, podemos constatar também que outra grande parte dos feirantes nasceu em municípios próximos a Sobral ou que pertencem a sua região de influência. Têm ressaltado, também, feirantes nascidos em outros estados, como Rio Grande do Norte,

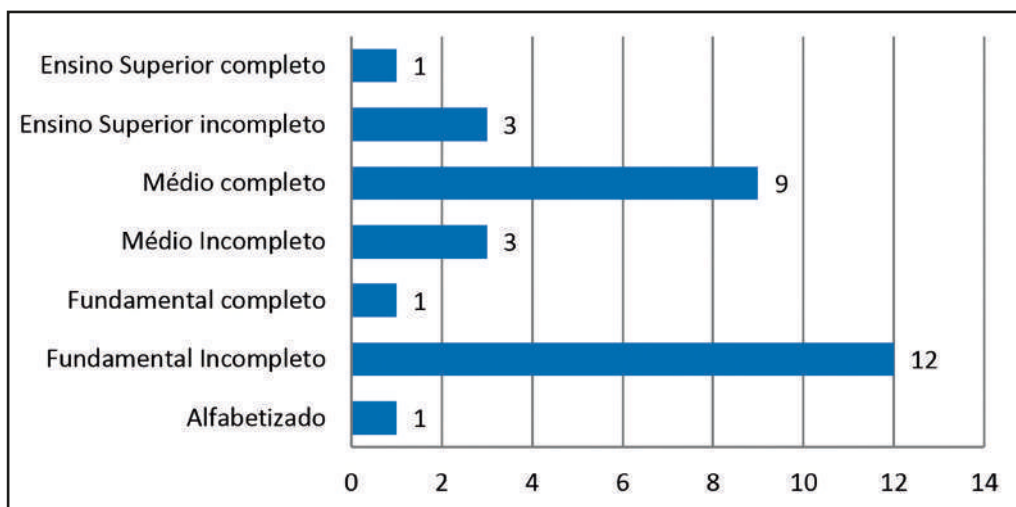
Paraíba e Piauí. Já em relação ao município onde constituem domicílio, constata-se que a maioria dos feirantes vem de Fortaleza. A feira também mobiliza, contudo, muitos feirantes das cidades da região de Sobral. Há dois pontos a serem esclarecidos com relação à origem dos feirantes. O primeiro refere-se ao fato de a maioria deles proceder de Fortaleza; e o segundo é que, depois de Fortaleza, predominam os feirantes originários da região noroeste (Gráfico 4)

Gráfico 4 – Município onde mora o feirante de Aprazível, Sobral/CE.



Fonte: Pesquisa direta (2015).

No que se refere aos anos de escolaridade, verificamos um número considerável de feirantes com formação fundamental incompleta. Considerando o fato de os feirantes serem homens com idade média acima de 50 anos, acreditamos que, se houvesse maior ocorrência de pessoas na faixa etária de 20 a 30 anos e do sexo feminino, a situação talvez fosse outra, isto é, de maior escolaridade. Há, entretanto, um grupo significativo de feirantes que informou ter ensino médio, bem como aquelas pessoas que cursaram ou estão cursando o nível superior – Filosofia, Física, Gestão Comercial, Pedagogia (Gráfico 5).

Gráfico 5 - A escolaridade do feirante de Aprazível, Sobral/CE.

Fonte: Pesquisa direta (2015).

Quando perguntados se exerceram alguma outra ocupação antes de vir trabalhar como feirante em Aprazível, muitos relataram sua trajetória profissional, relacionando-a a antigos empregos, em sua maioria, no setor do comércio e serviços. No caso, muitos foram comerciários, ocupando as funções de balconista, vendedor de loja, operador de caixa; ou prestadores de serviços, como faxineira, repositora, conferente, mecânico, garçom, açougueiro, padeiro, vigia, motorista, serígrafo. Dentre aqueles que já trabalharam no setor de serviços, registra-se a ocorrência de feirantes que militaram como professores e hoje estão operando como feirantes. Dos que já passaram pelo setor da indústria, destacam-se aqueles que trabalharam no ramo da construção civil, exercendo as atividades de pedreiros e/ou serventes. Outros feirantes indicaram que já trabalharam na indústria confeccionista e, na oportunidade, adquiriram conhecimento técnico do processo de produção como costureiros e conferentes de produção. É importante evidenciar homens identificados como feirantes que, antes de irem trabalhar na feira, eram ou ainda são agricultores. Suas trajetórias de vida, entretanto, foram marcadas pelo comércio na feira, ou seja, cresceram e ingressaram na vida profissional como vendedores ambulantes e comerciantes em feiras livres. Há, no entanto, feirantes que nunca passaram pela experiência do emprego formal com carteira assinada.

Outro ponto que emergiu ao tratarmos da trajetória profissional dos feirantes foi a migração motivada por trabalho. Muitos registram que houve a necessidade de migrar para outros estados, no caso, São Paulo e Rio de Janeiro, no Sudeste; Bahia e Rio Grande do Norte, no Nordeste; e Pará no Norte do Brasil. Registra-

mos o relato de feirantes moradores de municípios vizinhos que migraram para a capital, Fortaleza, a fim de obter melhores perspectivas de trabalho. Há, porém, os que retornaram para seus municípios de origem e, com a produção da confecção e seu comércio na feira, conseguiram prosperar, melhorando suas condições de vida. Interessante é notar o ofício de vendedor ambulante que retoma o comércio errante (mascate) relatado por alguns feirantes que têm uma trajetória de passagem por vários estados, como Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Goiás, Alagoas, São Paulo, Sergipe, Piauí. E, ainda, feirantes que tinham ou ainda têm a prática de fazer parte de outras feiras em outros estados, como é o caso das feiras de Caruaru e de Santa Cruz do Capibaribe, em Pernambuco.

No que se refere aos equipamentos utilizados na feira de Aprazível, registra-se a ocorrência de três tipos: o boxe de alvenaria, a barraca de ferro e a barraca de madeira. Dos feirantes respondentes, a metade (15) utiliza o boxe de alvenaria e, destes, a maior parte é própria, embora haja boxes que são alugados e outros cedidos. Entre as barracas de ferro (dez), apenas uma é alugada, enquanto as barracas de madeira são em sua totalidade dos próprios feirantes. A tipologia de barraca nos ajuda a compreender o modo de ocupação da feira como um todo. Os feirantes mais antigos e com praça de comércio consolidada na feira dispõem de boxes de alvenaria com espaços para guardarem as suas mercadorias, que ficam protegidas de roubos e livres de intempéries.

A feira tem uma estrutura constituída, em sua maioria, por este tipo de equipamento, isto é, por boxes de alvenaria que imprimem o caráter intrínseco de estrutura fixa da feira. Já as barracas de ferro e de madeira permitem maior mobilidade e flexibilidade, podendo ser transferidas de um ponto a outro da feira. Portanto, elas estão, em geral, localizadas à frente e nas laterais da feira. Nos fundos do terreno, ainda podemos constatar a construção de boxes de alvenaria, apontando o aumento de sua área fixa em meio às barracas de ferro e de madeira. A estrutura dos boxes de alvenaria faz com que a feira adquira uma disposição em fileiras identificadas pelas letras do alfabeto e numeração das barracas. O início das fileiras é composto por boxes de alvenaria e, à medida que se chega ao final do terreno, estes vão dando lugar às barracas de ferro ou de madeira. Verificamos também que, quando as barracas de ferro e boxes de alvenaria não estão ocupadas no dia de feira, são alugadas para outros feirantes. Embora haja barracas disponíveis, muitos feirantes optam por comercializar sua mercadoria no calçadão em frente à entrada da feira¹³, colocando lonas ou sacos de cereais para servirem como suporte para expor as mercadorias.

¹³ Parente (2014) atentou, em seu trabalho, para a denominação de “Sem Terras” para esta modalidade de ocupação em frente à feira.

Outro aspecto relevante a ser considerado na feira do Aprazível é a estrutura das cobertas, bem visível tanto dos boxes quanto das barracas. Elas são de telhados de zinco, salientando-se dois aspectos, um positivo e outro negativo. O primeiro aspecto, o positivo, é o maior conforto para o feirante, por não ter de montar a barraca que, assim como o boxe, permanece montada durante os dias em que não há feira, e também pelo fato de não ter de ficar colocando e tirando a lona de proteção de sol e chuva. Acreditamos que – e pudemos verificar isso em todas as feiras estudadas e visitadas – o ato de montar e desmontar barraca constitui uma das tarefas de desgaste para o feirante. No caso da feira do Aprazível, a estrutura dos boxes e barracas, muito provavelmente, foi concebida, considerando essas demandas do cotidiano de quem trabalha na feira.

O fator negativo desse tipo de estrutura, isto é, do telhado de zinco, diz respeito à questão ambiental local. O Distrito de Aprazível, onde se realiza a feira, está situado no semiárido cearense, numa região de pluviometrias irregulares e temperaturas médias que variam de 27 °C a 34 °C, das 8 às 12 horas. Com isso, a sensação térmica relacionada às altas temperaturas, debaixo dessas estruturas metálicas, é muito maior. Esse motivo, talvez, reafirme o início da feira ainda de madrugada e o seu encerramento por volta das nove horas da manhã.

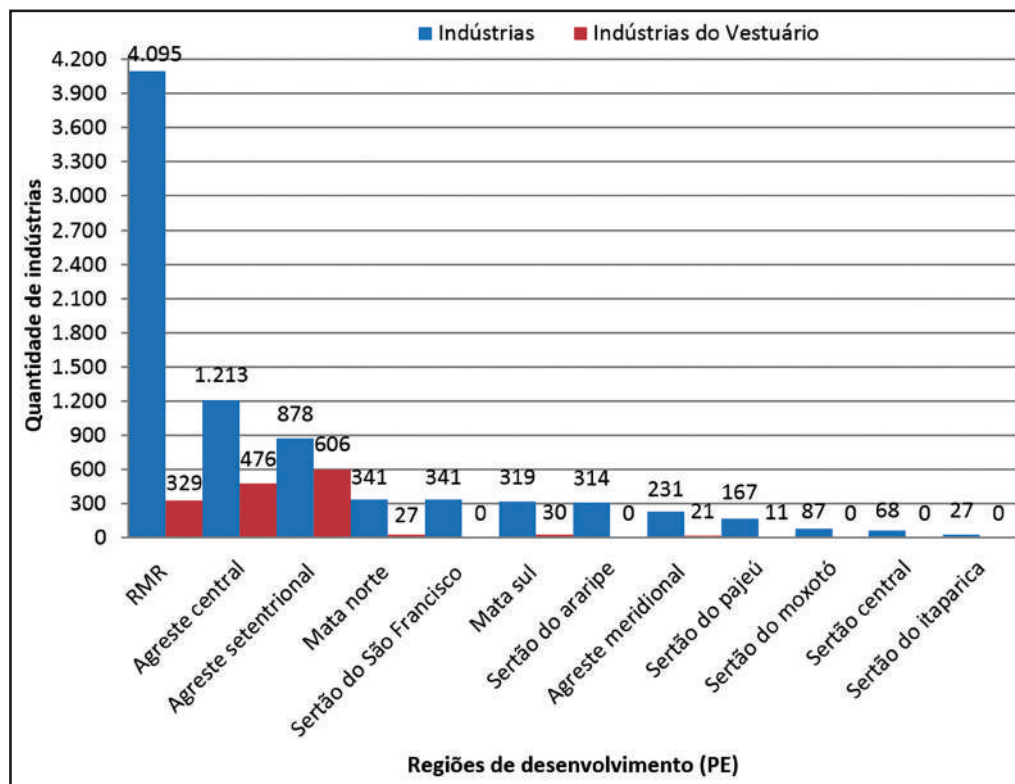
4.2 A FEIRA DE CARUARU – A CENTRALIDADE DO ARRANJO PRODUTIVO DE CONFECÇÃO DO AGRESTE PERNAMBUCANO

4.2.1 O surgimento da feira da Sulanca de Caruaru

Diferentemente da feira de Aprazível, a de Caruaru constitui-se numa centralidade histórica marcada pelo comércio na feira. Nelson Barbalho (1980), na obra *Caruaru, de vila à cidade*, apontava a importância do município de Caruaru em relação a outras localidades do centro-agreste pernambucano, já no século XIX.

O Agreste pernambucano é uma região marcada, atualmente, por grande desenvolvimento econômico e dinâmica espacial, principalmente, em função da aglomeração produtiva do setor confeccionista, tratado nos trabalhos de Lira (2009) e Espírito Santo (2013). Dados do Cadastro Industrial de Pernambuco (2011/2012) apontam, justamente, as regiões do Agreste Central, com 476 unidades fabris, e Agreste Setentrional, com 606 unidades fabris, como aquelas que acumulam a maior quantidade de indústrias do setor confeccionista, mesmo comparando-se com a Região Metropolitana do Recife – RMR, denotando a centralidade do arranjo produtivo de confecção no agreste pernambucano (Gráfico 6).

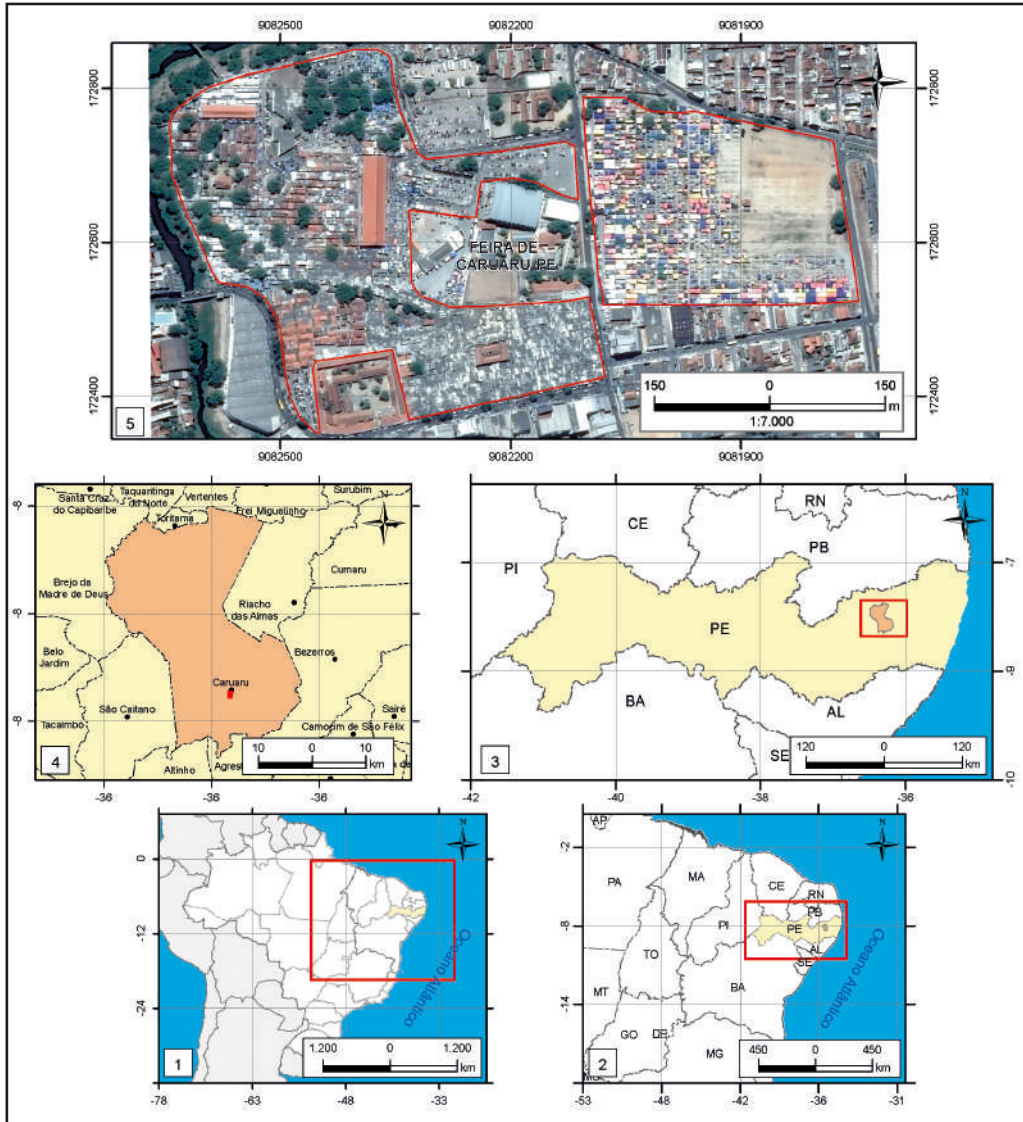
Gráfico 6 - Quantidade de Indústrias nas Regiões de Desenvolvimento e indústrias do vestuário (PE).



Fonte: FIEPE/SEBRAE (2012).

Hoje o Município se destaca como um dos principais polos produtores de confecção do Nordeste brasileiro, tendo também grande destaque o comércio de confecção popular nas feiras livres do Agreste pernambucano. A feira principal é a da Sulanca, que é uma dentre as várias feiras setoriais instaladas no Parque 18 de Maio, em Caruaru/PE, conforme já referenciamos. No mapa de localização (Figura 18), podemos visualizar a feira de Caruaru que, em virtude da sua extensão e importância, é uma referência não só para o comércio, mas também para a cidade e a região.

Figura 18 - Mapa de localização da feira de Caruaru no Parque 18 de Maio, em Caruaru/PE



SINAIS CONVENCIONAIS

• Sedes Municipais	▭ Município de Caruaru	▭ Limites Estaduais
▭ Localização da Feira de Caruaru	▭ Limites Municipais	▭ Limites Nacionais

1: Localização do Município de Caruaru/Pe no Brasil;
 2: Localização do Município de Caruaru/Pe no Nordeste do Brasil;
 3: Localização do Município de Caruaru/Pe no Estado de Pernambuco;
 4: Localização da Feira no Município de Caruaru/Pe;
 5: Delimitação da Feira de Caruaru;

Fonte:
 Malha estadual, municipal e distrital (IBGE, 2010);
 Malha nacional, Center for Diseases Control (CDC, 2010)
 Imagem do Google Earth (2016)

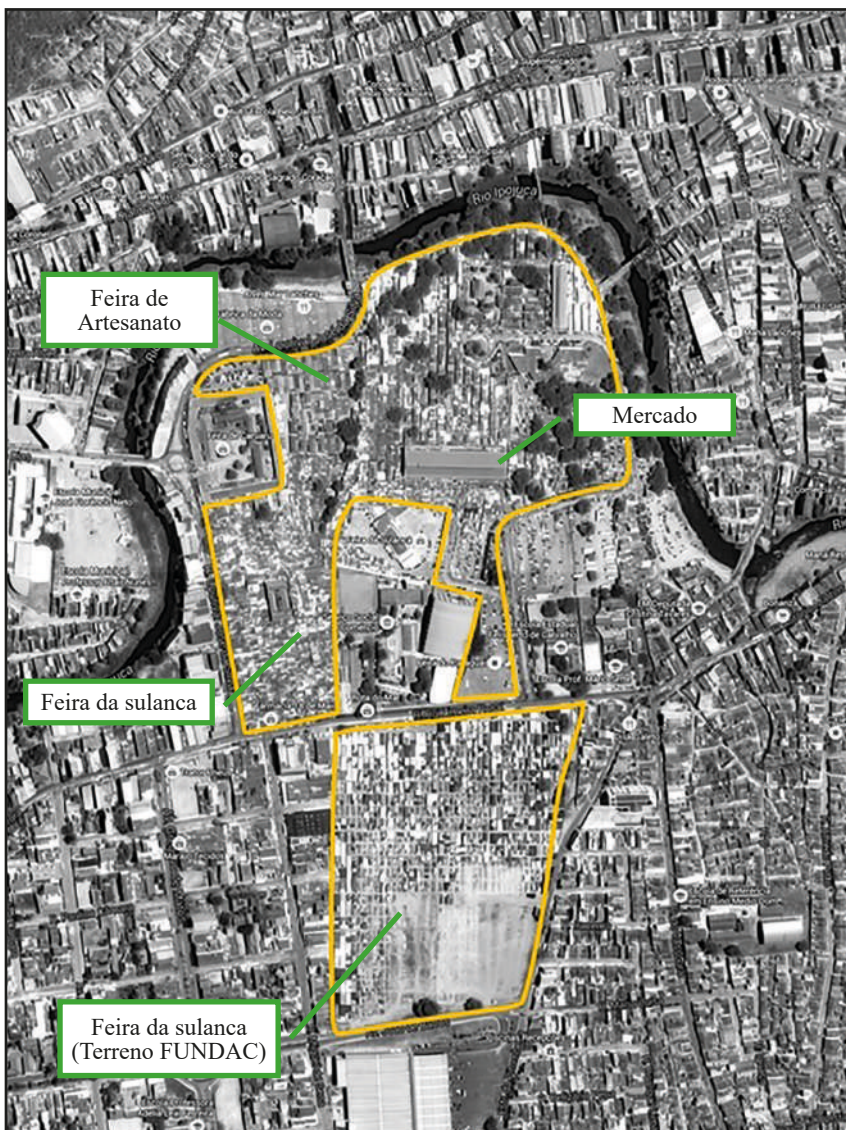
Parâmetros dos Mapas de Situação 5:
 Datum Horizontal: SIRGAS 2000, zona 25S;
 Projeção: Universal Transversa de Mercator (UTM);
 Meridiano Central: -33,0000;
 Fator de Escala: 0,9996;
 Unidades: Métricas.

Parâmetros dos Mapas de Situação 4, 3, 2 e 1:
 Datum: SIRGAS2000
 Unidades: Graus

Organização:
 Luiz Antônio Araújo Gonçalves;
 Cartografia:
 Roberto Jariyis Reis Lima;
 Geóq. CREA: 332130-4.

A feira de Caruaru exprime particularidades que não se restringem ao seu papel econômico, histórico e regional, uma delas deve-se ao fato de ser formada por várias feiras setoriais que compõe um aglomerado de barracas, como se pode visualizar na Figura 19. É tamanha a sua dinâmica a ponto de transformar as ruas do seu entorno num verdadeiro formigueiro de pessoas, compradores, sacoleiras e sacoleiros, incluindo novos feirantes que buscam prosperar no comércio da feira, sobretudo em tempos de crise de empregos.

Figura 19 - Perímetro do Parque 18 de Maio, onde está situada a feira de Caruaru/PE.



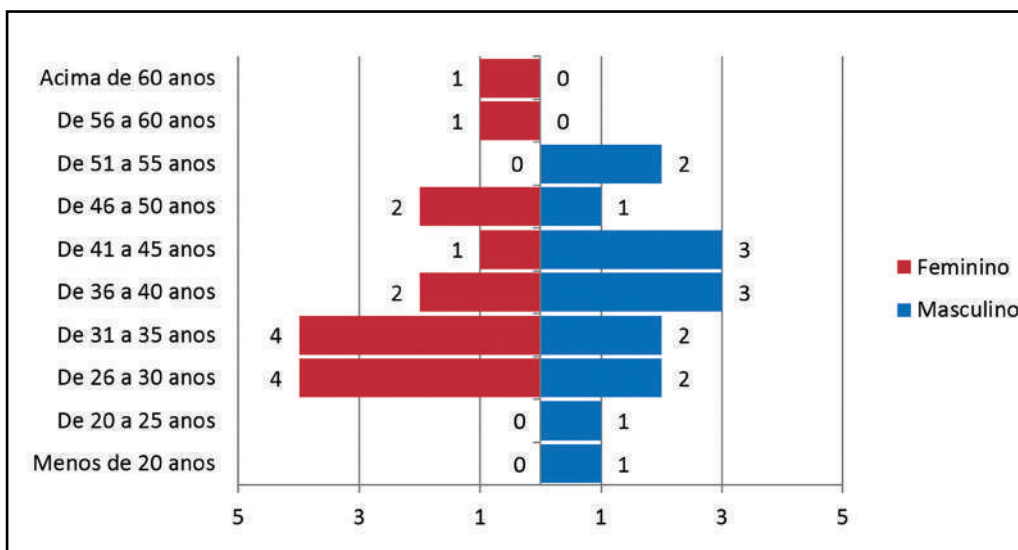
Fonte: *Googlemaps*, 2015 (Imagens editadas e sobrepostas). Acesso em: 13 set. 2015.

Desse modo, a feira deveria ser valorizada como prática espacial, resguardada como patrimônio do povo de Caruaru, mas parece haver antes uma reivindicação pela privatização do espaço da feira, que está se transformando em *shopping* popular, com desenhos padronizados de barracas de feira, ou seja, pequenos boxes com medidas de 2x1 m. O feirante deveria defender o espaço da feira, mas a lógica do empreendedor também sugere que este somente será um homem de sucesso fora da feira, em espaços construídos nos moldes de centros de compras que, todavia, mantém a estrutura da feira. Subtrair a feira do espaço urbano da cidade a nosso ver é um empobrecimento cultural, é uma visão homogeneizante das formas comerciais modernas.

4.2.2 Os feirantes da “Sulanca”

No que concerne ao perfil dos feirantes em Caruaru, podemos constatar algumas distinções em relação a Aprozível, mas também semelhanças. Na variável faixa etária, constatou-se que há um percentual maior de pessoas de 26 a 35 anos, porém, apontando uma tendência de concentração de feirantes nas faixas etárias de 36 a 50 anos. Dessa idade em diante, reduz-se o número de trabalhadores na feira. Embora não representem o universo da feira, os dados qualitativos nos ajudam a identificar feirantes trabalhando nessa faixa etária. A idade de 35 anos ainda aparece como de transição do estado civil de solteiro para casado. Este último predomina nas faixas etárias seguintes (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Feirante por faixa etária e razão de sexo – Caruaru/PE.

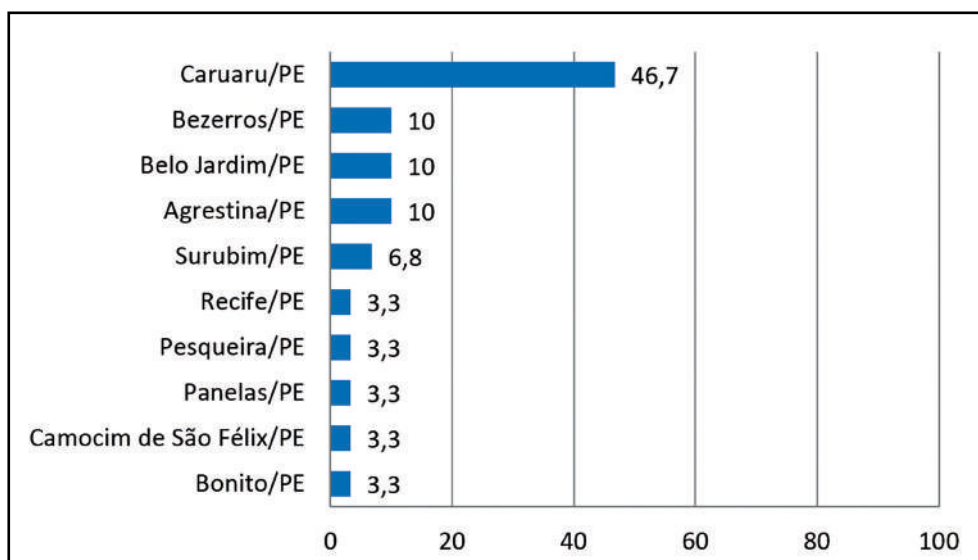


Fonte: Pesquisa de campo (2015).

O gráfico também nos aponta extremos, isto é, de jovens que começaram a trabalhar cedo na feira e não tiveram condições para cumprir o Ensino Fundamental e Médio. A feira torna-se uma alternativa para se ocupar produtivamente e obter uma renda. No outro extremo, estão os grupos mais idosos e com maior tempo de trabalho. Com baixa escolaridade, precisam e continuam trabalhando na feira para se sustentar e, em alguns casos, registram toda uma trajetória de vida dedicada ao trabalho como feirante. Há, ainda, aqueles que não sabem ler nem escrever e que, quando necessário, arriscam a assinatura do seu nome, conforme constatamos no relato de uma feirante viúva e de mais de 60 anos: “Só sei assinar meu nome”.

No tocante ao local de nascimento, os dados qualitativos e quantitativos nos permitem reafirmar a predominância do caráter regional da feira, atraindo pessoas nascidas em municípios vizinhos ou próximos de Caruaru, a exemplo dos Municípios de Agrestina, Belo Jardim e Bezerros. De acordo com Gráfico 8, cerca de 46,7% haviam nascido em Caruaru, ou seja, mais da metade dos entrevistados são originários de outros municípios do entorno.

Gráfico 8 – Município onde nasceu o feirante de Caruaru/PE.

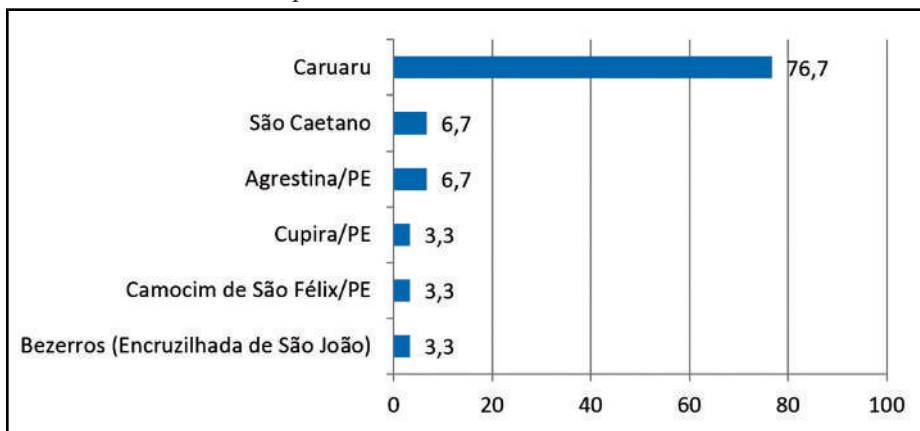


Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Já o Gráfico 9 vai registrar o quantitativo dos feirantes, por local de residência, indicando, por extensão, a centralidade da feira, haja vista que mais de 75% dos feirantes que responderam ao questionário residiam em Caruaru, diferentemente de Arazá, cuja maioria dos feirantes era originária de Fortaleza.

No caso da feira Caruaru, evidencia-se a força de atração de trabalhadores de municípios vizinhos e de sua região de influência, inclusive de áreas rurais que passam a residir na cidade.

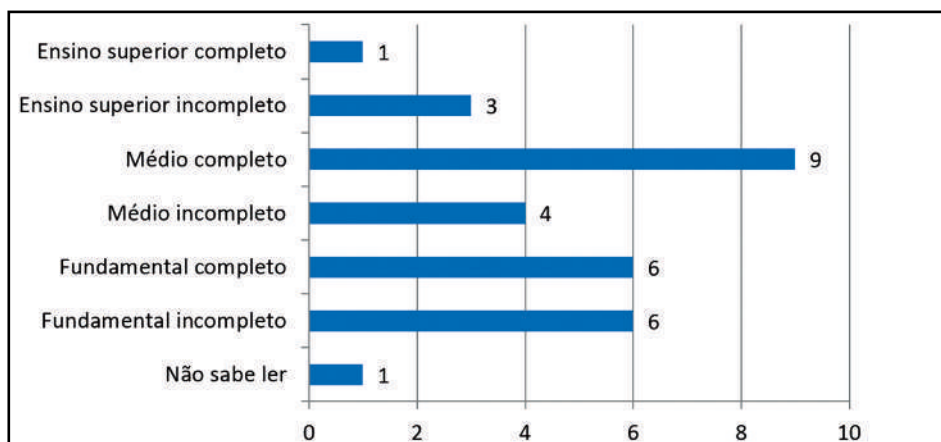
Gráfico 9 - Município onde mora o trabalhador da feira de Caruaru/PE.



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Quanto ao nível de escolaridade do feirante, conforme o Gráfico 10, observa-se o acesso à educação básica (Ensino Fundamental) e, posteriormente, o Ensino Médio, aí estabelecendo-se uma parcela maior que conseguiu concluir o Nível Médio e que abrange a faixa etária de 35 a 50 anos. Já aqueles que concluíram o Ensino Fundamental se enquadram numa faixa etária mais avançada, identificando-se, ainda, feirantes na Sulanca que concluíram o Ensino Superior ou que ainda o cursam.

Gráfico 10 - A escolaridade do feirante de Caruaru/PE.



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Quando indagados se exerceram outro ofício ou ocupação antes de trabalhar como feirantes, a maioria relatou que teve outro trabalho antes de ir para a barraca da feira. As ocupações foram as mais diversas, como açougueiro, ajudante de cozinha, ajudante de pedreiro, ajudante de padeiro, empregada doméstica, diarista, garçom, merendeira de escola pública, cozinheira, vendedora, professora, técnico de enfermagem, motorista por conta própria (toyoteiro), e ainda aqueles que fabricavam balas por encomenda. Identificamos, também, pessoas na condição de funcionário público, mas que utilizam o comércio da feira como meio para melhorar a renda. Paralelamente ao trabalho na feira, desenvolvem-se outras ocupações que lhe servem de suporte, destacando-se a função de motoristas de veículos (Toyota) muito comuns na paisagem do Agreste pernambucano. Por serem veículos de tração e de carga, são utilizados para transportar pessoas e mercadorias nos dias de feira, inclusive os fardos de confecção.

O ato de migrar para outra cidade ou para outro estado foi uma experiência de poucos entre os que responderam ao questionário, embora se verifique que grande parte é originária de municípios no entorno de Caruaru e, certamente, a atividade do polo de confecção e do comércio na feira absorveu a força de trabalho que no passado migrava para cidades de outras regiões brasileiras em busca de melhores oportunidades de trabalho. Dentre os que migraram, os destinos foram os Estados da Bahia e de São Paulo. Como em Aprazível, encontramos feirantes que não tiveram nenhuma ocupação antes de trabalhar na feira. Eles estão em todas as faixas etárias consideradas, porém, foi no intervalo de 26 a 35 anos que essa situação foi mais recorrente. Tal constatação pode ter várias explicações, como a chegada mais tarde ao mercado de trabalho, a falta de oportunidade de outros setores de atividades, dentre outros, o que remete à necessidade de uma análise mais detalhada sobre o mercado de trabalho na região.

No que se refere ao tipo de equipamento utilizado na feira da Sulanca, podemos constatar que a maioria absoluta dos feirantes utiliza banca de madeira ou de ferro. Apesar de contar com boxes de alvenaria, não foi citado como de uso massivo, a exemplo de Aprazível, onde esse tipo de estrutura de barraca predomina. As barracas de madeira são maioria na área da feira próxima ao mercado de carne, enquanto que as barracas de ferro são mais ocorrentes no terreno da antiga Fundação da Criança e do Adolescente – FUNDAC, que tem sua frente para a rua Ruy Limeira Rosal para onde a feira foi estendida.

A regularização do uso das barracas foi outro ponto a ser considerado, pois mais da metade dos nossos respondentes afirmaram que alugam as bancas de ferro ou de madeira para usar no dia da feira. O grande número de barracas,

principalmente de comércio de confecção, dificultou a entrada de mais feirantes que obtêm um ponto de comércio por meio do aluguel das barracas ou por intermédio de conhecidos que cedem o seu uso.

Notou-se, entretanto, uma redução no número de feirantes e barracas, haja vista o fato de que, no período da pesquisa, a região Nordeste atravessava seguidas estiagens, o que se tornou um fator de redução de público na feira. Outro fato que contribuiu para a redução nas vendas foi o contexto econômico desfavorável, que repercutiu de várias maneiras: aumento dos custos de produção, transporte, além das taxas pagas pelos feirantes pelo uso do espaço da feira. Despesas com o aluguel da barraca, o frete para que a mercadoria chegue à feira, a contratação de ajudantes de vendas, o pagamento de carregadores dos fardos de confecção até a barraca e as taxas pagas à Prefeitura pela ocupação do solo constituem os principais gastos que influenciaram no aumento dos custos para feirante e, conseqüentemente, no número de barracas.

4.3 A FEIRA DE SERRINHA/BA – A DIFUSÃO DO COMÉRCIO DA CONFECÇÃO NO SERTÃO BAIANO

4.3.1 A feira de Serrinha e sua localização

O Município de Serrinha está localizado no sertão baiano, distante 173 quilômetros da capital, Salvador, e tem população estimada em 82.621 (IBGE, 2016), 7,0% a mais do que a população de 2010, de 76.762 habitantes (IBGE, 2010d), resultando numa densidade demográfica de 122,97 habitantes/km². O Município é cortado pela rodovia federal (BR-116), chegando-se à Sede urbana por meio da rodovia estadual (BA-233).

A feira de Serrinha, à primeira vista, difere um pouco das duas feiras já comentadas, não obstante traços comuns, como a grande movimentação de pessoas que dinamiza a cidade. No nosso sentir, essa feira caracteriza-se como uma autêntica feira nordestina pela diversidade de produtos. Tínhamos a possibilidade de provar das diversas variedades da região, como os bolos, pães, bolachas, beijus e cocadas que estavam dispostos em tabuleiros em frente ao mercado, na rua Araújo Pinho. Funcionava próximo ao mercado [antigo] da farinha, nas imediações da Praça Miguel Carneiro.

O movimento da feira literalmente transformava a cidade numa verdadeira festa: festejar a fartura da colheita, a compra da mistura do dia, o encontro com os amigos. E, para completar a festa, encontrávamos, em pontos distintos

percorridos, a bombo da zabumba, o *lengo-tengo* de um triângulo e o folear da sanfona que tornavam aquele ambiente mais festivo. No quadrilátero da Praça Miguel Carneiro, conforme Figura 20, podíamos ver um labirinto de barracas demarcadas pelo comércio da confecção que ocupava praticamente todo o espaço da praça. No espaço de tempo de nossa pesquisa, verificamos uma mudança drástica no perfil da feira, em princípio, mais voltada para a comercialização de produtos agrícolas (hortaliças, frutas, feijão, farinha etc.) e, posteriormente, foi se caracterizando pelo predomínio de barracas de venda de confecção.

É grande o fluxo de carros de passageiros que vem de vários municípios da região para se abastecer naquela feira. Conforme os relatos de vários feirantes, a feira funcionava antes na praça da antiga matriz, hoje Praça Luiz Nogueira, sempre aos sábados, e durava o dia inteiro.

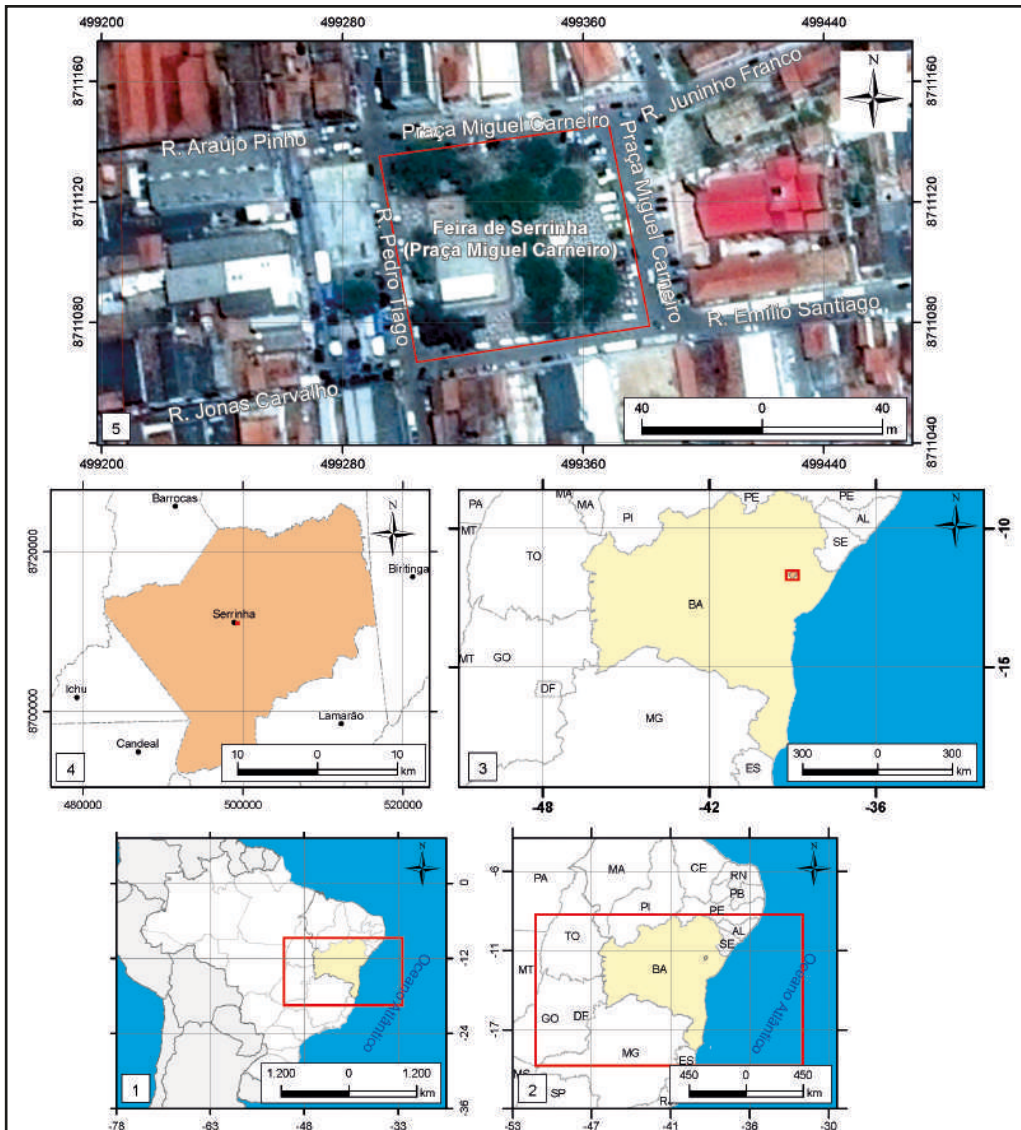
No decorrer da pesquisa, observamos que a feira de Serrinha também passou por mudanças na sua estrutura e modo de organização. No ano de 2014, o setor de hortifrutigranjeiro foi retirado da rua e realocado no Mercado Público José Santana Lima, ficando somente autorizada a montagem de barracas de comércio de roupas na Praça Miguel Carneiro, conforme mapa de localização (Figura 21).

Figura 20 – Barracas de confecção na feira de Serrinha/BA.



Fonte: Próprio autor, 2015.

Figura 21 - Mapa de localização da feira de confecção da cidade de Serrinha/BA.



SINAIS CONVENCIONAIS

* Sedes Municipais	Município de Serrinha - Ba	Limites Estaduais
Localização da Feira de Serrinha	Limites Municipais	Limites Nacionais

1: Localização do Município de Serrinha/Ba no Brasil;
 2: Localização do Município de Serrinha/Ba no Nordeste do Brasil;
 3: Localização do Município de Serrinha/Ba no Estado da Bahia;
 4: Localização da Feira no Município de Serrinha/Ba;
 5: Delimitação da Feira de Serrinha;

Fonte:
 Malha estadual, municipal e distrital (IBGE, 2010);
 Malha nacional, Center for Diseases Control (CDC, 2010);
 Imagem do Google Earth (2016)

Parâmetros dos Mapas de Situação 6:
 Datum Horizontal: SIRGAS 2000, zona 24S,
 Projeção: Universal Transversa de Mercator (UTM),
 Meridiano Central: -36,00000,
 Fator de Escala: 0,9996;
 Unidades: Métricas;

Parâmetros dos Mapas de Situação 5, 4, 3, 2 e 1:
 Datum: SIRGAS2000
 Unidades: Graus

Organização:
 Luiz Antônio Araújo Gonçalves;
 Cartografia:
 Roberto Jariely Reis Lima;
 Geop. CREA: 332130-4.

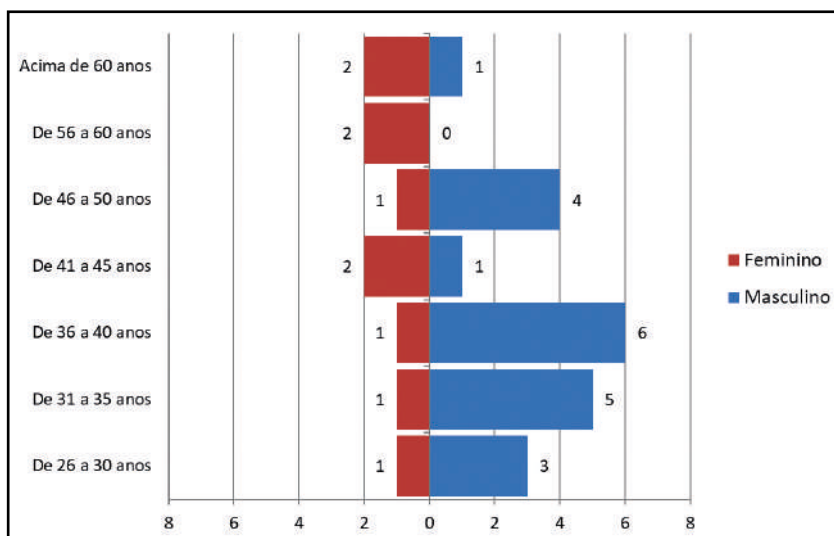
Hoje a feira acontece na praça da igreja nova, Praça Miguel Carneiro, ocorrendo em dois dias – às quartas-feiras e aos sábados – permanecendo na rua e na praça apenas as barracas de roupas. Embora, muitas barracas e pontos de venda tenham sido retirados, a feira de Serrinha permanece sendo uma típica feira nordestina dotada de uma dinâmica regional.

4.3.2 Os feirantes – mercadores ambulantes do sertão

Em entrevista com os feirantes de Serrinha, pudemos apreender um pouco de suas histórias de vida. A fala de um feirante mostra um pouco dessa trajetória profissional. No passado, ele trabalhava na feira, vendendo produtos eletroeletrônicos. Deslocava-se em caravanas até o Paraguai, a fim de trazer as mercadorias para vender em Serrinha. Por certo tempo, a atividade foi rentável, mas no momento em que o governo estabeleceu uma fiscalização mais rígida na fronteira e com a realização de barreiras de fiscalização nas estradas, seu trabalho ficou prejudicado. Foi então que migrou para o comércio da confecção.

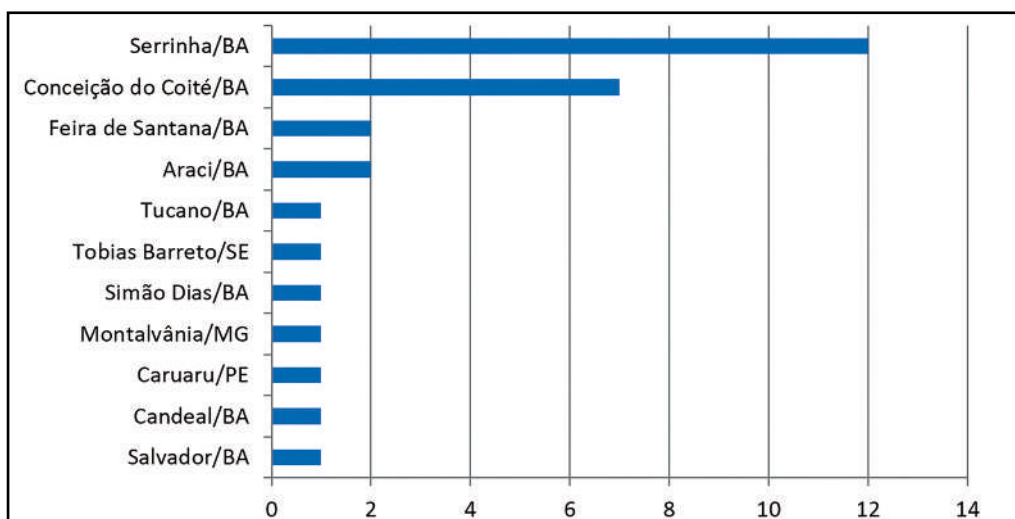
Com suporte no questionário aplicado aos feirantes, pudemos verificar que, quanto à tipologia das mercadorias da barraca, deparamos uma especificidade dos feirantes daquela localidade. A maioria das barracas comercializava diversos tipos de confecção, ou seja, não há uma especialização do comércio de somente um produto. Talvez por estratégia de capturar todos os públicos, do homem à mulher, do adulto à criança, em sua barraca. Nesse sentido, verificamos que as barracas não têm uma tipologia predominante de mercadoria, em maior número, mas há um pouco de cada mercadoria. As barracas, assim, podiam ter a moda íntima como mercadoria principal, mas reservavam espaço para modinha ou peças de moda praia ou *fitness*. Vimos pouquíssimas barracas de feirantes comercializando somente um tipo de produto, a exemplo das barracas que comercializavam *jeans*.

Quanto ao perfil de idade dos feirantes, observamos que a feira de Serrinha acolhe grande margem de faixas etárias, isto é, de 26 até 60 anos, embora haja maior concentração na faixa etária de 31 a 45 anos, de modo geral, homem e casado (Gráfico 11). Tivemos, entretanto, a oportunidade de abordar várias mulheres feirantes que gerenciam suas barracas de modo autônomo. A partir dos relatos, vimos que a falta de ocupação levou muitos trabalhadores e trabalhadoras desempregados para o comércio da feira.

Gráfico 11 - Feirante por faixa etária e razão de sexo – Serrinha/BA.

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

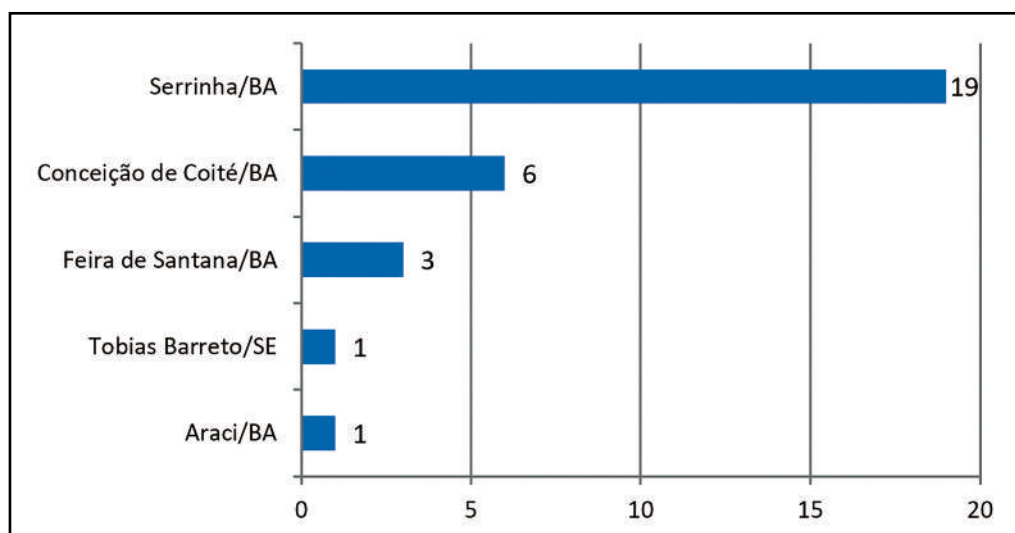
Embora o maior percentual de feirantes seja originário de Serrinha, podemos observar no Gráfico 12 que vários feirantes procedem de outros municípios baianos, a exemplo de Salvador, Araci, Candeal, Conceição de Coité, Tucano, Simão Dias e Feira de Santana. Registramos, ainda, feirantes que procedem de municípios de outros estados, como Caruaru/PE, Tobias Barreto/SE e Montalvânia/MG.

Gráfico 12 - Município onde nasceu o feirante de Serrinha/BA.

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

É maior o número de feirantes domiciliados em Serrinha, diferentemente do passado, quando feirantes de outras cidades vinham comercializar confecção na feira deste Município e competiam com aqueles da cidade (Gráfico 13). A Associação dos Feirantes de Serrinha – AFS – reivindicou à Prefeitura de Serrinha para que houvesse uma sobretaxa para os feirantes de outros municípios que viessem ali comercializar. Assim ocorrendo, vimos que houve redução do quantitativo de feirantes vindos de municípios próximos, como Araci, Conceição de Coité e Feira de Santana. Destaca-se, entretanto, a ocorrência de feirantes vindos de outros estados a exemplo de um feirante vindo da cidade de Tobias Barreto, no Estado de Sergipe.

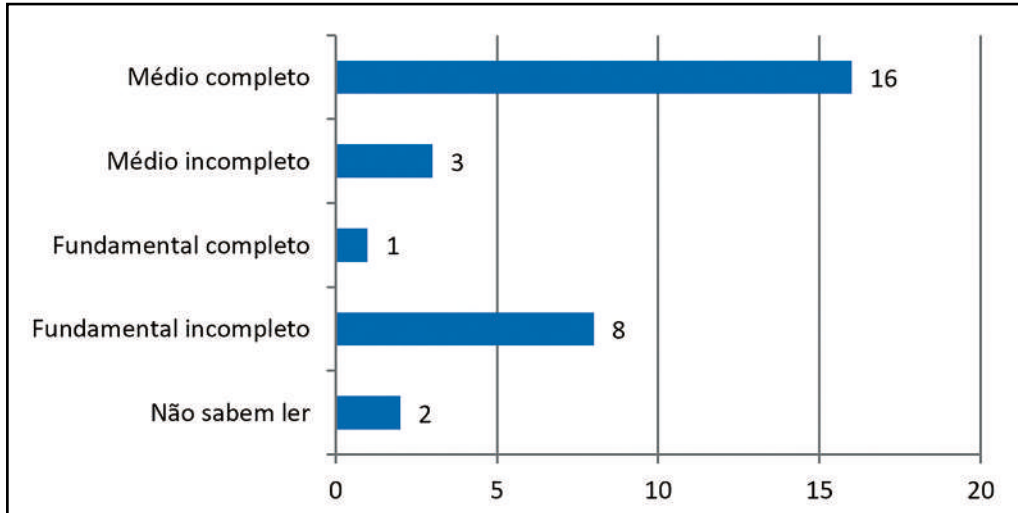
Gráfico 13 - Município onde mora o feirante de Serrinha/BA.



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Em relação ao nível de escolaridade média do feirante, podemos notar no Gráfico 14 que mais da metade dos respondentes tinha o Ensino Médio completo, porém, ainda temos feirantes não alfabetizados. Um número significativo de feirantes não conseguiu terminar o Ensino Fundamental. Nesse sentido, a feira foi o refúgio de ocupação para esses sujeitos que, muitas vezes, têm uma trajetória de vida calcada no trabalho dedicado ao comércio ambulante e de feira.

Gráfico 14 – Escolaridade do feirante de Serrinha/BA.



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

A trajetória iniciada na feira ainda jovem implica afirmar uma série de falhas e falta de oportunidade na formação básica. A situação de falta de emprego conduz não somente as pessoas mais velhas e de baixa formação, mas também segmentos de mais jovens e com melhor nível de ensino, para o comércio da feira. A dificuldade em suas trajetórias laborais antes de ingressar na feira pode ser revelada por meio da trajetória profissional daqueles feirantes que já passaram por vários empregos com carteira assinada.

Muitos feirantes, antes ocupados no comércio, na indústria e nos serviços, deixaram empregos com carteira assinada para trabalhar na feira, conforme se constatou por meio dos questionários aplicados. Esses feirantes trabalharam antes como operadores de caixas de supermercados, vendedores de lojas em *shoppings* em Salvador ou, ainda, como empregados da indústria calçadista. Este foi um dos ramos industriais dinamizados no Nordeste com a reestruturação produtiva nos anos 1990, que culminou com a transferência de indústrias do Sul e Sudeste para esta região.

Para alguns, o primeiro emprego ajudou a ter a experiência profissional, uma referência em sua trajetória profissional. Apesar de se tratar da realidade de um centro regional, não se espera que todos tenham sua trajetória marcada por empregos formais e com registro em carteira.

Outros feirantes nunca passaram pela experiência do emprego formal e sempre trabalharam no comércio ambulante, muitas vezes, migrando de feira

em feira, de cidade em cidade. Esse perfil de ocupação se deu pela ausência de oportunidade no emprego formal. São pessoas de idade avançada que não tiveram as mesmas oportunidades dos mais jovens, que se engajaram anteriormente no emprego formal em atividades de indústria e comércio. A indústria calçadista que havia no município e que empregou os mais jovens só chegou mais tarde às cidades pequenas e médias com a reestruturação produtiva nos anos 1990.

Este é um aspecto da modernização e das transformações das relações de trabalho no Brasil para aqueles que vivem nas pequenas e médias cidades. A experiência do emprego formal só passou a ser uma realidade nessas cidades com a chegada de indústrias incentivadas por programas e agências de desenvolvimento regional, como a SUDENE, nos anos de 1950, ou ainda por meio de programas de renúncias fiscais de cada estado, ocasionando o que Milton Santos denominou de *Guerra de Lugares*.

Quando perguntado se já morou ou trabalhou em outra cidade ou estado da Federação, o que ouvimos foi uma diversidade de trajetórias realizadas ao longo do tempo. O quadro 1 evidencia o histórico caminho migratório da região Nordeste para a Sudeste, principalmente, para o estado de São Paulo.

Evidencia-se, porém, a migração de retorno. No que tange às atividades exercidas anteriormente, chamou-nos atenção o fato de que não eram as atividades industriais de transformação as principais empregadoras, predominando as atividades de serviços e construção civil. Quanto ao tempo de duração nos lugares de moradia anterior, constatamos um intervalo de tempo, variando de três semanas a catorze anos. Apesar da migração de retorno, São Paulo mantém-se ainda atraente, indicando uma notória mobilidade entre Serrinha/BA e São Paulo/SP. Depois de São Paulo, a segunda cidade que aparece é Salvador. Acredita-se que a frequência maior desse deslocamento em direção a São Paulo seja facilitada pelo fato de Serrinha e outras cidades encontrarem-se perto do entroncamento rodoviário composto pelas rodovias BR-116, e BR-101, passando por Feira de Santana e Salvador, em direção à região Sudeste do Brasil.

Quadro 1 - Local de moradia e trabalho exercido anteriormente, por tempo de duração.

➔ Local de moradia	D Atividade exercida	O Tempo de permanência
➔ Ibotirama/BA	D Camelô	O 1 mês
➔ São Paulo/SP	D Babá	O 5 meses
➔ Salvador/BA	D Vigilante	O 8 anos
➔ Inchu/BA	D Camelô	O 3 semanas
➔ São Paulo/SP	D Vigilante	O 14 anos
➔ São Paulo/SP	D Ajudante de pedreiro	O 7 anos
➔ São Paulo/SP	D Servente	O 1 ano
➔ Barreiras/BA	D Camelô	O 1 mês
➔ Salvador/BA	D Gerente de produção	O 9 anos
➔ Salvador/BA	D Operador de caixa	O 3 anos
➔ Conceição do Coité/BA	D Montador de móveis	O 5 anos
➔ Feira de Santana/BA	D Auxiliar de produção	O 7 anos
➔ São Paulo/SP	D Porteiro	O 14 anos
➔ Serrinha/BA	D Chanfrador de calçado	O 3 anos
➔ São Paulo/SP	D Ajudante de pedreiro	O 4 meses

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Verificamos o fluxo migratório na fala de muitos feirantes. A busca por melhores oportunidades de trabalho foi uma das principais expectativas capturadas. A seta de imigração dava-se no sentido Nordeste-Sudeste, todavia, como podemos verificar, todos os feirantes já realizaram a migração de retorno, buscando outras modalidades de ocupação, mas atualmente estão inseridos no comércio da confecção na feira livre de Serrinha. No que se refere à tipologia das barracas na feira de Serrinha, pudemos observar que o ferro tubular constitui seu tipo de equipamento básico. Para a maioria absoluta dos feirantes, a concessão do Município é própria. As barracas da feira começam a ser montadas por volta das quatro horas da manhã. Os feirantes e as mercadorias vão chegando aos poucos.



AS METAMORFOSES DA FEIRA ELEMENTOS DA PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CIRCULAÇÃO E CONSUMO DA CONFECÇÃO POPULAR

*Por que feirante que é feirante trabalha é no meio da rua.
Heron Moreira - Presidente da União dos
Feirantes do Estado do Ceará.*

Etimologicamente e segundo o Dicionário Aurélio, a palavra *metamorfose* significa transformação. Do ponto de vista da Zoologia, indica mudança de forma e estrutura no ciclo de vida de um dado animal. Um exemplo ilustrativo de ordem biológica é da lagarta que um dia se transformará em bela borboleta, mas, para isso, deve passar por metamorfose de seu corpo. O verbo metamorfosear é a ação de passar por transformação, de modificar-se, implicando uma sequência de fatos e movimentos que ocorrem num dado espaço e em certo tempo, alterando as condições primeiras do objeto em metamorfose. Entendendo que a feira tem uma dinâmica socioespacial, ela passa por alterações e adaptações¹ com o comércio de confecção popular. Além disso, ela também expressa as contradições sociais marcadas pela precariedade do trabalho.

A comprovação de nossa tese a respeito da ocorrência de uma metamorfose nas feiras livres no Nordeste brasileiro nos conduziu a um resgate necessário dessa modalidade de comércio, de maneira que podemos captar o contexto histórico em que se formaram, sobretudo, em seus aspectos e características constitui-

¹ Aristóteles (2011, p. 57) assinala que as “[...] coisas são definidas pelas suas funções; e desde o instante em que elas venham a perder as suas características, não mais se poderá dizer que são as mesmas coisas, e sim que tão-somente têm o mesmo nome (homônima)”.

vas. Nesse capítulo, nos reportaremos aos elementos da produção, distribuição, comércio e consumo relacionados às feiras de confecção popular. No primeiro item, são destacados elementos da cadeia produtiva, das etapas da produção em microfacções que abastecem a feira, ao mesmo tempo em que apontam para as transformações e adaptações do processo de produção da confecção popular. No segundo item, retomamos as três feiras estudadas, cuidando dos fluxos, percursos e mobilidades realizados pelos feirantes, indicando a existência de circuitos formados por essas feiras. O consumo também é abordado no item seguinte, quando enfatizamos o consumo, os fluxos por ele provocados e os novos mecanismos de divulgação e adequação aos padrões de consumo da moda. E, finalmente, no item quatro “Das feiras aos galpões: da desconstrução da feira livre à construção de centros de comércio de confecção popular”, revelamos a essência dessas transformações e porque são metamorfozes de antigas feiras que foram dinamizadas pelo comércio da confecção e que se transformaram em centros comerciais. É nesse sentido que se estabelecem centros comerciais com base em feiras de confecção, mas que trazem consigo aspectos próprios do comércio de feira.

No que se refere à função exercida, as feiras permanecem como espaços de comércio desde o Medievo e, com o capitalismo, adaptou-se à dinâmica social, econômica e cultural desse sistema. Daí a pergunta: até que ponto os centros de comércio da confecção popular, a exemplo do Moda Center Santa Cruz, no Agreste pernambucano, ainda podem ser chamados de feira?

Não queremos, evidentemente, ser contundentes em afirmar que todas as feiras livres no Nordeste brasileiro mudaram ou mudam de forma, estrutura e função, deixando de ser feiras. A mudança do seu conteúdo, ou seja, da mercadoria comercializada – a confecção – provoca transformações significativas na dinâmica e estrutura das feiras populares, o que nos permitiu essa reflexão e o ensejo da pesquisa. A atividade de comércio de confecção destaca-se com a instalação de equipamentos fixos, dotados de infraestrutura e adequados à lógica de funcionamento do comércio em geral. Desse modo, perde-se a essência do comércio de feira, embora ainda se mantenha esse nome. Acreditamos que existem vários fatores que comprovam a perda dessa essência, mas o primordial é que a feira vem deixando de ocupar os espaços públicos, seja a rua ou a praça e, portanto, o caráter de feira livre.

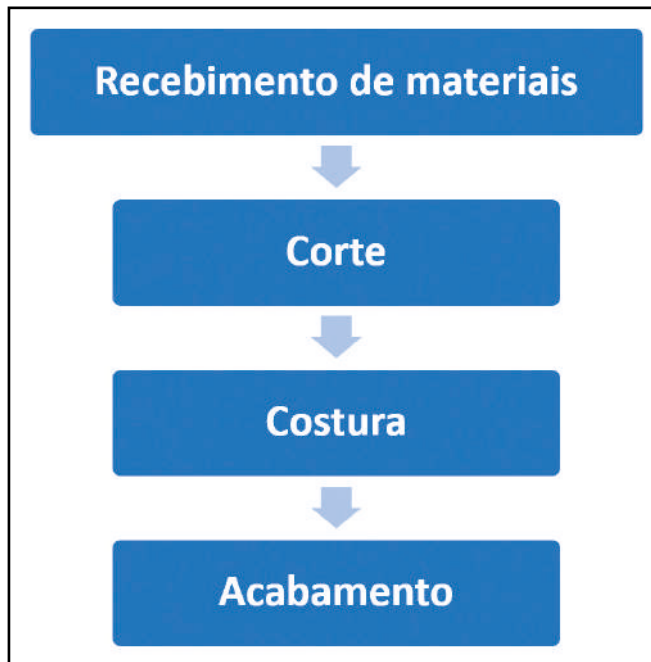
Chega-se ao consenso de que a metamorfose das feiras não se explica apenas pela esfera da comercialização. Sua materialidade também deve ser explicada pela produção, dado que a grande oferta da mercadoria confecção popular suscita o surgimento de espaços dedicados exclusivamente ao seu comércio, dentre eles, a feira.

5.1 A PRODUÇÃO QUE ABASTECE AS FEIRAS DE CONFECÇÃO

5.1.1 A cadeia produtiva da confecção

As feiras de confecção do Nordeste brasileiro são abastecidas, principalmente, pelas pequenas e microindústrias de confecção, distribuídas, sobretudo, por Pernambuco, Bahia e Ceará, onde se destacam alguns pontos, no território desses estados, com maior concentração de estabelecimentos, conforme vimos no capítulo imediatamente anterior. A cadeia produtiva da indústria de confecção envolve, de um modo geral, quatro etapas de produção: recebimento da matéria-prima, corte do tecido, costura das peças e acabamento (Figura 22).

Figura 22 - Cadeia produtiva da Indústria de Confecção.

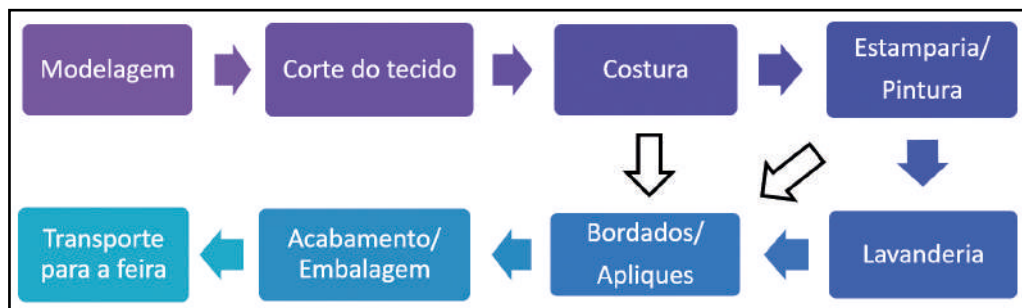


Fonte: BNB (2006).

Tratando-se, em específico, da produção da confecção popular, observa-se que as etapas de sua produção se assemelham ao fluxograma construído pelo BNB. A pesquisa de campo, entretanto, nos possibilitou maior detalhamento das fases de produção das pequenas fábricas, nas quais aparecem etapas como modelagem, estamparia, transporte, lavanderia e bordados/apliques (Figura 23), que não foram contempladas no fluxograma apresentado pelo BNB, haja vista tratar do caráter mais geral da cadeia produtiva.

A primeira etapa da produção é a modelagem, que compreende a escolha ou escolhas de quais peças e modelos serão confeccionados e qual a quantidade a ser produzida. O processo de modelagem é dinâmico, pois envolve a criação e a habilidade por parte de quem o executa. Além disso, há uma atenção constante às tendências de moda exibidas pela grande mídia, que contribui para a popularização dos costumes, ao ponto de uma feirante relatar ser comum por parte dos compradores frases como: “Você não tem aquele modelo [de calça, saia ou camisa ou acessórios] da atriz da novela tal?”. Esse é um elemento importante a se considerar na adequação do tecido, bem como na modelagem e no corte.

Figura 23 - Etapas da produção da confecção popular descrita pelos feirantes.



Fonte: Pesquisa direta (2015).

Assim como as modas aparecem repentinamente, também desaparecem no mesmo ritmo, exigindo maior flexibilidade e rapidez da produção em se adequar à demanda. As “roupas da moda”, muitas vezes plagiadas de marcas famosas, saem de tendência, ou seja, saem do gosto dos compradores, caindo assim a sua procura na barraca da feira. Esse fato é determinante sobre a decisão do fabricante, muitas vezes feirante, quanto à quantidade de peças fabricadas. Nesse sentido, não seria exagero afirmar que a produção se torna flexível e ajustada aos momentos e tendências, adaptando o mercado da confecção popular à lógica dos grandes fabricantes. Com isso, a mercadoria seria vendida mais facilmente e, como dizem os feirantes, “não encalha”, pois é necessário sempre ter novidades na barraca. A produção, conseqüentemente, não pode ser em grande escala, devendo ser ajustada de acordo com a demanda de saída do produto na barraca, o que é sentido no dia a dia da feira, quando as pessoas chegam em busca de determinado tipo de roupa, influenciando o feirante que é impelido a se adequar ao mercado consumidor da feira.

Em suma, ter mercadorias diferenciadas na feira é um desafio, tanto pelas alterações nas tendências de moda quanto pela capacidade de adequação da

pequena produção à rapidez do fornecimento de novas mercadorias. Isso enseja alguns embates entre feirantes a respeito da comercialização de mercadorias similares ou, ainda, daqueles que se ressentem, conforme relatos, de vizinhos que copiam suas roupas, não obstante ouvirmos de muitos a afirmação conciliadora de que há espaço para todos na feira.

Definidos os moldes, cores e tipos de tecidos, os cortes são realizados. Muitos fabricantes ainda cortam suas peças do modo tradicional, ou seja, riscando-as com o giz, enquanto outros utilizam máquinas de corte² que permitem ter maior rapidez nessa etapa da produção. Após o corte, as partes das peças são encaminhadas para a costura, atividade que consiste em uni-las. A essa etapa podem-se agregar outras, como pregar golas, mangas e botões.

Conforme o tipo de peça confeccionada, passa-se, ainda, pela etapa de customização, que consiste em: pinturas, lavagens, bordados, apliques de estamparias, ilhoses, *strass*, botões, rendas, dentre outros aviamentos. O *jeans*, cuja produção é considerável, passa por uma etapa exclusiva, que é a de lavanderia. Os tipos de lavagem do *jeans* acompanham as tendências de tons.

O acabamento constitui, evidentemente, uma das últimas etapas da produção e envolve a limpeza das peças com a retirada de sobras de costura e o controle de qualidade, mas que é feito, todavia, apenas por uma minoria de confeccionistas, pois o tempo de fabricação e a produtividade da pequena facção influenciam diretamente no preço das peças na feira.

Tratando-se ainda da etapa da customização das peças, muitos fabricantes denominam de “aprontamento da peça”, que envolve as etapas de pregar botões, ilhoses, *tags*, etiquetas, tachinhas, cravinhos que dão destaques metálicos nas peças *jeans*, modinha ou acessórios. Depois disso, as peças ainda podem passar por aplique de brilhos. Segundo anúncio de uma facção de “aprontamento de roupas”, em Toritama/PE, o custo do serviço de faccionamento ou, ainda de “aprontamento” da peça, era de R\$ 0,40 (quarenta centavos de real) por peça, isto no ano de 2016. Esse valor é, ainda, subdividido pelas etapas executadas, ou seja, R\$ 0,15 (quinze centavos de real) para a limpeza das peças, R\$ 0,10 (dez centavos de real) para colocar brilho e R\$ 0,15 (quinze centavos de real) para embalar em sacos plásticos. Em Caruaru, essas facções fazem o “aprontamento” agregando novos elementos à peça de *jeans*, como podemos observar na figura 24. A última etapa é a embalagem das peças em sacos plásticos. Finalizadas as

² Conforme o relato de fabricantes que têm facções, o serviço de modelagem e corte do tecido também pode ser terceirizado. Já existem pessoas especializadas nesse serviço, cujo operador é comumente chamado cortador.

etapas de acabamento, etiquetamento e embalagem, as peças estão prontas para seguir para a feira.

Figura 24 – Peça *jeans* com etiquetas, *tags*, botões, ilhoes.



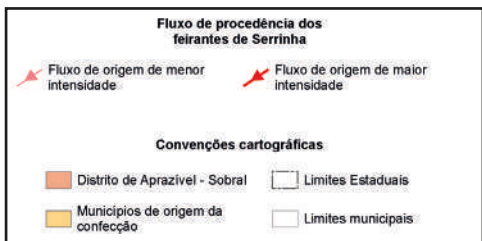
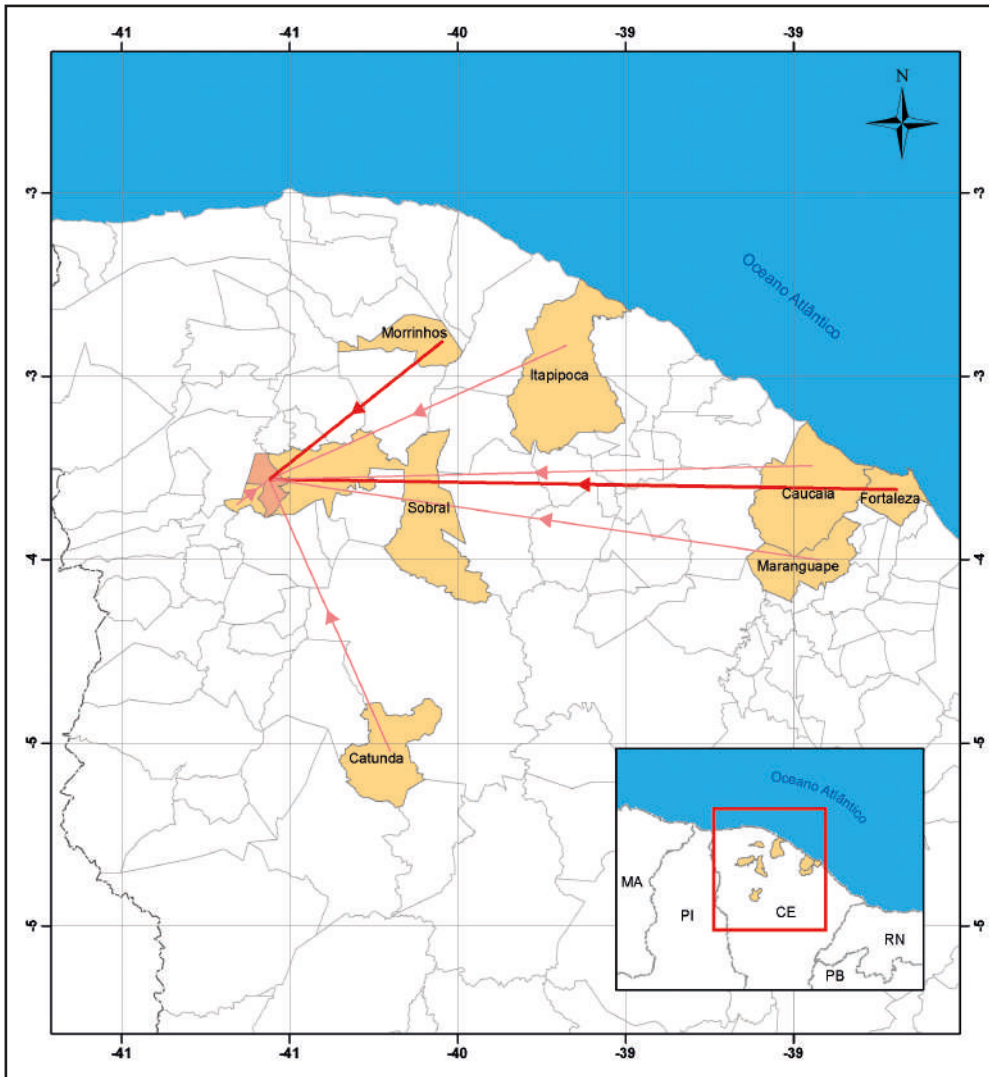
Fonte: www.facebook.com/www.aliptronsaprontamento.com.br

5.1.2 Origem da produção e distribuição da confecção nas feiras

A confecção comercializada nas feiras de Pernambuco, Bahia e Ceará é produzida em diversos pontos do território desses estados, porém, produtos provenientes de outros estados brasileiros também são comercializados nas feiras nordestinas e até mesmo a confecção produzida na China, que constitui hoje o grande exportador de artigos industrializados em todo o mundo.

No caso da feira de Apazível, a confecção comercializada é produzida, sobretudo, em Fortaleza e sua região metropolitana, mas conta com fabricantes locais, isto é, que residem em Sobral e outros municípios no noroeste cearense (Figura 25). Assim, a produção que alimenta a feira de Apazível, da mesma maneira que as outras feiras da confecção estudadas, tem origem nas diversas escalas – local, estadual, regional, nacional e até internacional.

Figura 25 - Mapa de Fluxo de origem da confecção comercializada na feira de Aprazível, em Sobral/CE, no âmbito regional/local.



Na escala do Município de Sobral, onde está o Distrito de Aprazível, o destaque é para o Distrito-Sede, que fornece modinha, seguido de Rafael Arruda, Distrito produtor de redes e Taperuaba, que fabrica moda infantil e para recém-nascido. Essa não é, entretanto, a produção mais representativa no conjunto de produtos que abastece a feira de Aprazível. Na escala estadual, a produção é proveniente, em sua maior quantidade, de Fortaleza, conhecida como um grande polo de confecção, não somente do Nordeste, mas também do Brasil. Atualmente, as pequenas confecções distribuem-se nos bairros periféricos desta Metrópole, e nos municípios metropolitanos de Maranguape, Caucaia e Maracanaú, que abrangem tanto pequenas fábricas caseiras quanto microempresas formalizadas. Ainda no Estado do Ceará, destacam-se Frecheirinha e Morrinhos, municípios da microrregião de Sobral e próximos a Aprazível, que abastecem a feira com a produção de moda íntima. Na escala regional, isto é, entre os estados nordestinos, destacam-se a Paraíba, o Rio Grande do Norte e Pernambuco, que fornecem, sobretudo, produtos de modinha, *jeans*. Na escala nacional, o destaque é para os artigos do segmento cama, mesa e banho, que procedem dos estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. E no plano internacional, conforme salientado, a China é o grande representante, com a comercialização, sobretudo, de calças, bermudas, camisas, bonés, em geral, cópias de grifes famosas que invadem o espaço da feira e evidenciam sua articulação com o mercado global (Figura 26).

Com relação à origem das confecções comercializadas na feira da Sulanca, em Caruaru, reafirma-se a centralidade desse município não apenas em função da feira, mas também como um importante polo produtor de confecção do agreste pernambucano. Dois terços dos feirantes entrevistados em Caruaru afirmaram que as peças de roupas comercializadas, em suas barracas, eram produzidas no próprio Município ou em seus distritos. A feira, contudo, também recebe produtos confeccionados em municípios vizinhos no caso: Agrestina, São Caetano, Cupira, Camocim de São Félix, Bezerras, Riacho das Almas, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe (Figura 27). Embora estes tenham sido os locais de origem da produção confeccionista citados pelos feirantes, acreditamos que outras cidades da região também escoem sua produção para a feira de Caruaru.

Figura 26 - Mapa de origem da confecção comercializada na Feira de Aparaízel, em Sobral/CE, no âmbito nacional/internacional.

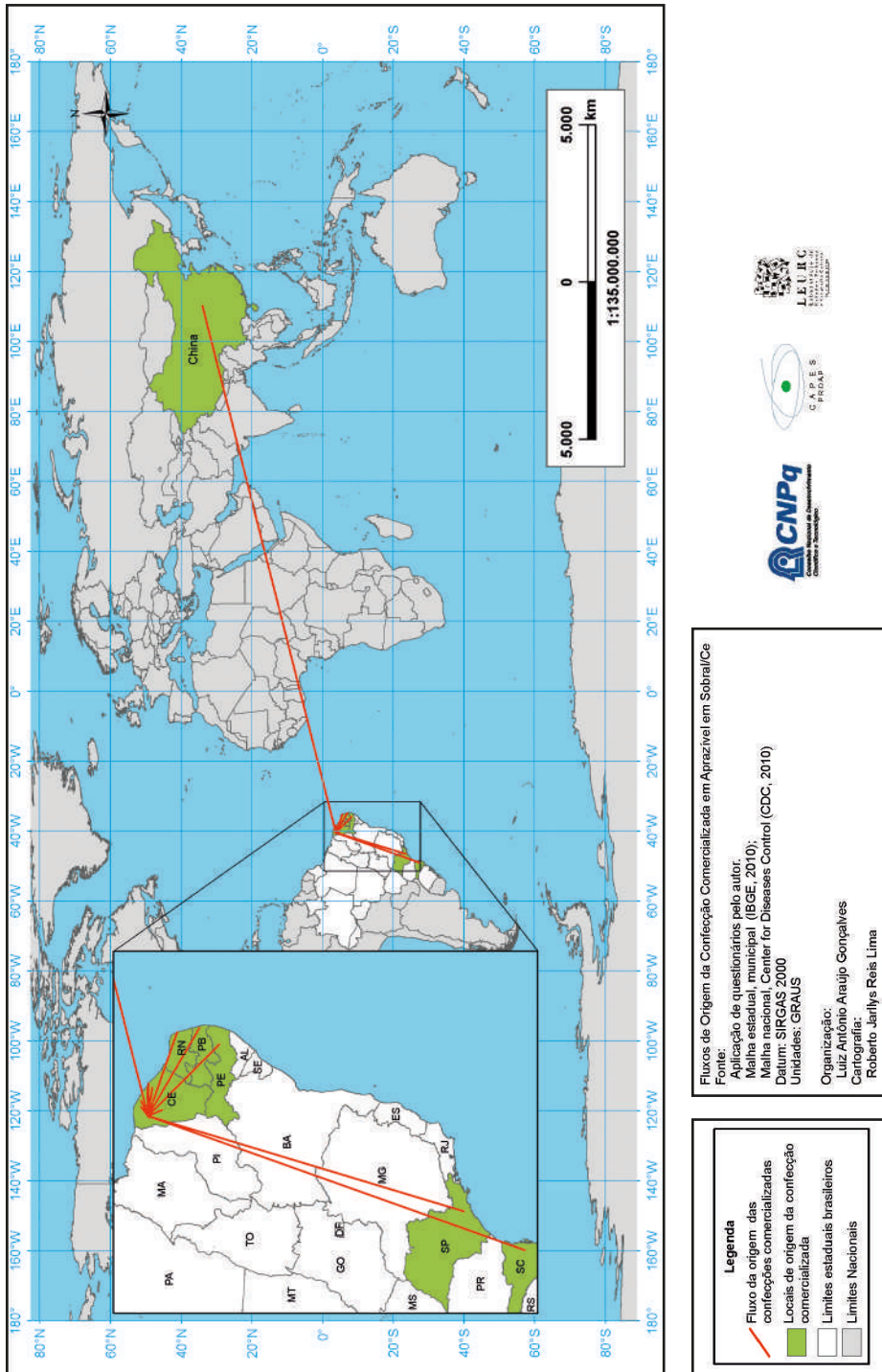
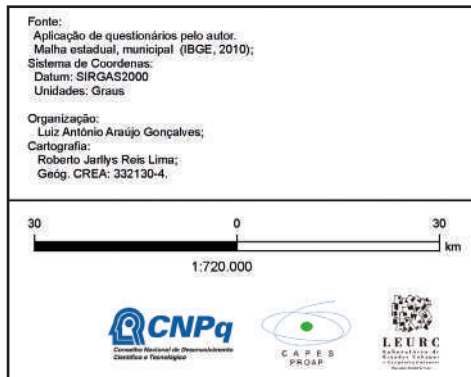


Figura 27 - Mapa de fluxo de origem das confecções comercializadas na feira de Caruaru – Pernambuco.

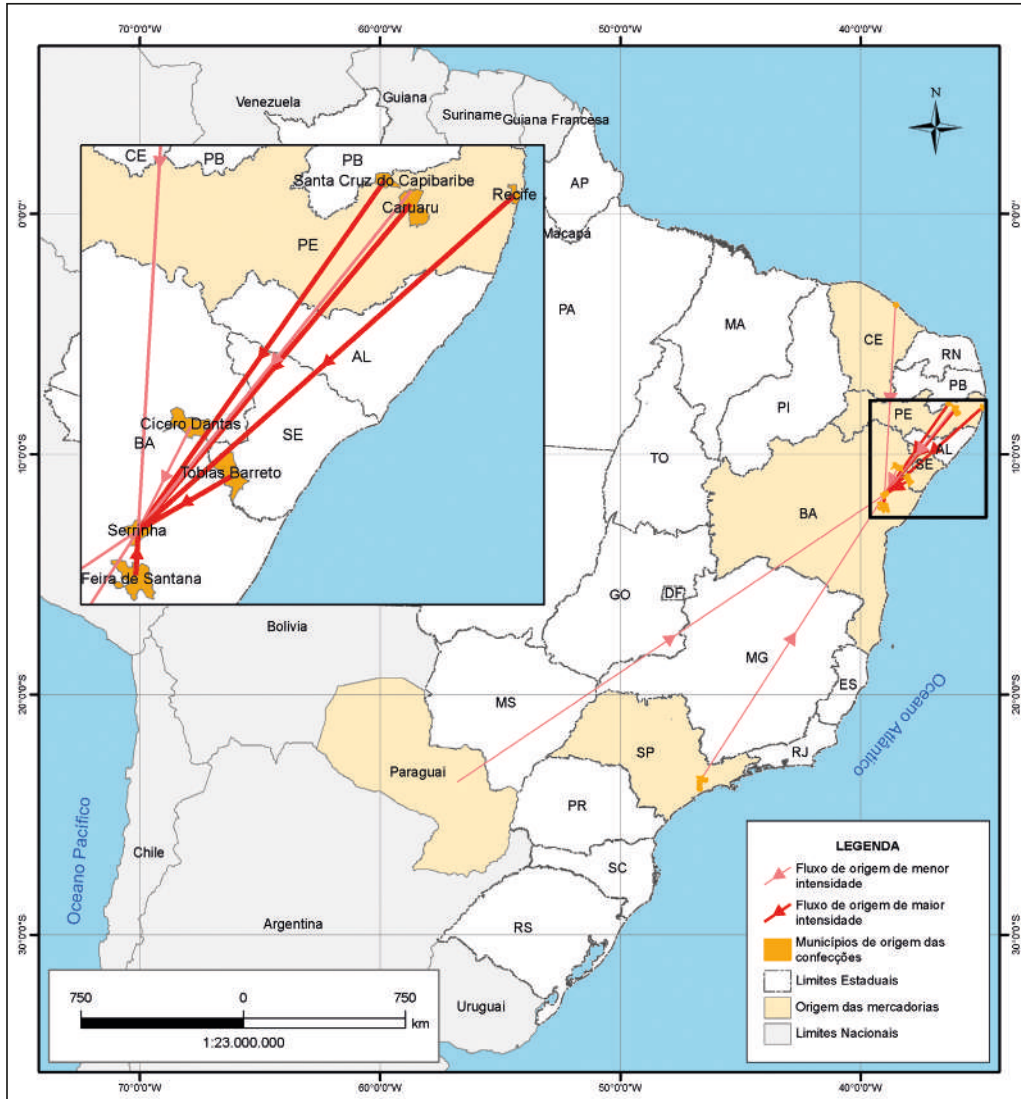


Identificamos, ainda, como origem da confecção comercializada, tanto na feira de Apazível quanto na de Caruaru, distritos rurais, mais especificamente nos Estados do Ceará e Pernambuco. Neste, a situação é mais comum na região do agreste, onde são corriqueiros os chamados fabricos, que se distinguem das facções³, predominantes no meio urbano.

No tocante à feira de Serrinha, podemos observar uma situação distinta das outras feiras, pois, conforme podemos visualizar na Figura 28, o fluxo de mercadorias comercializadas vem principalmente das cidades do polo confeccionista do Agreste pernambucano (Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru), onde os feirantes adquirem a modinha, o *jeans* e a moda íntima. Ressaltamos, ainda, que muitos feirantes se deslocam para São Paulo, em especial, para o polo que compreende os bairros Braz, Bom Retiro e a Rua 25 de Março, para adquirir produtos diferenciados para a venda em Serrinha. Os feirantes que trabalham com moda infantil, cama, mesa e banho, e artigos para recém-nascido, adquirem esses produtos na cidade sergipana de Tobias Barreto, considerada um polo de produção dinâmico desses tipos de confecções. Um número menor de feirantes informou comprar mercadorias em Fortaleza, Recife e na cidade próxima de Feira de Santana. Interessante é o relato de um feirante, ao informar que adquire mercadoria que vem do Paraguai, em geral, roupas para esporte, resquícius de uma época em que era comum esse fluxo de pessoas, os chamados sacoleiros, que comercializavam informalmente produtos desse país. Hoje ainda existe, na cidade de Feira de Santana, um espaço de revenda chamado *Feiraguay*.

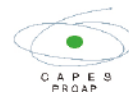
³ De acordo com Sá (2011), embora os fabricos e facções sejam unidades produtivas domésticas, que executam as etapas da confecção de roupas, em parte ou no todo, há uma distinção entre os dois. No caso do fabrico “[...] são locais de trabalho, geralmente no interior das residências de seus proprietários, onde as pessoas produzem suas mercadorias para a comercialização na feira. [...] Já a facção funciona como uma firma terceirizada, prestando um serviço às demais empresas, geralmente grandes fabricantes [...]” (p. 27).

Figura 28 - Mapa de fluxo de origem das confecções comercializadas na feira de Serrinha/BA.



Fonte:
 Aplicação de questionários pelo autor.
 Malha estadual, municipal (IBGE, 2010);
 Malha nacional, Center for Diseases Control (CDC, 2010)
 Parâmetros:
 Datum: SIRGAS2000
 Unidades: Graus

Organização:
 Luiz Antônio Araújo Gonçalves;
 Cartografia:
 Roberto Jarllys Reis Lima;
 Geólg. CREA: 332130-4.



No caso dos feirantes confeccionistas, quase a metade afirmou que faccionam ou terceirizam alguma etapa da sua produção. A maioria é composta por fabricantes que comercializam seus produtos, porém terceirizam o corte, a costura (união das peças), e, desde então, passam a outras etapas, como a lavagem das peças, bordados e acabamento das peças confeccionadas. Ainda sobre Aprazível, cinco feirantes disseram não terceirizar nenhuma etapa de produção, sendo eles pequenos fabricantes que comercializam na feira. Mesmo o feirante afirmando que sua produção é caseira, o faccionamento ocorre na medida em que ele coloca o maquinário e a matéria-prima na casa das costureiras, que passam a trabalhar diretamente para aquele confeccionista.

Em Aprazível, mais da metade dos respondentes afirmou que fabrica e comercializa também na feira. Dentre os que apenas comercializam, dois relataram que já fabricaram roupas infantis (no passado). Quase metade dos feirantes entrevistados trabalha com registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, atuando, em maioria absoluta, como Microempreendedor Individual – MEI, e alguns como Empresa de Pequeno Porte – EPP.

Quanto à origem da matéria-prima, a grande maioria dos feirantes a adquire em lojas do ramo de distribuição de tecidos instaladas em Fortaleza, localizadas, principalmente nos bairros Centro e Montese – Via Têxtil, Costa Rica Tecidos, Casa Blanca Tecidos, A. G. Tecidos, Avil, Texeira Tecidos, dentre outras. Chama atenção o fato de que ali a venda de malharia representa a maioria absoluta das compras dos confeccionistas. Há, ainda, feirantes fabricantes que se abastecem de matéria-prima em outros estados brasileiros, especificamente, em São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná, ou seja, no Sudeste e Sul.

Em relação à quantidade de peças, há uma grande variação da produção. Observamos que a produção média é bastante diversa, pois há na feira de Aprazível alguns feirantes com maior estrutura de apoio do que outros. Fabricam na faixa de 100 a 2.000 peças por dia, chegando, em alguns casos, a ultrapassar essa quantidade. Quando se coloca além do costureiro, aparece nesse ramo o cortador de tecido.

A feira de Serrinha/BA é formada, principalmente, por feirantes que, em sua maioria, são revendedores de confecção, e apenas um reduzido número de pequenos fabricantes. Estes adquirem sua matéria-prima em centros maiores, a exemplo de Feira de Santana, e na capital, Salvador, mas há ainda feirantes que compram tanto as confecções quanto os tecidos nas cidades do agreste pernambucano. Dessa maneira, eles adquirem a matéria-prima usada na produção da confecção, ao mesmo tempo em que compram peças de roupa já prontas para revender em sua barraca.

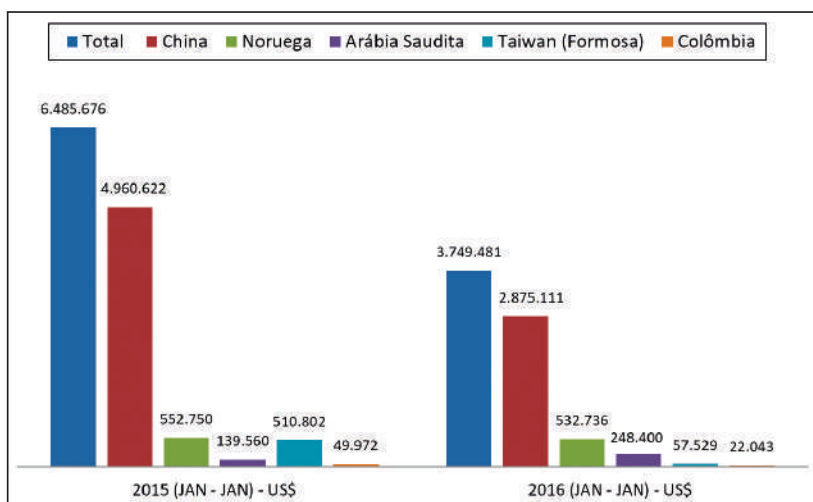
No caso de Caruaru, grande parte dos fornecedores dos insumos, isto é, de tecidos e aviamentos, está concentrada em ruas nas imediações da feira da

Sulanca, indicando o papel de atração exercido pela feira. Ali podemos encontrar estabelecimentos como Santêxtil, Agrestina Têxtil, Sobral Têxtil, Miranda Têxtil, Costa Rica Têxtil, J. C. R. Malhas, MAC Têxtil Cartex, Sanlima Têxtil Ltda., Multitêxtil, Maraujo Tecidos, Santa Cruz Tecidos e Malhas, Styllus Têxtil, Paraíba Malhas, Avil Tecidos e Aviamentos e F. G. Têxtil. Conforme entrevista, pudemos constatar que alguns estabelecimentos pertencem a antigos feirantes cujos pais e/ou avós também foram feirantes, ou seja, vendiam tecidos na feira de Caruaru, o que aponta para o papel do capital local na dinâmica dessa atividade na região.

Ainda no que concerne a Caruaru, a procedência dos insumos, ou seja, os elementos que compõem o processo produtivo, têm origem variada. Os tecidos, aviamentos e maquinários não são produzidos no Município. Isso mostra a necessidade da articulação local com centros urbanos maiores, bem como a demanda de importações dessa matéria-prima.

Da China vieram, em 2015, cerca de 76,48% das importações de Caruaru. Se considerarmos o valor total das importações para o mês de janeiro de 2016 (US\$ 3.749.481), verificamos que houve queda significativa de 42,19% em relação ao ano anterior (Gráfico 15). Outra observação importante a ser feita, além da importação de produtos chineses, é o registro de importação de países como Noruega, Arábia Saudita, Taiwan e Colômbia, ressaltando o volume de negócios com países de todos os continentes. Do ponto de vista local, pudemos constatar, em visitas a estabelecimentos de comércio de tecidos em Caruaru, dentre as pilhas de rolos do produto, a identificação do país de origem, no caso, “*Made in China*”.

Gráfico 15 – Fluxo de importação e os principais países de origem – Caruaru (Jan-Jan 2015/2016 – US\$).



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços/ SECOMEX (2016).

No que se refere à pauta de importação do Município de Caruaru, comparando-se o mês de janeiro de 2016 em relação ao mesmo período em 2015, os reflexos da crise econômica puderam ser notados na redução no valor (em dólar) da importação de produtos. Em janeiro de 2015, os produtos de tecidos de fios de filamento sintéticos (40,88%), tecidos de fibras artificiais descontínuas (11,61%) e outros tecidos de malha (11,32%), juntos, representaram mais de 60% da importação de produtos naquele ano, movimentando US\$ 4.138.474,00. Em janeiro de 2016, os mesmos produtos continuaram tendo grande peso dentre os 30 principais produtos importados pelo Município, ou seja, acima de 60%, porém, essa situação se mostrou favorável apenas no caso da importação de tecidos de malha, que registrou variação positiva de 78,58%, em relação a janeiro de 2015, com aumento no valor comercializado (em dólar) de US\$ 734.405 para US\$ 1.311.484 (Gráfico 16).

Ainda com relação à pauta de importação de produtos do Município de Caruaru, chama atenção a ocorrência de outros produtos que, embora tenham números menos representativos, expressam outras demandas do setor confeccionista do Município. É o caso da importação de bordados em peça, em tiras ou em motivos para aplicar, e máquinas de costura, manequins e artigos semelhantes. Igual demanda relacionada à indústria confeccionista não foi percebida com a mesma expressão em relação aos Municípios de Sobral e Fortaleza, não sendo possível proceder a uma análise comparativa.

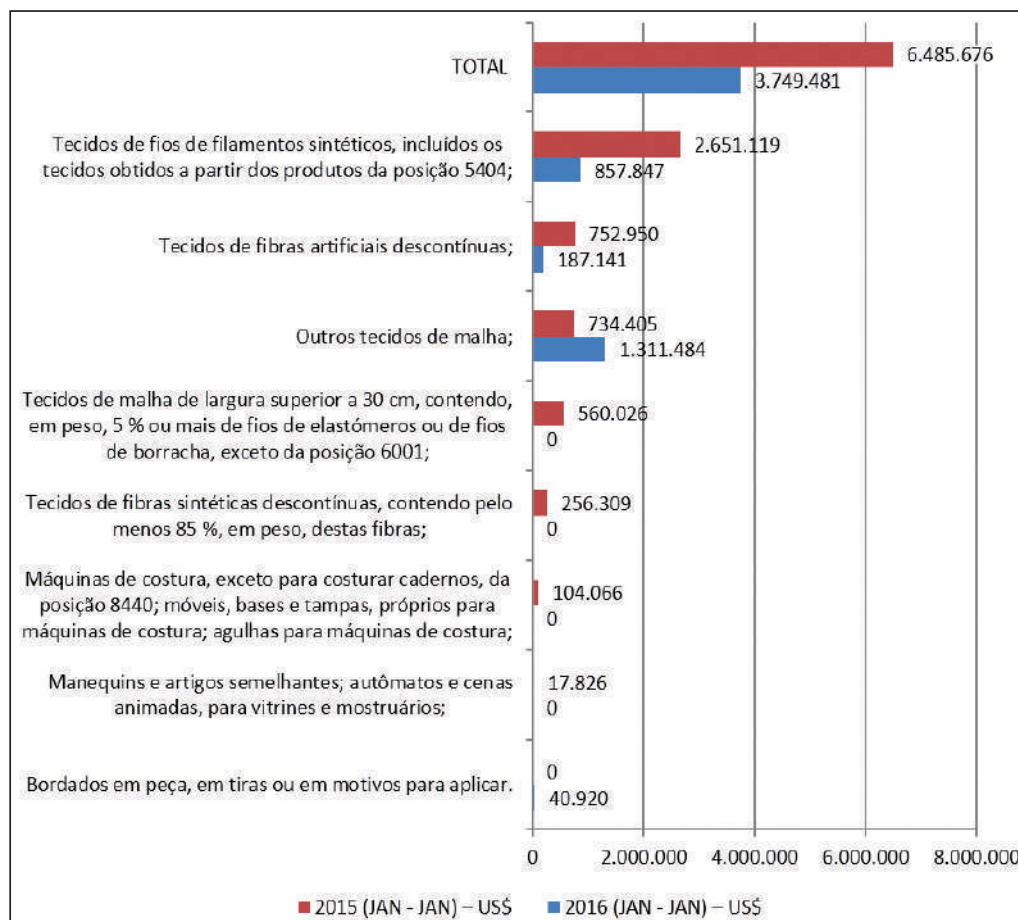
Evidentemente, devemos considerar aqui as variações das cotações das matérias-primas importadas em relação aos fatores de produção e *commodities*, o câmbio da moeda dos EEUU frente ao mercado internacional e a crise econômica brasileira recente. Apesar da retração das importações no comparativo entre os meses de janeiro de 2015 e o de 2016, a importação de tecidos permaneceu no topo dos principais produtos importados por Caruaru, ainda, representando 62,85% das importações de produtos. Somente a importação de tecidos movimentou US\$ 2.356.472 em janeiro de 2016, no Município de Caruaru.

A importação de bordados em peça, em tiras ou em motivos para aplicações também sugere a necessidade do rápido giro do capital. Essas peças ou tiras caracterizam-se como aviamentos e visam a apliques em roupas. Ora, se os bordados são trabalhos artesanais que demandam maior tempo para sua produção e aplicação em peças de roupas, a importação desse tipo de produto tem o objetivo, sobretudo, de reduzir o tempo de fabricação das peças de roupa ou, ainda, a eliminação dos custos de fabricação com o bordado local.

Atentamos, ainda, para a importação de máquinas de costura, bem como de móveis, bases, tampas e agulhas próprias para essas máquinas. Esse tipo de

produto consta na relação dos importados em janeiro de 2015, porém, está ausente da relação de janeiro de 2016. A ausência de importação desse maquinário não permite uma comparação com o mesmo período do ano anterior, porém pode nos apontar uma tendência de retração do setor para novos investimentos em modernização, aplicação e/ou renovação da maquinaria instalada, haja vista o período de instabilidade econômica por que passa o Brasil.

Gráfico 16 – Importação de produtos referentes à indústria de confecção – Caruaru (Jan-Jan 2015/2016 – US\$)

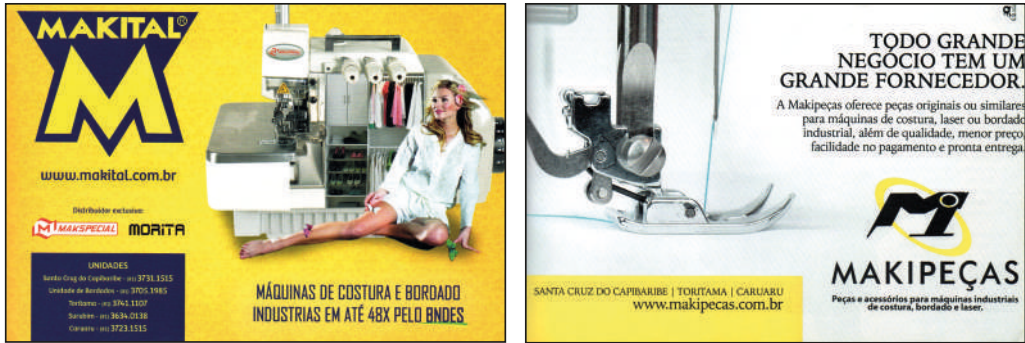


Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços/ SECOMEX (2016).

Ainda em relação a Caruaru, constatamos que os **aviamentos** são originados dos distribuidores do Recife, Fortaleza, Salvador e Feira de Santana. Já as **máquinas de costura** contam com representantes nas cidades que prestam assistência técnica e reparos. Isso exige mão de obra de maior qualificação

e estabelecimentos especializados, a exemplo do que encontramos tanto em Caruaru quanto em Toritama e Santa Cruz do Capibaribe (Figura 29).

Figura 29 – Anúncio de lojas de máquinas de costura e assistência técnica – Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe.



Fonte: Revista Moda Center.

Encontramos um maquinário nas facções que até há bem pouco tempo só era possível encontrar na grande indústria. Acreditamos que isso também guarda relação com a mundialização da economia, pois parte desse maquinário é importada, o que reforça o global no local. Por meio da descrição do maquinário utilizado pelos feirantes no questionário de pesquisa, parece evidente que a maioria deles adquiriu o conhecimento mínimo da atividade de modelagem, corte e costura por meio da experiência prática baseada em erros e acertos. Outra parcela é composta por pequenos fabricantes que já tiveram experiência profissional em uma grande indústria de confecção e passaram a dominar e incorporar essa organização da produção em sua pequena facção – porém não se pode afirmar que seja seguida a regra. Não obstante, há ainda aqueles que terceirizam toda a produção.

Em Caruaru, a maioria absoluta dos respondentes fabrica e comercializa na feira. Nenhum deles tem registro de sua empresa no CNPJ. A matéria-prima é comprada em sua maioria em Caruaru ou, conforme nos relata um feirante, “[...] onde for mais barato mesmo”. Os feirantes fabricam uma diversidade de produtos que atendem ao vestuário masculino, feminino, infantil, bem como produtos de cama, mesa e banho. A produção média dos fabricantes é registrada com maior frequência na faixa de 20 a 30 peças e de 50 a 60 peças por dia, embora haja fábricas que produzam acima de 110 peças/dia e outras cuja produção varia de 15 a 20 peças/dia.

Quanto ao maquinário utilizado, em geral, os feirantes possuem uma máquina de cortar tecido, uma ou duas máquinas de costura *overlock* e outra de

costura reta. As máquinas galoneira e interlock aparecem no registro de utilização de poucos feirantes. A produção é ajustada com a demanda: “[...] como as coisas estão fracas, a gente só tá [*sic*] fazendo quando o estoque está baixo”, diz um feirante. O registro do trabalho familiar empreendido por todos pode ser percebido no relato de outro feirante: “A minha filha é quem costura e o que a gente vende vai para dentro de casa, que mora todo mundo junto”. Ou mesmo quando não habitam o mesmo teto, ainda, mantêm os laços de família pelo trabalho: “[...] quem costura são minhas duas filhas que moram perto de mim”. A contratação de costureiras, no entanto, também pode ser mensal, e sua remuneração gira em torno de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) para uma jornada de trabalho de oito horas, de segunda a sexta-feira e mais quatro horas no sábado, totalizando uma jornada de 44 horas semanais. Esse modo de contratação, entretanto, parece não ser corrente na região, sendo mais comum a contratação de pessoas na confecção por produção de peças.

A modernização da produção confeccionista ocorreu também pela inserção de equipamentos industriais que, conforme já fizemos referência, também passam a fazer parte da pequena produção faccionada. Diferentemente das antigas máquinas pretas de costura *Singer*, que víamos nas casas nordestinas e que eram utilizadas pelas mulheres no coser do lar, nas facções de fundo de quintal, o que se vê são máquinas de costura industriais, com fins lucrativos, usadas por costureiras que produzem peças de roupa para vender na feira. Isso nos remete ao que Marx (2013) assinala sobre o salário, quando destaca que “[...] o salário por peça constitui a base não só do trabalho doméstico moderno, do qual já falamos anteriormente, mas também de um sistema hierarquicamente organizado de exploração e opressão” (p. 640).

O relato de vários feirantes que têm facções no quintal de sua casa reafirma a contratação de costureiras pagas por peça produzida. Para Marx (2013, p. 641), no regime de salário por tempo “[...] prevalece, com poucas exceções, salário igual para as mesmas funções, e, no regime de salário por peça, em que se mede o preço do tempo de trabalho por determinada quantidade de produto;”.

Muitos fabricantes, entretanto, faccionam partes ou todas as etapas da produção. Há aqueles que colocam o tecido na facção para corte, costura, limpeza para retirar pontas de costura, embalagem, colocação de estampas e etiquetas. Um feirante nos informou que existem peças que têm menor custo, a exemplo de uma blusa simples pela qual ele paga R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) por peça. Já outros artigos têm custo maior, como as “camisas polo” e as bermudas *jeans* com detalhes que custam R\$ 4,00 (quatro reais). No que

se refere à produção de peças *jeans*, além das etapas de corte e costura, a peça de roupa ainda passa pelo processo de lavagem em lavanderias industriais especializadas. Feito isso, as peças de roupa passam por outros acabamentos, como prega de botões, bordados ou customização. Mesmo assim, é possível obter uma produção de bermudas masculinas e *shorts* femininos a um custo de R\$ 2,00 (dois reais) a R\$ 3,00 (três reais) por peça. As roupas íntimas, como calcinhas e cuecas, saem a um custo de R\$ 0,25 (vinte e cinco centavos de real) a R\$ 0,60 (sessenta centavos de real) por peça que já vem pronta para vender na feira. Os produtos de cama, mesa e banho como toalhas e lençóis têm o custo de R\$ 1,20 (um real e vinte centavos) a R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) por peça, e cortinas a R\$ 0,70 (setenta centavos de real) a peça.

Para muitos feirantes, que também são confeccionistas, o custo e a imobilização de capital com maquinaria não são mais uma preocupação que costumava estar em seus cadernos de registros de contas. Com a terceirização de etapas da produção, a exemplo da costura, esse custo de produção, ou seja, as aquisições de máquinas de costura, manutenção destas e/ou alienação por tempo de uso, ficou a cargo dos costureiros e costureiras que recebem as encomendas. Isso, porém, não é regra geral, pois ocorrem situações variadas de acordo com cada feira estudada. No caso da feira de Caruaru, o faccionamento da produção de confecção pareceu ser algo consolidado, haja vista a grande quantidade de feirantes que faccionam sua produção. Mesmo assim, em muitos casos, os fabricantes fornecem a máquina de costura, linha e tecido já cortado para a costureira ou costureiro a quem está terceirizando sua produção. Essa condição é similar para os feirantes fabricantes da feira de Aprazível. No caso da feira de Serrinha, encontramos poucos feirantes que também fabricam confecção, sendo a maior parte fabricante de moda íntima e modinha. Registramos apenas um fabricante de *jeans*, embora possa haver outros no universo da feira. A média da produção diária varia de 25 a 50 peças. No segmento moda íntima, a produção é maior, ou seja, de 60 peças dia.

Os feirantes fabricantes na feira de Serrinha que faccionam etapas da sua produção, de modo geral, contratam uma ou duas costureiras com jornada de trabalho de oito horas, e a remuneração mensal é por volta de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), sem carteira assinada. Outra prática comum é o pagamento por produtividade, ou seja, pelo número de peças entregues. Um feirante informou que paga R\$ 2,00 (dois reais) por peça e, ainda, estabelece metas para aumentar a produtividade das costureiras terceirizadas, conforme relata: “[...] repasso para as costureiras. Se ela fizer as 50 peças no dia ganha

100,00 reais [...]. Eles vêm pegar na porta”. Outra informação que nos foi dada é a de que muitas costureiras evitam trabalhar com carteira assinada por conta dos benefícios sociais ou aposentadoria rural, sendo a costura, nesses casos, uma fonte de complemento da renda.

Alguns feirantes terceirizam apenas costura em períodos de maior venda, pois precisam produzir maior volume de peças. Outros, ainda, embora tenham fabricação própria, adquirem outras tipologias de confecção, a exemplo do *jeans* (calças, *shorts* e bermudas) nas cidades de Toritama/PE e Santa Cruz do Capibaribe/PE, para ter maior diversidade de mercadorias em sua barraca e alcançar outros perfis de compradores. Dentre os pequenos fabricantes, estes operam com um número reduzido de máquinas (de três a dez), variando desde a máquina de cortar tecido, máquinas de costura industriais (*overlock*, costura reta, galoneira, *interlock*) até estampadora. Notamos, também, a ocorrência do trabalho familiar, ou seja, enquanto o feirante comercializa na feira, a família está trabalhando em todas as etapas da produção (corte, costura e acabamento). Chamou atenção o depoimento de um feirante que já teve uma fabricação grande e até ponto comercial em Feira de Santana, com faturamento de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), entretanto, a partir de 2014, viu sua produção cair drasticamente. Antes, em 2013, produzia cerca de 1.000 peças por quinzena e atualmente produz somente 200 peças por quinzena. Agora, tem uma pequena fábrica no fundo do quintal e comercializa sua produção na feira.

No tocante à qualificação dos feirantes, chamou atenção a ausência de formação técnica para atuar na produção da confecção. Poucos feirantes informaram ter feito curso de corte e costura para trabalhar na área, o que aponta para o grande número de fabricantes que entraram na atividade apenas com o conhecimento prático e vivencial. Tal asserção é reforçada pelo relato de uma fabricante que disse ter aprendido a costurar observando o trabalho de costureiras mais experientes. Com o tempo, foi auxiliando na costura de mão e somente depois foi aprendendo a costurar, primeiro juntando peças e depois no seu acabamento.

Diferentemente das características dos produtos comercializados na maioria das feiras livres (frutas, verduras dentre outros produtos agrícolas), a confecção não é um produto perecível, não requer condições especiais para o seu acondicionamento e estocagem. Ela chega em fardos ensacados (Figura 30), sendo logo retirada para a banca da feira. Em geral, os hortifrutigranjeiros são produtos que se deterioram e alvo de desgastes ao longo de um dia de feira, de modo que, já no

seu período final, ocorre a conhecida hora da xepa⁴, ou seja, a comercialização mais barata de alguns produtos antes que se tornem restos de feira. No caso da confecção, não há depreciação do preço, pois o produto não é objeto desse tipo de desgaste, de maneira que a mercadoria pode voltar para o fardo no final da feira, ser transportada sem maiores cuidados de acomodação e retornar novamente à banca em outra feira. Embora a confecção não se deteriore fisicamente em um dia de feira, ela pode sofrer desgaste de ordem simbólico-social, isto é, seguindo as tendências da moda que atinge o gosto popular ela pode não mais ser objeto de procura na barraca da feira.

Figura 30 - Fardos de confecção aguardando a montagem da barraca – Feira de Serrinha/BA.



Fonte: Próprio autor, 2015.

Com a transformação das feiras, evidenciam-se elementos contra-hegemônicos da modernização capitalista do Nordeste brasileiro, operados nas esferas da vida, da economia, da cultura e na compreensão de tempo e espaço. Aristóteles (2011) já ensinava que um bem possuído é “[...] um instrumento útil para a manutenção da existência [...]”, e chamava atenção para a distinção e exemplificação entre o instrumento e o produto, afirmando que o primeiro é o “[...] que realiza o efeito, e ‘propriedade doméstica’ o que ele produziu” (p. 59). Com efeito, a lançadeira e, em seguida, o próprio tear foram instrumentos fundamentais para o desenvolvimento da produção têxtil, na medida em que as manufaturas obtiveram uma produção excedente ao ponto de transpor a produção corporativa artesanal.

⁴ Segundo o *Dicionário Aurélio Buarque de Holanda*, o termo refere-se às mercadorias que são vendidas no período final de uma feira, sendo, em geral, mais baratas e de qualidade inferior.

Os resíduos da produção da confecção no passado histórico das costuras caseiras transformavam-se em colchas de retalhos ou, ainda, em tapetes multicoloridos a enfeitar a entrada das residências. Atualmente, em decorrência da produção confeccionista, torna-se quase impossível o seu aproveitamento total. Assim, constatamos, por meio dos trabalhos de campo, nas feiras e facções visitadas, a dificuldade que muitos fabricantes têm no descarte adequado dos restos de corte e tiras de tecidos. Muitas vezes, vimos em calçadas e terrenos baldios sacos com embalagens que antes enrolavam os rolos de tecidos, agora, cheios de tiras e outros resíduos da confecção de roupas. Uma utilidade encontrada pelos feirantes para dar cabo da grande quantidade de sobras de tecido foi utilizá-las na montagem da barraca na feira. As tiras de cores e estampas variadas encontram aí outra serventia, isto é, prender peças de roupas, lonas de cobrir a barraca, cabides, manequins e ainda amarrar os fardos de confecção. Ao final, a paisagem da feira mais parece fitas de santos presas no gradil das igrejas e pedestais das imagens.

Alguns profissionais, em geral, também costureiras, oferecem o serviço de faccionamento nas imediações das feiras por meio de panfletos. Outros profissionais que operam máquinas especializadas no corte do tecido oferecem seus serviços nas redes sociais, anunciando a vantagem de redução de perdas no corte do tecido.

A comercialização da confecção que ocupava as barracas das feiras livres e de ruas no passado recente começa a tomar outra configuração ao se fixar em centros de comércio popular. O comércio de confecção, no entanto, ainda tem seu espaço na feira e esta, por conseguinte, ainda tem o espaço público como marco referencial. São feirantes e fabricantes formando redes que articulam feiras em circuito e, conforme defendemos nesse trabalho, redefinem a centralidade e função regional de algumas cidades nordestinas em virtude da produção confeccionista e inserção da confecção popular no espaço da feira. São os casos de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, que têm sua paisagem transformada nos “dias de feira”, quando se comercializa confecção. Essa ilustração também cabe para vários outros pontos no Nordeste, o que é reafirmado por caravanas de feirantes que fazem circuitos semanais de feiras, como veremos a seguir.

5.2 OS CIRCUITOS DAS FEIRAS DE CONFECÇÃO

As três feiras de confecção, objeto deste estudo, compõem redes geográficas, articuladas em circuitos e em níveis escalonares diferentes. Na escala do Estado, as feiras de vários municípios e distritos são articuladas por caravanas de feirantes

e compradores, também chamados de sacoleiros, que organizam trajetos de acordo com a distância percorrida, a logística de transporte da mercadoria e o público consumidor, formando circuitos de feiras estaduais, o que não impede, entretanto, que haja também articulações e trocas com as feiras de outros estados nordestinos.

Essas feiras, em geral, ocorrem em variados dias da semana. No Distrito de Aprazível, o dia de feira é sexta, enquanto em Caruaru é na segunda-feira e em Serrinha ocorre na quarta-feira e no sábado. Os feirantes do Aprazível são procedentes, em maioria, de Fortaleza ou Caucaia na RMF, mas também de municípios próximos como Coreaú, Catunda, Itapipoca, Morrinhos, Mucambo e São Benedito (Figura 31). Conforme já tratamos, a Associação dos Feirantes do Aprazível – AFA – organiza feiras em outras cidades. Esse circuito tem início na madrugada da quinta-feira com a Feira do Município de São Benedito e do Ipu pela tarde. Ao final da feira de sexta, no Aprazível, muitos feirantes se redistribuem para outras feiras de municípios do Noroeste cearense. No sábado, uma parcela vai para feira do Distrito de Deserto, em Itapipoca. Outra parte dos feirantes se desloca para as feiras dos municípios de Hidrolândia, Reriutaba e Cariré. Nesse mesmo dia, outros feirantes estarão na feira do Município de Cascavel, no litoral Leste do estado ou, ainda, cobrindo as feiras de bairro, em Fortaleza. No domingo, parte dos feirantes segue para a feira de Pacajus; outros feirantes irão para as feiras dos Municípios de Mucambo e Amontada, enquanto os demais fecham esse circuito com a última feira, na madrugada do sábado para o domingo, na feira da rua José Avelino, na área central do comércio de confecção popular em Fortaleza/CE. Constatamos, ainda, o fato de que feirantes também se dirigem para feiras na segunda-feira no Município de Bela Cruz, terça no Município do Marco e na quarta-feira no Município de Santana do Acaraú (Figura 32).

Figura 31 - Mapa de fluxo - Procedência dos feirantes do Distrito de Aprazível, Sobral/CE.

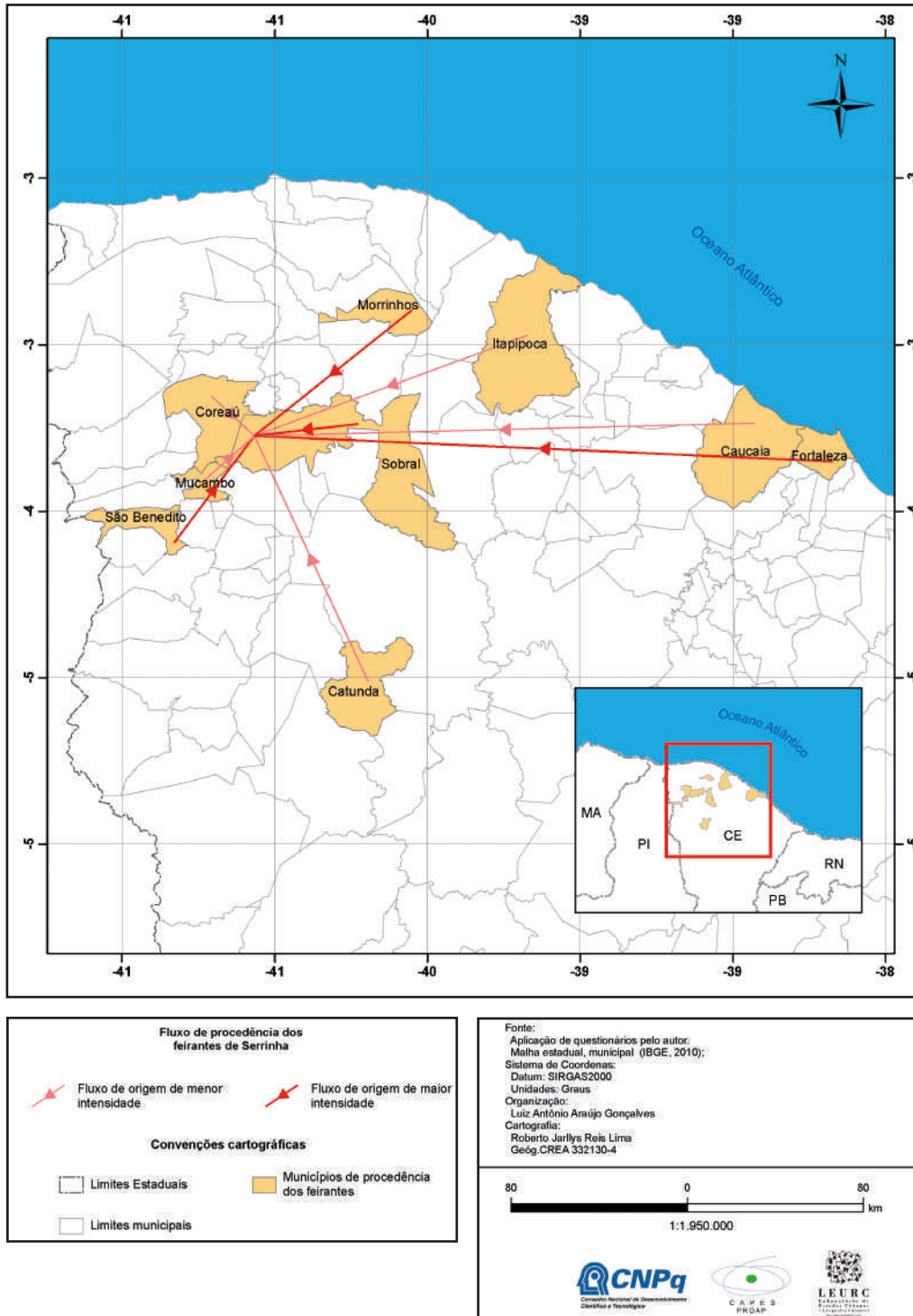
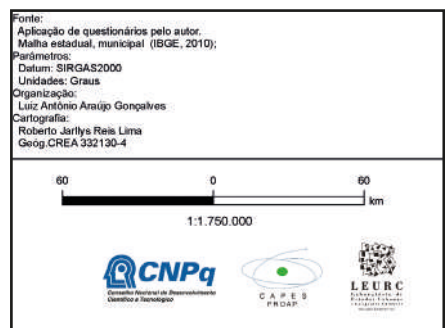
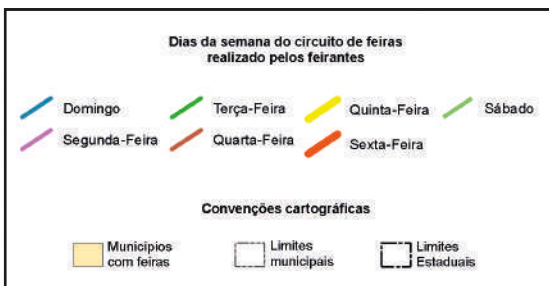
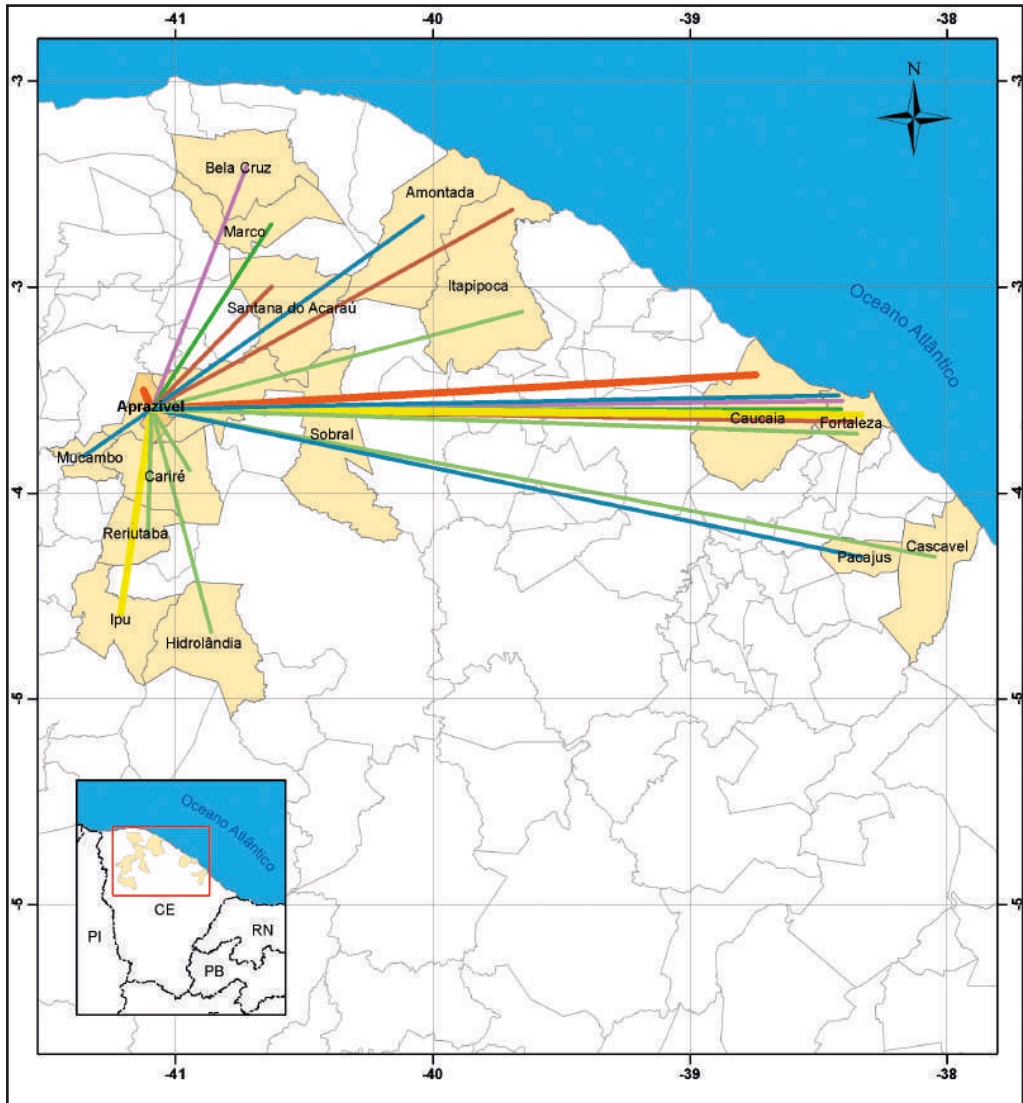


Figura 32 – Circuito de feiras realizadas pelos feirantes do Distrito de Aprazível - Sobral/CE.



No caso de Caruaru, os feirantes são em sua maioria do próprio Município, muito embora, acreditamos que comparecem nesse circuito feirantes de vários Municípios vizinhos e da região agrestina. No contexto da pesquisa de campo, registramos a ocorrência de feirantes procedentes dos Municípios de Bezerros, Agrestina, São Caetano, Camocim de São Félix e Cupira (Figura 33). Os circuitos de feiras realizados pelos feirantes de Caruaru apresentam, contudo, uma particularidade, pois tendo em vista a forte centralidade da produção da confecção nessa cidade e o seu comércio na feira, bem como a ocorrência de outras grandes feiras de confecção nos Municípios de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, os feirantes de Caruaru realizam um circuito pequeno, representado no curto trajeto e dias que realizam outras feiras. Nesse caso, em razão do dia das feiras de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe ser na segunda-feira, sua movimentação é tamanha a ponto de muitos feirantes não precisarem realizar outras feiras nos demais dias da semana⁵. Mesmo assim, alguns feirantes informaram que montam barraca nas feiras dos Municípios de Bezerros/PE, no sábado, e em Camocim de São Félix/PE e Barra de Guarabira/PE mesmo na segunda-feira (Figura 34).

A feira de Serrinha, apesar de ser bem menor do que a de Caruaru, chama atenção pela capacidade de atrair feirantes que procedem de outras cidades, atraindo, inclusive, feirantes do estado vizinho, Sergipe (Figura 35). A feira de sábado em Serrinha, recebe feirantes de outros municípios de sua região de entorno, a exemplo do município de Feira de Santana. Assim, o circuito de feiras em que Serrinha está inserida é bem amplo, ou seja, é composto por um raio de abrangência que alcança cerca de 20 municípios do sertão baiano, atingindo, ainda, o já comentado Tobias Barreto, no estado de Sergipe. Nos demais dias, esses feirantes percorrem outros municípios participando, por exemplo, das feiras de Araci, Santo Amaro e Sátiro Dias na segunda-feira, dos municípios de Santa Bárbara e Conceição do Jacuípe na terça-feira, de Água Fria na quinta, de Conceição do Coité e Ribeira do Pombal na sexta-feira (Figura 36).

⁵ Segundo informações dos feirantes por nós entrevistados, o que ocorre, via de regra, é a estratégia de aquisição ou aluguel de pontos de vendas, na feira ou em Centros Comerciais, de Toritama/PE e Santa Cruz do Capibaribe/PE, a fim de garantir o alcance de outro público de compradores de confecção.

Figura 33 – Mapa de Fluxo – Procedência dos feirantes de Caruaru/PE

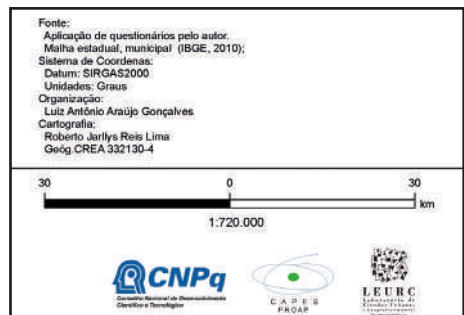
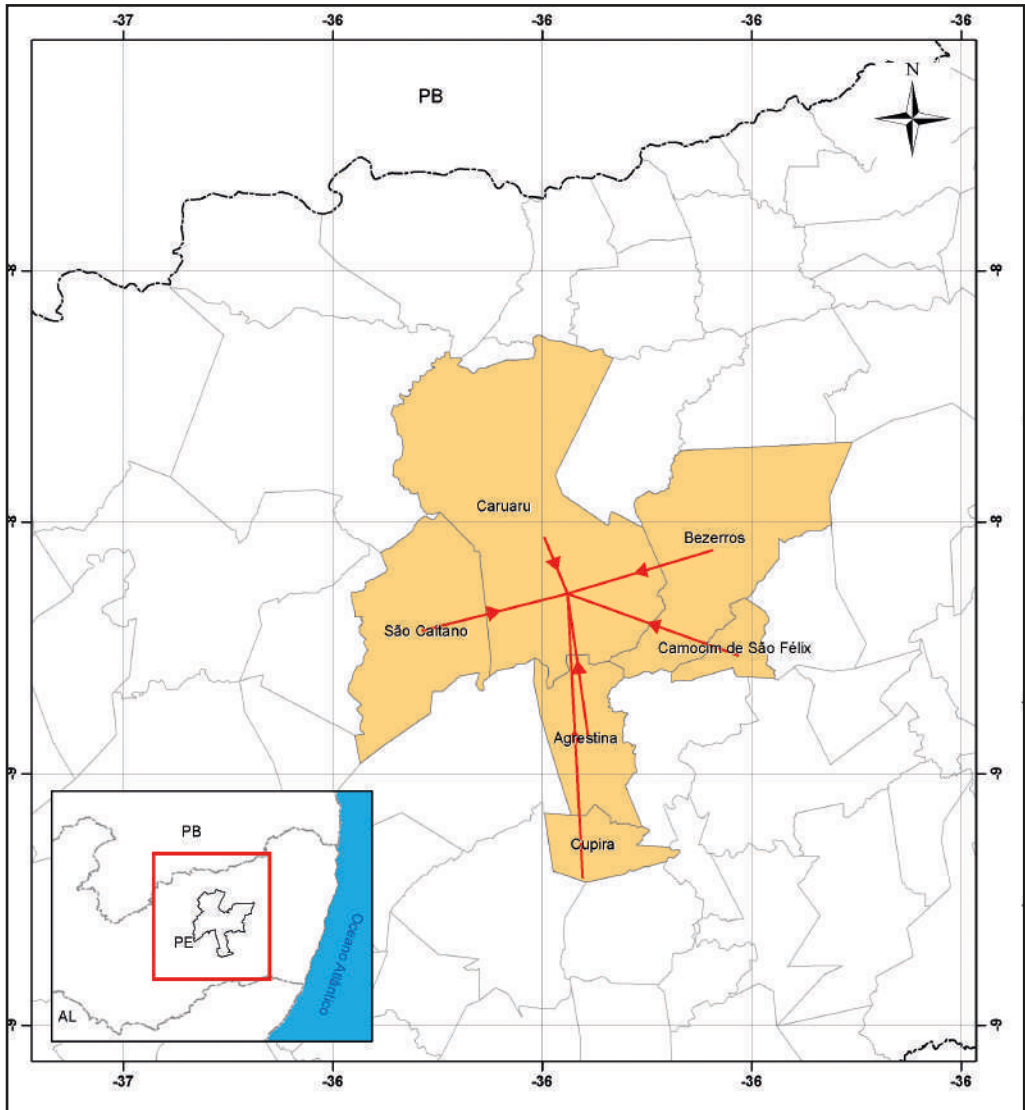


Figura 34 – Mapa do circuito de feiras realizadas pelos feirantes de Caruaru/PE.

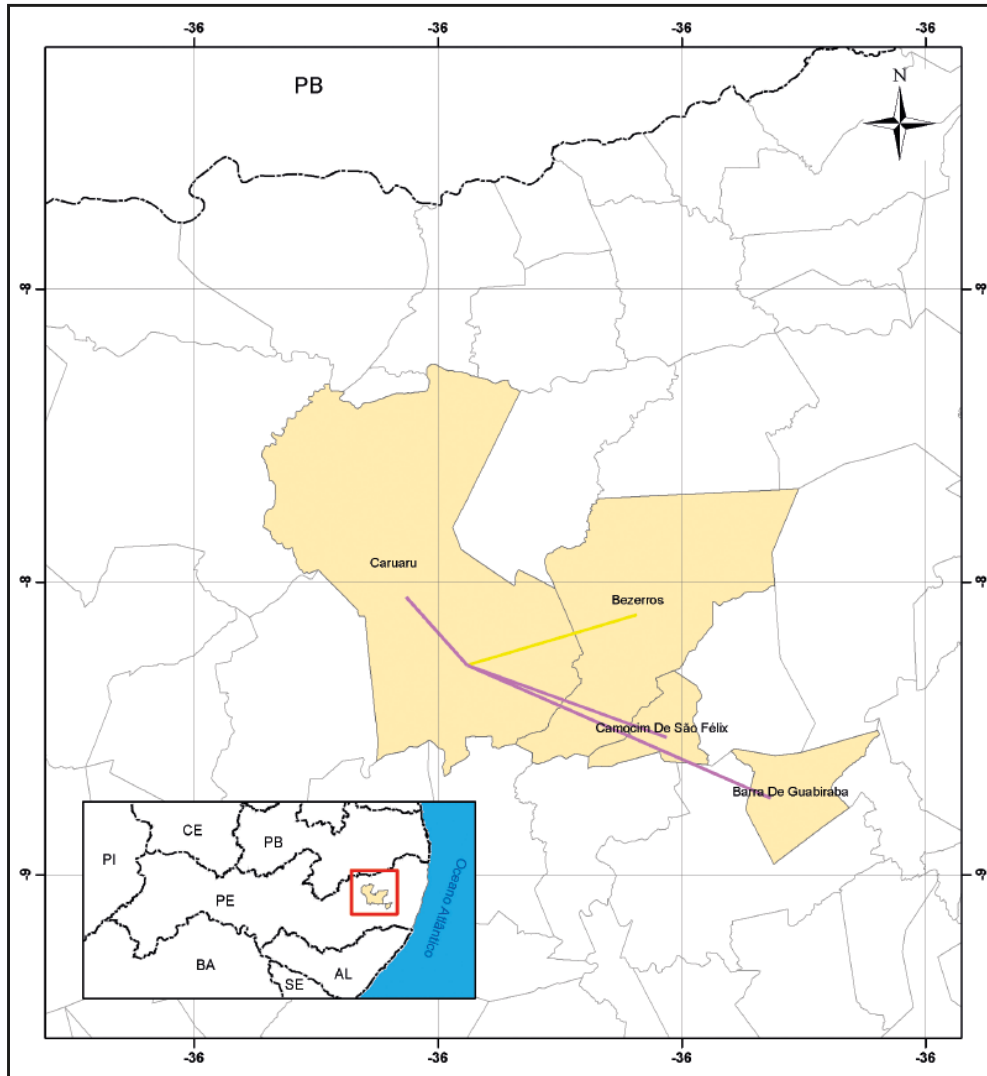


Figura 35 – Mapa de Fluxo - Procedência dos feirantes da Feira de Serrinha/BA

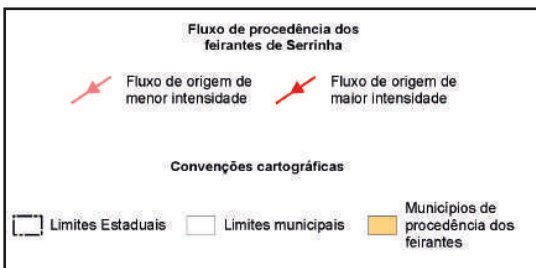
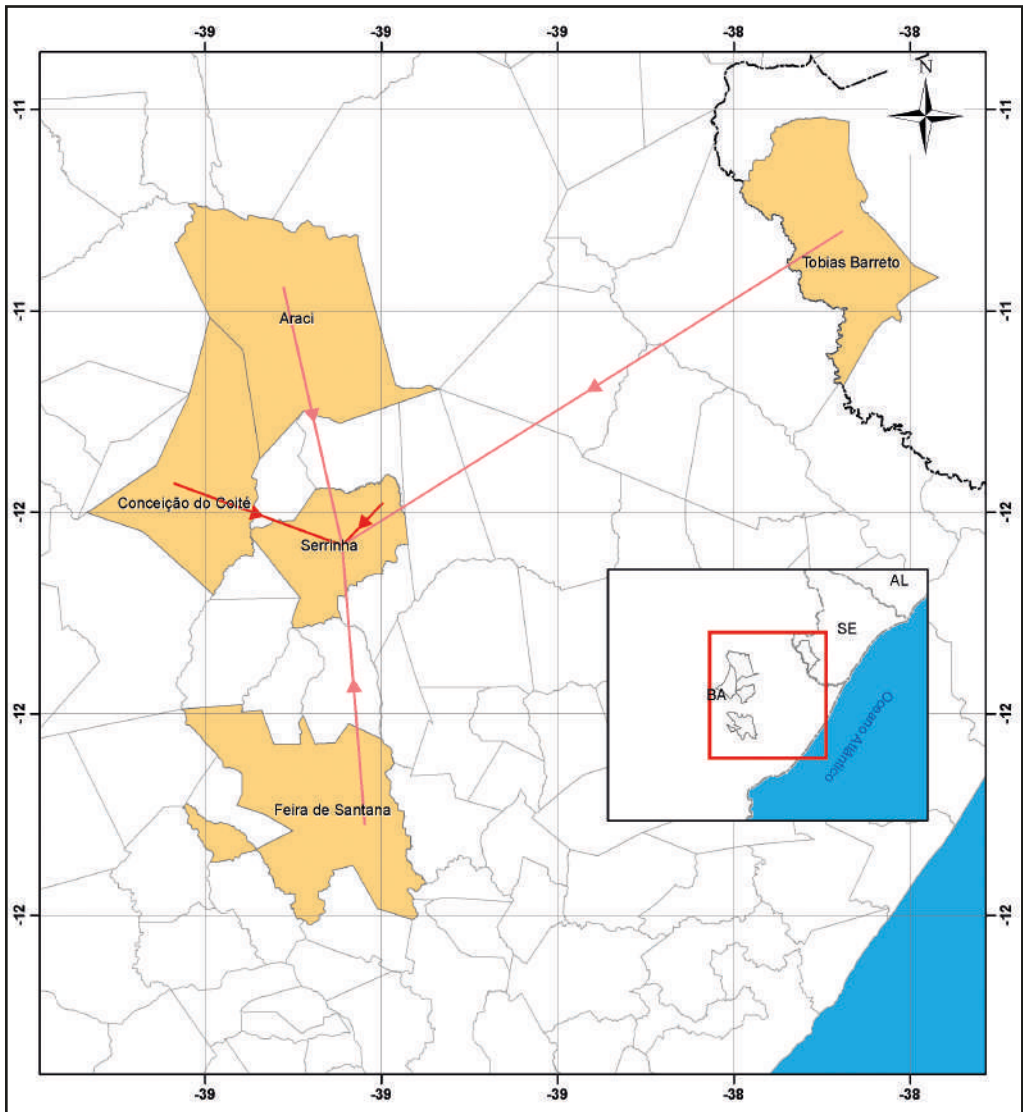
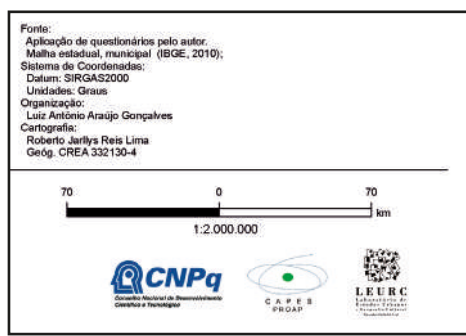
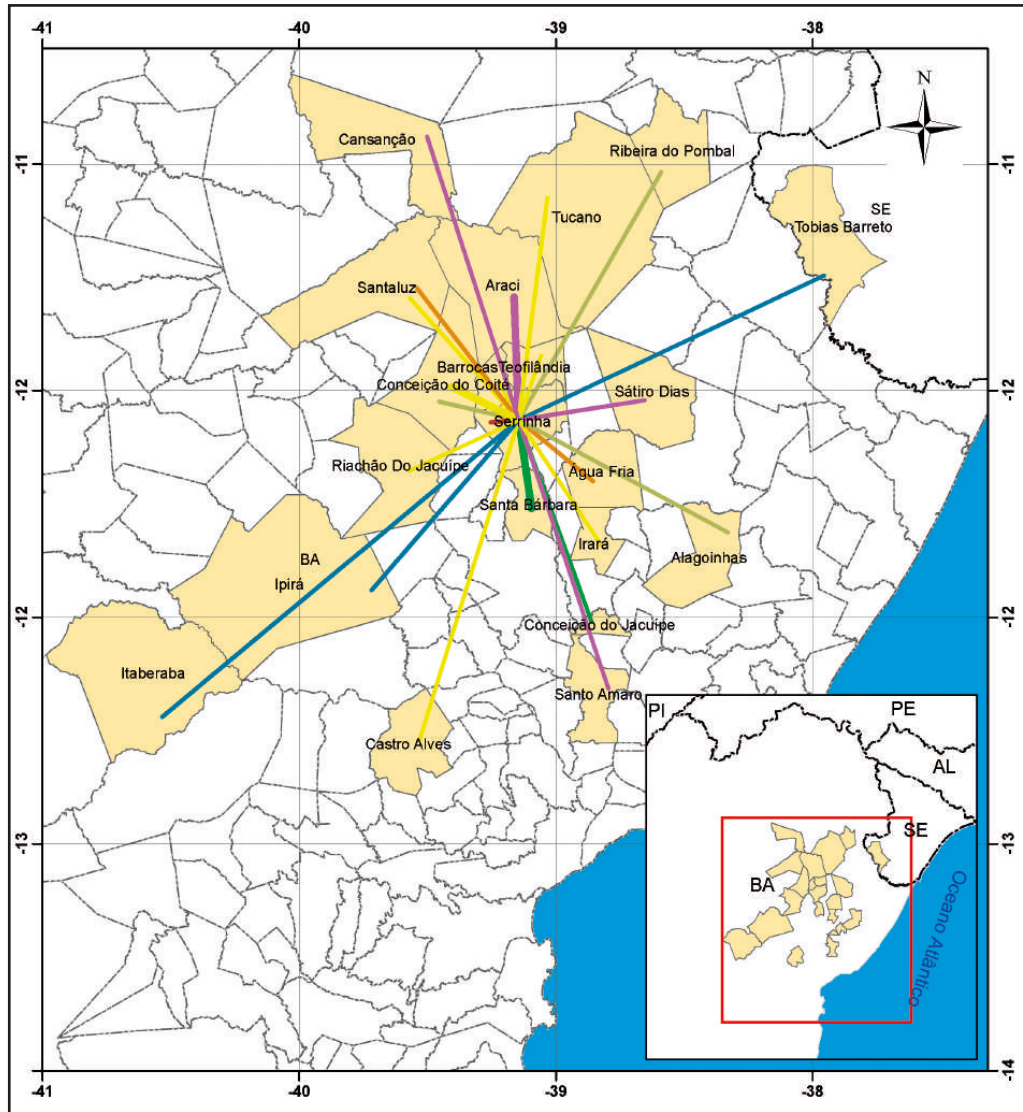


Figura 36 – Circuito de feiras realizadas pelos feirantes de Serrinha/BA.



Essas feiras, malgrado apontarem redes geográficas com dinâmica relevante, mostram, ainda, profundas desigualdades e/ou contradições, que se evidenciam nos grandes valores movimentados no dia de feira, contrapondo-se ao grande número de homens e mulheres, jovens e idosos, que buscam no comércio de confecção na feira uma oportunidade de gerar renda sem qualquer garantia, a não ser o exemplo de sucesso de colegas e vizinhos de barraca. Nesse sentido, o ideal do empreendedor ganha força nas falas dos feirantes, embora tenham consciência da grande rotatividade da feira. Um sistema técnico que viabilizou o circuito de feiras de confecção foi, sem dúvida, as rodovias estaduais e federais que cortam municípios, estados e até regiões, garantindo o percurso de longos trajetos, tanto por feirantes quanto por sacoleiros (GONÇALVES; AMORA, 2013).

A articulação das feiras de confecção associadas à rede rodoviária aponta uma dinâmica de alteração de algumas estruturas tradicionais no Nordeste, com a mudança de atividades, como a agricultura de subsistência, com forte apelo da ação da natureza, para a produção confeccionista em cidades, distritos e localidades rurais. O sertanejo substitui a enxada pela máquina de costura. Antes, o produto de seu trabalho (agrícola) dependia da chuva, portanto, da natureza. Agora, a matéria-prima é o tecido, o aviamento, sem contar a moda que sai de um mundo globalizado, ligado pelas redes sociais. A feira de confecção nos mostra que o sertão não está fora, à margem ou independente das transformações do processo produtivo global.

A produção têxtil, em larga escala, é insumo para as confecções, já o trabalho assalariado ou por produção, este sim, é o responsável pelos baixos custos da produção. O trabalhador, em geral, é autônomo e é da sua produtividade diária e de sua família que se tornam possíveis os baixos preços das mercadorias – vestuários que se realizam nas feiras. E mais: há de se ressaltar as continuidades e descontinuidades no processo de produção e reprodução das feiras. O espaço do encontro, muitas vezes, de iguais, das trocas, do lazer, ainda permanece, entretanto, as pessoas têm pressa, é preciso chegar cedo, ganhar tempo, afinal o transporte, *Topic* e o ônibus da caravana têm hora para partir e é preciso apressar-se, pois ainda serão muitos quilômetros a percorrer, porquanto outras feiras os esperam.

Embora as feiras não estejam voltadas especificamente para as cidades onde se instalam, a rede que elas criam são associadas a outra, que é a rede de cidades. Em alguns casos, como Arazível e Deserto, a feira acontece fora da cidade, em Distritos situados a poucos quilômetros da Sede urbana do Município, porém à margem da rodovia, o que até certo ponto explica a escolha do lugar. Fica mais

clara a relação da feira com o urbano, mas resta mais patente ainda o descolamento dos mercados periódicos tradicionais no espaço urbano contemporâneo. A centralidade é dada pelas vias de acesso, a exemplo do distrito de Aprazível, um pequeno aglomerado urbano situado, estrategicamente, no entroncamento de rodovia que atende a um público de outras cidades e estados.

Conforme mostraremos mais à frente, em virtude da grande expressão do comércio de confecção na feira, alguns capitais locais, regionais e nacionais, sem adentrar diretamente a esfera da produção confeccionista, buscam apropriar-se de uma parcela da mais-valia gerada por esse tipo de comércio, justamente na esfera da circulação e comercialização da confecção. Isso ocorre, também, em virtude da demanda reprimida de espaços para a realização das feiras livres nas cidades, associada à ação de repressão por parte do poder público municipal. Assim, como alternativa gerada à explosão do comércio da confecção na feira, vários empreendimentos comerciais surgem com origem de capital heterogênea, a fim de capturar esse segmento de mercado popular. Esses empreendimentos comerciais buscam associar-se à identidade da feira, sobretudo, à sua maneira de organização e funcionamento. Em compensação, passam a ofertar uma infraestrutura de que a feira não dispõe, nem poderia, dada sua essência de aglomeração temporária e, por vezes, improvisada. Essa condição é almejada pelo feirante, porém, envolve assumir custos fixos, diferentemente da barraca na feira. Vejamos no tópico a seguir.

5.3 AS TRANSFORMAÇÕES NO CONSUMO E O FLUXO DE COMPRADORES DA FEIRA

Denominamos o vestuário comercializado na feira de confecção popular, pois este se fez um produto de massa, na medida em que as roupas deixaram de ser feitas para durar e passaram a ser confeccionadas para atender a uma “estação”, ou seja, uma tendência de moda. Os principais compradores das feiras de confecção estudadas são, sobretudo, sacoleiras e sacoleiros que saem das mais diversas cidades da região Nordeste e de outras do País em busca de mercadorias para serem comercializadas novamente em seus lugares de origem. É desse modo que as sacoleiras e os sacoleiros compõem o grande mercado das feiras que fazem “as vezes” de mercado atacadista.

Do ponto de vista da sua configuração, aparentemente, a feira permanece a mesma, entretanto, mudanças significativas ocorreram com a entrada de

produtos da confecção na feira. O consumidor final⁶, que antes se dirigia à feira para adquirir produtos alimentícios, buscava nisso o valor de uso, a subsistência, ou seja, o conjunto de gêneros alimentícios necessários para sustentar a família, ou, ainda, a utilidade de um objeto em suas atividades diárias. Já na feira de confecção, o público visitante é o comprador da mercadoria confecção, identificado na figura do sacoleiro que é, antes de tudo, um intermediário, um comerciante⁷ que visa ao lucro, ao valor de troca, operacionalizando a lei do comércio, ou seja, “[...] comprar mais barato e vender caro [...]” (MARX, 2011, p. 731). O consumo final é realizado em vários pontos de comércio difusos alhures, que podem ser constituídos por pequenas lojas em bairros populares na periferia das metrópoles ou em cidades médias e pequenas, a fim de revender a mercadoria comprada na feira com o atrativo do preço fixo, a sete ou dez reais por peça (Figuras 37 e 38).

Figura 37 – Loja de roupas (sete reais a peça).
Bairro Vila Pery – Fortaleza/CE



Fonte: Fotos do autor (2014).

⁶ Marx (2011, p. 734) nos indica que o consumidor é aquele sujeito que adquire um produto e “[...] não compra para vender novamente”.

⁷ O Comerciante é descrito por Marx (2011), como aquele sujeito que “[...] compra e vende unicamente ‘visando ganhar’ [...]” (p. 734).

Figura 38 – Loja de roupas (dez reais a peça).
Bairro Conjunto Itaperi – Fortaleza/CE.



Fonte: Fotos do autor (2014).

Às vezes o alcance desse circuito é tão amplo que vai além dos limites estaduais e também regionais. A feira de Caruaru, por exemplo, atrai compradores do estado de São Paulo, na região Sudeste, bem como do Rio Branco/AC, na região Norte. Isso sem contar o grande fluxo gerado dentro da própria região Nordeste, com a vinda de compradores de municípios de vários estados como Serrinha/BA, Arapiraca/AL, Patos/PB, Lagarto/SE, Goianinha/RN, Juazeiro do Norte/CE (Figura 39). No caso de Serrinha, os compradores vêm de vários municípios próximos e distantes como Cansanção, Queimadas, Santaluz, Araci, Barrocas, Biritinga, Lamarão, Ichu, Conceição do Coité, Riachão do Jacuípe, Santa Bárbara, Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus e da Capital baiana, Salvador (Figura 40).

A procedência dos compradores de Arazázel chama atenção pelo grande alcance espacial da feira, que atinge quase todos os municípios da porção Noroeste do estado do Ceará. Além das interações espaciais com Fortaleza e os municípios metropolitanos, a feira do Arazázel captura um público de sacoleiras (os) e comerciantes de vários Municípios dos Estados do Piauí e do Maranhão, cuja maior concentração de compradores procede de Parnaíba/PI e Cocal dos Alves/PI ou, ainda, de Tutóia e Codó no estado do Maranhão (Figura 41). Chama atenção, ainda, quanto a procedência de compradores da feira de Arazázel, o fato de muitos serem provenientes de quase todos os estados nordestinos (à exceção de Alagoas e Sergipe) e atraírem compradores de capitais como São Luís/MA, Recife/PE e Salvador/BA, mas também de pequenos municípios como Itaituba no Sudoeste do Estado do Pará, na região Norte (Figura 42)

Figura 39 – Fluxo de origem dos compradores da feira de Caruaru/PE.

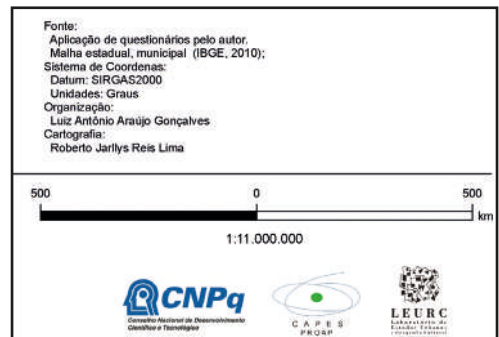
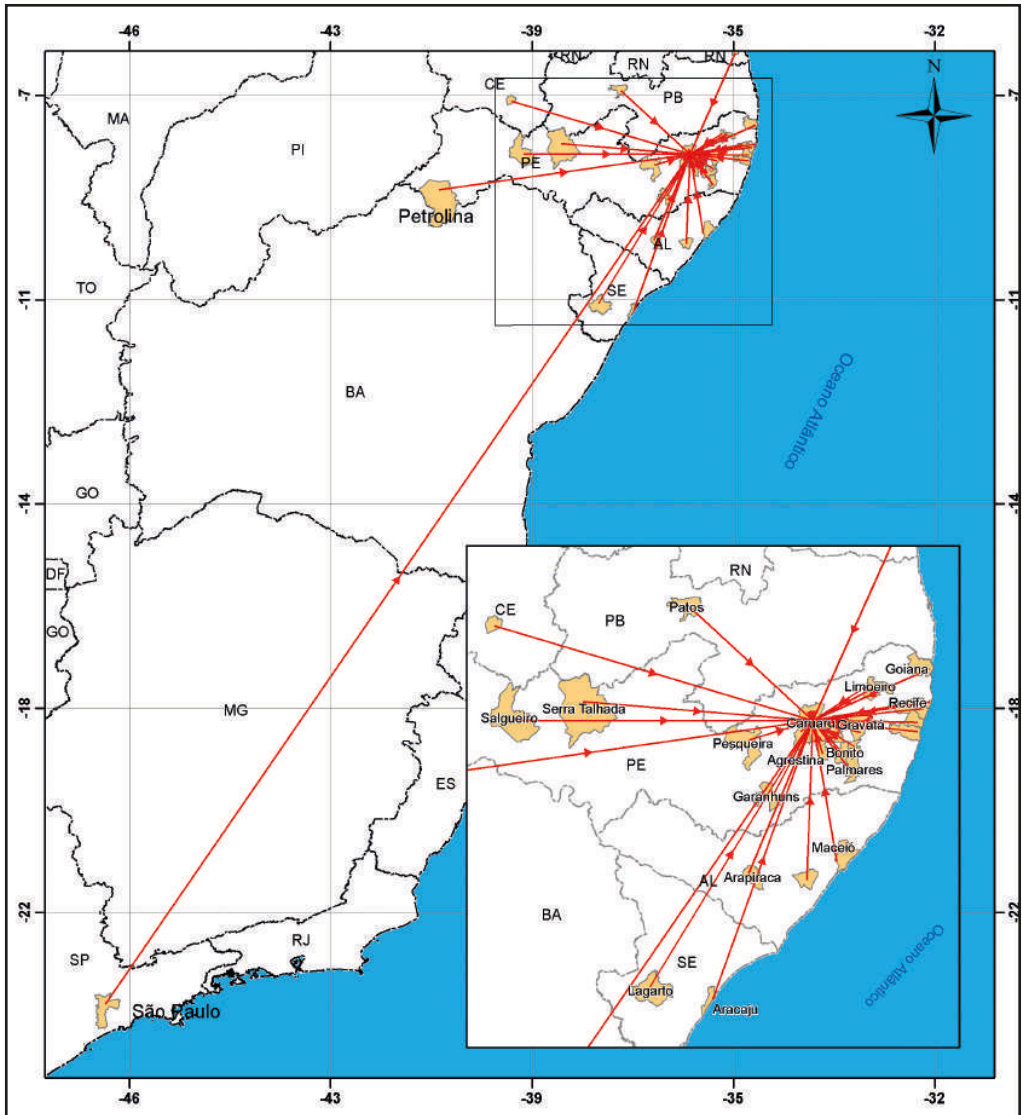


Figura 40 – Fluxo de origem dos compradores da feira de Serrinha/BA

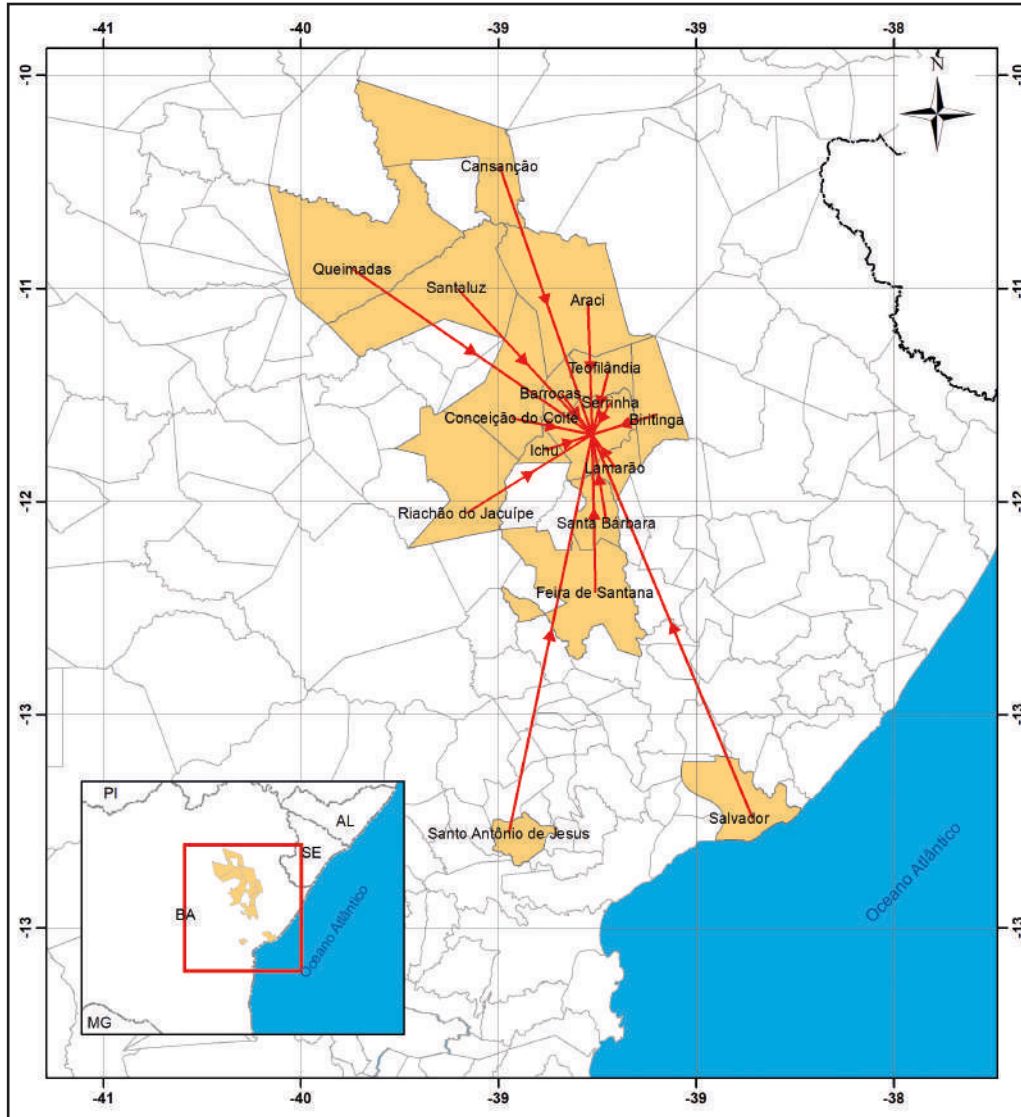


Figura 41 – Origem dos compradores da Feira de Aprazível, Sobral/CE

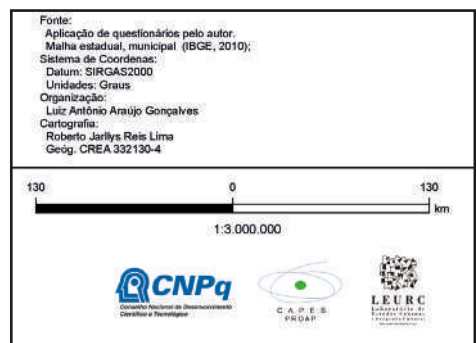
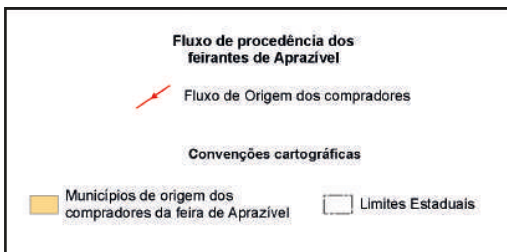
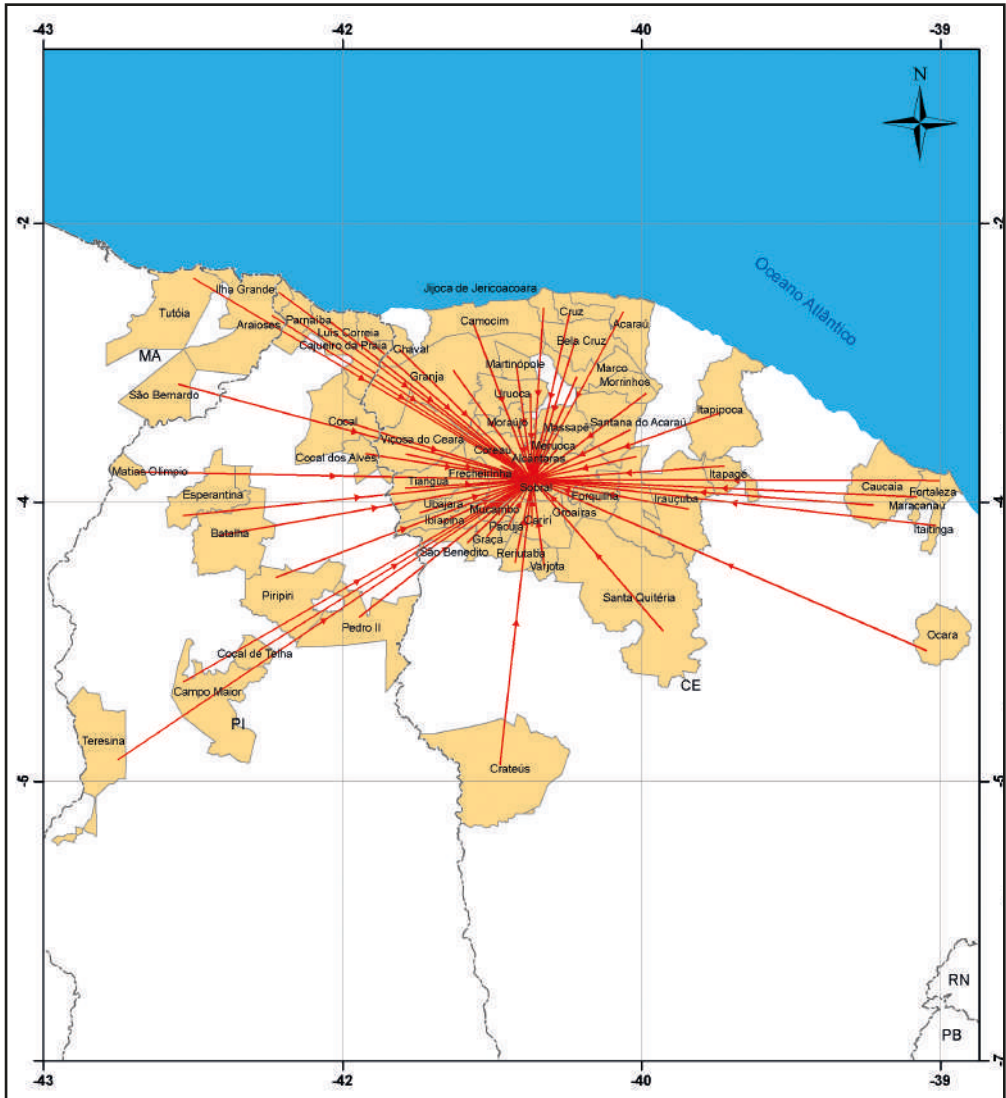
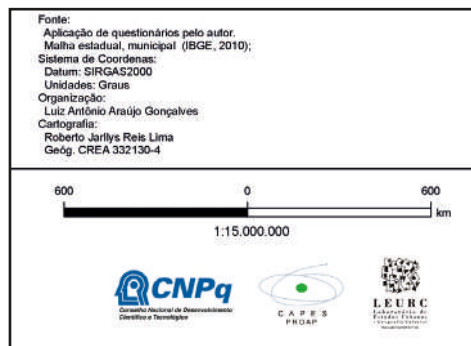
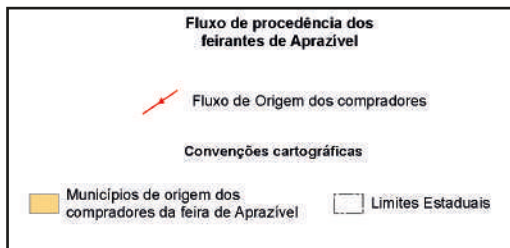
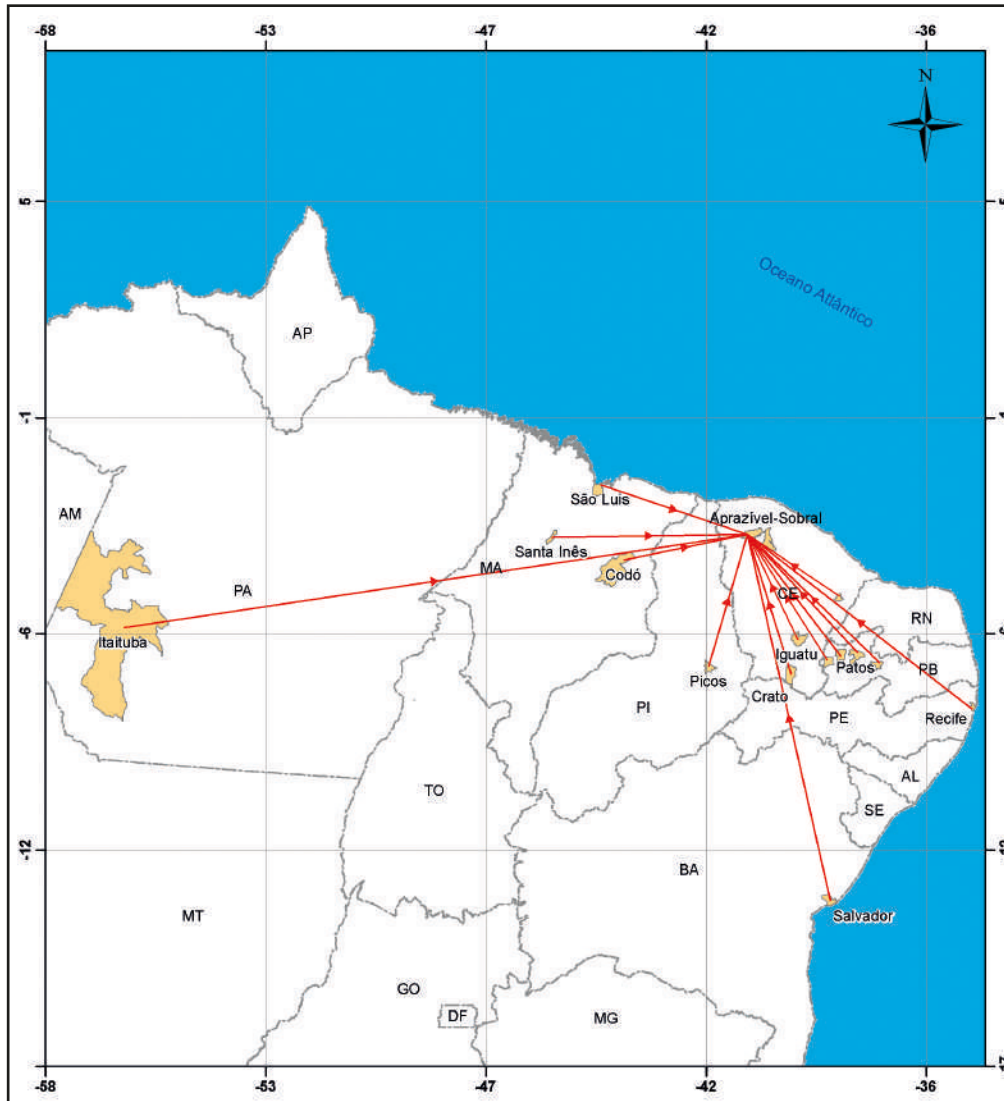


Figura 42 – Origem dos compradores da Feira de Apazível, Sobral/CE (Recorte regional)



Ao longo da pesquisa, nos percursos e rotas realizadas nos trabalhos de campo, deparamos vários sujeitos da pesquisa que chamaram nossa atenção. Vale destacar o encontro com um senhor morador da cidade de Tabatinga, às margens do rio Solimões, no extremo Oeste do Estado do Amazonas, Município fronteiro com a Colômbia, próximo a *Benjamin Constant*, fronteira com o Peru. Ele seguiu conosco o mesmo trajeto saindo de ônibus da rodoviária de Caruaru até a rodoviária do Recife e também daí até o aeroporto internacional do Recife – Gilberto Freyre. Nesse percurso, ele nos contava que já havia passado pelas feiras de confecção e centros de compras em Fortaleza e tinha vindo até o Agreste pernambucano para comprar moda íntima e *jeans*. Esse senhor relatou que possuía loja na sua cidade e uma vez por mês realizava esse trajeto para repor seu estoque de mercadoria. Fazia o percurso sem levar consigo nenhuma mercadoria. Quando indagado onde levava suas compras, ele nos respondeu que despachava a carga por empresas de transporte aéreo. Em outro momento, deparamos um casal que carregava algumas sacolas *jeans* vazias em um carrinho de compras e uma pequena bolsa de viagem. Realizamos o mesmo trajeto de Fortaleza para Caruaru, trocando apenas de modal de transporte no Recife – do aéreo para o terrestre. Em conversa informal, relataram que eram lojistas e vieram para Caruaru comprar mercadorias para renovar o estoque. Esse movimento repõe nossa reflexão sobre os diversos movimentos promovidos pelo comércio da confecção popular na feira na região Nordeste.

Existe também o segmento de sacoleiras que fazem caravanas até as feiras. Essa modalidade de deslocamento ocorre com o pagamento de ônibus fretado para esse fim e ainda conta com um guia da caravana. No trabalho de campo, deparamos com sacoleiros, compradores que faziam o percurso das feiras. Constatamos que muitos comerciantes da feira de Serrinha fazem caravanas quinzenais para as feiras do Agreste pernambucano (Toritama e Santa Cruz do Capibaribe) para comprar mercadorias e repor seus estoques de produtos. A mercadoria retorna juntamente com eles no ônibus para sua cidade de origem.

Um aspecto que chama atenção nas feiras é o uso das Tecnologias de Informação e Comunicações – TIC's que têm se intensificado à medida que as localidades nordestinas ganham suporte da rede de comunicação móvel. No caso da feira de Aprazível, até há bem pouco tempo, não havia acesso à telefonia móvel, mas o problema foi resolvido e a localidade já usufrui da telefonia e internet móveis.

Faz algum tempo que o cartão de visita é utilizado para repasse dos contatos dos feirantes e localização da barraca na feira, todavia se encontra nesse cartão o número de contato do *Whatsapp* ou o endereço da *Fanpage* no letreiro da barraca,

indicando que ela também pode ser localizada nas redes sociais. Os contatos com os clientes agora são realizados por esse meio de comunicação, onde os feirantes divulgam a chegada de novos modelos e números de peças para os compradores (lojistas e sacoleiros) que vão para a feira na quinzena do mês. Há, ainda, a criação, por parte dos feirantes, de grupos de *Whatsapp*, por onde são enviadas fotos de modelos e/ou manequins vestidos com peças informando as mercadorias novas no boxe da feira. Muitos contatos com compradores são realizados por meio de *postagens* na página de redes sociais, como o *Facebook*, que deixam seu número registrado para ser incluído no grupo do *Whatsapp* do feirante.

De outro modo, muitos feirantes realizam procedimentos de produção direcionada, *just in time*, de acordo com a demanda solicitada, tendo a feira como ponto de encontro. Conforme o relato de um feirante que é fabricante de modinha, ele só produz quantidades maiores se for por encomenda, pois não tem muito capital fixado em peças fabricadas, aviamentos e tecidos. Assim, tem como gerenciar melhor seus custos e vender na feira sem ficar com peças paradas no estoque.

Conforme veremos mais à frente, o que se verifica é a difusão do comércio de confecção popular em várias feiras de grandes, médias e pequenas cidades no Nordeste brasileiro. Entendemos que a inserção da confecção no espaço dessas feiras ocorreu em decorrência da produção de pequenas confecções e microfacções, o que repercute na utilização do espaço público para sua comercialização, entrando em conflitos com outras lógicas de produção do espaço urbano. Trataremos a seguir de explicar sobre alguns casos de empreendimentos que surgem da lógica de organização e normatização do funcionamento das feiras. Muitos deles já existiam quando iniciamos nossa pesquisa, outros foram surgindo no decorrer do tempo de pesquisa, em substituição às feiras livres, cujo comércio da confecção exerceu a maior força e expressão.

5.4 DAS FEIRAS AOS GALPÕES: DA DESCONSTRUÇÃO DA FEIRA LIVRE À CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE COMÉRCIO DE CONFECÇÃO POPULAR.

As questões relativas à normatização e planejamento dos espaços e dias de feira ensejam calorosos debates, envolvendo associações de feirantes, os Poderes Executivo e Legislativo, e a mídia, por meio dos jornais impressos e televisionados, notícias em *blogs* da internet etc. Em grande parte, os debates reportam-se à retirada da feira para outras áreas urbanas que, na visão dos os gestores, não “interfirmam” na dinâmica da cidade. As opiniões pró ou contra a permanência

da feira livre nas áreas centrais das cidades mobilizam vários agentes sociais, desde os feirantes, que passaram a se organizar em associações, até entidades de classe, proprietários fundiários, promotores imobiliários e o Poder Público. A opção levantada quase sempre vem capitaneada por projetos de construção de empreendimentos privados para acolherem esses feirantes fora das áreas centrais, embora alguns comerciantes afirmem que a feira é benéfica, porque traz o movimento de pessoas.

De modo geral, comprovamos esse movimento de reivindicação e conflito dos feirantes nas três feiras foco desse estudo. Embora essas feiras estivessem situadas em realidades específicas, a luta em comum era pela sua permanência no espaço público. A solução dada pelo Poder Público aos comerciantes da feira, porém, foi pela dissolução da aglomeração de barracas e sua retirada da rua para serem alocadas em terrenos, galpões e/ou empreendimentos mediante o pagamento de taxas ou, ainda, mediante a “compra” de um espaço do boxe (2mx2m – 2mx1m). É preciso esclarecer que a compra do boxe nesses espaços garante apenas a posse e exploração econômica do espaço, não havendo direito de propriedade para quem o adquire.

Ao longo do tempo da pesquisa, vários empreendimentos foram surgindo, alguns grandiosos, dadas as dimensões de sua infraestrutura, outros nem tanto por adaptarem estruturas já existentes que ganharam outra função. Ambos, entretanto, buscavam reproduzir a lógica de organização e funcionamento do espaço da feira, basicamente, com a formação de fileiras de boxes/bancas. Alguns estabelecimentos ganhavam o nome de “Cidade” no sentido weberiano⁸ mais qualitativo, outros de “Center”, ou, ainda, manteve-se a alcunha de “Feira” com o intuito de preservar a associação da sua imagem à da feira. A aglomeração agora se daria em estabelecimentos comerciais privados que nada mais são do que grandes galpões que comercializaram centenas de boxes ou espaços comerciais para os comerciantes que antes estavam na feira.

O comércio da confecção popular, que se utilizava da aglomeração da feira, à medida que se intensifica o processo de acumulação e exploração, contraditoriamente, moderniza sua estrutura, isto é, centros de comércio da confecção popular. Interessante é salientar, conforme veremos adiante, que, apesar da lógica de funcionamento ainda remeter ao funcionamento de uma feira, esses espaços deixam de ter a liberdade da feira para se enquadrar à lógica dos empreendimentos imobiliários de iniciativa privada (PINTAUDI, 1992).

⁸ Atribuído à aglomeração de imóveis que formam uma grande localidade.

Além de Caruaru, o comércio da confecção popular também está concentrado nas cidades próximas de Santa Cruz do Capibaribe e Toritama. A cidade de Santa Cruz do Capibaribe também tinha uma grande feira localizada em sua área central e ganhou evidência com o comércio de roupas na feira, ainda, nos anos de 1980 e 1990. O crescimento da feira deu origem a um dilema marcado pela necessidade de ordenamento da cidade e a expansão da atividade econômica da indústria e comércio confeccionista.

Segundo Xavier (2006, p. 124), a produção da confecção nesta cidade ocorreu “[...] pela iniciativa dos pequenos empresários, dos microempresários e dos trabalhadores autônomos. A produção cresceu e difundiu-se pelas cidades vizinhas, iniciando um processo de cooperação, através de intensa divisão do trabalho [...]”. O comércio de confecção que sucedia nas ruas centrais da cidade de Santa Cruz do Capibaribe, cuja feira também era denominada de Feira da Sulanca, passou a ser motivo de vários conflitos, haja vista que o crescimento do número de feirantes e, conseqüentemente, de barracas provocava inúmeros problemas ordenamento e fluxo para os cidadãos. Segundo o relato das pessoas com quem conversamos, a feira era composta por bancas montadas ou mesmo em lonas estendidas no calçamento. Conforme descreve Thonny Hill (2012, p. 37), o comércio da confecção na feira “[...] se espalhava por 26 ruas do centro da cidade, em bancas de madeira, sem estrutura para receber os milhares de compradores vindos de diversos estados do país e também do exterior”. A estrutura e o fluxo de pessoas na feira da Sulanca, em Santa Cruz do Capibaribe nos anos 1980, é descrita na entrevista com um morador da cidade, que nos relatou como era o comércio de confecção popular nas ruas do local e como isso levou à concepção do um centro comercial.

Como a gente estava na feira, na rua, ocupando 40 ruas da cidade. Uma peculiaridade: a gente tinha feira aqui na quinta e na segunda e com a movimentação, a feira estava sempre mudando de dia. E tinha uma coisa interessante que era o seguinte, se a feira era na segunda, o pessoal, os montadores de banco, tinha [*sic*] que colocar o banco na rua no dia anterior. Aí interditava a cidade, chegando ao ponto que a gente só ter [*sic*], praticamente, dois dias mesmo aqui na cidade para o trânsito fluir normalmente, no resto dos dias a cidade era ocupada pelos bancos [de feira]. Aí a gente tinha um prefeito aqui que hoje é deputado federal e já tinha um prefeito anterior que já tinha dado a ideia de criar o Moda Center, e ele [o primeiro] aproveitou a deixa do outro e cedeu esse terreno aqui. Esse terreno era do município. Ele reuniu as pessoas, associações etc. e doou esse terreno para a construção do Moda Center. Uma empresa construiu e dividiu do mesmo modo como é a construção de um edifício de apartamentos. A empresa vai construir, aí você compra antes da construção, você vai pagando, apostando no empreendimento que ia vender todas as partes. E assim foi feito com o Moda Center, o povo comprou, acreditou e estamos aí. (Entrevista 03, 2012).

O comércio de confecção na feira ocupava toda a área do centro da cidade, de modo que chegou ao limite. Com a mobilização do poder público municipal, juntamente com os empresários do ramo de confecção e feirantes-fabricantes, foi idealizado o projeto de um centro de compras que desafogasse o centro da cidade e promovesse a atividade de comércio de confecções. Os feirantes e fabricantes da cidade e outras próximas foram incentivados a adquirir boxes no novo empreendimento situado na Rodovia Estadual PE-160, na saída da cidade para o sertão.

O Moda Center Santa Cruz (MCSC) foi inaugurado em 7 de outubro de 2006, reunindo confeccionistas e feirantes da região do Agreste pernambucano e estados vizinhos (Figura 43). O empreendimento é autodenominado como o maior centro atacadista de confecções da América Latina, composto em sua maioria por fabricantes reunidos na modalidade de condomínio comercial. Para justificar esse título, o empreendimento conta, conforme dados de 2015, 9.624 boxes (2x1 m) divididos em seis módulos, 707 lojas e uma infraestrutura formada por seis praças de alimentação, numa área coberta de 120 mil metros quadrados (m²), contando, ainda, com vários serviços, como alojamentos para motoristas, posto ambulatorial, caixas eletrônicos, carrinhos de compra, sistema de som (rádio *center*) e TV (TV *center*), câmeras de segurança, SAC (para os condôminos) e rede Wi-Fi. Do lado de fora e compondo o conjunto do empreendimento, dispõe-se um amplo estacionamento com 6.000 vagas para carros de passeio e 500 vagas para ônibus. Além disso, 19 hotéis-dormitório estão dispostos nos limites da propriedade.

Essa gama de serviços segue os traços característicos de um *Shopping Center* (SC) na definição de Pintaudi (1992), todavia direcionado para o comércio atacadista do vestuário de moda popular, haja vista que a maioria absoluta do público consumidor do MCSC é composta de sacoleiros e lojistas que adquirem a mercadoria para vendê-la alhures. De outro modo, a exposição das mercadorias pouco lembra as vitrines de um SC, sendo marcante a paisagem de roupas e manequins expostos nas bancas de ferro dispostas em fileiras – identificadas por códigos alfanuméricos – que mais lembram uma feira, apesar da construção deste centro de compras ter ocorrido justamente para a retirada da feira das ruas de Santa Cruz do Capibaribe.

Figura 43 – Vista frontal do “Moda Center Santa Cruz”.



Fonte: Próprio autor, 2016.

Nos períodos de maior movimento, o local chega a receber mais de 150 mil clientes por semana, vindos de todo o País. Segundo informações da gerência de comunicação do MCSC, no mês de dezembro do ano anterior, esse equipamento chegou a receber cerca de 500 ônibus de todos os estados do Norte e Nordeste e até mesmo de estados de outras regiões do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Na ocasião de nossa visita ao MCSC, em 26 de novembro de 2012, eles tinham recebido caravanas de compradores vindos do Rio Grande do Sul e de São Paulo.

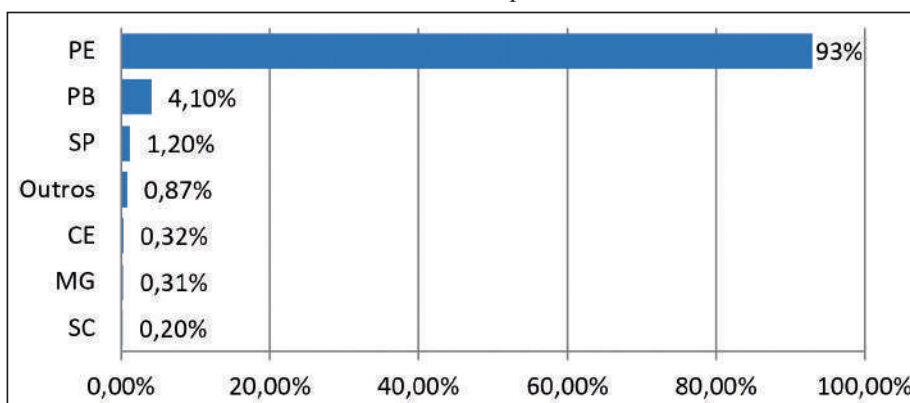
Mesmo sendo um centro de comércio atacadista de confecção, o MCSC ainda preserva um hábito da feira, ou seja, o “dia de feira”, que diz respeito aos dias de maior concentração de confeccionistas e de compradores. Assim, “os dias de feira” no MCSC ocorrem sempre às segundas e terças, das 7h às 18h. Nos períodos de alta temporada, ou seja, a partir da segunda quinzena de maio e durante todo o mês de junho, e no mês de novembro e dezembro, esse centro de compras também abre aos domingos, sempre no mesmo horário. Não há grande movimento de quarta a sábado, de modo que centenas de boxes e lojas permanecem fechados, abrindo de acordo com a determinação de cada comerciante.

As ferramentas de mídia digital e redes sociais são usadas intensamente pelo setor de comunicação e *marketing* do MCSC, a fim de informar o maior número de clientes possível, formado por sacoleiros e sacoleiras vindos em caravanas de ônibus que partem de várias cidades e regiões do País. Os informes referentes aos dias de abertura do empreendimento mostram que este abre também aos domingos, durante os meses de novembro e dezembro de 2015. Interessante também

é notar que o anúncio de abertura do centro comercial ocorre como se fosse um dia de feira. Outro registro relevante diz respeito ao grande número de pessoas que visitam a *fanpage* do MCSC, com registro de cerca de 40 mil visualizações.

Os dados da pesquisa *As Fronteiras da Atividade Empreendedora Baseada no Moda Center Santa Cruz*, realizada no mês de maio de 2013, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente do Município de Santa Cruz do Capibaribe, indicam a origem dos produtos comercializados naquele centro de venda de confecção. Os dados revelam que 93% dos produtos ali comercializados têm origem no próprio Estado de Pernambuco. Há também, no entanto, a participação de produtos originários de estados vizinhos, como Paraíba (4,10%) e Ceará (0,32%). Dentre os produtos confeccionados em outras regiões do País, destacam-se aqueles procedentes da região Sudeste, especificamente, dos Estados de São Paulo (1,20%) e Minas Gerais (0,31%). Vale apontar que o Estado de Santa Catarina, embora esteja mais distante, na região Sul, responde por 0,20% dos produtos comercializados no MCSC (Gráfico 17).

Gráfico 17 - Origem dos produtos nacionais comercializados no MCSC, em Santa Cruz do Capibaribe/PE.



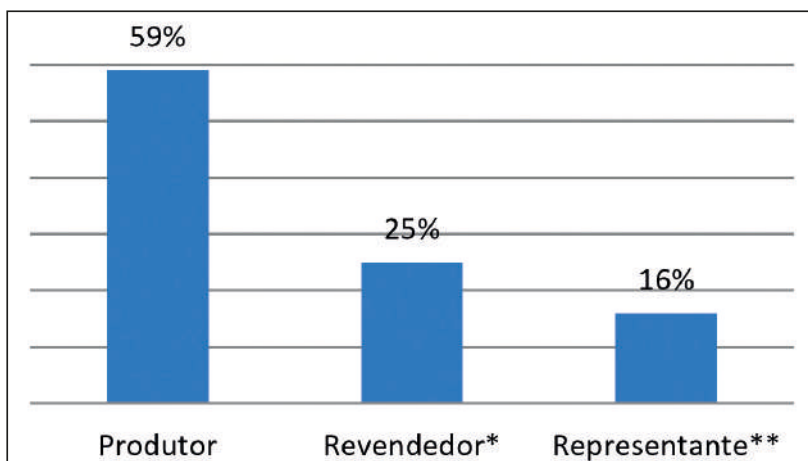
Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente/
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Capibaribe/PE.

Ainda segundo o mesmo estudo, dentre os comerciantes que têm boxe ou loja nesse empreendimento, 59% foram identificados como produtores de confecção. E, ainda, cerca de 25% eram revendedores, ou seja, compram a mercadoria para revender. Outros 16% foram classificados como representantes, isto é, aqueles que apanham a mercadoria em consignação para vender (Gráfico 18). Segundo os dados fornecidos pela Gerência de Comunicação e *Marketing* do MCSC, ao todo, o empreendimento totaliza um universo de 10.331 comerciantes/pontos de vendas distribuídos entre boxes e lojas. Se transformarmos os dados percentuais supracita-

dos em números absolutos, podemos verificar que cerca de 6.095 comerciantes do MCSC são fabricantes, 2.583 são revendedores e 1.653 representantes.

Desde a primeira visita a esse empreendimento, chamou-nos atenção o grande número de comerciantes, de modo que seria esclarecedor obter a informação do número de fabricantes por tamanho e formalização da empresa. Esse dado, entretanto, não estava disponível ou sistematizado pelo estabelecimento e obtê-lo de outro modo como a aplicação de questionário tornaria nossa pesquisa inviável, ou melhor, levaria a um estudo exaustivo e nos desviaria do objetivo geral e recorte de nossa pesquisa. Conversando, porém, com as pessoas que vendiam confecção nos boxes, pudemos constatar que muitos eram pequenos fabricantes que tinham facções domiciliares, ou fabricos, como se denomina na região. Aqueles com quem conversamos nos relataram que tinham bancas de rua na antiga feira que ocorria no centro da cidade. Com a mudança do comércio de confecção da feira para o MCSC, juntaram economias para comprar um box de 2x1 metros.

Gráfico 18 – Comerciantes empreendedores do MCSC, por tipologia



* Revendedor é aquele que compra e revende um produto.

** Representante é aquele que vende um produto que pegou em consignação.

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente/
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Capibaribe/PE.

A diferença entre o revendedor e o representante pode ser melhor refletida com suporte no parâmetro de que são sujeitos que não têm a preocupação em produzir e toda a soma de encargos que isso representa. O revendedor, ao adquirir a mercadoria, vê-se apenas diante da obrigação de realizar a venda dessa mercadoria e, assim, obter o lucro e repor seus estoques. Já o representante vende

a mercadoria, mas não necessariamente é obrigado, pois aquilo que não for vendido – a ponta de estoque – retorna para o fabricante da confecção consignada.

O MCSC concentra grande número de comerciantes de confecção popular originários de dezenas de municípios dos Estados de Pernambuco e Paraíba. Em parte, as rodoviárias federais BR-104, que cortam o Agreste de Norte a Sul, e a BR-232, de Leste a Oeste, contribuem para que o raio de atração do MCSC alcance fabricantes, revendedores e representantes de cerca de 16 municípios paraibanos, juntamente com outros 38 municípios do agreste e zona da mata pernambucana.

Ao total, o empreendimento mobiliza comerciantes de 54 municípios que têm pontos de venda no MCSC; esses comerciantes vêm tanto da Capital pernambucana, de municípios de sua região metropolitana, quanto de cidades importantes do Agreste, como Caruaru, Bezerros, Gravatá, Pesqueira, Belo Jardim, Vitória de Santo Antão.

Do lado paraibano, o MCSC atraiu comerciantes de cidades importantes no contexto regional num raio de 100 a 150 quilômetros de distância, como Campina Grande e Patos. O maior contingente, contudo, vem de lugares em torno de 50 quilômetros, portanto, municípios mais próximos situados nos Estados de Pernambuco e Paraíba, denotando que a produção confeccionista ainda é essencialmente local/regional. Essa atração também ocorre com pequenos fabricantes e confeccionistas de outras cidades, como São Bento, Catolé do Rocha e São José de Piranhas, na Paraíba, que se deslocam para o MCSC a fim de se beneficiar da aglomeração e concentração de compradores para vender sua pequena produção. Estes, por motivos diversos, não conseguiram adquirir um ponto de venda nesse Centro de comércio, ficando de fora. Com isso utilizam outras estratégias locais, como as proximidades das hospedarias e hotéis, as barracas no terreno ao lado do empreendimento e até mesmo dentro dessa estrutura, abordando os compradores que ali trafegam.

Em 2012, quando realizamos nossa primeira visita ao MCSC, verificou-se que nos fundos do empreendimento havia um terreno com uma grande movimentação de pessoas que formavam ali uma aglomeração precária de bancas de madeira entre becos de terra batida. Ali ocorria outra feira improvisada que será abordada mais à frente. Em conversas informais com os feirantes nessa área contígua ao MCSC, foi-nos relatado o fato de que muitos dos que comercializavam nesse local chegavam ainda de madrugada de municípios bem distantes dali. Na ocasião, conversando com uma feirante que vendia redes de dormir, ela relatou que era procedente do Município de Jardim de Piranhas, no Estado do Rio Grande do Norte, de onde trazia produtos de cama, mesa e banho (redes

de dormir, tapetes, mantas, panos de prato etc.) para comercializá-los em Santa Cruz do Capibaribe. Quando indagamos o que justificava uma viagem tão longa, ela nos respondeu que era em função da grande concentração de pessoas, e afirmou que o movimento de pessoas e dinheiro compensava estar ali.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente do Município de Santa Cruz do Capibaribe elaborou um ranque dos municípios de acordo com o número de empreendedores que comercializam sua produção no MCSC. Conforme podemos verificar no Quadro 2, Santa Cruz do Capibaribe é o município com a maior quantidade de comerciantes no MCSC. Em seguida, vêm os municípios próximos, como Caruaru, Brejo da Madre de Deus, Taquaritinga do Norte, Toritama, Surubim, Vertentes, Jataúba, Riacho das Almas e Frei Miguelinho, todos pertencentes ao Estado de Pernambuco, compondo a lista dos dez municípios com maior número de comerciantes.

Quadro 2 – Ranque dos 30 municípios, com maior número de empreendedores que escoam sua produção para o MCSC.

1. Stª Cruz do Capibaribe/PE	11. São Caitano/PE	21. Vitória de Sto. Antão/PE
2. Caruaru/PE	12. Cupira/PE	22. *Campina Grande/PB
3. Brejo da Madre de Deus/PE	13. Agrestina/PE	23. *Congo/PB
4. Taquaritinga do Norte/PE	14. Limoeiro/PE	24. Stª. Maria do Cambucá/PE
5. Toritama/PE	15. *Queimadas/PB	25. *Patos/PB
6. Surubim/PE	16. Pesqueira/PE	26. Recife/PE
7. Vertentes/PE	17. *Barra de São Miguel/PB	27. Bezerros /PE
8. Jataúba/PE	18. Moreno/PE	28. Canhotinho/PE
9. Riacho das Almas/PE	19. *Alcantil/PB	29. *Caraúbas/PB
10. Frei Miguelinho/PE	20. Belo Jardim/PE	30. Passira/PE

* Municípios paraibanos.

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente/
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Capibaribe/PE.

Os dados apontam para uma composição de capital de origem local e para a capacidade mobilizadora da venda de confecção na economia regional. O MCSC conta com comerciantes originários de pelo menos 54 municípios, dos quais 16 são do Estado da Paraíba, o que evidencia a centralidade e o alcance espacial do Município de Santa Cruz do Capibaribe, em virtude da produção e comercialização de artigos do vestuário em geral. Isso nos mostra a espacialização dos empreendedores que comercializam no MCSC. Se este tem 10.331 pontos de venda, entre boxes e lojas, e há mais de 2.500 empreendedores de Santa Cruz do

Capibaribe, logo, o empreendimento tem, no mínimo, 24% dos pontos de venda ocupados por empreendedores do próprio Município.

O segundo maior contingente de comerciantes vem dos Municípios de Caruaru e Brejo da Madre de Deus. Seguidos dos comerciantes que procedem dos Municípios de Jataúba, Taquaritinga do Norte, Riacho das Almas, Vertentes e Surubim, do lado pernambucano. O mesmo não ocorre com os municípios paraibanos, limítrofes ou mais próximos, destacando-se apenas o Município de Barra de São Miguel. Os demais municípios têm número abaixo de dez comerciantes atuando no MCSC.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estabelece uma hierarquia para a rede urbana brasileira e classifica as cidades e suas regiões de influência⁹. De acordo com o documento Região de Influência das Cidades – REGIC, de 2007, Recife é uma metrópole cuja rede urbana exerce influência sobre oito capitais regionais, dentre elas Caruaru, que, por sua vez, é classificada como uma capital regional C.

Desse modo, Caruaru exerce influência sobre cerca de 20 municípios do Agreste pernambucano¹⁰. Nos anos de 1980, eram 46 municípios e em 1970 essa influência dava-se sobre 68 municípios¹¹. Embora o Município de Santa Cruz do Capibaribe ainda esteja submetido à hierarquia urbana de Caruaru, o grande número de empreendedores que têm pontos de vendas no Moda Center Santa Cruz aponta uma subcentralidade desse Município em relação a Caruaru, promovida, sobretudo, pela produção e comércio da confecção.

De acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho e Emprego, o número de estabelecimentos de confecção de artigos do vestuário e acessórios nos municípios que têm empreendedores que

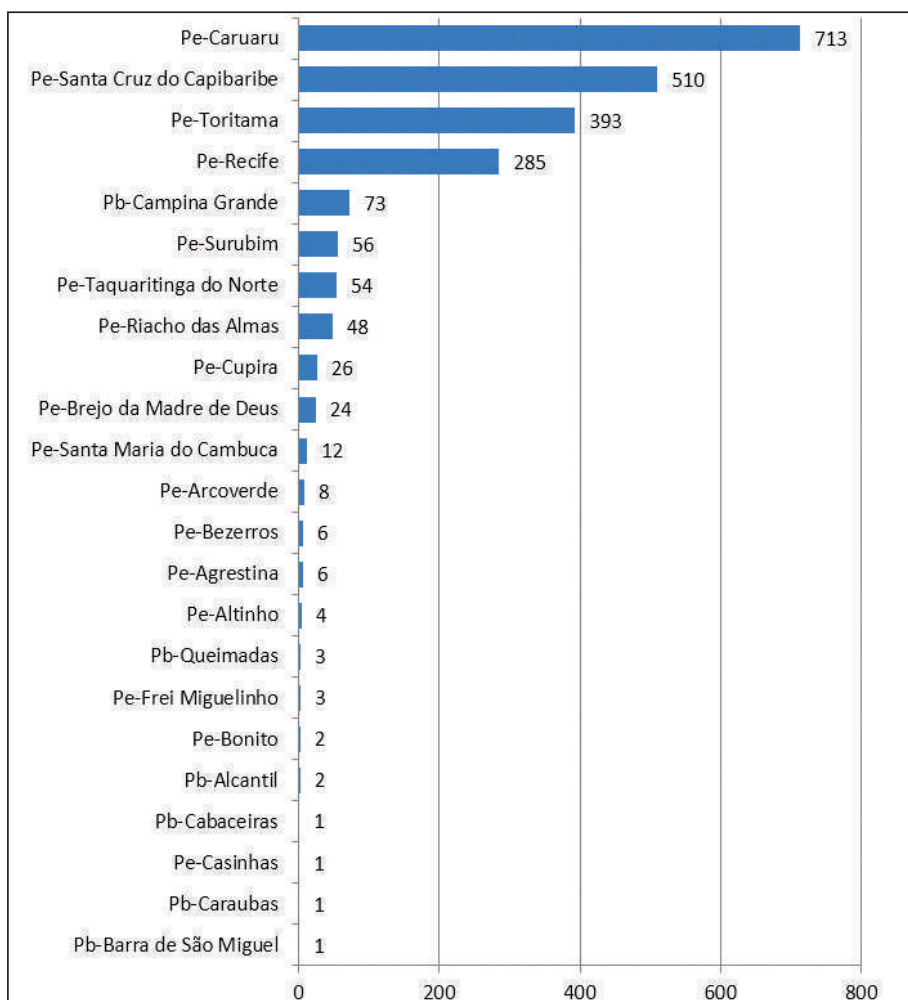
⁹ Segundo o REGIC, IBGE (2008), as cidades são classificadas em cinco grandes níveis e subdivididas em dois ou três subníveis. São eles: 1. Metrôpoles (Grande metrópole nacional, Metrópole nacional e Metrópole); 2. Capital regional (Capital regional A, Capital regional B e Capital regional C), 3. Centro sub-regional (Centro sub-regional A, Centro sub-regional B), 4. Centro de zona (Centro de zona A, Centro de zona B) e 5. Centro local.

¹⁰ O Município de Caruaru exercia influência sobre outros 22 municípios pernambucanos. São eles: Agrestina (PE), Altinho (PE), Barra de Guabiraba (PE), Belém de Maria (PE), Bonito (PE), Brejo da Madre de Deus (PE), Cachoeirinha (PE), Camocim de São Félix (PE), Caruaru (PE), Cupira (PE), Frei Miguelinho (PE), Ibirajuba (PE), Jataúba (PE), Lagoa dos Gatos (PE), Panelas (PE), Riacho das Almas (PE), Sairé (PE), **Santa Cruz do Capibaribe** (PE), São Caitano (PE), São Joaquim do Monte (PE), Taquaritinga do Norte (PE) e **Toritama** (PE). (IBGE, 2008, p. 4, grifo nosso).

¹¹ Cf. IBGE (1987) e IBGE (1972).

comercializam no MCSC, em 2014, são ao todo de 2.232 estabelecimentos. Conforme verificamos no gráfico 19, o maior número está concentrado nos municípios pernambucanos de Caruaru (713), seguido de Santa Cruz do Capibaribe (510), Toritama (393) e Recife (285). Dentre os municípios de menor expressão, destacam-se outros do mesmo Estado com até 20 estabelecimentos, como Surubim (56), Taquaritinga do Norte (54), Riacho das Almas (48), Cupira (26), Brejo da Madre de Deus (24). No Estado da Paraíba, destaca-se Campina Grande, com 73 estabelecimentos de confecção de artigos do vestuário e acessórios. O Município está inserido naqueles que mobilizam comerciantes com boxe e/ou loja no MCSC.

Gráfico 19 - Estabelecimentos de confecção de artigos do vestuário e acessórios nos municípios com empreendedores no Moda Center Santa Cruz (2014).



Fonte: RAIS/MTE.

O início das atividades do empreendimento Moda Center Santa Cruz, em 2006, permitiu a retirada da feira de confecção das ruas de Santa Cruz do Capibaribe, solucionando o conflito com outras dinâmicas urbanas da cidade. Esse é, todavia, um equipamento privado que não absorveu totalmente a grande quantidade de pessoas que comercializava na antiga feira da cidade. Muitos feirantes que antes estavam comercializando sua produção nas bancas da feira não tiveram recursos para arcar com o investimento de adquirir um boxe no MCSC.

Após a “mudança da feira” para um espaço privado, pequenos comerciantes e fabricantes de confecção, para sobreviver na atividade, formaram uma aglomeração de bancas de madeira, aproveitando um terreno localizado nos fundos do MCSC, e ali passaram a comercializar suas mercadorias de modo improvisado e sem estrutura, conforme constatamos em trabalho de campo (2012). Avistava-se ali uma feira livre dotada do que lhe era mais característico, ou seja, uma aglomeração temporária e improvisada.

Em conversa com feirantes que tinham fabricos em cidades próximas e que comercializavam sua pequena produção naquele lugar, a informação repassada era a de que a infraestrutura era precária, havendo apenas um banheiro masculino e outro feminino que foram construídos de modo emergencial pela Prefeitura de Santa Cruz do Capibaribe. Quando visitamos essa área, várias poças de lama impediam a passagem dos clientes. Desse modo, os feirantes e compradores utilizavam a infraestrutura de banheiros do MCSC, gerando conflitos, dado o grande fluxo de pessoas. Em razão da proximidade e da similaridade da atividade comercial, aquele espaço ficou conhecido como o “calçadão do Moda Center”.

Visando a resolver o problema dessa feira que se formou de modo precário e sem infraestrutura de funcionamento, contrastando com as instalações do MCSC, e que permanecia por anos, a Prefeitura de Santa Cruz do Capibaribe desenvolveu um projeto de requalificação daquela área, com a construção de infraestrutura metálica para cobertura das bancas, piso industrial, banheiros, iluminação, praça de alimentação e área de estacionamento. Assim, em 18 de setembro de 2014, foi inaugurado o “Calçadão de confecções Miguel Arraes de Alencar”. A antiga aglomeração precária de bancas de madeira no chão batido deu lugar a uma infraestrutura de apoio, tanto para os pequenos fabricantes confeccionistas quanto para os clientes, sacoleiras e lojistas.

Saindo do Município de Santa Cruz do Capibaribe e seguindo pela rodovia federal BR-104 por aproximadamente 20 quilômetros, chega-se à cidade de

Toritama¹², conhecida pela fabricação de *jeans*. Toritama, a exemplo de outras cidades pernambucanas e nordestinas, surgiu de uma fazenda de criação de gado, cujo povoamento¹³, em meados do século XIX, formou-se no entorno de uma capela erguida em devoção à Nossa Senhora da Conceição, em terras doadas às margens do rio Capibaribe. O Município constituiu-se, atualmente, pela Sede e o Distrito de Cacimbas. A cidade está localizada na Mesorregião do Agreste pernambucano, na Microrregião do Alto Capibaribe e a 129 quilômetros de distância do Recife. O desenvolvimento histórico do Município sempre esteve ligado às atividades agropecuárias, sendo classificado pelo IBGE como um centro local e subordinado a Caruaru que se constitui em um centro regional (IBGE, 2008).

O Município de Toritama, nas últimas décadas, especializou-se na fabricação de *jeans* e lá se encontra uma grande concentração de fábricas, facções e lavanderias direcionadas para a produção de confecção, principalmente, do segmento *jeans*. Esse Município se insere na área do Arranjo Produtivo Local do Agreste pernambucano delineado pelo SEBRAE/PE, que visa a promover o desenvolvimento econômico por meio da produção e venda de confecções, tendo como produto principal o *jeans*.

Em Toritama, também encontramos uma grande feira de comércio de confecção, também chamada de feira da Sulanca, que ocorre aos domingos. O comércio, no dia de feira, ocupa as margens da rodovia BR-104, concentrando grande número de barracas de madeira que também se aglomeram na “rua do *jeans*”, que leva essa denominação em virtude do produto principal produzido pelo município (Figura 44).

¹² O Município de Toritama tinha uma população de 35.554 em 2010 e população estimada, para 2016, em 43.174 habitantes. A cidade fica no Agreste pernambucano e tem uma área territorial de 25,7 km² com densidade demográfica de 1.383,21 hab./km² (Cf. dados do IBGE, 2010b; 2016).

¹³ A localidade tornou-se Distrito de Vertentes em 1924 e tinha a denominação de Torres, haja vista ser o nome da fazenda de gado pertencente a João Barbosa. Em 1938, o distrito foi transferido de Vertentes para Taquaritinga do Norte. Em 1943, passou a denominar-se Toritama, sendo elevada à condição de Município em 1954 (Cf. dados do *site* IBGE Cidades).

Figura 44 - Vista frontal da “rua do jeans” ao lado esquerdo do “Parque da Feira”.



Fonte: Próprio autor, 2012.

Além da grande aglomeração de barracas, várias lojas de fábrica também se instalaram naquela área, tanto à margem direita quanto à esquerda da rodovia. Ali também está situado o empreendimento “Parque das Feiras de Toritama”¹⁴ (Figura 45), que é o principal centro comercial da confecção produzida no Município, principalmente, o *jeans*. Ele foi construído em 2001, com o objetivo de centralizar e organizar o comércio de confecção, antes realizado em feiras livres às margens da BR-104, em um processo semelhante ao ocorrido no caso do Moda Center Santa Cruz. Em razão do grande fluxo de compradores que se destinam a Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru, várias lojas de fábrica e marcas locais foram se instalando ao longo da rodovia.

Figura 45 – Vista frontal do empreendimento Parque das Feiras, em Toritama/PE.



Fonte: Próprio autor, 2016.

¹⁴ O empreendimento Parque das Feiras de Toritama está situado na Av. Dorival José Pereira, s/n. Bairro: Parque das Pedras. Tel.: 81-3741.3286. Sítio: <www.parquedetoritama.com.br>.

Apesar de o principal produto comercializado ser o *jeans*, o Parque das Feiras também comercializa outros produtos de confecção. Estima-se que cerca de 10 mil compradores visitem o empreendimento, por semana, vindos de várias partes do País, mas, principalmente, dos Estados de Alagoas, Bahia, Sergipe, Maranhão, além de outros municípios pernambucanos, consoante informou o presidente da Associação dos Lojistas do Parque das Feiras – ALPF. O movimento de pessoas também é grande na feira da Sulanca, que fica ao lado do Parque das Feiras. Este empreendimento também funciona como um condomínio comercial, onde os inquilinos pagam uma taxa para manter a organização com a infraestrutura, serviços de segurança e zeladoria. A estrutura interna do Parque das Feiras conta com 122 lojas e 880 boxes, em uma área coberta de 10.562 metros quadrados (m²).

A atividade de comércio de confecção conta, ainda, com algumas entidades, como a Associação dos Comerciantes do Parque das Feiras de Toritama – AS-CONTE¹⁵, Associação dos Feirantes e Sulanqueiros de Toritama – AFEST¹⁶ e a Associação Comercial e Industrial de Toritama – ACIT. Vale ressaltar que, no jornal lançado pela AFEST, por ocasião do seu 10º aniversário de criação e do 11º aniversário do Parque das Feiras, este empreendimento foi ressaltado como “patrimônio social, econômico e corporativo” da cidade de Toritama. O empreendimento também tenta estabelecer um cronograma de atividades, associado a eventos comemorativos, que inclui festejos juninos, festival de cultura regional, desfiles de promoção do comércio do vestuário com artistas nacionais. A ACIT, juntamente com a ALPF e a Prefeitura Municipal de Toritama realizam um festival que promove o *jeans*. Em 2016, o Festival do Jeans de Toritama já estava na sua 15ª edição.

Para a direção, o Parque das Feiras visa a ser um centro de referência nas vendas no atacado e varejo de vestuário. O empreendimento conta com a orientação de uma consultoria¹⁷. Com relação à estrutura organizacional do centro comercial, a consultoria e a direção do centro comercial estão produzindo um mapa comercial do Parque das Feiras, com uma lista das empresas distribuídas

¹⁵ A referida Associação foi declarada de **utilidade pública** pela Câmara de Vereadores de Toritama conforme Projeto de Lei nº 02/2010, de 5 mar. 2010.

¹⁶ A Associação também foi declarada de **utilidade pública** pela Câmara de Vereadores de Toritama conforme Projeto de Lei nº 05/2010, de 25 mar. 2010.

¹⁷ Segundo *Jornal do Parque das Feiras*, o trabalho da consultoria visa a tornar o empreendimento mais competitivo, sustentável e estratégico. Nesse sentido, a empresa está elaborando um planejamento estratégico para os próximos dois anos. Estão sendo analisados os cenários (interno e externo) de competitividade, instabilidade e globalização para estabelecer ações para a sustentabilidade econômica do “Parque das Feiras”.

por segmento (com endereço e telefone) para a rápida identificação e localização das lojas e boxes, tendo em vista a reclamação de clientes que perdiam muito tempo para localizar as lojas. Além disso, o mapa do parque contará com a sinalização das alamedas e o número das lojas e boxes. Também está sendo realizada uma pesquisa de perfil, satisfação e caracterização dos inquilinos e clientes. O objetivo, segundo o jornal informativo, é identificar as necessidades, intenções, dificuldades e o perfil socioeconômico dos clientes internos (inquilinos) e clientes externos (compradores). A ALPF também busca fazer parcerias para a realização de cursos profissionalizantes para a população local.

A feira, montada ao lado do empreendimento Parque das Feiras, assim como as demais feiras estudadas anteriormente, padece de vários conflitos no que se refere às questões de uso e ordenamento nos espaços públicos. Conforme o *Jornal do Parque das Feiras*, a ALPF estava fazendo um abaixo-assinado para ser entregue à Prefeitura Municipal de Toritama. O documento tinha como objetivo solicitar a retirada dos bancos de madeira das ruas situadas no entorno do Parque das Feiras após o término do horário da feira da Sulanca. Isso aponta o conflito da apropriação do espaço da rua pelos vendedores da feira e a atuação política dos lojistas do empreendimento Parque das Feiras, para alcançar seus interesses. O poder público municipal organiza o funcionamento da feira por meio do Código de Posturas daquele município. Em 2014, o gabinete do prefeito expediu um comunicado que determinou o horário de funcionamento, tanto da feira livre quanto do comércio (bancas, lojas etc.) no entorno do Parque das Feiras, sendo o seu descumprimento punido com apreensão da mercadoria e cancelamento do alvará.

No Ceará, essa modalidade de venda da confecção popular em centros comerciais ocorre de um modo diferenciado de Pernambuco. Enquanto neste estado se formou um polo de produção confeccionista que se apropriou do espaço das feiras tradicionais para distribuir sua produção, surgindo, posteriormente, grandes galpões comerciais, no caso do Ceará esse movimento é mais recente, marcado, sobretudo, pelo surgimento de empreendimentos privados voltados para comercialização de pontos de venda para o público de feirantes fabricantes de confecção, não necessariamente galpões comerciais.

As feiras de comércio de confecção na cidade de Fortaleza ocorrem, em grande maioria, na rua como comércio ambulante, caracterizado por formas de trabalho precário, fruto das mutações no mundo do trabalho. Produzem, assim, novas relações com o espaço urbano, sobretudo, por meio da apropriação e da improvisação de pontos de comércio informal. Sendo assim, alguns empreendi-

mentos privados surgiram para atender a essa demanda por espaço de comércio de confecção popular, porém, conforme observaremos à frente, ocorreram várias ações de centralização da atividade no Centro de Fortaleza e outras de dispersão do comércio de confecção pelos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF. Esse movimento ganhou maior força em decorrência dos conflitos de uso e ocupação gerados pelo comércio de confecção, nos anos 2000, tendo como recorte principal a Praça Dom Pedro II, situada em frente à Catedral Metropolitana de Fortaleza, mas popularmente chamada de Praça da Sé. Em 2009 os “feirantes da Sé” foram retirados por força de lei e alocados no empreendimento *FeiraCenter*¹⁸ (Figura 46), localizado no Município de Maracanaú, na RMF (GONÇALVES, 2014).

Figura 46 – Vista do empreendimento *FeiraCenter*, em Maracanaú/CE.



Fonte: Próprio autor (2014).

A expressão do comércio de confecção despertou o interesse de agentes econômicos locais e regionais, proprietários de terras urbanas que buscaram lucrar com a grande demanda de pessoas disputantes de um espaço de comércio na feira. Nesse sentido, ao longo da Rua José Avelino, situada nas imediações da Praça da Sé, vários galpões foram sendo adaptados com estrutura metálica de boxes para o comércio da confecção (Figuras 47 e 48).

¹⁸ O *FeiraCenter* foi uma obra viabilizada na gestão do Prefeito Roberto Pessoa (2008-2012) e tinha o objetivo de estabelecer um grande centro comercial que diversificasse o perfil de atração de investimentos para Maracanaú até então voltado para a atração de novas indústrias por conta do histórico do Município de acolher distritos industriais. Sobre isso, ler a dissertação de Keane Barroso de Carvalho (2009).

Figura 47 – Vista do empreendimento Galpão da Felicidade, na Rua José Avelino, em Fortaleza/CE.



Fonte: Próprio autor, 2014.

Figura 48 – Vista do empreendimento Galpão do Pequeno Empreendedor, na Rua José Avelino, em Fortaleza/CE.



Fonte: Próprio autor, 2014.

O comércio de confecção na rua José Avelino é dividido em três segmentos de comerciantes. Aqueles que se estabeleceram em pequenos boxes nos galpões, os que comercializam a confecção na feira, e existe, ainda, o terceiro perfil de comerciante, o vendedor ambulante, que se estabelece nas bordas da feira, comercializando sem permissão para vender sua pequena produção. Em conversas informais com alguns desses ambulantes, percebemos que, em geral, são pessoas que não têm um ponto de venda na feira, mas comercializam roupas e acessórios nas calçadas do entorno (Figura 49).

Figura 49 – Comércio ambulante na feira da Rua José Avelino esquina com a Av. Alberto Nepomuceno.



Fonte: Próprio autor, 2014.

A Rua José Avelino destaca-se no contexto do comércio ambulante pela aglomeração e concentração do comércio de confecção popular de Fortaleza. Desse modo, é considerado um dos principais polos produtores e de comércio de confecção popular do Nordeste. Os galpões foram sendo ocupados pelos feirantes que tinham saído da feira da Praça da Sé. Uma parcela que detinha recursos foi adquirindo boxes em antigos armazéns e galpões adaptados para acolher o comércio de confecção. A expressão do comércio popular de confecção e a pressão política dos feirantes e confeccionistas nessa área da cidade conduziu o Poder Público Municipal a sancionar a Lei Municipal nº 9.559/2009, que criou o Polo de Negócios do Empreendedor Individual na Rua José Avelino, autorizando

a atividade de comércio de confecções em geral, artigos de cama, mesa e banho, calçados, bolsas, cintos e similares e bijuterias. A regulamentação dessa atividade, entretanto, permitiu o comércio apenas no interior dos prédios. Essa ação visou a reduzir e combater drasticamente o comércio ambulante nos dias de feira e a aglomeração dos vendedores ambulantes naquela rua.

Mesmo com a formalização do Polo de Negócios da Rua José Avelino, outros empreendimentos surgiram a exemplo do Feirão Leste-Oeste ¹⁹, inaugurado no final do ano de 2015, atendendo à demanda de pontos de comercialização de confecção popular na área de entorno da feira de confecção da Rua José Avelino, no Centro de Fortaleza/CE. Podemos asseverar que a dinâmica do comércio de confecção popular, tanto na feira quanto nos galpões do polo de confecção da Rua José Avelino, conforme já expressamos, também promoveu uma reestruturação das formas espaciais e de suas funções primeiras naquela área do Centro. Isto quer dizer que, na prática, vários imóveis e terrenos no entorno da feira foram se adaptando para absorver a demanda por boxes, tendo como público-alvo os vendedores da feira da Rua José Avelino, mas também de outras feiras formadas próximas dali, como a feira de confecção da Rua Governador Sampaio.

Conforme matéria do jornal *Diário do Nordeste*, de 20/02/2015, o lançamento desse novo empreendimento foi resultado da “[...] parceira entre dois empresários proprietários de boxes na feira da Rua José Avelino com os donos do Mucuripe Club. ‘Temos um contrato de aluguel de 10 anos e eles terão um percentual em cima do faturamento’”. Como podemos verificar na fala de um dos sócios do empreendimento, o espaço foi locado para abrigar a atividade de comércio popular e com a previsão de instalar, de modo gradual, 3.000 boxes e 260 lojas de alvenaria. Segundo a matéria do referido jornal, “O espaço deve acomodar não somente feirantes que atuam na Rua José Avelino, mas também comerciantes de feiras adjacentes”.

O empreendimento conta com praça de alimentação, restaurante, lanchonete e banheiros, além de estacionamento para ônibus e área de entretenimento. O horário de funcionamento do Feirão Leste-Oeste foi fixado nas quartas e quintas, sábados e domingos, tirando proveito, obviamente, dos mesmos dias da feira na Rua José Avelino, quando é maior movimento e há mais aglomeração de pessoas,

¹⁹ A manchete do jornal *Diário do Nordeste*, Caderno Negócios, de 20 de fevereiro de 2015, é expressiva ao apontar o novo empreendimento que substituirá uma casa de shows: “Mucuripe dará lugar à maior feira da Capital. O Feirão Leste-Oeste ocupará o espaço onde funcionou, durante 17 anos, o complexo Mucuripe Club.” (MUCURIBE, 20/02/2015).

compradores e feirantes. Os boxes com dimensões padronizadas (3x1 m) são comercializados no regime de condomínio. Ao adquirir o ponto de venda no empreendimento, ainda há a cobrança da taxa administrativa mensal R\$ 100,00. Muitos feirantes ou pequenos comerciantes adquiriram o ponto de venda ou simplesmente investiram na aquisição de outro ponto de venda.

O grande número de vendedores de confecção no entorno da feira chamou a atenção dos agentes imobiliários e proprietários fundiários para a oportunidade de novos ganhos. Conforme ressalta Corrêa (2002, p. 16); esses últimos atuam “[...] no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades, interessando-se em que estas tenham o uso que seja o mais remunerador possível, especialmente uso comercial ou residencial de *status*”. Embora o comércio popular de confecção não traga o *status* pretendido, o empreendimento visou à oportunidade de, a exemplo de outros, tirar proveito, primeiramente, da localização, ou seja, da proximidade da Rua José Avelino. Em segundo lugar, valer-se da grande procura por pontos de venda de confecção, haja vista os conflitos²⁰ recorrentes da ação do Poder Público Municipal em inibir a expansão do número de feirantes e barracas nos dias da feira de confecção na Rua José Avelino.

Segundo a entrevista de jornal, o proprietário do antigo clube e sócios do empreendimento Feirão Leste-Oeste: “Chamou nossa atenção o crescimento significativo da feira, que chegou ao lado do Mucuripe Club. Nossa intenção é desenvolver e qualificar o Polo José Avelino, consolidando Fortaleza como o maior polo de moda da região Nordeste” (FEIRÃO..., 2015). A instalação do empreendimento, certamente, contribuiu para a qualificação do Polo de Moda da Rua José Avelino, agregando mais um espaço de compras naquela área, e, conseqüentemente, da cidade de Fortaleza como principal centro de moda do Nordeste. Jogou, todavia, para o feirante e o pequeno fabricante o risco maior de sair da feira e investir suas economias no empreendimento. Entendemos que a ação, nesse sentido, reafirma a desconstrução da feira livre para a estruturação de centros de comércio popular de confecção capitaneada por agentes privados. Conseqüentemente, a lógica de organização dos espaços é privatista, embora a grande expressão desta talvez seja o caráter de livre comércio no meio da rua promovido pela feira; uma aglomeração que consegue demarcar uma centralidade e atrair investidores para seu entorno.

²⁰ O jornal *Diário do Nordeste*, de 28/07/2013 relata o conflito entre policiais e vendedores ambulantes na Praça da Sé, resultando em duas pessoas feridas e cinco detidas (FISCALIZAÇÃO..., 2013). Já o jornal *O Povo*, de 10/04/2014, noticia que a operação de fiscalização na feira da Rua José Avelino terminou em confronto e que os feirantes atearam fogo no caminhão e motorista da equipe de fiscalização (FEIRANTES..., 2014).

É importante ressaltar uma prática das feiras livres, que é o aluguel da barraca pelo dia de feira. Essa estratégia de locação do boxe também é utilizada pelo Feirão Leste-Oeste, a fim de captar aqueles feirantes que desejam comercializar dentro do empreendimento, mas não têm capital para comprar um boxe.

O aluguel do boxe é por tempo determinado, no valor de R\$ 100,00; ou seja, o feirante pode alugar o boxe e utilizar-se dos dias de maior movimento – de quarta para quinta-feira e de sábado para domingo – da feira da Rua José Avelino. Essa estratégia também pode ser uma solução para os boxes que ainda não foram negociados e permanecem ociosos nos dias de feira.

Embora o nome fantasia seja Feirão, é mais um centro de comércio de confecção que visou a se aproveitar da busca de novos espaços para a venda autônoma de confecção no entorno da feira de Confecção da Rua José Avelino. Para isso, o empreendimento também se adaptou à estrutura da feira, ou seja, à estrutura dos boxes, agregando outras que a feira não dispõe, a exemplo dos banheiros. Conforme podemos verificar, o Feirão Leste-Oeste utiliza-se de várias mídias para divulgar e consolidar o empreendimento, tanto com alimentação de informações no *site* de internet, em redes sociais como *Facebook* e *Instagram*, como em anúncios em programas nas emissoras de TV's locais. Em um desses anúncios, podemos observar na chamada de um desses programas: “[...] são preços de feirão no varejo e atacado em uma estrutura de *shopping center*”.

Matéria do *Diário do Nordeste*, de 27/12/2015, aponta que os galpões e *shoppings* populares têm ganhado cada vez mais espaço naquela área do Centro de Fortaleza, direcionados, sobretudo para o comércio varejista e atacadista de confecção. A matéria do jornal ressalta a importância da atividade pela geração de empregos e movimentação monetária significativa: “Boxes geram 100 mil empregos e até R\$ 70 milhões/mês”. Os empreendimentos surgem como uma solução para o grande número de vendedores ambulantes de confecção que ocupam as ruas e calçadas e acabam atrapalhando o trânsito na Avenida Alberto Nepomuceno. Apesar dos vários galpões criados para abrigar o comércio de confecção popular, ainda é grande o número das barracas e feirantes na feira da madrugada.

A dinâmica das transformações recentes dos espaços comerciais no Centro de Fortaleza implica não somente uma nova centralidade, mas a reafirmação da área central da cidade com a criação de centros de comércio de confecção e *shoppings* populares, também denominados de *pop shoppings*. Acreditamos que a feira de confecção da Rua José Avelino contribuiu para reforçar essa centralidade ou alguém poderia visualizar um tipo de empreendimento, como

o Feirão Leste-Oeste, se não fosse a intensa atividade da feira de confecção da Rua José Avelino.

O impasse a respeito da retirada da feira de confecção da Rua José Avelino, no Centro de Fortaleza, já vem se arrastando há alguns anos. Os órgãos de fiscalização da Prefeitura de Fortaleza agem de modo sistemático para disciplinar o espaço da feira, a fim de que ela não se espraie para as ruas no entorno. Por tal razão, o Poder Público Municipal, conjuntamente com entidades de classe, conduz a discussão para o âmbito dos projetos de natureza privada que deem conta da demanda dita “reprimida” por esse mercado, apesar do impasse entre a Prefeitura de Fortaleza e os feirantes da Rua José Avelino.

Haja vista o exemplo de sucesso ocorrido com o Moda Center Santa Cruz, conforme tratamos anteriormente neste trabalho, outros empreendimentos aparecem sob inspiração do caso do agreste pernambucano, que se tornou referência do comércio atacadista de confecção popular no Nordeste brasileiro. Alguns grupos econômicos despertaram para essa demanda por espaço de comercialização da confecção popular. Nesse sentido, surgiu o empreendimento Centro Fashion Fortaleza, em 2015, encabeçado pelo Grupo Marquise²¹ visando a atender à demanda dos feirantes de confecção que estão sendo retirados da Rua José Avelino. O empreendimento está sendo edificado no galpão de uma antiga fábrica de tecidos na Rua Philomeno Gomes.

O empreendimento Centro *Fashion* Fortaleza está localizado em área próxima ao centro comercial da cidade e, considerando o anúncio da fachada, aspira à grandeza, intitulado-se como o maior mercado popular de moda do Ceará. O projeto recebeu o apoio institucional da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Para isso, expõe números em placa de anúncio na frente do empreendimento que, de início, tinha a proposta de ofertar 300 lojas e 6.500 boxes, número este que, posteriormente, foi revisado para 8.400 boxes. Do ponto de vista dos fatores locacionais, o equipamento está situado em área próxima ao Centro da cidade e do Polo de confecção da Rua José Avelino, podendo ser rapidamente acessado.

²¹ O Grupo Marquise é de origem cearense e congrega várias empresas que, juntas, somam mais de seis mil funcionários, obtendo assim um faturamento recente superior a um bilhão de reais. A empresa tem origem e atuação reconhecida no mercado de construção civil e de infraestrutura. Nos anos de 1980, o grupo se inseriu no segmento de serviços ambientais, sobretudo, de coleta de lixo e limpeza urbana, inicialmente na cidade de Fortaleza e, posteriormente, em várias cidades do Norte, Nordeste e Sudeste; todavia, o grupo tem uma área de atuação diversificada, atuando nos ramos de hotelaria, comunicação, centrais de atendimento ao consumidor, *shoppings centers*. Mais recentemente, essa empresa se projeta para duas novas áreas, ou seja: a área hospitalar e de moda popular.

Outro grupo empresarial cearense, Grupo Pague Menos²², também resolveu investir na construção de um centro do comércio atacadista de confecção popular que tem a denominação de Fortaleza Moda Center. Ainda em construção e com previsão de funcionamento apenas para o final de 2016 e início de 2017, o Fortaleza Moda Center se intitula em anúncios como o maior espaço de moda do Ceará. O empreendimento está localizado nas proximidades da Avenida Washington Soares. A capacidade do empreendimento é de 4.672 bancas com dimensões de 1,9x0,9 (1,71 m²) distribuído em três pavimentos. O espaço também vai abrigar 1.428 lojas e foi inspirado no empreendimento Moda Center Santa Cruz, no agreste pernambucano. Segundo informações do *site* virtual, além das bancas, o empreendimento conta ainda com quiosques e praça de alimentação, caixas eletrônicos, lotérica, farmácia, salão de beleza e um auditório.

A promoção do empreendimento estabeleceu um estande de vendas no local do terreno onde ele será edificado e também nas imediações do Polo de Negócios da Rua José Avelino. As dimensões da área, de mais de 100 mil metros, são um fator utilizado para atrair lojistas e feirantes a estabelecer seu negócio ali. A localização próxima do acesso à rodovia estadual CE-040 também é um fator atrativo, pois permite o acesso de quem vem dos municípios do leste do estado, bem como permite acessar a BR-116 por intermédio do quarto anel viário de Fortaleza. Fora o desembolso de uma quantia considerável para obter bancas ou lojas no Fortaleza Moda Center, o investidor ainda deverá pagar um aluguel mensal de R\$ 190,00 mais taxa condominial de R\$ 70,00, totalizando um custo fixo inicial de manutenção do espaço de R\$ 260,00, sem registrar outros custos, como energia, transporte da mercadoria, alimentação etc.

Outro empreendimento, mais modesto, instalou-se recentemente no bairro Messejana, na mesma zona onde será estabelecido o Fortaleza Moda Center. Lançado em 2014, o empreendimento *Feira Pop Messejana* também é direcionado ao público dos pequenos fabricantes e feirantes de confecção. Situado nas imediações da área central do bairro Messejana, encontra-se na rua José Hipólito, próximo à igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição.

O projeto do empreendimento tem capacidade para abrigar 767 barracas e já conta com a 1ª etapa concluída, ou seja, 135 boxes vendidos. Segundo informações

²² O Grupo Pague Menos é cearense e tem seu ramo de origem no comércio varejista de produtos farmacêuticos (medicamentos e produtos relacionados de higiene e beleza). Hoje, o grupo tem abrangência geográfica nacional com uma rede de 828 lojas (farmácias) distribuídas em cerca de 300 municípios dos 26 estados da Federação e o Distrito Federal. O Grupo, entretanto, tem várias empresas em outros ramos, como construção civil, corretora de valores, imobiliária, gerenciadora de serviços, comércio e importação, dentre outras.

da gerência comercial, o empreendimento conta com área pavimentada, estrutura de banheiros, estacionamento para carros e ônibus, segurança 24 horas, zona *Wi-Fi*. O feirante e fabricante que quiser obter um espaço de comércio ali deverá arcar com uma entrada (luvas) de R\$ 2.000,00 à vista ou, então, R\$ 2.500,00 a prazo, com prestações a negociar. Além de pagar pelo espaço ocupado, o feirante terá de pagar uma taxa semanal no valor de R\$ 70,00 para manutenção do equipamento. Para isso, é realizado um contrato anual dessa prestação com cálculo de aumento baseado no IGP-M do ano.

Não é por acaso que o nome fantasia e o *slogan* do centro comercial levam a denominação da feira (Feira Pop Messejana – a melhor feira popular). Segundo o gerente, o equipamento tem vocação para atuar tanto no atacado quanto no varejo e, para isso, tem como fatores atrativos a proximidade das principais vias de saída da cidade, ou seja, CE-040 e BR-116.

Embora seja um empreendimento privado, a estrutura dos “pontos de comércio” remete ao modelo de organização de uma feira livre com barracas constituídas por armações e baús de ferro e cobertura de lona (Figura 50). Segue a mesma estrutura e enfileiramento das barracas de feira. Nesse sentido, os cabides são instrumentos indispensáveis para a exposição da mercadoria na barraca (vestidos, camisas, *shorts*, biquínis, calções, calças *jeans*, dentre outros). Os manequins vestidos com conjunto chamativos são marcantes na paisagem das barracas (Figura 51). Essa organização de barracas e instalações não foge do padrão das feiras de confecção visitadas ao longo da pesquisa.

Figura 50 – Estrutura das barracas do empreendimento *Feira Pop Messejana*.



Fonte: Próprio autor, 2015.

Figura 51 – Vista frontal do empreendimento *Feira Pop Messejana*.



Fonte: Próprio autor, 2015.

O comércio de confecção popular em galpões reconfigurou uma parte da área central de Fortaleza, porém, apontou para a difusão do comércio da confecção em outras feiras da Região Metropolitana de Fortaleza. Esse é o caso do Feirão de Confeccões (Tend Moda), situado no Município de Caucaia, a oeste de Fortaleza. O terreno da feira de confecção encontra-se às margens do entroncamento das rodovias BR-222 (federal) e CE-085 e CE-040 (estaduais) que ligam a Capital cearense com os municípios ao oeste do Estado, bem como, com outros estados da região Nordeste (Piauí e Maranhão) e região Norte do País.

O empreendimento foi lançado no ano de 2015 com estrutura prevista para 3.200 boxes e estacionamento com capacidade para 150 ônibus. No trabalho de campo realizado no empreendimento, em 2015, pudemos observar a estrutura que em muito se assemelhava às barracas de uma feira livre, composta de bancada de zinco e coberta de lona (Figura 52). O equipamento tinha a denominação de Feirão de Confeção da Caucaia, sendo alterado, posteriormente para Tend Moda.

Figura 52 – Estrutura e disposição das barracas do Feirão de Confeção da Caucaia/CE.



Fonte: Próprio autor, 2014.

Outro exemplo é a Feira Popular Metropolitana de Maracanaú, surgida de parte dos feirantes que já passaram pelos espaços da Rua José Avelino e Feira *Center*. A feira é especializada no comércio de confecção e conta com a localização estratégica no quarto anel viário da RMF, um elemento característico comum às feiras de confecção estudadas que é a busca pela proximidade a eixos rodoviários. Chama atenção o fato de que comercializam no atacado e varejo (Figura 53). Os horários de funcionamento da feira nos mostram os dias de funcionamento regular das terças aos domingos. Entendemos que o dia de feira, ou seja, os dias de grande movimento ocorrem às quartas-feiras, sábados e domingos, quando acontece a grande concentração de feirantes (Figura 54).

Figura 53 – *Outdoor* instalado na entrada da Feira Popular Metropolitana de Maracanaú/CE.



Fonte: Próprio autor, 2014.

Figura 54 – Destaque dos dias de “feiras grandes”.



Fonte: Próprio autor, 2014.

Em Salvador, o *Bahia Outlet Center* é um equipamento situado no Polo Industrial de Confeção, da Rua do Uruguai. Esse estabelecimento foi inaugurado em 1997 e hoje conta com 200 lojas, distribuídas nos segmentos de confecções, calçados, enxoval para bebês e acessórios. Assim como outros equipamentos dedicados ao comércio de confecção, ele dispõe de serviços como caixas eletrônicos, agência lotérica, posto do SEBRAE/BA, praça de alimentação, estacionamento, atraindo o mercado consumidor popular, principalmente, pelos preços baixos.

Mencionamos, ainda, outros projetos concluídos recentemente ou ainda em construção, como é o caso dos camelódromos em Feira de Santana e Serrinha, que visam, no primeiro caso, a abrigar todos os comerciantes de confecção popular e acessórios localizados na Rua Sales Barbosa, no centro de Feira de Santana, ao lado do antigo mercado. O segundo caso, visa à retirada dos feirantes e vendedores ambulantes da área central de Serrinha para o Empreendimento Centro Comercial Atacadista de Serrinha.

Em tempos de crise econômica e desemprego, conforme aponta matéria do jornal *Tribuna da Bahia*, de 03 de setembro de 2015, é grande o quantitativo de pessoas que se ocupam em atividades ocasionais de maneira autônoma. Em Salvador, esse número chegou a passar a marca de 40 mil vendedores ambulantes que atuam nas ruas dessa Metrópole. Esses trabalhadores têm-se instalado em espaços públicos da Capital baiana, de modo a se constatar que: “[...] calçadas,

portas de lojas, pontos de ônibus estão ocupados por bancas, tabuleiros, caixotes e todo tipo de equipamentos utilizados pelos vendedores ambulantes” (FONSÊCA, 2015, p. 7). Ainda segundo a reportagem do referido jornal, a estimativa para o final do ano de 2015 na cidade de Salvador e região metropolitana era de agravamento, em razão de saldo negativo, de empregos registrados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD.

O contexto de grande desemprego em Salvador tem repercussões no espaço urbano, em sua economia urbana. O crescimento recente do número de ambulantes nas ruas da cidade levou a Prefeitura Municipal de Salvador – PMS a buscar “[...] áreas públicas disponíveis próximas a esses locais para construir espaços disciplinados para o comércio ambulante [...]” (FONSÊCA, 2015, p. 7). A PMS vai retomar, assim, a política pública de reordenamento do espaço urbano por meio da construção de camelódromos. De 2015 a 2016, pudemos acompanhar, por meio dos jornais, a construção de vários espaços de concentração do comércio ambulante, como os camelódromos na Rua Nova de São Bento (120 ambulantes), Estação da Lapa (130 ambulantes) e na Baixa dos Sapateiros (150 ambulantes).

A obra do Camelódromo, situado na Baixa dos Sapateiros, no centro histórico de Salvador também denominado de *shopping* do povo, ainda estava em fase de acabamento, de modo que as barracas ainda estavam ocupando a calçada em frente ao camelódromo. Apesar de Fonsêca (2015) afirmar ser grande a variedade de produtos comercializados, observamos a grande oferta de confecção popular expostas nas barracas. Conforme Oliveira (2016), o Camelódromo da Baixa dos Sapateiros²³ foi inaugurado no dia 16 de maio de 2016, abrigando 120 vendedores ambulantes, embora haja 150 boxes. Outros feirantes cadastrados pela Secretaria de Ordem Pública – SEMOP/PMS deverão ocupar os boxes restantes. A entrega de outros camelódromos foi anunciada, como o de Aquidabã, Feira de Cosme Farias e previstos camelódromos em Mussurunga, Amaralina e Boca do Rio.

²³ A Baixa dos Sapateiros, embora esteja situada nas imediações do centro histórico de Salvador, é marcada pelo comércio popular, como lojas de eletrodomésticos como Casas Bahia e Insinuante; todavia, podemos verificar muitas lojas de roupas, com destaque para aquelas que operam com preços fixos por peça, ou seja, qualquer peça na loja por determinado preço. As chamadas lojas de dez, sete até de cinco reais mostram o apelo do comércio de confecção popular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta pesquisa, chegamos a algumas considerações que confirmam as nossas hipóteses preliminares, mas que, ao mesmo tempo, nos instigam a novos questionamentos como uma constante de produção do conhecimento. Assim como a feira é montada e desmontada, ela também se transforma nesse processo, agregando mais elementos da dinâmica econômica, social e cultural e, deste modo, o que realizamos foi a apreensão de um dado momento.

Pressupomos que está havendo uma metamorfose das feiras nordestinas com a explosão da confecção nesse modo de comércio. A confecção tornou-se atualmente no Nordeste brasileiro um meio de sobrevivência para grande parcela da população trabalhadora que tem nessa atividade seu principal meio de produção e reprodução da vida.

A feira livre, antes marcada pela comercialização de produtos agrícolas e regionais, dá lugar ao comércio do vestuário com a reafirmação ou formação de centralidades, da intensificação dos fluxos de mercadorias, pessoas, capitais etc. As feiras estudadas reforçam essa asserção, contudo, chegamos à conclusão de que a metamorfose das feiras livres nordestinas não pode ser entendida apenas na esfera da comercialização, pois esta não se realiza sem a produção e o consumo. Estas correspondem às fases de valorização do capital. “O Capital só existe

como capital à medida que percorre as fases da circulação, os diferentes momentos de sua transformação para poder recomeçar o processo de produção [...]” (MARX, 2011, p. 451). Há intrínseca simbiose entre a explosão da confecção na feira e a expansão da produção confeccionista que, mesmo não sendo uma nova maneira de produzir (facção, pequenas unidades fabris etc.), ela se expande de tal maneira a ponto de absorver grande parte dos trabalhadores que estão fora do dito mercado formal de trabalho. Os pequenos agentes inseridos na produção capitalista, que agem nos interstícios da grande produção, também são convocados a reestruturar seus modos de vida. E isso inclui os modos tradicionais de comércio da feira livre no Nordeste brasileiro.

Ao mesmo tempo em que as etapas e/ou fases de valorização do capital acham-se imbricadas, o feirante perambula de feira em feira, de modo a garantir a sua reprodução como trabalhador; as relações não se restringem mais como nas antigas feiras, tão comentadas no corpo deste trabalho, entre o campo e a cidade, mas entre cidades diferentes, ou seja, entre os polos produtores, onde são adquiridas as mercadorias e as pequenas e médias cidades onde são comercializadas em feiras. Novas geografias se constituem e, nesse contexto, a implantação de sistemas técnicos, além de outros signos modernizantes que chegaram à região Nordeste, nas últimas décadas, foram imprescindíveis para viabilização dos fluxos de mercadorias e pessoas nas feiras.

Toda essa modernização envolvendo a produção e o comércio da confecção não impede a formação de aglomerações precárias por outros sujeitos que se inserem no espaço da feira. Paralelamente, novos espaços de comércio da confecção afloram, reproduzindo o modelo das feiras livres de acordo com a lógica da propriedade privada. Esses espaços são constituídos por centros comerciais implantados mais recentemente e fundamentados em um discurso de remoção dos feirantes das ruas para situá-las em espaços padronizados e submetidos ao pagamento de taxas e regimes condominiais. Os exemplos mais expressivos são o Moda Center Santa Cruz, no Município de Santa Cruz do Capibaribe, e o Parque das Feiras, no Município de Toritama, ambos no Agreste pernambucano. No Ceará, esse formato está em curso, pois o comércio de confecção de rua ainda está concentrado na emblemática feira da Rua José Avelino, que se espria por várias ruas do Centro de Fortaleza. O alcance dessa feira não se restringe apenas à escala local, pois recebe compradores de vários municípios cearenses e de outros estados do Brasil. Em nossa pesquisa sobre a feira do Aprazível, podemos constatar que ela é uma extensão da feira da Rua José Avelino.

A permanência da feira na Rua José Avelino produz embates entre os feirantes e o poder público municipal, ao entender que a feira deve ser removida

daquele local. Acompanhamos a luta desses feirantes em permanecer ali, uma vez que há a intenção de aloca-los em outros espaços edificados, por uma lógica privatista, entretanto, em que todos são orientados a adquirir um boxe.

A feira de Caruaru também passa por conflitos dessa mesma ordem. O debate na cidade diz respeito à saída da feira do Parque 18 de Maio para outra área às margens da BR-104. A urbanista Raquel Rolnik, em palestra proferida em Caruaru, manifestou posição contra o projeto de remoção da feira, haja vista que tal ação destruiria a feira, que é um dos principais marcos identitários da cidade e tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Na opinião da estudiosa: “A feira de Caruaru é a alma de Caruaru. O Brasil e mundo conhece Caruaru por sua feira e essa feira não é apenas um lugar de comércio, mas é um lugar de produção cultural, e um lugar de trocas [...]” (ROLNIK, 2015).

As feiras livres “tradicionais”, conforme aprendemos a identificar e valorizar, vão perdendo, assim, seus traços característicos e o suporte da atividade vai-se tornando inviável para muitos feirantes. A característica principal da feira é o comércio temporário na via pública (ruas e praças) e essa espacialidade é ameaçada, à medida que se impõe ao feirante a mesma lógica dos espaços de circulação privatista dos *shoppings centers*. A feira livre deve ser protegida e resguardada como prática espacial de um povo. O assunto reclama uma discussão posterior sobre patrimonialização da feira como prática espacial, à medida que ela não pode ser sufocada e marginalizada. Muitas vezes a feira é estigmatizada como reduto de criminalidade, contribuindo para justificar sua retirada.

De fato, há uma compreensão da feira livre como algo negativo em relação à lógica contemporânea dos espaços urbanos das cidades médias e metrópoles nordestinas. A feira é aglomeração, é fixação, embora seja temporária; e a cidade, na sua versão moderna, além de uma grande aglomeração, é composta por fluxos. De tal sorte, a feira tornou-se um obstáculo ao fluxo citadino. Mais do que um conflito de formas, o que vemos é um conflito de noções de cidade, de urbano e da feira, pois, mesmo uma feira na periferia de uma cidade nordestina, pode guardar aspectos da feira medieval, ainda que nela possamos encontrar produtos industrializados como eletroeletrônicos que são trocados por outros produtos. Sem utilidade para o segmento da sociedade de maior renda, mas mediante reparos e em bom estado de funcionamento, os produtos trocados passam a ter valor de uso e de troca também e voltam a ser comercializados no espaço da feira.

A feira de Serrinha/BA, por exemplo, é alvo de debates entre feirantes e representantes de entidades públicas e privadas em torno da sua retirada do espaço

da praça para alocação em um camelódromo a ser construído em outra área da cidade, perdendo, assim, a essência de feira, ou seja, de comércio de rua. Nesse caso, a feira de confecção, em virtude da sua capacidade de aglomeração de um público de origem local/regional, poderá contribuir para a valorização dos terrenos próximos à área onde será instalada.

Diferentemente dos tempos de Gilberto Freyre, quando o sertanejo se deslocava para as feiras das cidades grandes, como o Recife, a fim de comercializar a produção agrícola de sua propriedade, a safra de grãos, o utensílio fabricado artesanalmente etc., hoje verifica-se que são as pessoas que se deslocam para a região do Agreste a fim de comprar a confecção na feira. Desse modo, Caruaru, com sua feira, atraiu para si a centralidade da produção e do comércio de confecção. No período atual, sucede um caminho inverso, ou seja, aquele em que são os compradores de cidades grandes, mas não somente delas, que se deslocam para as cidades do Agreste com a finalidade de comprar roupas e acessórios.

As feiras de confecção revelam outra dinâmica que não se restringe somente às grandes cidades, polos regionais, uma vez que elas se distribuem por muitos municípios interioranos, ensejando centralidades, influenciando, sobremaneira, a dinâmica socioespacial desses núcleos urbanos, dinamizando fluxos de pessoas, capitais e mercadorias e fazendo com que espaços antes pouco permeados pelo capital passem a se submeter, mesmo que em parte, à sua lógica.

Enfatizamos a relevância regional deste estudo, tendo em vista que a produção da confecção em microunidades produtivas contribui para a dinâmica econômica e social da região Nordeste, de acordo com o que podemos constatar com a pesquisa de campo nas feiras dos Estados do Ceará, Pernambuco e Bahia. As feiras de confecção, conforme estamos denominando, tornam-se, no período atual, *locus* do comércio de produtos industrializados que estabelecem novas articulações e interações espaciais em várias escalas, não se restringindo mais à sua área de influência.

Não obstante, a formalização de espaços destinados ao comércio realizado pelos feirantes, novos espaços (públicos ou mesmo privados) vão sendo apropriados e/ou utilizados por vendedores de confecção que estão fora dos espaços convencionais, formando-se, assim, novas aglomerações precárias que, por sua vez, vão requerer o *status* de feira, num movimento dialético ligado à lógica de produção e reprodução da vida.

Reafirmamos a importância desta pesquisa sobre as transformações da feira nordestina, que passa, evidentemente, pelo entendimento de como essas mudanças estão relacionadas à economia-mundo, globalizada, ao se procurar revelar

a articulação entre as feiras e os modos capitalistas de produção, mormente ao uso de matérias-primas, tecnologia, moda, transações financeiras, dentre outros.

Compreendemos que esta não é uma questão acabada, pois sempre outras surgirão. À metamorfose dessa forma de comércio, no período atual, indagamos: em que medida a feira de confecção atual tem mais relação com a feira nordestina que vigorou até os anos 1950, portanto, que antecede a industrialização brasileira, do que essa feira tem a ver com a medieval? A feira permanecerá? O que ela virá a ser?



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alice Rangel de P. **O avesso da moda: trabalho a domicílio na indústria de confecção.** São Paulo: Editora HUCITEC, 1986.

AB'SABER, Aziz Nacib. Caatingas: o domínio dos Sertões secos. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. Capítulo 6. p. 83-100.

ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande.** Edições da Livraria Pedrosa: Campina Grande/PB, 1957.

ALMEIDA, Oscar Damião de. **Dicionário personativo, histórico, geográfico e institucional de Feira de Santana.** 3. ed. Feira de Santana/BA: Gráfica Nunes Azevedo, 2002.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho.** 2. ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

_____. **O novo (e precário) mundo do trabalho.** Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. **Trabalho e mundialização do capital.** A nova degradação do trabalho na Era da Globalização. 2 ed. Londrina: Praxis, 1999.

ALVES, Joaquim. O vale do Cariri. **Revista do Instituto do Ceará – Histórico, Geográfico e Antropológico,** p. 94-133, 1946.

AMADO, Jorge. **A morte e a morte de Quincas Berro D'água**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. (Coleção Jorge Amado).

AMARAL Filho, J.; Amorim, M.; Rabelo, D.; MoreirA, M. V.; Araújo, M. R.; ROCHA, G.; SCIPIÃO, T. Núcleos e arranjos produtivos locais: casos do Ceará. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS PARA SISTEMAS PRODUTIVOS LOCAIS DE MPME. **Anais...** Rio de Janeiro, mar. 2002.

AMORA, Zenilde Baima. Cidades médias: considerações sobre a discussão conceitual. In: JÚNIOR, Martha Maria; FREITAS, Nilson Almino de; HOLANDA, Virgínia Célia Cavalcante. **Múltiplos olhares sobre a cidade e o urbano: Sobral e região em foco**. Sobral/CE: UECE/UEVA, 2010.

_____. Indústria e espaço no Ceará. In: SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia C.; DANTAS, Eustógio W. C. (Org.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. 2. ed. Atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

_____. O espaço urbano cearense: breves considerações. In: _____. (Org.). **O Ceará: enfoques geográficos**. Fortaleza: Funece, 1999.

_____. Aspectos históricos da industrialização do Ceará. In: SOUZA, Simone de (Org.). **História do Ceará**. 2 ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

_____. **As transformações da indústria de Fortaleza face à política de industrialização do Nordeste**. 1978. 100f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

_____; COSTA, Maria Clélia Lustosa. Olhando o mar do sertão: a lógica das cidades médias no Ceará. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____; Holanda, Virginia Célia Cavalcante de. Retomando a geografia da população: reflexões sobre Sobral. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, ano 1, n. 1, 1999.

ANDRADE, Manuel Correia de. **O Nordeste e a questão regional**. São Paulo: Ática, 1988. (Série Princípios).

_____. **A terra e o homem no Nordeste**. Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

_____. **Geografia econômica do Nordeste**. O espaço e a economia nordestina. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1974.

_____. **Espaço, polarização e desenvolvimento**. 2. ed. Recife: Brasiliense, 1970.

ANTUNES, Ricardo L. C. **O continente do labor**. São Paulo/SP: Boitempo, 2011. (Mundo do trabalho).

_____. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANUÁRIO DE CAMPINA GRANDE/PB – 1982. Campina Grande: GRAFSET, 1982. Disponível em: <<https://issuu.com/blogrhcg/docs/anuariocg1982>>. Acesso em: 6 maio 2016.

ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. **A trajetória da indústria têxtil no Ceará: o setor de fiação e tecelagem (1880-1950)**. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará: Stylus Comunicações, 1989.

ARAÚJO, Alessandra Oliveira. **Redes e centralidade em Feira de Santana (BA): o Centro de Abastecimento e o comércio de feijão**. Salvador. 123 f. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Geografia Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, 2005.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro**. Heranças e Urgências. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

_____. A promoção do desenvolvimento das forças produtivas no Nordeste: da visão do GTDN aos desafios do presente. **Rev. Econ. Nordeste**, v. 28, n. 4, out./dez., 1997.

_____. Nordeste, Nordestes: que Nordeste? In: AFFONSO, Rui de B. A.; SILVA, Pedro L. B. (Org.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995. (Federalismo no Brasil).

_____ ; SANTOS, Valdeci M. dos. Desigualdades regionais e Nordeste em formação econômica do Brasil. In: ARAÚJO, Tarcísio P. de; VIANNA, Salvador T. W.; MACAMBIRA júnior, Leôncio J. B. (Org.). **50 anos de Formação Econômica do Brasil**. Ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.

ARISTÓTELES. **Política**. (Texto integral). Trad. Pedro Constantin Tolens. 6. ed. 5. reimpr. São Paulo: Martin Claret, 2011. (Coleção a obra-prima de cada autor).

ARROYO, Mônica. Novos paradigmas I: a economia invisível dos pequenos. **Le Monde Diplomatique**, Ed. Bras., A. II, n. 15. out., 2008. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=283>>. Acesso em: 16 set. 2012.

ATAÍDE, Elizângela R. A feira de água de meninos (1959-1964). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA - ANPUH-BA, 4., 2008, Vitória da Conquista. **Anais...Vitória da Conquista**, 2008. Disponível em: <http://www.uesb.br/anpuhba/anais_eletronicos/Eliz%C3%A2ngela%20R.%20Ata%C3%ADde.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2016.

BACELAR, Jeferson. A comida dos baianos no sabor amargo de Vilhena. **Afro-Ásia**, Salvador, n.48,p.273-310,jul./dez.2013.Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0002-05912013000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 jan. 2016.

BAHIA. **Lei Complementar Nº 35, de 06 de julho de 2011**. Institui a Região Metropolitana de Feira de Santana, e dá outras providências. 2011.

BAKHTIN, Mikhail. O vocabulário da praça pública na obra de Rabelais. In: _____. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. Trad. Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Editora HUCITEC; Editora Universidade de Brasília, 1987. Capítulo 2. p. 125-170.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL – BNB. **Política produtiva para o Nordeste** – uma proposta. BNB: Fortaleza, 2006.

BARBALHO, Nelson. **Caruaru, de vila à cidade: subsídio para a história do Agreste de Pernambuco**. Recife: Centro de Estudos de História Municipal, 1980.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Trad. Carlos Felipe Moisés. Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das letras, 1986.

BERNARDO, Julio. **Dias de Feira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70; São Paulo: Martins Fontes, 1982.

BRASIL. **Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 4 maio 2016.

_____. **Lei nº 1.157, de 26 de junho de 1862**. Substitue em todo Imperio o actual systema de Pesos e Medidas pelo systema Metrico Francez. Disponível em: <http://repositorios.inmetro.gov.br/bitstream/10926/343/1/1862_leidometro.pdf>. Acesso em: 4 maio 2016.

_____; SUDENE; BNDE. **Indústria de confecções no Nordeste**. Relatório síntese. Fortaleza, 1978.

_____. SUDENE. **Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste I.** 1961/1963. 2. ed. Recife: SUDENE – Divisão de Documentação, 1966. (Série Planejamento).

_____. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. **Certidão.** Registro de Bem cultural: Feira de Caruaru, localizada na cidade de Caruaru, estado de Pernambuco no Livro de Registro dos Lugares. 8 fev. 2007.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII:** vol. 2 – Os Jogos das Trocas. 2 tiragem. Trad.: Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII:** vol. 1 - As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível. Trad. Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **A dinâmica do capitalismo.** Trad.: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna:** Europa 1500-1800. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos:** planejamento e clientelismo no Nordeste. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS (Feira de Santana). **Anuário Estatístico de Feira de Santana.** Feira de Santana: CDL, 2012. v. 3.

CANCLINI, Néstor García. **As culturas populares no capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARDOSO, Carlos Augusto de A.; MAIA, Doralice Sátyro. Das feiras às festas: as cidades médias do interior do Nordeste. In: SPOSITO, Maria Encarnação

Beltrão (Org.). **Cidades Médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

CARDOSO, Maria F. T. C. Feira de Caruaru. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tipos e aspectos do Brasil**. 10. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

_____. Caruaru: a cidade e sua área de influência. **Rev. Bras. Geograf.**, Rio de Janeiro, a. 27, n. 4, p. 587-614, out./dez, 1965.

CARLOS, Ana Fani A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: _____.; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.) **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. 1 reimpr. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **Espaço e indústria**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2001. (Repensando a Geografia).

_____. Repensando a geografia urbana: uma nova perspectiva se abre. In: _____. (Org.) **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

CARNEIRO, Henrique S. Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação. **História: Questões & Debates**, Curitiba, Editora UFPR, n. 42, p. 71-80, 2005. Disponível em: <http://www.fecea.br/download/290_c48845d-72c199598a8cf4139e5f8ab87.pdf>. Acesso em: 12 maio 2006.

CARVALHO, Keane Barroso de. **Territórios produtivos**: estudo geográfico do I Distrito Industrial do Ceará. 197 p. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará – UECE, Fortaleza, 2009.

CARVALHO, Maria do Carmo B. de.; NETTO, José Paulo. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CARVALHO, Maria S. S. **Nova onda baiana: cinema na Bahia (1958-1962)**. [online]. Salvador: EUFBA, 2002. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

CARYBÉ. **A Feira de Água de Meninos**. Salvador: PanArtWorks; GBDG Editorial Ltda., 2014. (Coleção As Sete Portas da Bahia).

_____. **Feira de água de meninos**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955. (Coleção Recôncavo nº 4).

CASTRO, Josué. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CLEMENTE, André. Feira da Sulanca em Caruaru terá novo endereço à margem da BR-104. **Diário de Pernambuco**, Economia, 7 ago. 2015. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2015/08/07/internas_economia,591116/feira-da-sulanca-em-caruaru-tera-novo-endereco-a-margem-da-br-104.shtml>. Acesso em: 15 maio 2016.

COLHEITA do pequi gera lucro para os comerciantes do Crato. **Diário Regional** [Programa de TV]. 29 jan. 2015. Disponível em: <<http://tvdiario.verdesmares.com.br/noticias/regional/colheita-do-pequi-gera-lucro-para-os-comerciantes-do-crato-1.1208638/colheita-do-pequi-gera-lucro-para-os-comerciantes-do-crato-1.1208638>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. **Cidades**, Rio Claro/SP, v. 9, n. 16, p. 199-218, 2012.

_____. **Trajetórias geográficas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

_____. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSTA, Lustosa da. **Sem peúgas nem borzeguins**: crônicas para o entardecer. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2011.

COSTA, Ana Maria da. **Calçadão dos Mascates**. Promessas e desilusões de uma intervenção urbana: o olhar dos comerciantes informais. 143f. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2004. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/3542/arquivo5431_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 fev. 2016.

COSTA, Antônio Albuquerque da. **Sucessões e coexistências do espaço campinense na sua inserção ao meio técnico-científico-informacional**: a feira de Campina Grande na interface desse processo. 245f. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/6719/1/arquivo6805_1.pdf> . Acesso em: 13 mar. 2015.

COSTA, Elizabeth Goldfarb. **Anel, cordão, perfume barato**: uma leitura do espaço do comércio ambulante na cidade de São Paulo. São Paulo: Nova Stella: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

DANTAS, Eustógio W. C. **A Cidade e o comércio ambulante**: estado e disciplinamento da ocupação do espaço público em Fortaleza (1975 - 1995). Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014. (Estudos da Pós-Graduação). Disponível em: <<http://livros.ufc.br/ojs/index.php/01/article/view/1/1>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

_____. Sistema de cidades em terra semi-árida. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTIS, Alecsandro JP. **Geografia**: leituras culturais. Goiânia: Alternativa, 2003.

DAVIDE, Diego. Manufaturas e corporações. In: ECO, Umberto. (Org.). **Idade Média**. Bárbaros, cristãos e muçulmanos. Trad. Bonifácio Alves. Portugal: Dom Quixote, 2010.

DEÁK, Csaba. A acumulação entravada no Brasil dos anos 1980. In: _____.; SCHIFFER, S. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999.

_____. A cidade: do burgo à Metrópole. **Espaço & Debates**, n. 34, p. 113-120, 1991.

DEBRET, Jean Baptiste. **Voyage pittoresque et historique au Brésil**. Séjour d'un Artiste Français au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831 inclusivement, époques de l'Avenement et de l'Abdication de S. M. D. Pedro 1er, fondateur de l'Empire brésilien. Paris: Firmin Didot Frères, 1835. v. 2. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00624520>>. Acesso em: 8 dez. 2014.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Estudo de caso 3 – Setor de confecção no Nordeste**. Nov. 2006. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/relatoriotecnico/2006/estudoCaso3SetorConfeccaoNE.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2016.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT. **Mapa Multimodal - Ceará**, 2013a. Escala 1: 900.000. Disponível em: <<http://www.dnit.gov.br/download/mapas-multimodais/mapas-multimodais/ce.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

_____. **Mapa Multimodal - Piauí**, 2013b. ESCALA 1: 1.200.000. Disponível em: <<http://www.dnit.gov.br/download/mapas-multimodais/mapas-multimodais/pi.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

_____. **Mapa Multimodal - Maranhão**, 2013c. ESCALA 1:1.600.000. Disponível em: <http://www.dnit.gov.br/download/mapas-multimodais/mapas-multimodais/ma.pdf>

DIÁRIO DO NORDESTE. **Anuário da moda do Ceará 2010/2011**. Fortaleza: Editora Verdes Mares, 2011.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. Trad. Affonso Blacheyre. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

EM segunda votação, vereadores aprovam projeto da ‘Nova Sulanca’. **Blog do Vanguarda** [online], Caruaru, 30 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.blogdo Vanguarda.com.br/blog/31/07/2015/em-segunda-votacao-vereadores-aprovam-projeto-da-nova-sulanca>>. Acesso em: 9 out. 2015.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Trad. B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010. (Mundo do trabalho; Coleção Marx-Engels).

_____. Suplemento ao Livro Terceiro de “O Capital”. In: MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. O Processo Global Produção Capitalista. Trad.: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. v. 3. Tomo 2. (Os economistas).

ESPÍRITO SANTO, Wecisley Ribeiro do. Feira da Sulanca: tradições, mudanças e conflitos sociais em Caruaru/PE. In: LOPES, José Sergio L.; CIOCCARI, Marta. (Org.). **Narrativas da desigualdade**: memórias, trajetórias e conflitos. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

ESTADO de Minas-Geraes. Questão do gado. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, p. 2. 1 jan. 1890. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&PagFis=3&Pesq=feira>. Acesso em: 1 fev. 2016.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995. (Didática, 1).

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO – FIEPE. **Cadastro Industrial de Pernambuco (2011/2012)**. Recife: FIEPE/SEBRAE, 2012.

FEIRA de Ipu se realizará em clube. **Diário do Nordeste**, Regional, 22 jan. 2010. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/feira-de-ipu-se-realizara-em-clube-1.706243>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

FEIRÃO Leste-Oeste abre com 601 boxes e 54 lojas. **Diário do Nordeste**, [online], Negócios, 14 out. 2015. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/feira-leste-oeste-abre-com-601-boxes-e-54-lojas-1.1408984>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FISCALIZAÇÃO termina com duas pessoas feridas e cinco detidas em Feira da José Avelino. **Diário do Nordeste**, [online], Cidade, 28 jul. 2013. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/online/fiscalizacao-termina-com-duas-pessoas-feridas-e-cinco-detidas-em-feira-da-jose-avelino-1.852138>>. Acesso em: 29 jul. 2013.

FONSÊCA, Adilson. Mercado informal. Ambulantes já são mais de 40 mil em Salvador. **Tribuna da Bahia**, Cidade, p. 7, 3 set. 2015.

FREYRE, Gilberto. **Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife**. Ilustr. Luís Jardim; Apresent. e Atualiz.: Antonio Paulo Rezende. 5 ed. São Paulo: Global, 2007.

_____. **Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife**. Ilustr. Luís Jardim. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1968.

FROTA, Dom José Tupinambá. **História de Sobral**. 2. ed. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1974.

GALPÕES e shoppings ganham espaço. **Diário do Nordeste**, [online], Negócios, 27 dez. 2015. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/galpoes-e-shoppings-ganham-espaco-1.1461602>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991. (Biblioteca básica).

GOMES, Sueli de Castro. **Do comércio de retalhos à Feira da Sulanca: uma inserção de migrantes em São Paulo**. 2002. 233 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) –Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-13082007-153557/pt-br.php>>. Acesso em: 27 maio 2012.

GONÇALVES, Luiz Antônio Araújo. Entre a norma urbana e a resistência: a espacialidade do comércio ambulante de confecção no Centro de Fortaleza-Ceará. **Rev. GeoUECE**, Número especial, p. 128-148, dez. 2014.

_____. **Traçando mobilidades e tecendo territorialidades: o comércio de artesanato na Beira-Mar de Fortaleza/CE**. 2009. 193p. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – MAG, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2009.

_____; AMORA, Zenilde Baima. O papel da rede rodoviária na difusão geográfica das feiras de confecção no estado do Ceará, Brasil. In: *Encuentro de Geógrafos de América Latina – EGAL*, 14., 2013, Lima. *Anais*. Lima, Peru, 2013.

GONZAGA, Luiz.; DANTAS, Zé. **Feira de Gado** – Abôio. São Paulo: RCA Victor, 1954. Disco vinil sonoro.

GRAHAM, Richard. **Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal** (Salvador, 1780-1860). Trad.: Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

A GRANDE feira. Direção: Roberto Pires. Produção: Braga Neto e Rex Schindler. Intérpretes: Geraldo del Rey, Helena Ignez, Luíza Maranhão, Antônio Sampaio [Pitanga], Milton Gaúcho, David Singer e outros. Roteiro: Roberto Pires. Fotografia: Hélio Silva. Produtor executivo: Glauber Rocha. Filmado na Feira Água de Meninos – Salvador/BA: Iglu Filmes, 1961. (94 minutos), son., P&B, 35 mm. Restaur. TeleImage; Casablanca Sound. Copiado: Laboratório Cinecolor do Brasil Ltda. Disponível em: <<https://youtu.be/W72RsbiusEk>>. Acesso em: 15 set. 2015.

GUIMARÃES, Olmária. **O papel das feiras-livres no abastecimento de São Paulo.** São Paulo: USP/IG, 1969. (Série Teses e Monografias; 2).

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** Trad. Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. **Para entender o Capital: Livros II e III.** Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **Os limites do capital.** Trad. Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista. _____. **A produção capitalista do espaço.** Trad. Carlos Szlak. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006. Capítulo 2. (Coleção Geografia e Adjacências).

_____. **A Condição Pós-Moderna.** Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Trad. Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HENRIQUE, Juliana da Silva. **A feira de Capuame. Pecuária, territorialização e abastecimento (Bahia, século XVIII).** 2014. 232 p. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-25052015-155329/>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

HILL, Thonny. A feira de Santa Cruz do Capibaribe. **Revista Moda Center**, Santa Cruz do Capibaribe, a. 3, n. 27, p. 36-39, out. 2012.

HOBSBAWM, Eric J. Introdução: a invenção das tradições. In: _____.; RANGER, Terence. (Org.). **A invenção das tradições**. Trad. Celina Cardim Cavalcante. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008a.

_____. A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914. In: _____.; RANGER, Terence. (Org.). **A invenção das tradições**. Trad. Celina Cardim Cavalcante. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008b.

HOLANDA, Virginia Célia Cavalcante. Sobral-CE: os dois circuitos da economia urbana em uma cidade média do nordeste brasileiro. **Rev. OKARA: Geografia em debate**, v. 7, n. 2, p. 225-240, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/okara/article/download/17842/10430>>. Acesso em: 4 abr. 2014.

_____. **Modernizações e espaços seletivos no Nordeste brasileiro**. Sobral: conexão lugar/mundo. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-23102007-150426/pt-br.php>>. Acesso em: 10 maio 2013.

_____. **Dinâmica sócio-espacial de uma cidade média** – Sobral-CE. Dissertação (Mestrado) – Mestrado Acadêmico em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, 2000.

HOUARD, David. **Dictionnaire Analytique, Historique, Étymologique, Critique et Interprétatif de la Coutume de Normandie**. Tome Second. Avec Approbation et Privilege du Roi. Le Boucher: 1780. p. 578. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k94054q/f594.item.r=Dictionnaire%20analytique,%20historique,%20%C3%A9tymologique,%20critique%20et%20interpr%C3%A9tatif%20de.zoo>>. Acesso em: 23 dez. 2015.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Do feudalismo ao século XXI. Trad. Waltensir Dutra. 22. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1 de julho de 2016**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2016/estimativa_TCU_2016_20170614.pdf>. Acesso em: 4 set. 2016.

_____. **Sinopse do Censo Demográfico 2010 – Paraíba**, 2010a. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/Paraiba.pdf. Acesso em: 19 out. 2013.

_____. **Sinopse do Censo Demográfico 2010 – Pernambuco**, 2010b. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/Pernambuco.pdf. Acesso em: 19 out. 2013.

_____. **Sinopse do Censo Demográfico 2010 – Ceará**, 2010c. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/Ceara.pdf>. Acesso em: 19 out. 2013.

_____. **Sinopse do Censo Demográfico 2010 – Bahia**, 2010d. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/Bahia.pdf>. Acesso em: 19 out. 2013.

_____. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2008.

_____. **Regiões de influência das cidades 1987**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/regioesdeinfluencia/Regioes%20de%20influencia%20das%20cidades_1987.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2016.

_____. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1972. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13622.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Dossiê Feira de Caruaru**: inventário nacional de referência cultural, 2006. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/bcrE/pages/conAnexoE.jsf>>. Acesso em: 25 out. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ – IPECE. **Perfil Básico Municipal 2012 – Sobral**. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2012/Sobral.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2016.

ISSLER, Bernardo. As feiras no Nordeste e sua função regional. **Orientação**, Instituto de Geografia/USP, São Paulo, n. 3, p. 37-41, mar. 1967.

_____. O Misto. **Rev. Bras. de Geografia**, ano 26, n. 2, p. 133-134. abr./jun. 1964.

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. Ordenando o espaço público: a criação das feiras livres na cidade do Rio de Janeiro. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, v. X, n. 194 (62), ago. 2005.

_____. O lugar da feira livre na grande cidade capitalista: Rio de Janeiro, 1964-1989. **Rev. Bras. Geogr.**, Rio de Janeiro, n. 54, v.1, p. 95-120, jan./mar.1992.

JOFFILY, Geraldo Irenêo. **Notas sobre a Parahyba**: fac-símile da primeira edição publicada no Rio de Janeiro, em 1962. Pref. Capistrano de Abreu. Brasília: Thesaurus, 1977.

_____. O quebra-quilo. A revolta dos matutos contra os doutores (1874). **Revista de História**, Brasil, v. 54, n. 107, p. 69-145, sep. 1976. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/78552/82607>>. Acesso em: 4 maio 2016.

JÚNIOR, Martha Maria. **Cidades Médias**: uma abordagem da urbanização cearense. 2003. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, 2003.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. (Rumos da cultura moderna, v. 26).

LE GOFF, Jacques. **As raízes medievais da Europa**. Trad. Jaime A. Clasen. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

_____. **Por amor às cidades**: conversações com Jean Lebrun. Trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. (Prismas).

_____. **O apogeu da cidade medieval**. Trad. Antônio de Paula Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1992. (O Homem e a História).

_____. **O homem medieval**. Trad. Maria Jorge Vilas de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

_____. **O direito à cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A cidade do capital**. Trad. Maria Helena Rauta Ramos; Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Trad. Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **O pensamento marxista e a cidade**. Trad. Maria Idalina Furtado. São Paulo: Ulisseia, 1972.

LEITE, Francisco B. Feiras do sertão nordestino. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tipos e aspectos do Brasil**. 10. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. Trad. Cely Arena. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

LIMA, Anna Erika Ferreira. **Na feira a gente encontra de tudo...: aspectos da formação espacial da feira-livre de Abaiara – Ceará**. 2008. 73p. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 2008.

LIMA, J. Policarpo.; KATZ, Frederico J. A economia de Pernambuco: perda de dinamismo e a necessidade de buscar caminhos possíveis. **Cad. Est. Soc.**, Recife. v. 9, n. 1, jan./jun. 1993.

LIMA, Jacob Carlos. Novos espaços produtivos e novas-velhas formas de organização do trabalho: as experiências com cooperativas de trabalho no Nordeste brasileiro. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 73, p. 91-110, dez. 2005.

_____. Novas formas, velhos conteúdos: diversidade produtiva e emprego precário na indústria do vestuário. **Rev. Política e Trabalho**. João Pessoa, n. 15, set. 1999. Disponível em: <<http://www.oocities.org/collegetpark/library/8429/15-lima.html>>. Acesso em: 6 maio 2013.

LINS, Rachel Caldas. (Coord.). **Áreas de exceção do Agreste de Pernambuco**. Recife: SUDENE/PSU/SER, 1989. (Série Estudos Regionais).

LIRA, Sonia Maria de. **O “desenvolvimento” do aglomerado de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste/PE: as suas inter-relações socioespaciais**. (Tese de Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LUKÁCS, György. Princípios ontológicos fundamentais de Marx. In: _____. **Para uma ontologia do ser social I**. Trad.: Carlos Nelson Coutinho, Mário Duayer, Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

MACIEL, Fabrício. Batalhadores feirantes. O Ver-o-peso e a Feira de Caruaru. In: SOUZA, Jessé et al. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

MAIA, Doralice Sátyro. A vaquejada: de festa sertaneja a espetáculo nas cidades. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTTS, Alecsandro JP. **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003.

MAIA, Vasconcelos. Água de meninos. In: CARYBÉ. **Feira de água de meninos**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955. (Coleção Recôncavo nº 4).

MARQUES, Josabel Barreto. **Caruaru, ontem e hoje: de fazenda a capital**. Recife: Ed. do autor, 2012.

MARTINS FILHO, Antônio; GIRÃO, Raimundo. **O Ceará**. 3. ed. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1966.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 31. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858**. Esboços da crítica da economia política. Trad. Mario Duayer; Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 2. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Trad.: Regis Barbosa; Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1996. v. 1. Livro 1. Tomo 1.

_____. Para a crítica da economia política. In: _____. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 2. ed. Trad. José Carlos Bruni et al. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores).

_____.; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Trad. Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MEDEIROS, Bartolomeu T. F. de. A feira de Caruaru. Patrimônio cultural nacional. In: GUILLEN, Isabel C. M. (Org.). **Tradições e traduções**: a cultura imaterial em Pernambuco. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

MELAZZO, E. S.; CASTRO, C. A. A escala geográfica: noção, conceito ou teoria? São Paulo: **Rev. Terra Livre**, Presidente Prudente, ano 23, n. 29, v. 2, p. 133-142, ago./dez., 2007.

MELO, M. C. P. de; TEIXEIRA, M. J. Indústria de confecções no Ceará: uma análise dos investimentos dos anos 90. In: AMARAL FILHO, J. **Federalismo fiscal e transformações recentes no Ceará**. Fortaleza: INESP, 2000.

MELO, Maiara. Obras no Shopping Popular de Santa Rita começam ainda este mês. **Jornal do Comercio**, Cidade, 4 abr. 2013. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2013/04/04/obras-no-shopping-popular-de-santa-rita-comecam-ainda-este-mes-78616.php>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

MENDONÇA, Marília Moreira. **É de plano pensado?! O processo de territorialização da feira da rua José Avelino, Fortaleza/CE**. 75f. Monografia (Curso de Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

_____.; GONÇALVES, Luiz Antônio Araújo. A Des-Re-Territorialização do comércio ambulante de confecção da Praça Dom Pedro II, no Centro de Fortaleza/CE. In.: Encontro de Iniciação à Pesquisa da Universidade de Fortaleza, 17. **Anais...** 2011.

MENEZES, José Pinheiro Bezerra de. Município do Crato. Comarca do mesmo nome. Estado do Ceará. Notas colhidas e observações feitas por um amigo da terra, em setembro de 1915. **Revista do Instituto do Ceará** – Histórico, Geográfico e Antropológico, 1918.

MENEZES, Paulo Elpídio de. **O Crato de meu tempo**. 2. ed. Fortaleza: Edições UFC, 1985. (Coleção Alagadiço Novo).

MIDDLEJ, Roberto. Especialistas falam sobre a obra de Carybé e o seu valor no mercado. **Correio**, Variedades, Salvador. 7 set. 2014. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/especialistas-falam-sobre-a-obra-de-carybe-e-o-seu-valor-no-mercado/#>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR. **Exportação e Importação Municípios**, 2016. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/municipio>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Relação Anual de Informações Sociais**. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

MIRANDA, Gustavo M. S. **A feira na cidade**: limites e potencialidades de uma interface urbana nas feiras de Caruaru (PE) e de Campina Grande (PB). 2009. 189 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

MONBEIG, Pierre. Notas sobre a Geografia Humana do Nordeste do Brasil. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, a. 6, n. 65, p. 467-473, ago. 1948.

MONTE-MÓR, R. L. Cidade e campo, urbano e rural, o substantivo e o adjetivo. In: FELDMAN, Sarah; FERNANDES, Ana. (Org.). **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo**: mutações, tensões, desafios. Salvador: UFBA, 2007.

MORAES, Ana Angélica V. de. (Org.) **Conhecendo Feira de Santana**. Olhares sobre a cidade. Feira de Santana/BA: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2004.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão. **Rev. Terra Brasilis**, [online], 4-5, p. 1-8, 2003. Disponível em: <<https://terrabrasilis.revues.org/341>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. Subsídios à **história do pequeno comércio no Brasil**. Revista de História, São Paulo, ano 27, n. 105, p. 81-106. 1 trim., jan./mar. 1976. Disponível em: <<http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/105/a05n105op.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. **A feira de Brejo Grande**: estudo de uma instituição econômica num município sergipano do Baixo São Francisco. 1975. 348 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas /UNICAMP, Campinas/SP, 1975.

MOUTINHO, Lúcia Maria Góes. (Coord.) **Arranjos produtivos locais no estado de Pernambuco**: mapeamento, metodologias de identificação e critérios de seleção para políticas de apoio. Nota técnica 2 – Pernambuco. s/d. Disponível em: <<http://www.politicaapls.redesist.ie.ufrj.br/documentos>>. Acesso em: 3 ago. 2013.

MUCURIPE dará lugar à maior feira da Capital. **Diário do Nordeste**, [online], Negócios, 20 fev. 2015. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/mucuripe-dara-lugar-a-maior-feira-da-capital-1.1225228>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. Trad. Neil R. da Silva. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Ensino Superior).

NEMER, Sylvia Regina Bastos. **Feira de São Cristóvão**: contando histórias, tecendo memórias. Rio de Janeiro, 2012. 255p. Tese (Doutorado) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012. Disponí-

vel em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/O%20cordel%20na%20Feira%20de%20S%C3%A3o%20Crist%C3%B3v%C3%A3o.PDF>>. Acesso em: 27 dez. 2015.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____.; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviço social; v.1).

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. 4 reimpr. São Paulo/SP: Boitempo, 2013.

_____. **O elo perdido**: classe e identidade de classe na Bahia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro).

_____. A questão regional: a hegemonia inacabada. **Estudos Avançados**, v. 7, n. 18, 1993.

_____. **A economia brasileira**: crítica à razão dualista. 5. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1987.

_____. O Estado e o urbano no Brasil. **Espaço & Debates**, São Paulo, Neru, n. 1, v. 16, p. 36-54, 1982.

_____. **Elegia para uma Re(li)gião**: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, Meire. Baixa dos Sapateiros ganha camelódromo. In: **Jornal A Tarde**, Salvador. 16 maio 2016. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1771253-baixa-dos-sapateiros-ganha-camelodromo>>. Acesso em: 18 maio 2016.

OLIVEIRA, Mônica V. M.; CABRAL, Romilson M. A expansão das atividades de confecção em áreas rurais no município de Santa Cruz do Capibaribe/PE – o caso da Vila Magana. **Desenvolvimento em Questão**, ano 10, n. 20, p. 140-167, maio/ago. 2012.

PARENTE, Analine M. M. **Se o novo já é velho, imagine o antigo?** Formação e territorialidade da feira livre do Aprazível, Sobral (CE). 91 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Mestrado Acadêmico em Geografia, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, 2015.

PERROT, Michelle. Os operários, a moradia e a cidade no século XIX. In: _____. **Os excluídos da história:** operários, mulheres e prisioneiros. Trad. Denise Bottmann. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. (Oficinas da história) p. 101-126.

PETRONE, Pasquale. Crato, “capital” da região do Cariri. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 20, p. 31-55, jul. 1955.

PINTAUDI, Silvana Maria. Por uma leitura das formas de comércio varejista na cidade. **Cidades**, v. 7, n. 11, 2010.

_____. Anotações sobre o espaço do comércio e do consumo. In: Pacheco, Suzana Mara Miranda; VERDAGUER, Carles Carreras. (Org.). **Cidade e comércio:** a rua comercial na perspectiva internacional. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2009.

_____. Os mercados públicos: metamorfoses de um espaço na história urbana. **Cidades**, v. 3, n. 5, p. 81-100, 2006a.

_____. São Paulo, do centro aos centros comerciais: uma leitura. In: CARLOS, Ana Fani A.; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (Org.) **Geografias das metrópoles**. São Paulo: Contexto, 2006b.

_____. O shopping Center no Brasil: condições de surgimento e estratégias de localização. In: _____.; FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. (Org.) **Shopping Centers:**

espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. (Prismas).

PIRENNE, Henri. **As cidades da Idade Média**. 2. ed. Lisboa: Publicações Europa-América; São Paulo: FAU/USP, 1971.

_____. **História econômica e social da Idade Média**. Trad. Lycurgo Gomes da Motta. 2. ed. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1965.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Trad. Fanny Wrabel. 2. ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: reformas urbanas e controle social (1860-1930). 3. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

PONTES, Beatriz Maria Soares. As mudanças no processo produtivo capitalista e suas repercussões nas cidades médias nordestinas. SPOSITO, Eliseu S.; SPOSITO, Maria Encarnação B.; SORBARZO, Oscar. **Cidades médias**: produção do espaço urbano regional. (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 327-346.

POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Trad. Arquimedes Pereira Guimarães. Editora Itapuã: Salvador, 1968. (Coleção Baiana).

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. GERÊNCIA DE MERCADOS, FEIRAS E CEMITÉRIOS. **Relação total de pontos da Feira Central**. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARUARU. **Feira da Sulanca** – Estudo Socioeconômico, 2011.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720)**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora; Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

REZENDE, Antônio P. O cotidiano: encanto e invenção. In.: FREYRE, Gilberto. **Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife**. Ilustr. Luís Jardim; Apresent. Atualiz.: Antônio Paulo Rezende. 5. ed. São Paulo: Global, 2007.

ROLNIK, Raquel. Desenvolvimento econômico e cidades do Brasil: por que continuamos reproduzindo a precariedade? **Diálogos Urbanos**, Caruaru, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Eiae0lRXmxo>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

SÁ, Márcio. **Feirantes**: quem são e como administram seus negócios. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

SAES, Alexandre Macchione; ROSA, Elton Rodrigo. Mercado pontual: atuação estatal na formação da Feira de Gado de Três Corações (1900-1920). **Estud. Econ.**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 745-772, dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612013000400005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 4 fev. 2016.

Santa Cruz do Capibaribe. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente. Cartogramas temáticos. **Pesquisa**: as fronteiras da atividade empreendedora baseada no Moda Center Santa Cruz. maio 2013.

SANTOS, Marlon Cavalcante. **A dinâmica dos circuitos da economia urbana na indústria de confecção em Fortaleza-Ceará**. 2014. 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

_____.; SILVA, Eciane Soares da.; SILVA, José Borzacchiello da. Dinâmica socioeconômica e a formação de territórios no Centro de Fortaleza-CE: o beco da poeira e a feira da Sé. In.: **ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA**, 13. Anais... 2011.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a. (Coleção Milton Santos; 9).

_____. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. 1 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b. (Coleção Milton Santos; 6).

_____. **O Centro da Cidade do Salvador**: estudo de Geografia Urbana. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Salvador: Edufba, 2008c. (Coleção Milton Santos; 13).

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. Colab.: Denise Elias. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008d. (Coleção Milton Santos; 10).

_____. **Economia espacial**: críticas e alternativas. Trad. Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi. 2 ed. 1 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. (Coleção Milton Santos; 3).

_____. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. (Coleção Milton Santos; 2).

_____. **Por uma economia política da cidade**: o caso de São Paulo. São Paulo: HUCITEC/EDUC, 1994.

_____. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. (Coleção Ciências Sociais).

_____. **Pobreza urbana**. São Paulo, Recife: HUCITEC, 1978.

_____. A Cidade de Jequié e sua região. **Rev. Bras. de Geografia**, (Separata), Rio de Janeiro, ano 18, n. 1, jan./mar., 1956.

_____.; Silveira, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

SANTOS FILHO, Ernani Martins dos. **A emergência do Tecnopolo Campina Grande – PB**. 142 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências Exatas e da Natureza – CCEN, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, 2007.

SARABIA, Mônica Luize.; MORA, Luis de la.; XAVIER, Maria Gilca Pinto. Santa Cruz do Capibaribe-PE: a transferência da feira e o esvaziamento do Centro antigo. **Rev. Espacios**, v. 34, n. 2, p. 12, 2013. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a13v34n02/13340212.html>>. Acesso em: 6 maio 2013.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

_____. **Vencedores do 8º Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor (2013-2014)**. Vencedor Estadual – Novos Projetos Município de Santa Cruz do Capibaribe (PE). [S.I.]: SEBRAE, 2014. Disponível em: <<http://www.prefeitoempreendedor.sebrae.com.br/pdfs/68326171055883d7d3e57f1.93984699.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

_____. **Perfil econômico e principais oportunidades de negócios em Pernambuco**. Recife/PE: Gráfica JB, 2006.

SENNET, Richard. **O artífice**. Trad. Clóvis Marques. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVA, Eciane Soares da. **Dinâmica do comércio de confecção no Centro de Fortaleza**. 2013. 155 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2013.

SILVA, José Borzacchiello da. Pelo retorno da região. In: CASTRO, Iná Elias de et al. **Redescobrimo o Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. Reinventando Fortaleza: o saber geográfico e outros saberes na interpretação da cidade. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

_____. **Quando os incomodados não se retiram**: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

SKINNER, G. W. Marketing and social structure in rural China. **Etudes Rurales**, [online], n. 161-162, p. 215-261, 1/2002. Disponível em: <www.cairn.info/revue-etudes-rurales-2002-1-page-215.htm>. Acesso em: 1 jan. 2016.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Investigação sobre sua natureza e suas causas. Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. v. 1. (Os Economistas). Livro 3. Capítulo 1.

SMITH, Robert C. **Arquitetura colonial baiana**: alguns aspectos de sua história. Salvador: EDUFBA, 2010. (Coleção Nordestina).

SIVUCA; GADELHA, Glorinha. Feira de Mangaio. In: **Clara Esperança**. São Paulo: EMI ODEON, 1979. Disco vinil sonoro. Lado B (3:18).

SOARES, Cecília Moreira. As ganhadeiras. **Mulher negra na Bahia no século XIX**. 126 p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, Salvador, 1994. Capítulo 2. p. 49-72. Disponível em: <<http://www.ppgh.ufba.br/wp-content/uploads/2015/02/Mulher-Negra-na-Bahia-do-Sec-XIX.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

SOARES, Valter Guimarães. **Cartografia da saudade**: Eurico Alves e a invenção da Bahia sertaneja. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS Editora, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/163/1/Cartografia%20da%20saudade.pdf>>. Acesso em: 4 out. 2015.

SOBARZO, Oscar. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação B.; WHITACKER, Arthur M. **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SOBRAL. **Decreto nº 1529, de 25 de junho de 2013**. Declara de utilidade pública para fins de desapropriação o imóvel, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.sobral.ce.gov.br/iom/461.pdf>>. Acesso em: 4 out. 2015.

SOUSA, Evelize Teixeira de Oliveira. **Produção de territórios na Feira da Rua José Avelino – Fortaleza – CE**. 152 f. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: <http://www.uece.br/mag/dmdocuments/evelize_teixeirade_oliveirasousa.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2015.

SOUSA, Luís Gonzaga de. **Memórias de Economia**. Ensaios: a realidade brasileira. Edição electrónica, 2004. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/libreria/2004/lgs-mem/lgs-mem.htm>>. Acesso em: 29 nov. 2015. ISBN: 84-689-0435-X.

SOUZA, Elza C. de. Feira de gado. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tipos e aspectos do Brasil**. 10. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

SOUZA, Emanuel Bandeira. Nos porões dos arrecifes. O trabalho autônomo no comércio de confecções da cidade do Recife. **Geonordeste**, ano 2, n. 2, 1985, p.49/59. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/viewFile/4343/3602>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

SPOSITO, Maria Encarnação B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani A.; SOUZA, Marcelo Lopes de.; _____. (Org.) **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1 reimpr. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: _____.; WHITACKER, Arthur M. **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

STUDART, Guilherme. Descrição do Município de Barbalha. **Revista do Instituto do Ceará - Histórico, Geográfico e Antropológico**, p. 9-13, 1888.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE. **Sistema 34/18 e FINOR**. Projetos com declaração de funcionamento normal. Recife: SUDENE, 1986.

THEODORO, Mário Lisbôa. Os programas de apoio ao setor informal no Nordeste. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 12, jan./jun. 1995. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/144/146>>. Acesso em: 13 dez. 2011.

THOMAS, Jack. **Le temps des foires**. Foires et marchés dans le Midi toulousain de la fin de l’Ancien Régime à 1914. Toulouse: Presses Universitaires du Miral, 1993. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=n4S1_NW2yPoC&printsec=frontcover&dq=les+temps+de+foires&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKewjTy7yWlv3JAhWKhZAKHYM2AYMQ6AEIHDA#v=onepage&q=les%20temps%20de%20foires&f=false>. Acesso em: 20 out. 2014.

Tradicional feira livre do Crato é responsável pelo sustento de muitas famílias da região. In: **Diário Regional**. (Programa de TV), 14 nov. 2013. Disponível em: <<http://tvdiario.verdesmares.com.br/videos/detalhes-de-videos?id=749ccaad2bd-7c73103f8ec1e113142db>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

VIEIRA, Maria Sulamita de Almeida. **Feira: espaço de liberdade ou de ilusões?** 107 f. 1980. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Ceará, 1980.

VILLAR, Euclides. (Dir.). **Almanaque de Campina Grande para o ano de 1934**. Ano II. Campina Grande: Livraria Vilar, 1933. Disponível em: <<https://>

issuu.com/blogrhcg/docs/almanaque1934/1?e=4952264/4988937>. Acesso em: 2 maio 2016.

_____. **Almanaque de Campina Grande para o ano de 1933**. Anno I. Campina Grande: Livraria Campinense, 1932. Disponível em: <<https://issuu.com/blogrhcg/docs/almanaquecg1933/1?e=4952264/1391363>>. Acesso em: 2 maio 2016.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol. 2. Tradução: Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília, DF: Editoria Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

XAVIER, Maria Gilca Pinto. **O Processo de produção do espaço urbano em economia retardatária**: a aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe (1960-2000) 2016. 254 f. (Tese de Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

